Que os outros **sejam o normal**

tensões entre
movimento LGBT
e ativismo *queer*

Leandro Colling

Que os outros **sejam o normal**

tensões entre
movimento LGBT
e ativismo *queer*

Salvador, Edufba, 2015

Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, projeto gráfico e editoração
Lúcia Valeska Sokolowicz

Ilustração da Capa
Caio Sá Telles

Normalização
Larissa Queiroz

Revisão
Eduardo Ross

Sistema de Bibliotecas – UFBA

C711 Colling, Leandro.
Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer / Leandro Colling. – Salvador : EDUFBA, 2015.
268 p.

ISBN 978-85-232-1391-6

1. Homossexualidade. 2. Teoria Queer. 3. Identidade sexual – Entrevistas. 4. Identidade de gênero – Aspectos sociais. I. Título.

CDD – 306
CDU – 323.1

Editora filiada à:

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Barão de Jeremoabo s/n
Campus de Ondina – 40.170-115
Salvador – Bahia – Brasil
Telefax: 0055 (71) 3283-6160/6164
edufba@ufba.br – www.edufba.ufba.br

À minha mãe, Dona Nely, que foi para o Orun
no andamento desta pesquisa

Agradecimentos

A Oyá e a Mãe Carmem de Oyá.
Ao meu amor, Ricardo Batista.
Às pessoas amigas, em especial Miguel e Ronaldo.
Às pessoas do CUS, em especial Helder Maia, pelas dicas e leitura atenta dos originais.
Às pessoas que foram entrevistadas, às que me auxiliaram e receberam em seus países, em especial Juan Pablo (Chile) e Ana Cristina (Portugal).
Às bolsistas de iniciação científica Carla Freitas, Leandro Stoffels e Érica Vilela, que transcreveram e traduziram na íntegra boa parte das entrevistas.
À UFBA e ao IHAC.
Ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
À Fapesb, pela viabilização desta publicação.

“Não somos iguais, somos únicas e irrepetíveis”
Pedro Lemebel

Sumário

Apresentação

Berenice Bento[1]

Qual o lugar apropriado para nossa indignação? As artes, a disputa de leis, as manifestações de rua, a escrita? Onde devemos jogar nossas energias, nosso tempo, nossas entranhas? Devemos hierarquizar as dores, as exclusões? Como sentir como minha a dor do outro? Como transformar a alteridade, cantada em versos e prosas pelas Ciências Humanas, em ação política? Estas são algumas questões que a leitura do livro de Leandro Colling instaurou em mim.

Durante vários meses o autor ficou imerso na realidade dos ativismos LGBTs da Espanha, Portugal, Chile e Argentina para responder às perguntas: Precisamos apenas trabalhar com a afirmação das identidades? Quais os limites desses marcos legais e políticos que giram em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades? Entrevistou 35 ativistas, leu dezenas de livros (muitos deles escritos por seus/suas colaboradoras/colaboradores de pesquisa), manifestos, artigos, participou de reuniões. E a pesquisa seguia nos bares e festas.

---

1 Escritora. Professora da UFRN. Doutora em Sociologia.

Talvez seja a contribuição mais importante que tenhamos para os estudos/ativismos transviados (tradução pessoal para "estudos/ativismo *queer*") no sentido de construir pontes entre o que estamos produzindo no Brasil e esses países. O leitor pode, antes de começar a leitura do livro, conferir as referências bibliográficas. Irá reencontrar parte considerável dos nomes citados ao longo do texto como colaboradores/colaboradoras da pesquisa. O livro nos apresenta uma pluralidade de autoras/es que estão formulando e atuando como poucas vezes eu vi. Se há alguma dúvida que a oposição entre "produzir teoria *versus* fazer política" é mais uma das enganosas binaridades, este livro joga definidamente por terra essa suposição. Outro efeito desta obra é deslocar nossa atenção do eixo Estados Unidos-Inglaterra-França para novas possíveis interlocuções, contribuindo, assim, para romper a hegemonia que esses países têm assumido na geopolítica do conhecimento, inclusive no âmbito dos estudos/ativismos transviados. O giro decolonial transviado está em pleno curso.

Ao nos conduzir para as entranhas dos debates nesses países, chegamos à primeira conclusão: não existe "o" movimento LGBT nacional. Nos deparamos com a própria precariedade da noção de "cultura/identidade nacional" para entendermos a multiplicidade de vozes, desejos e projetos coletivos que habitam o mesmo espaço nacional.

Há uma agenda política relativamente comum entre esses países. Os debates de maior visibilidade estão em torno do 1) casamento entre pessoas do mesmo sexo, 2) adoção, 3) a lei de identidade de gênero, 4) leis antidiscriminação. Portanto, pode-se concluir que há um considerável dispêndio de energia voltada para o Estado. É o Leviatã que assume seu protagonismo na definição de agendas e disputas. Vale ressaltar que a estruturação dessa agenda está longe de qualquer consenso, assim como as formas de luta. Os rumos das paradas LGBTs configuram-se como um destes pontos de tensão.

Outras formas de pensar o fazer política, que entende a importância do Estado, mas não se rende ao seu desejo de esfinge, estão

acontecendo. Conforme Leandro nos apresenta, parte considerável do movimento institucionalizado LGBT já foi completamente devorado. A “fé” na capacidade da lei de transformar realidades culturais arraigadas me fez lembrar as reflexões de Florestan Fernandes sobre a suposta democracia racial brasileira. A crença de que não era possível tipificar o Brasil como racista, nos moldes dos Estados Unidos e da África do Sul, deveu-se em grande parte ao fato de que nunca tivemos legalmente a segregação racial. Esse “paradoxo axiológico” (FERNANDES, 1972) produziu a crença de que se o/a negro/negra não conseguia se inserir no mercado capitalista, devia-se exclusivamente a uma limitação do “elemento negro”. (FERNANDES, 1972)[2]

Recupero o debate sobre questão racial/lei para ilustrar o que parte considerável das vozes que habitam este livro reafirmam: precisamos desconfiar do Estado e de seus “aparelhos ideológicos de Estado” (nos termos de Louis Althusser). Entre o mundo da lei e da vida há pouco nível de continuidade.

Os países eleitos pelo pesquisador historicamente têm experiências relativamente próximas, entre elas a hegemonia da Igreja Católica e a existência de longas ditaduras militares.

Acredito que o movimento institucionalizado LGBT segue de perto uma forma de fazer resistência e de sistematizar a indignação (em termos de tática e estratégia) nos moldes herdados da esquerda que lutou contra as ditaduras nesses países. O esforço político deveria estar voltado para derrotar o inimigo principal. Todas as outras formas de opressão deveriam esperar para um momento posterior à vitória. Essa herança está assentada na visão dialética da vida e da história. Esta senhora idosa chamada Dialética já não consegue enxergar que a vida, as disputas e resistências não cabem na binaridade “senhor *versus* escravo”. São muitos os níveis de “escravidão” e o “senhor” tem muitos rostos, corpos e peles.

---

2 Florestan Fernandes. *O negro no mundo dos brancos. Difusão Europeia do Livro*: São Paulo, 1992.

O movimento da vida não está na afirmação (tese), negação (antítese) e síntese. Esse último momento (síntese como solução) nunca aconteceu. O que se dá é um "roubo" das múltiplas vozes que são apagadas pelos signos hegemônicos ("gay", "mulher", "proletariado", "negro") que dizem portar a verdade última de todos os "outros". Na perspectiva dialética do fazer história não há espaço para as polifonias. Pluralidades de existências são apagadas, negadas, invisibilizadas em nome do "inimigo principal". Nos últimos tempos, vimos surgir um novo nome para essa dialética dos contrários (binários): essencialismo estratégico.

Eu tenho lado nessa disputa. Estou com os colaboradores desta pesquisa que afirmam que o "essencialismo estratégico" não serve, não aponta para transformações nas estratificações de classe, raciais, sexuais e de gênero. Como dizia Sartre, toda a luta política depende das intenções de quem as implementa. Os múltiplos discursos dos dissidentes sexuais e de gênero que estão espalhados nesses quatro países parecem indicar fortemente que suas intenções estão voltadas para conectar pontos aparentemente desconexos. Trabalham objetivando transformações estruturais. Portanto, a luta pelos direitos humanos dos LGBTs não está desconectada da luta anticapitalista.

Muitos de nós que atuamos na esquerda conhecemos bem os modelos analíticos fundamentados na binaridade. Eu acreditava totalmente nesse esquema analítico. Interpretava os ativistas do movimento estudantil, em meados dos 1980, que gritavam a plenos pulmões "COITO ANAL DERRUBA CAPITAL!" como um bando de inconsequentes e inábeis politicamente. Quantas vezes eu não escutei: "camarada, temos que concentrar nossas forças na contradição fundamental (burguesia *versus* proletariado). Depois, em um segundo momento, quando tomarmos o poder, faremos a revolução cultural. As questões da mulher podem esperar." Mais recentemente tornou-se público o local que a revolução cubana reservou aos gays e às lésbicas. Os campos de trabalho forçado. Um malogro.

Reencontro esses meus camaradas em outros corpos. No movimento feminista escutei uma sistemática negação à discussão de questões referentes à sexualidade. Se com os meus ex-camaradas a categoria fundamental era "classe social", agora seria o gênero binário e estabilizado nos corpos sexuais (mulher-vagina e homem-pênis) a categoria fundamental de análise para transformação social. E as mulheres negras, lésbicas, da floresta? E as mulheres trans? Um apagamento de todas as diversidades internas à categoria feminina foi e continua a ser (re)produzida. "Precisamos de uma agenda política unificada!" Isso significava, concretamente, silenciar vozes, negar existências, em nome de uma suposta identidade coletiva. Talvez esqueçam que a tática discursiva (essencialismo estratégico) age em mão dupla: para libertar uma população oprimida é preciso produzir o outro como um portador de uma identidade essencial. Ou seja, se luta para mudar exclusivamente as posições dos termos da opressão.

Temos aprendido nos últimos anos a desmontar esse belo, simples e binário edifício explicativo. Se isolarmos qualquer categoria explicativa de um contexto mais amplo, matamos sua própria força. "Gênero", "classe social", "raça", "sexualidade" são categorias analíticas e de lutas vazias, se as considerarmos isoladamente. Os gays femininos, mesmo bem casados, certamente ainda continuarão a ser aqueles que correm os maiores riscos de serem vítimas de violência. Portanto, qual o lugar do feminino na agenda de luta do movimento gay?

Ao conhecer as disputas que estão em curso nos países pesquisados por Leandro, me peguei rindo várias vezes sozinha. É reconfortante saber que há pessoas em tantos lugares exercitando e criando novas formas de se indignar. Como nomear? *Queer*? Transviado? Dissidências? Transmaricabollo? Esta é outra porta de discussão que o livro abre. Sabemos da importância dos nomes. Conforme Marlene Mayar, "as palavras me constituem, por isso não posso ser *queer*". Essa discussão está acontecendo. No entanto, há um núcleo potente de pontos em comum e de luta contra as binaridades e a negação da necessidade de se fazer política a partir dos simulacros das identi-

dades e, como efeito, da produção das identidades hiper-reais (nos termos de Jean Baudrillard).

Ao contar a história dos movimentos LGBTs *mainstream* e dos dissidentes, Leandro está atento para as especificidades das experiências locais. A questão dos imigrantes LGBT (principalmente as pessoas trans) não aparece nos coletivos argentinos e chilenos, ao contrário de Portugal e, principalmente, na Espanha. Nacionalidade torna-se, nesses contextos, um outro marcador da diferença que não pode ser relegado. Por exemplo: se há uma legislação que assegura direitos para pessoas trans espanholas, como essa normativa inclui as pessoas trans ilegais no país? Se a questão da migração é um tema que corta a sociedade de fora a fora, quando ativistas LGBTs estruturam suas agendas não deveriam ter atenção para essa "singularidade" interna à população LGBT? Ou apenas os LGBTs nacionais podem ter direito aos direitos humanos? Seria a pertença nacional o critério último para se assegurar direitos? Se a resposta for sim, e considerando a importância da colonização para, por exemplo, a constituição do Estado espanhol, não estaria o movimento LGBT *mainstream* se tornando um braço discursivo contemporâneo do pensamento colonizador? Essa questão pode ser reproduzida para o movimento feminista que não se engaja na luta pelas garantias de direitos das mulheres que trabalham ilegalmente no país, inclusive as trabalhadores sexuais (sejam mulheres trans ou não-trans).

Esse debate e enfrentamento, no contexto espanhol, foi instaurado exatamente por um coletivo de pessoas trans imigrantes (Transgressorxs) por sentir o silêncio do movimento *mainstream* para sua existência. E, assim, passamos a conhecer um novo efeito dos movimentos gays e lésbicas como instrumentos de políticas de dominação, também conhecido como pinkwash (um jogo de palavra com "*whitewash*", produto utilizado para pintar paredes, conhecido entre nós como "cal"). Talvez nenhum outro país esteja utilizando de forma mais perversa o "pinkwash" que Israel. Em 2013, durante o mês do orgulho gay, o Facebook da Israel Defense Force (IDF) publi-

cou uma foto de dois soldados de mãos dadas com a seguinte legenda: "Você sabia que as forças de defesa de Israel tratam todos seus soldados igualmente?". Pinkwashing é nome, portanto, que se utiliza com o objetivo de limpar, lavar a imagem do Estado de Israel, conhecido e condenado mundialmente por sua política de violação sistemática dos direitos humanos do povo palestino.

Retomo aqui uma bela nota de rodapé do livro: "Pode o movimento lésbico e homossexual celebrar como um triunfo o acesso de gays e lésbicas ao Exército de Israel, quando vários desses soldados gays são os que detonarão as bombas sobre a Palestina e o Líbano?" (SAN MARTIN, 2006)

Em Portugal foi também um coletivo dissidente que esteve à frente da denúncia internacional da brutalidade do assassinato de Gisberta, uma mulher trans, brasileira.

***

O texto de Leandro Colling me aprisionou. Mário Quintana já dizia que os bons livros são aqueles que, ao lê-los, temos a sensação de estarmos sendo lidos. Essa cumplicidade acaba por nos "escravizar" ao texto. Não consegui libertar-me deste livro que agora você tem entre as mãos. Agarre-o como ele me agarrou por três dias. Ele conseguiu subverter a noção de dia e noite, cedo e tarde. Entre *flertes* e *transas*, a leitura do texto me proporcionou orgasmos contínuos.

Flertes

Durante dez meses, de outubro de 2013 a agosto de 2014, vivi e circulei por três países da América Latina (Argentina, Chile e Equador) e dois países europeus (Portugal e Espanha) para realizar a pesquisa que agora você tem em mãos.[3]

O objetivo inicial era mapear e analisar as principais ações de parcela significativa dos grupos que integram o movimento LGBT mais institucionalizado e conhecido de cada país e também estudar alguns coletivos sintonizados com aquilo que chamo aqui de "ativismo *queer*" e/ou de "dissidência sexual e de gênero". No decorrer do trabalho, verifiquei que a pesquisa caminhou muito mais para estabelecer as diferenças entre essas duas formas de militância.

Em geral, os grupos que integram o que estou chamado de movimento LGBT *mainstream* ou institucionalizado são aqueles que pos-

---

3 A pesquisa *Políticas para o respeito às diferenças sexuais e de gêneros na ibero-américa: conquistas e tensões atuais entre movimentos LGBT e ativismos queer* foi realizada em meu estágio de pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal, sob a supervisão da Dra. Ana Cristina Santos, a quem agradeço pela acolhida, preciosas indicações e inspiradora produção que muito dialoga com este trabalho. Para este livro resolvi deixar de fora o Equador, que será analisado em separado. Uma das razões é que a pesquisa de campo realizado no país não ofereceu indicativos suficientes para colaborar com o que se delineou, no desenvolvimento do trabalho, como o foco principal do livro, que gira em torno das tensões entre o ativismo *queer* e o movimento LGBT.

suem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração hierarquizada. São os que mais acionam e são acionados diretamente pelo Estado para interlocução e realização de políticas públicas em prol da população LGBT, quase sempre com pautas muito similares que conformam uma certa "globalização gay", descrita com ufanismo, condescendência e falta absoluta de senso crítico por trabalhos como o de Frédéric Martel (2013), que chega a falar que o movimento LGBT está produzindo uma "revolução gay no mundo".

A ativista e pesquisadora Letícia Rojas Miranda (2012, p. 2) define os coletivos *queer* como "não normatizados, que se caracterizam por manter uma organização assembleária, que auto-gestionam suas próprias iniciativas, demandas, resistências e alternativas. São coletivos que se posicionam de forma crítica ante as múltiplas diferenças excludentes".

Os coletivos ou simplesmente ativistas independentes, que aqui serão definidos como integrantes do ativismo *queer*, podem estar mais ligados ou não com a universidade, mas também possuem muitas diferenças entre si, como será possível ver neste livro. No entanto, mesmo com suas divergências e diferenças, estão mais sintonizados e/ou se reapropriam de perspectivas oriundas da filosofia da diferença e dos seus impactos na sociologia, em especial a sua vertente desenvolvida a partir dos estudos *queer*. Apesar disso, destaco, desde já, que o *queer* aqui não servirá como um conceito guarda-chuva para nomear esses coletivos e vozes, pois as pessoas que os integram nem sempre fazem questão de se identificar como *queer*. Isso depende, como veremos, do contexto de cada local, de como os estudos *queer* se desenvolveram e foram lidos em cada realidade.

Nestes países pesquisados, assim como ocorreu e ocorre no Brasil, o *queer* ainda é visto pela maioria como demasiado acadêmico e a palavra em inglês, na opinião de muitas pessoas, não dá conta de contemplar as experiências no ativismo de cada local. Por isso, vários coletivos pensaram em palavras que seriam mais apropriadas para

tratar do *queer* em seus países, a exemplo do *cuier* ou dissidência sexual, no Chile (SAN MARTIN, 2011), ou do uso de insultos, como *marica* ou *bollera*, na Espanha. (CÓRDOBA; SAEZ; VIDARTE, 2007)

Quem chegar até o final de minha viagem verá que também existem problemas na divisão que inicialmente postulei entre movimento LGBT e o ativismo *queer*. Além de existirem diferenças também entre o primeiro grande grupo, o campo de pesquisa foi aos poucos revelando que as perspectivas *queer* também têm contaminado os grupos mais institucionalizados, muito mais, talvez, do que os próprios ativistas imaginem. Como isso tem acontecido? Em que intensidade? Espero que o livro, em sua totalidade, ajude a responder essas questões.

Este livro também pretende estranhar, de alguma forma, a maneira como costumeiramente as pessoas da universidade escrevem os seus textos ditos "científicos". Em vários momentos o livro é escrito em primeira pessoa e as minhas impressões pessoais sobre as pessoas que neles militam, e inclusive os locais de sociabilidade LGBT, ficarão explícitos em alguns trechos. Além disso, deixei retornar um pouco da minha veia jornalística, em especial através das técnicas para a realização das entrevistas em profundidade. Livros tidos como "de ficção", em especial aqueles escritos nos países pesquisados, também serão acionados para me ajudar a compreender um pouco mais a produção de subjetividades nas cenas LGBT e *queer* de cada local. Foi assim que cheguei em uma poesia da artista, cantora e *performer* argentina Susy Shock, que serviu de inspiração para o título deste livro.

No entanto, a grande fonte da pesquisa consiste em 35 entrevistas, em profundidade, que realizei com ativistas e/ou pessoas que pesquisam as temáticas LGBT e *queer* nestes quatro países citados. Os sites e redes sociais dos coletivos e os trabalhos acadêmicos já realizados também me ajudaram a entender o que a militância de cada local já fez, está fazendo e o que pretende fazer no futuro.

O livro, para começo de conversa, não possui introdução e conclusão, pelo menos não no sentido tradicional. Duas razões dessa es-

colha: em primeiro lugar, esta pesquisa não introduz (ui!) nada, pois ela é fruto de um sem número de outras reflexões já realizadas. Em segundo lugar, eu começo e paro de escrever sobre uma série de temas em vários momentos do livro. Mas o fato de terminar algo não é, definitivamente, uma proposta de concluir ou de encerrar a conversa. Pelo contrário, eu quero que este livro seja apenas uma contribuição, que espero válida, para continuarmos a pensar sobre políticas sexuais e de gênero na atualidade. Portanto, não haverá um local em que eu conclua algumas coisas em definitivo, pois minhas considerações e análises estarão em vários momentos do texto, e porque minha proposta é a de contribuir com um debate que obviamente está inconcluso.

Além disso, o livro também não está dividido em "parte teórica" e "parte empírica/analítica". Oferecer mais uma colaboração para explodir com essa dicotomia, que eu mesmo já usei várias vezes, em especial antes de conhecer os estudos *queer*, é outro dos meus propósitos. Mas não se trata apenas de uma opção meramente estilística. Trata-se de defender e evidenciar que a teoria e a prática não estão descoladas, mas que uma se abastece, depende e ensina para a outra, como bem pontuou Berenice Bento (2011). Espero que até o final deste livro isso fique bem evidente.

Para finalizar o alerta sobre o que vem pela frente, aviso às pessoas pudicas que esse livro às vezes fala de sexo, foi escrito com o uso de alguns palavrões, insultos ressignificados, sem meias palavras. Não aguento mais ler textos sobre sexualidade que não falam de sexo, assim como não suporto mais ler estudos (inclusive *queer*) e/ou ouvir discursos de pessoas que militam e/ou escrevem em nossa área sem falar sobre sexo, ou quando falam tratam de fazer um imenso esforço de higienizar tudo (quando dizem algo, "cu" vira "ânus", "buceta" vira "vagina"), com a já velha proposta de parecer aceitável à academia e/ou limpinhos aos olhos da heteronormatividade e de, com isso, usufruir de financiamentos de nossas agências de fomento e/ou criar uma representação tida como positiva para conseguir al-

guns direitos que, até agora, como veremos, são muito poucos, umas migalhas que, ao sabor dos governos e crises, podem ser (e têm sido) questionados.

Para entrar nesse clima, esta parte foi chamada de *Flertes*. Em seguida, vêm as *Transas*. Por fim, *O Cigarro*, aquele momento de refletir se valeu a pena, pensar sobre o que passou e definir se ainda haverá tesão para dar mais uma, hoje ou amanhã.

Nos *Flertes* (que possui partes chatas, daquelas em que, às vezes, a gente pensa que o sexo não vai rolar, e partes bem mais gostosas e interessantes) irei narrar e analisar (bem menos, porque o gostoso é avaliar depois, não é?) como aos poucos fui me aproximando da história dos movimentos de cada país, das pessoas militantes, das bibliografias e de quem as produziu, de guetos e sensações sentidas em cada cidade. Depois, em *Transas*, faço sexo, nem sempre gostoso, com os movimentos LGBT e o ativismo *queer*. Os analiso, os elogio e/ou critico, a maioria das vezes com a ajuda das próprias pessoas entrevistadas. Em *O Cigarro*, chega a hora de respirar fundo, algo nem sempre com ar puro, para fazer uma reflexão geral sobre, afinal, o que todas essas *transas* me ensinaram e o que elas podem ensinar umas às outras.

Perguntas Centrais

Este é um livro fruto de uma pesquisa marcada pelos estudos *queer*. Minha análise não se pretende "objetiva, imparcial ou neutra", nos termos como em geral se compreende essas questões, mas isso não significa falta de senso crítico, métodos e critérios que sempre estarão explicitados. Não farei agora uma extensa explicação sobre o que são os estudos *queer*, pois isso estará diluído ao longo do livro e também porque já temos vários textos escritos com tal objetivo. (MISKOLCI, 2012; LOURO, 2004) Apenas a título de começo de conversa, cito Richard Miskolci (2009), que reflete sobre as diferenças entre os clássicos da sociologia e os estudos *queer*.

> Os teóricos *queer* focaram na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método desconstrutivista. Ao invés de priorizar investigações sobre a construção social de identidade, estudos empíricos sobre comportamentos sexuais que levem a classificá-los ou compreendê-los, os empreendimentos *queer* partem de uma desconfiança com relação aos sujeitos sexuais como estáveis e foca nos processos sociais classificatórios, hierarquizantes, em suma, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. (MISKOLCI, 2009, p. 164)

Os estudos *queer*, entre tantas coisas, produzem uma série de críticas ao que se convencionou chamar de paradigma da igualdade, que conformou uma série de estratégias consideradas fundamentais por muitos movimentos sociais, no Brasil e exterior, para conquistar os direitos e a plena cidadania das pessoas que eles representam. Em geral, ativistas defendem que todas as pessoas são ou deveriam ser iguais e, por isso, devem ter direitos iguais. No campo LGBT, é comum ouvirmos ativistas do movimento *mainstream* dizendo: os homossexuais pagam impostos assim como os heterossexuais, também têm família e amam, por isso são dignos dos mesmos direitos.[4]

No entanto, como veremos neste livro, mesmo com a melhor das intenções, os argumentos e algumas ações que têm sido geradas a partir desse paradigma acabam sendo reducionistas e excludentes. (MISKOLCI, 2011; BENTO, 2011; COLLING, 2013) Uma das críticas trata sobre a criação de categorias identitárias muito rígidas, que muitas vezes são naturalizadas e normalizadas por um "discurso de verdade" sobre os gêneros e as sexualidades, como veremos adiante em mais detalhes.

A estratégia fundamental usada pela maioria dos movimentos, e que está muito ligada aos discursos em torno da igualdade, é a

---

4 Esta pesquisa evidencia que as críticas ao capitalismo e ao mercado são mais recorrentes no ativismo *queer* do que no movimento LGBT institucionalizado.

afirmação das identidades e o uso do essencialismo estratégico[5] que acompanha as suas práticas políticas. Ativistas, em geral, defendem que um grande grupo de pessoas deve ter e afirmar a mesma identidade (ou um restrito grupo de identidades, na melhor das hipóteses simbolizadas pela sigla LGBT, e, na pior, apenas pela letra G), e que todas devem se identificar com as mesmas características que seriam inerentes a tais identidades ou identidade. O fato de muitas pessoas da academia e/ou da militância festejarem um beijo na telenovela entre duas lésbicas e escreverem ou compactuarem que tal cena trata de um "beijo gay" é um exemplo simples, mas que não pode ser menosprezado. Se, por um lado, no Brasil e no mundo essa estratégia já rendeu conquistas para determinados grupos subalternos (em nosso país, por exemplo, o movimento negro conquistou o sistema de cotas e a lei que criminaliza o racismo e as mulheres conseguiram a Lei Maria da Penha), por outro lado também criou exclusões. De quem? Das pessoas que são subalternizadas, mas que não se identificam exatamente com todas as características atribuídas a quem pode afirmar e desfrutar de determinada identidade coletiva. Por exemplo: quem pode reivindicar a identidade mulher? Apenas quem tem vagina tida como "natural"? O que fazer com o homossexual que não se identifica com a identidade gay hegemônica?

A afirmação das identidades, é claro, não foi uma estratégia criada sem justificativas. Os movimentos perceberam, acertadamente, que um primeiro passo da luta era, e continua sendo, em alguns contextos, melhorar a autoestima das pessoas e elaborar um discurso sobre quem cada movimento está representando. Ou seja, não defendo aqui que a afirmação das identidades não foi ou continua sendo importante. Como argumenta Scott (2005), não devemos pensar a igualdade e a diferença como conceitos opostos, pois assim perde-

5 "Termo cunhado por Gayatri Spivak para se referir à adoção de uma prática política fincada na ficção naturalizante das identidades apenas como meio para a obtenção de direitos". (MISKOLCI, 2011, p. 49)

mos de vista as suas intersecções e isso nos impossibilita de encontrar "resultados melhores e mais democráticos". (SCOTT, 2005, p. 12)

As questões que esta pesquisa pretende trazer são outras: precisamos apenas trabalhar com a afirmação das identidades? E apenas com as que já temos? Não podemos fazer uma combinação de estratégias? As políticas das diferenças nos tornam mais divididos? Ou, pelo contrário, elas podem nos dar pistas de como podemos nos enxergar nas demais diferenças, em como podemos nos unir em prol do respeito às nossas diferenças, que não cessam de ser criadas, modificadas?

Como esses debates ocorrem em países que já possuem alguns marcos legais conquistados pelas políticas da igualdade, diretamente vinculadas à afirmação das identidades, a exemplo do casamento igualitário (Argentina, Espanha e Portugal) e de uma lei antidiscriminação seguida da legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo (Chile)? Quais são os limites desses marcos legais e dessas políticas que giram em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades? Essas políticas resolveram os problemas da homo, lesbo e transfobia nesses países? Que outras políticas estão sendo pensadas e implantadas para combater os processos de subalternização em relação às diferenças sexuais e de gêneros? As políticas da diferença também podem ser usadas para pensarmos em novos marcos legais e políticas públicas ou só servem para fazer uma crítica da cultura ou para a esfera das nossas relações interpessoais?

Antes de mais nada, é preciso dizer que a discussão entre os defensores do paradigma da igualdade *versus* da diferença, embora em outros termos, já está há anos presente nos demais movimentos sociais e também nos primórdios do então Movimento Homossexual Brasileiro. MacRae (1990, 1982) analisa movimentos homossexuais do período de 1978 a 1985. Segundo ele, já naquela época o movimento homossexual era "frequentemente acusado de contribuir para um rígido reforço das categorias sexuais", inclusive por pesquisadores como Jean-Claude Bernardet e Peter Fry. E continua:

> Alega-se que essas posturas acabavam por revalidar o uso do rótulo 'homossexual', concebido por alguns como sendo uma patente forma de controle social, seja ele imposto a um indivíduo por forças sociais externas ou voluntariamente adotado. A prática de 'se assumir', encorajada pelos grupos, correria o risco de não ser nada revolucionária, transformando-se, talvez, somente numa acomodação de comportamentos e sentimentos, até então em desarmonia com as normas gerais, integrando-se de uma maneira mais funcional à estrutura vigente. Estabelecer-se-iam novos padrões e simplesmente se mudaria o lugar da linha de demarcação entre o permitido e o proibido. (MACRAE, 1990, p. 56)

Além disso, MacRae dizia, já naquele tempo, que, "atualmente, a aparência viril é cada vez mais prezada, e começa a surgir um novo homossexual estereotipado que frequentemente ressalta sua aparência máscula, exibindo bigode, barba, músculos de halterofilista, etc." (MACRAE, 1990, p. 54)

Carrara (2010), depois de fazer um panorama sobre as políticas e direitos sexuais no Brasil da atualidade, aponta pelo menos três "perigos" (aspas são do autor) que, segundo ele, mereceriam atenção do movimento LGBT brasileiro. O pesquisador diz que "uma das possíveis consequências da judicialização da política", entendida como a tendência de se "canalizar ou formalizar a luta política na linguagem dos direitos", é que corremos o risco de apostar em uma "'utopia jurídica' segundo a qual se espera da Justiça que resolva todos os problemas". (CARRARA, 2010, p. 143)

O pesquisador alerta que o resultado indesejável dessa aposta é a possibilidade de estarmos trabalhando apenas para uma certa elite econômica, uma vez que o acesso à Justiça, no Brasil, é desigual em função da classe social das pessoas. Outro "perigo" apontado é que, segundo ele, "vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos ou abjetos em oposição a cidadãos respeitáveis, ou seja, aqueles que merecem, por suas qualificações morais, ser integrados, assimilados à sociedade". (CARRARA, 2010,

p. 144) Um pouco mais adiante, diz ainda: "[...] há que se discutir, finalmente, os perigos da reificação das identidades sexuais e de gênero em jogo nesse contexto e de seu possível impacto sobre políticas e direitos que, por serem 'especiais', podem acabar sendo mais excludentes que inclusivos". (CARRARA, 2010, p. 144)

Enfim, quais são as estratégias que, paralelamente às políticas identitárias, têm sido utilizadas para subverter e questionar de forma permanente as normas hegemônicas presentes em nossa sociedade? Que políticas vêm sendo desenvolvidas para que as nossas pautas não colaborem para construir normas do que é ser uma pessoa gay, lésbica, bissexual, travesti ou transexual, aceita apenas se estiver seguindo os padrões já postos?

Por exemplo: em boa parte das pautas que mais mobilizaram o movimento LGBT nos últimos anos, no Brasil e no mundo, transparece a ideia de que o gay é normal, é igual ao heterossexual, quer casar, ter filhos, viver uma vida monogâmica. Paralelo a isso, as pessoas ligadas aos estudos e ativismo *queer* questionam: por que desejamos esse ideal de vida? Por que queremos uma vida a mais parecida possível com a dos heterossexuais? Por que a união civil proposta é exatamente a baseada na família nuclear burguesa, justamente uma das instituições que tanto colaborou e ainda colabora para a subalternização daqueles que não são heterossexuais?

Na primeira fase desta pesquisa fui a campo para ver como esse debate aconteceu e está acontecendo em Portugal, Chile, Argentina e Espanha. Por que escolhi esses países? Como já disse, ressurge na atualidade a discussão em torno de quais são as melhores estratégias políticas para produzirmos o respeito às diferenças sexuais e de gêneros. Nos países que pesquisei, e também no Brasil, esse debate, entre outras razões, recomeçou com a entrada e o crescimento dos estudos *queer*. (MISKOLCI, 2011, 2014; BENTO, 2011; COLLING, 2011, 2014a)

Inicialmente, escolhi os quatro países porque eles já possuem algumas conquistas importantes no combate à homo, lesbo e transfobia e existem coletivos que se autodenominam *queer* ou de dissi-

dência sexual (a exemplo das Panteras Rosa, em Portugal, o Coletivo Universitário de Dissidência Sexual (CUDS), no Chile, e a Assembleia Transmaricabollo, na Espanha). Na Argentina, como veremos, não encontrei coletivos *queer*, mas isso está longe de significar que os estudos *queer* e algumas de suas perspectivas tenham passado incólumes ao longo do tempo.

Para realizar a pesquisa utilizei uma combinação de métodos de trabalho que consiste no aprofundamento da leitura do marco teórico; na busca e leitura dos estudos acadêmicos e textos em geral sobre os movimentos LGBT dos países pesquisados; e nas entrevistas semiestruturadas com pessoas da militância e/ou pesquisadoras da área.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com base em um roteiro prévio, que só foi concluído após a leitura dos estudos sobre os movimentos sociais de cada país. O objetivo era o de primeiro conhecer um pouco mais da realidade de cada local e impedir a ida ao campo já com ideias fixas e pré-concebidas. Assim, também é possível deixar "o campo falar" mais e dar contornos da investigação. No entanto, em todas entrevistas foram realizadas algumas questões similares, de modo a facilitar a produção da análise. O roteiro básico consistiu em saber sobre a história de cada coletivo, quais são as prioridades e ações atuais, qual foi a atuação do grupo nas conquistas do movimento, uma análise da situação atual e quais são as perspectivas para o futuro. Além disso, também busquei informações na imprensa local, nos próprios sites e redes sociais dos grupos.

Flertes em Portugal

Cheguei em Portugal no início de outubro de 2013 e fui direto para a pequena cidade de Coimbra, pois, como disse no início, o meu pós-doutoramento esteve vinculado ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Voltar a morar, ainda que por pouco tempo, numa cidade pequena me fez rememorar algumas sensações, nem sempre boas, de quando eu vivia no interior do Rio Grande do Sul.

Fiquei em Coimbra para ter acesso à biblioteca do CES e para conversar com a minha supervisora, a professora Ana Cristina Santos, que também é uma das fundadoras do grupo não te prives,[6] que milita pelo respeito às diferenças sexuais e de gênero na cidade. Depois de duas semanas de intensas leituras sobre o movimento LGBT e o ativismo *queer* em Portugal, fui para Lisboa para começar o trabalho da pesquisa de campo, que durou até o final dezembro de 2014.[7] Nas leituras que realizei em Coimbra (e que depois continuei em Lisboa), pude ter contato com a produção acadêmica do país sobre o movimento LGBT e o ativismo *queer*. Vejamos o que dizem algumas dessas pesquisas.

No Brasil, um dos autores portugueses mais conhecidos no campo das sexualidades é o professor e ativista Miguel Vale de Almeida, que foi deputado no país e em cujo mandato foi aprovado o projeto de lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em um dos seus textos, Almeida (2010a) faz um resumo cronológico sobre o movimento LGBT, iniciando o seu percurso logo após o 25 de abril de 1974, data máxima do país, a Revolução dos Cravos, que deu fim à ditatura. A democracia, no entanto, não imediatamente permitiu o surgimento de movimentos sociais LGBT, pois, assim como ocorreu em vários países, a esquerda da época via (e em alguma medida ainda vê) a homossexualidade como um "assunto problemático e secundário, quando não mesmo perigoso". (ALMEIDA, 2010a, p. 47)

O movimento social LGBT institucionalizado, a rigor, em Portugal, surgiu a partir da década de 90 do século XX e já muito ligado

6 O grupo prefere a grafia em letras minúsculas.

7 Nos primeiros dias em Lisboa, recebo uma das piores notícias de minha vida. Minha amada mãe, que há tempos tentava se recuperar das sequelas de um AVC, morreu no dia 29 de outubro de 2013. No meu perfil no Facebook, um dia depois, postei a seguinte mensagem, com a qual é possível compreender porque trato disso neste livro: "Amor incondicional, minha parceira, que sempre me apoiou em tudo, que nunca me discriminou por ser como sou, pelas minhas grandes e pequenas mudanças, em todas as esferas. Devo a mais essa filha de Oyá tudo o que sou. Só posso dizer obrigado, de longe e tão perto. Que Oyá, pelo dia que é de hoje, lhe guie pelos melhores mundos. A senhora merece. Um beijo." É por essa razão que este livro é dedicado a ela.

com o combate ao HIV/Aids. Mas antes disso existiram ações sobre o tema no país. Ana Cristina Santos (2004a) informa que, logo após o abril de 1974, começaram a aparecer manifestações esparsas com temática homossexual em alguns protestos, e em 25 de outubro de 1980 foi criado o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR), que durou apenas dois anos.

Esse grupo assistiu, em 1982, à retirada da homossexualidade do Código Penal, que datava de 1886 e, em seu artigo 71,

> [...] punia com medidas de segurança – internamento em manicômio criminal, casa de trabalho ou colônia agrícola (por período de seis meses a três anos, para trabalhos forçados), liberdade vigiada, caução de boa conduta e interdição do exercício da profissão – quem se entregasse habitualmente à 'prática de vícios contra a natureza'. (ALMEIDA, 2010a, p. 47)

No entanto, o mesmo Código criou um novo crime, constituído como "homossexualidade com menores", prevendo pena de até três anos para o maior de idade que fizesse sexo com um menor de 16 anos. A mesma pena não existia para os heterossexuais.

Com a epidemia do HIV/Aids no país, no início da década de 90, os coletivos LGBT começaram a surgir e se organizar. Em 1991 foi criado um dos pioneiros, o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), dentro do Partido Socialista Revolucionário. Em 1995, foi fundada a seção portuguesa da Ilga (International Lesbian and Gay Association), mas o seu reconhecimento legal ocorreu em novembro de 1997, com a inauguração do Centro Comunitário Gay e Lésbico, em espaço concedido pela Câmara Municipal de Lisboa.

Em janeiro de 1996, as lésbicas criaram o Clube Safo (formalizado em 15 de fevereiro de 2002). Outros grupos que mantêm atividade e representatividade são o Opus Gay (desde 1997), o não te prives, o Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais, em Coimbra (2001), e a Ex aequo – grupos de jovens LGBT (2003). (SANTOS, 2004a) Em 2004, militantes, alguns dos quais integravam a Ilga, criaram o coletivo Panteras Rosa.

Nos últimos 15 anos, Portugal avançou em alguns marcos legais que dizem respeito diretamente às questões LGBT. Em março de 2001, o Parlamento aprovou as chamadas "uniões de fato", que permitiu o reconhecimento de uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo. Esse avanço, entretanto, se restringia mais às questões econômicas de quem já possui uma união estável e isso fez com que o movimento se mobilizasse para a aprovação do casamento, o que ocorreu em janeiro de 2010. Entretanto, simultânea a essa aprovação foi criada uma separação entre parentalidade e conjugalidade, o que impediu a adoção de crianças por casais de gays e lésbicas.

Em 22 de abril de 2004 foi aprovada a inclusão da orientação sexual no artigo 13 da Constituição, que proíbe várias discriminações (Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de julho – a primeira do tipo na Comunidade Europeia). Apesar disso, a identidade de gênero não foi incluída na lista. Em 2007 foi aprovado, por referendo, o direito ao aborto, com significativo apoio e trabalho da militância LGBT e *queer*.

O Código Penal Português, que foi alterado em setembro de 2007 e em fevereiro de 2013, em seu artigo 240, criminaliza a discriminação racial, religiosa e sexual através do chamado discurso de ódio. Assim, esse artigo estabelece que é crime

> [...] fundar ou constituir organização ou desenvolver atividades de propaganda organizada que incitem à discriminação, ao ódio ou à violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou nacional, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, ou que a encorajem. (PORTUGAL; ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2013)[8]

Além disso, as motivações preconceituosas são relevantes também em casos de difamação, injúria, ameaças e atos de violência, enquanto circunstâncias agravantes.

A lei de identidade de gênero existe no país (Lei 07/2011), mas mantém o viés patologizante. O texto diz que "têm legitimidade para

8 Disponível em: < https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/02/03700/0109601098.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

requerer este procedimento as pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, a quem seja diagnosticada perturbação de identidade de género." (PORTUGAL; ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA, 2014) [9] O diagnóstico deve ser realizado por uma "equipe multidisciplinar de sexologia clínica", composta por pelo menos um médico e um psicólogo.

Entre as lacunas legais em Portugal, apontadas por Almeida (2010a), estão a falta do reconhecimento explícito dos casamentos entre portugueses e estrangeiros do mesmo sexo, da possibilidade de concessão de asilo às pessoas perseguidas por orientação sexual, o fim da proibição da doação de sangue por homossexuais e a permissão da adoção. Neste texto, o pesquisador também detecta que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG), que tem uma trajetória que se inicia na década de 70, mas que no atual formato e nome existe desde 2007 para coordenar, no âmbito do governo federal, ações de combate aos preconceitos, tem priorizado a identidade de gênero de mulheres e menosprezado as questões de orientação e diversidade sexual e de gênero. Também aponta a falta de dados oficiais sobre os crimes de ódio, uma agência que investigue as denúncias de discriminação na esfera do trabalho (desde 2003, o Código do Trabalho proíbe a discriminação do trabalhador com base na orientação sexual), nas escolas e no acesso das mulheres solteiras e lésbicas aos programas de maternidade assistida.

Apesar das lacunas, é inegável que Portugal conta com marcos legais bem mais avançados para a população LGBT do que outros países. Como essas leis foram aprovadas? Que estratégias foram utilizadas? Que condições sociais, culturais e políticas permitiram essas conquistas? Os estudos sobre o tema e as entrevistas que realizei com dez pessoas pesquisadoras e ativistas do país apontam para uma série de razões, como desenvolverei na próxima seção do livro.

---

9 Leia a lei na íntegra em: <http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/lei72011.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

Em Portugal, entrevistei pessoas dos coletivos Ilga Portugal, Clube Safo, Panteras Rosa, não te prives, *Queer* Lisboa, além da deputada Elza Pais, João Pereira, na época funcionário da CIG, e conversei com os pesquisadores Fernando Cascais, João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira. Uma outra pessoa também foi entrevistada e pediu anonimato e, por isso, será chamada aqui de Pessoa X.

Logo que cheguei a Lisboa soube, pelo perfil das Panteras Rosa no Facebook, que elas estavam envolvidas na organização de uma atividade em preparação ao Outubro Trans em Portugal. Tratava-se de um jantar beneficente seguido da exibição de alguns filmes e uma discussão sobre a importância da despatologização das identidades trans. A atividade ocorreu em uma associação localizada em um prédio ocupado, parecido com os que depois eu viria a conhecer na Espanha, onde as Panteras realizam algumas de suas atividades abertas ao público em geral. Cheguei um pouco atrasado, depois de me perder pelos labirintos um tanto escuros daquela área de Lisboa, e me surpreendi com a quantidade de pessoas no local, seguramente mais de 100. Animadas, todas comiam as chamadas francesinhas, um prato típico da cidade do Porto, mas que ali era chamado sugestivamente de "*transcesinhas*". Foi neste dia que falei pela primeira vez, em ambiente offline, com Sérgio Vitorino, um dos fundadores do movimento LGBT de Portugal e um dos criadores das Panteras.

Ele estava feliz com a casa cheia, me deu boas-vindas com um sorriso sincero, me ofereceu o fanzine especial realizado para aquela ocasião, com vários textos em defesa da despatologização das identidades trans. Tinha em mãos, para vender, o livro *Trans Iberic Love*, de Raquel Freire (2013), cineasta e escritora. Perguntei sobre o livro e Sérgio disse: "É daquela ali (me apontou para uma moça que estava na rua conversando com uma pessoa trans bem mais alta que ela). Ela foi das Panteras e agora está transformando o livro em filme. Me disseram que eu sou um dos personagens", disse, animado. Na contracapa, o texto diz que "*Trans Iberic Love* é a história de duas pessoas do século XXI que se apaixonam perdidamente uma pela outra e pela

revolução que protagonizam, do movimento *Queer* dos anos 2000 ao dos Indignados em 2011".

Raquel nasceu no Porto, assim como Maria, uma das personagens do livro, que se apaixona por José, um homem trans de Barcelona que vira um ativista pelos direitos das pessoas trans e da luta pela despatologização das suas identidades. O livro estranha (*queeriza*) as formas de escrever um romance. Os textos se dividem como se fossem escritos por cada uma das personagens e o formato e a linguagem lembram aquilo que escrevemos em nossos e-mails e redes sociais. O livro colabora para entendermos uma parte do universo trans, de suas lutas, dores e delícias. Com linguagem acessível para um grande público (a obra estava sendo vendida em todas as livrarias de Lisboa), várias referências à música popular brasileira, a exemplo de Caetano Veloso e Elis Regina, consegue traduzir e tratar de questões complexas e, em especial, sensibilizar as pessoas que o leem sobre temas como heterossexualidade compulsória, heteronormatividade, performatividade de gênero, transfobia, disciplina e controle sobre os nossos corpos.

O primeiro contato com as Panteras não poderia ter sido melhor. A entrevista em profundidade com Sérgio Vitorino só foi realizada semanas depois, pois tivemos que remarcar o encontro algumas vezes. Uma das datas, inclusive, foi o dia da morte de minha mãe e eu não estava com a mínima condição de entrevistá-lo. "Já passei por isso, é duro, fique bem. Outro dia conversamos", disse ele por e-mail. Marcamos nossa conversa semanas depois, numa fria tarde do início do inverno, ao ar livre, em um dos quiosques da praça Príncipe Real. Nos arredores é onde se concentram a maioria dos poucos bares e boates gays de Lisboa. A conversa foi tão boa que decidi publicar a entrevista na íntegra (COLLING, 2014b) na primeira edição da revista *Periódicus*, que o grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) lançou em maio de 2014.[10]

---

10 A íntegra pode ser lida em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10144/7249>. Acesso: 10 dez. 2014.

As demais entrevistas também foram muito interessantes e me permitiram ter uma dimensão das discussões sobre políticas sexuais e de gênero no país. Uma das últimas entrevistas foi com o então presidente da Ilga Portugal, Paulo Côrte-Real, grupo institucionalizado mais importante do país, que me recebeu no casarão onde funcionava o Centro Comunitário do grupo. "Quem você já entrevistou?", perguntou ele, logo no início. Ao saber da lista, esboçou uma reação negativa, do tipo, "já sei o que disseram sobre a Ilga", mas manteve a amabilidade e enfrentou todas as questões com determinação.

A representante do Clube Safo, Anabela Rocha, na época havia sido recentemente escolhida para presidir o grupo, e também esboçou suas diferenças em relação à Ilga, em especial sobre sua resistência em tratar da pauta das pessoas poliamorosas. Semanas antes de terminar este livro, Anabela me informou que não é mais presidenta do Clube Safo.[11]

A deputada Elza Pais, do Partido Socialista (PS), foi entrevistada por ser a ex-coordenadora da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG), período em que tentou implementar algumas políticas de diversidade sexual no Estado português. Fui até a CIG e entrevistei o então funcionário João Pereira para saber como estava o trabalho atual e ele descreveu um quadro muito negativo, com o qual Paulo Côrte-Real, por exemplo, não concordou.

Também entrevistei os pesquisadores Fernando Cascais e João Manuel de Oliveira, que são mais ligados aos estudos *queer* e que acompanham o tema no país, e Conceição Nogueira, conhecida feminista que mora e leciona na cidade do Porto. Para completar a lista, entrevistei ainda Paulo Jorge Vieira, um dos coordenadores do grupo não te prives, e João Ferreira, organizador do festival de cinema *Queer* Lisboa.

---

11 Tratarei sobre as razões na segunda parte do livro, na seção sobre Portugal.

Flertes no Chile

Cheguei em Santigo do Chile nos primeiros dias de janeiro de 2014 e fui recebido, logo no aeroporto, numa madrugada quente e seca (como seriam todos os dias e noites que por lá passei), pelo pesquisador, escritor e ativista Juan Pablo Sutherland, uma pessoa fundamental para a minha pesquisa porque me deu depoimentos, ótimas dicas e cedeu sua biblioteca particular. Tudo isso me auxiliou muito para entender o movimento LGBT e o ativismo *queer* do país. Eu já o conhecia porque, no VI Congresso Internacional de Estudos de Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), que realizamos em Salvador, em 2012, o convidamos para participar de uma mesa-redonda sobre literatura. A primeira vez que eu soube da existência de Juan foi em uma entrevista com Paul B. Preciado, publicada em 2007 na revista *cadernos pagu*.[12] Preciado dizia que, no Chile, os dois maiores representantes do *queer* são Juan e o escritor Pedro Lemebel, que morreu em janeiro de 2015. A minha pesquisa aponta que o ativismo *queer* no Chile conta com vários nomes que, inclusive, possuem fortes divergências entre si.

Nas minhas leituras preliminares sobre o movimento LGBT do Chile, logo soube que a primeira aparição pública de algum coletivo homossexual ocorreu em 22 de abril de 1973, cinco meses antes do então presidente Salvador Allende ser deposto pelo golpe militar que durou até 11 de março de 1990, quando o ditador Augusto Pinochet foi substituído pelo presidente eleito Patrício Aylwin. Conforme conta Victor Hugo Robles ([2008?]), a aparição consistiu em uma manifestação com cerca de 25 homossexuais e travestis, que clamavam por liberdade. Foram ridicularizadas pela imprensa da época, inclusive da esquerda.

12 Carrilo (2007). Leia a íntegra em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100016>. Último acesso: 2 jan. 2014.

Em finais de 1977, em plena ditadura, foi criado um coletivo de homossexuais religiosos, o Integração, que tinham como objetivo conversar entre si sobre os seus problemas. Em 1984, as lésbicas criam o grupo Ayuquelén, que durou pouco tempo, mas que, entre suas integrantes, havia as que já questionavam a heterossexualidade obrigatória. (ROBLES, [2008?], p. 23)

No final da década de 80 o Chile vivia um período em que a ditadura, a cada dia, encontrava mais dificuldades de se manter. Com a expansão dos casos de HIV/Aids, um grupo de gays criou, em 1987, a Corporação Chilena de Prevenção do HIV/Aids, conhecida hoje como Acciongay. Até 2004, a organização estava apenas focada no combate à epidemia, mas a partir desse ano ampliou o seu espectro e atualmente também está inserida nas lutas por direitos.

Em 1988, entre os agitados protestos pela redemocratização do país, Pedro Lemebel e Francisco Casas criaram as Éguas do apocalipse. A dupla realizou uma série de performances públicas baseadas em uma estética travesti de rua que causou muito impacto. Segundo Robles, as audazes representações conseguiram forçar a inclusão do tema homossexual nos discursos políticos de oposição ao regime militar. Mais adiante voltarei a falar das Éguas e da obra de Lemebel, que podem ser consideradas como sintonizadas com o que hoje nomeamos de ativismo *queer*.

De um racha no Acciongay nasceu, em 28 de junho de 1991, um ano após a redemocratização do país, o Movilh, que então se chamava Movimento de Liberação Homossexual. O Movilh existe até hoje, mas desde a segunda metade da década de 90 se chama Movimento de Integração e Liberação Homossexual. A mudança ocorreu depois de uma grande e controversa tensão e divisão entre os integrantes do coletivo, que culminou na expulsão de Rolando Jiménez do grupo.[13]

---

13 Segundo os livros de Contardo (2012) e Robles ([2008?]), Rolando Jiménez foi expulso do Movilh Histórico, em 1994, após representar o grupo em uma conferência anual da Ilga em Nova Iorque. Na ocasião, a Ilga votaria o pedido de expulsão de uma organização chamada Nambla, que havia sido acusada de promover a pedofilia. O Movilh teria decidido pela abstenção na votação, mas Rolando votou contra a expulsão, o que irritou completamente os integrantes

No entanto, Jiménez se apropriou da marca Movilh, mudou o significado da sigla, manteve o grupo e levou consigo a marca do coletivo pioneiro. Por isso, hoje ativistas dizem que existem dois Movilh: um de Jiménez, que se mantém desde sempre na presidência do grupo, e o Movimento Unificado de Minorias Sexuais ou Movilh Histórico (MUMS), que foi criado em 28 de junho de 1998 para unificar as pessoas do primeiro Movilh e de outro coletivo chamado Centro Lambda Chile.

Os primeiros anos do Movilh foram marcados pela despenalização da homossexualidade, que era considerada crime no artigo 365 do Código Penal do país. A promulgação da despenalização ocorreu apenas em 1999. Em 2001, surgiu o primeiro coletivo travesti, o Traves Chile, presidido pela ativista Silvia Parada. Nos últimos anos, em Santiago, as travestis estão mais presentes no Sindicato Nacional Independente de Trabalhadoras Sexuais Amanda Jofré, criado em 2004. O nome é uma homenagem à travesti assassinada em 24 de novembro de 2002.

O ano de 2002 ficou marcado pela criação do CUDS (inicialmente chamado de Coletivo Universitário de Diversidade Sexual e, depois, de Coletivo Universitário de Dissidência Sexual) e de dois periódicos que inicialmente eram impressos e posteriormente se transformaram em sites da internet: *Opus Gay*, que não existe mais, e o *Rompendo o silêncio*, na web até hoje,[14] mais dirigido ao público lésbico, sob a coordenação de Érika Montecinos. Por falar em mídia, de 1993 até 2007 foi ao ar o programa de rádio *Triângulo Aberto*, inicialmente realiza-

---

do grupo chileno. Em Contardo (2012, p.388), Rolando alega que o Movilh não tinha tomado uma decisão a respeito antes da viagem e reconhece que agiu muito mal nesse caso. Juan Pablo Sutherland, no mesmo livro e em entrevista pessoal para a minha pesquisa, disse também que a relação do coletivo com Rolando era muito ruim, porque "Jiménez tinha uma perspectiva de 'normalização' da homossexualidade, lhe incomodava muito a figura da loca. Rolando sempre brigou com as *Éguas do apocalipse* porque davam uma imagem que ele não gostava de ver associada à homossexualidade. Uma pessoa pode ter diferentes posturas, mas ele foi expulso porque não respeitou a votação do Movilh". (CONTARDO, 2012, p.389)

14 http://www.rompiendoelsilencio.cl/

do com militantes do Movilh Histórico e depois do MUMS, entre eles Victor Hugo Robles e Juan Pablo Sutherland.

Em 2003, foram apresentados ao Parlamento os primeiros projetos para regularizar as uniões civis ou mudar o conceito de matrimônio para incluir a possibilidade de união entre duas pessoas do mesmo sexo. No início de 2014, dois meses antes do encerramento do mandato de Sebastião Piñera como presidente do Chile, o Parlamento aprovou um indicativo de que o projeto AVP (*Acuerdo de Vida en Pareja*) fosse discutido. O mesmo ocorreu com o projeto de lei de identidade de gênero em tramitação. No entanto, o mandato do presidente acabou em março de 2014 e somente em janeiro de 2015 a Câmara dos Deputados aprovou uma nova versão do AVP, que passou a ser chamado de Acordo de União Civil (AUC) entre pessoas do mesmo sexo. O projeto de lei de identidade de gênero continua em tramitação. Voltarei a tratar desses temas na segunda parte do livro, na seção sobre o Chile.

Em 29 de junho de 2004, um grupo de lésbicas criou o coletivo As Outras Famílias. Isso ocorreu após o paradigmático caso da juíza Karen Atala Riffo, que perdeu a guarda de suas três filhas porque seu ex-marido, Jaime López, alegou que, por ela ser lésbica e estar à época vivendo com outra mulher, Emma de Ramón, não poderia criar as crianças. A Justiça local acatou as alegações do marido em duas instâncias e Karen recorreu à Comissão Interamericana de Justiça contra o Chile. Depois de oito anos e meio, em 24 de fevereiro de 2012, o Chile foi condenado por violar o direito à igualdade e da não discriminação, o direito à vida privada e o direito a ser ouvido. Como reparação, o Estado teve que pagar uma multa para a juíza e suas filhas, oferecer a elas atenção médica e psicológica e publicar a sentença no Diário Oficial.[15] (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2015) A realização de um ato público de reconhecimento

15 Veja íntegra da sentença em <http://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_esp.pdf>.

de responsabilidade internacional também teve que ser realizado, o que ocorreu em dezembro de 2012.

Já em 2011 foi criada a Fundação Iguais, que teve como seu primeiro presidente o conhecido escritor de ficção Pablo Simonetti. Tida por boa parte do movimento como um grupo de gays de classe média alta, em pouco tempo de atuação o coletivo ganhou muita notoriedade no país.

Além do AVP, o principal marco legal conquistado pelo movimento LGBT do Chile é a chamada lei antidiscriminação, mais conhecida como Lei Daniel Zamudio, em referência ao nome do adolescente gay que foi assassinado barbaramente por um grupo de neonazistas em Santiago, em março de 2012.[16] O crime acelerou a aprovação da lei, mas o projeto já tramitava desde 2005 no parlamento. A referida lei criminaliza vários tipos de discriminações, inclusive de orientação sexual e identidade de gênero. No entanto, a lei recebeu muitas críticas de todas as pessoas ativistas entrevistadas para esta pesquisa, independente de qual seja a sua perspectiva política e/ou teórica.

No Chile, as pessoas que entrevistei fazem parte dos coletivos Movilh, OTD (Organização de Transexuais pela Dignidade e Diversidade), CUDS, Rompendo o silêncio, Fundação Iguais, Acciongay, Movimento Unificado de Minorias Sexuais (MUMS), Secretaria de Sexualidades e Gêneros (Sesegen) e os ativistas e pesquisadores Victor Hugo Robles e Juan Pablo Sutherland. Ao contrário do que fiz em Portugal, no Chile resolvi começar pelo grupo institucionalizado mais antigo, o Movilh. Entrevistei o sisudo e controvertido Rolando Jiménez na sede do grupo que ele dirige. Respondeu às perguntas de forma seca e categórica, desqualificou o livro de Robles sobre o movimento LGBT e foi o único entrevistado que deixou evidente não ter nenhuma esperança com o mandato da presidente Michelle Bachelet, que iniciaria o seu segundo mandato nas semanas seguintes à entrevista.

16 O adolescente foi atacado por quatro pessoas em 2 de março de 2012 e veio a falecer 25 dias depois. O caso provocou comoção no país.

Depois foi a vez de conversar com Andrés Ignacio Rivera Duarte, que na época presidia a OTD. Ao contrário do que ocorre em alguns grupos, que possuem presidentes eternos, como é o caso do Movilh, a OTD realiza eleições e, em julho de 2014, elegeu Michel Riquelme para presidir o grupo. Foi mais uma das belas surpresas da pesquisa ter encontrado um ativista como Andrés, que me emocionou ao contar a sua história pessoal, marcada por momentos de muita transfobia. Sintonizado com perspectivas *queer*, Andrés também falou sobre suas tensões com parte do movimento, em especial quando Rolando Jiménez fala em nome da comunidade trans do país.

A terceira entrevista foi com Felipe Rivas San Martin, do CUDS, o coletivo mais sintonizado com as perspectivas *queer* que entrevistei no Chile. Além da entrevista, encontrei com Felipe em uma manifestação da qual o CUDS participou. Na ocasião, outra vez as pessoas que integram o grupo levaram às ruas de Santiago a sua campanha *Pelo direito de não nascer*, que luta pela legalização do aborto no país. Também encontrei integrantes do CUDS em outro evento sobre arte e política, realizado no lindo Museu da Memória, do qual participei e pude entender mais um pouco do trabalho do grupo. Embora possua o "universitário" em seu nome, o CUDS está para além de ser apenas um grupo acadêmico. Na verdade, o coletivo foi criado em 2002, na Universidade do Chile, mas os seus primeiros integrantes já estão formados e agora se reúnem e agem também fora do ambiente acadêmico.

Mais ligados à academia, mas também com ações fora dela, existem outros coletivos, como a Sesegen, que não se autoidentificam como *queer*, mas que possuem ações que poderíamos chamar de contradiscursivas, como a realização de cursos de BDSM[17] na universidade, por exemplo. Foi o único coletivo de toda a pesquisa que fez

17 A sigla significa Bondage e Disciplina, Dominação e Submissão, Sadismo e Masoquismo.

questão de conceder a entrevista em grupo, com a presença de várias pessoas.[18]

O histórico e amável militante Victor Hugo Robles, que, em 1997, criou uma personagem que marcou e ainda marca o ativismo LGBT do Chile, o Che dos Gays, me recebeu em seu local de trabalho, uma livraria da Universidade Arcis. Os representantes dos demais grupos institucionalizados, Luis Larrain, da Fundação Iguais, Marco Becerra, da Acciongay, e Fernando Muñóz, do MUMS, foram entrevistados nas sedes das organizações nas quais militam, todas elas com uma infraestrutura muito boa em áreas diferentes da cidade.

Flertes na Argentina

Cheguei em Buenos Aires no início de março para mais uma etapa da pesquisa, que ocuparia dois meses de trabalho de campo. Ao sair do aeroporto de Ezeiza, ao mesmo tempo em que revivia agradáveis viagens anteriores à cidade, pensava sobre como seria importante e desafiador entrevistar a militância argentina.

A primeira pessoa que encontrei, para a pesquisa, foi a filósofa e ativista Moira Pérez, que há anos oferece um curso de introdução à teoria *queer* na cidade. Já acompanhava a página do curso no Facebook,[19] a contatei e tivemos uma produtiva e interessante conversa informal. Participei do primeiro encontro de uma nova turma do curso, que naquela ocasião era formada por cerca de 20 pessoas muito interessadas nas reflexões *queer* e que se reuniam em um prédio recheado de salas usadas para cursos de pintura e música no bairro de Almagro. Logo percebi imensas semelhanças do curso com a disciplina que regularmente ministro no Programa Multidisciplinar

---

18 A quantidade de pessoas, aliado ao barulhento local escolhido para gravar a entrevista, prejudicou muito a decupagem da gravação e muitas falas das ativistas do Sesegen não puderam ser aproveitadas em minha pesquisa. Peço desculpas às pessoas que gentilmente se dispuseram a colaborar.

19 Ver em <https://www.facebook.com/profile.php?id=100003725774199&fref=ts>.

de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, na Universidade Federal da Bahia.

Como fiz nos demais países, primeiro tratei de ler mais sobre a história do movimento social LGBT e suas principais conquistas, várias delas conhecidas internacionalmente. Felizmente, encontrei bons trabalhos acadêmicos. A história do movimento se inicia antes mesmo da longa ditadura que assolou o país. Segundo Rapisardi e Mordarelli (2001), a Frente de Liberação Homossexual Argentina (FLH), que defendia a questão da sexualidade como revolução, teve aparição pública na Praça de Maio, em 1973, e se dissolveu antes do golpe de Estado de 1976.

A trajetória do poeta, ativista e pesquisador Nestor Perlongher em seu país natal está inscrita nesta mesma história. Palmeiro, que estuda a vida e obra de Perlongher, sintetiza:

> A histórica Frente nasceu em duas etapas. Em 1969, em um contexto de grande agitação política que seguiu à crise da ditadura do General Onganía, um pequeno grupo de sindicalistas homossexuais e comunistas de classe trabalhadora começou a se reunir em um subúrbio de Buenos Aires para discutir sobre suas experiências de exclusão, para organizar protestos contra a repressão policial e judicial e, em longo prazo, desarticular o conceito ideológico de homossexualidade como perversão. Esse grupo se chamava Nosso Mundo e foi fundado por Héctor Anabitarte, um ex-militante do Partido Comunista. Nesse clima de intensa politização, e inspirados nas experiências da luta antirrepressiva de Stonewall e nas contestações ao poder de Maio de 68, foi que alguns estudantes, escritores e profissionais se somaram ao Nosso Mundo em 1971. Surgia assim a Frente de Liberação Homossexual (versão livre do Gay Liberation Front norteamericano) que funcionaria até 1975, logo da intensificação da repressão policial prévia ao golpe cívico-militar de 1976. (PALMEIRO, 2014)[20]

---

20 Todas as traduções de trechos de referências bibliográficas em língua estrangeira são de minha autoria, exceto quando constar quem realizou ou auxiliou a tradução. As entrevistas

E continua Palmeiro:

> Alguns desses estudantes conformavam o grupo Eros, um coletivo de orientação revolucionária e anarquista. Como tal transformaram a estrutura do Nosso Mundo, e criaram uma organização para a FLH que aspirava a ser antiautoritária e antiverticalista, como uma coordenadoria de grupos de ação autônomos: Eros (liderado pelo jovem Perlongher, que então tinha 22 anos), Nosso Mundo (sempre liderado por Anabitarte), Safo (grupo de lésbicas feministas), Emanuel (grupo cristão), Católicos Homossexuais Argentinos, Bandeira Negra (anarquistas), Grupo de Profissionais etc., somados a colaboradores periféricos, como os escritores Manuel Puig, Juan José Sebreli e Juan José Hernández. Ex-ativistas da FLH contam que na realidade a Frente tinha duas grandes vozes em tensão permanente: a linha anarco-trotskista de Perlongher (que se fazia chamar Rosa Luxemburgo) e a linha reformista de Anabitarte. A diferença do plano original do Nosso Mundo, a FLH propunha uma liberação homossexual no marco da iminência da liberação social e nacional que supostamente estava por ocorrer. (PALMEIRO, 2014)

Em texto que faz parte do livro *Prosa Plebeya*, Perlongher também escreve sobre o início da FLH e releva como e por que ocorreram os primeiros tensionamentos entre ativistas de então. Conta ele que os integrantes da FLH possuíam uma vertente mais marxista e as pessoas do grupo Eros, do qual ele fazia parte, que ingressaram em 1972, vinham igualmente com uma perspectiva de esquerda, mas também eram influenciadas pelo anarquismo. Essas diferenças ficaram evidentes, diz ele, no primeiro boletim da FLH, publicado em março de 1972. Enquanto um texto dizia que o objetivo da FLH era lutar para que a esquerda incorporasse as reivindicações homossexuais em seus programas, em outro se "privilegiava o papel da sexualidade e se falava com ceticismo de 'cinquenta anos de revoluções socialistas'". (PERLONGHER, 1997, p. 78)

---

em língua espanhola foram transcritas em língua portuguesa por mim e pelos bolsistas Leandro Stoffels e Érica Vilela.

Os tensionamentos continuaram com a chegada de Perón ao poder. Parte dos ativistas resolveu apoiá-lo, o que, posteriormente, segundo Perlongher, gerou um desencantamento, porque a repressão policial aos homossexuais não cessou. No final de 1973 a FLH lançou a revista *Somos*, que contou com oito edições de cerca de 500 exemplares impressos clandestinamente e de forma artesanal. A publicação acabou em janeiro de 1976. Em março daquele ano a ditadura argentina começou e os ativistas decidiram, em junho, acabar com a FLH. (PERLONGHER, 1997, p. 83) Foi quando Perlongher, depois de ser perseguido pela ditadura, decidiu se autoexilar no Brasil, onde intensificou as leituras e produções que o tornam mais sintonizados com o que hoje chamamos de um ativismo *queer*.

No entanto, como destacam Bellucci e Palmeiro (2013, p. 47), as pessoas do grupo Eros já liam Michael Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, através dos quais propunham, junto com outros autores, uma revisão da teoria marxista. Em *Prosa Plebeya*, que reúne artigos mais breves de Perlongher publicados em vários locais, alguns deles inclusive no jornal *Folha de S. Paulo*, mais do que em *O negócio do michê*, encontramos explicitamente essas posições políticas do pesquisador argentino.

Em um artigo, intitulado *El sexo de las locas*, publicado pela primeira vez em 1984, ele analisa a construção da heterossexualidade como normalidade e critica o que chama de normalização da homossexualidade, que criaria um modelo gay respeitável e deixaria nas margens novas marginalizadas, a exemplo das travestis e das "locas". Acionando a ideia de devir-mulher de Guattari, ele propõe uma alternativa: "o sexo das locas, uma sexualidade loca, a sexualidade que é uma fuga da normalidade, que a desafia e subverte. Locas bailando nas praças, locas girando nas portas das fábricas, locas fazendo fila na porta dos banheiros". (PERLONGHER, 1997, p. 33)

Neste mesmo livro, em outros textos, Perlongher (1997, p. 56) analisa, no calor dos acontecimentos, o que ele identifica como novos "dispositivos muito mais potentes" para o controle da sexuali-

dade com a proliferação do vírus HIV no Brasil. A epidemia, diz ele, mudava radicalmente o seu próprio campo de pesquisa realizado em *O negócio do michê*, o que ameaçaria tornar o livro uma "peça de arqueologia".[21]

O movimento LGBT só voltou a contar com uma associação após o fim do regime militar. A Comunidade Homossexual Argentina (CHA) foi criada em 16 de abril de 1984, apenas quatro meses depois do início do primeiro governo civil pós-ditadura,[22] na lendária boate Contramano, que existe até os dias atuais na rua Rodriguez Peña, 1082, frequentada em sua maioria por gays com idade acima dos 45 anos. Enquanto isso, as *bicudas* preferem a imensa boate Human ou a pequena Glam. Eu, além da Contramano, frequentei a Angels (onde é possível dançar ao som de músicas locais) e a KM Zero (com seus ótimos shows de transformistas e drags), para horror de alguns gays portenhos que me alertavam: "cuidado, nesses lugares só tem gente feia e muito ladrão". Esse tipo de diagnóstico, discutível, classista, racista e quase sempre falso produz em mim o efeito contrário.

Essas leituras e divisões existentes nos locais de diversão e sociabilidade gay[23] (nos aqui citados existia pouca frequência lésbica e trans, exceto na Angels, onde as travestis eram significativas) são comuns em muitas cidades e não podem ser desprezadas. Isso porque elas dizem muito sobre as divisões e diversidades internas da comunidade LGBT e também sobre a constante produção de hierarquias em seu interior, que são produzidas e/ou que se refletem também

---

21 Sobre a sintonia de Perlongher com o que hoje chamamos de estudos e ativismo *queer*, leia o dossiê *Cartografia dos estudos queer na ibero-américa*, publicado na primeira edição da revista *Periódicus*, Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/issue/view/871/showToc>. Acesso em: 10 jan. 2015.

22 Em 10 de dezembro de 1983 teve início o mandato do presidente Raúl Alfonsín e neste mesmo dia ocorreu a primeira aparição pública de diversos grupos de homossexuais que começavam a surgir no país. (BAZÁN, 2010)

23 Buenos Aires é considerada e se vende comercialmente como uma capital amiga dos gays. Isso impulsionou o desenvolvimento de um amplo e forte mercado que pode ser dimensionado no mapa gay da cidade, Disponível em <http://www.gmaps360.com/home/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

nas políticas do movimento social, como será possível perceber no conjunto deste livro.

Outro lugar que frequentei em Buenos Aires foi a Casa Brandon, que se autodenomina como um clube de cultura *queer*.[24] Trata-se de um bar/teatro que possui uma variada programação, que inclui shows, performances, saraus de poesia, literatura, teatro e artes plásticas. Foi lá que assisti a uma memorável apresentação da artista Susy Shock, dias após ela ter recebido, da Legislatura da Cidade de Buenos Aires, a Declaração de Interesse para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos em função da obra *Poemário Trans Pirado*, de sua autoria.[25] Seu poema musicado, no qual ela diz "eu, reivindico meu direito de ser um monstro", é declamado e cantado nessas apresentações como um hino pelas pessoas que lotam os espaços por onde ela anda.

Voltando à história da CHA: apesar da associação ter sido criada em 1984, ela só conseguiu ter personalidade jurídica em 20 de março de 1992, pois os órgãos responsáveis negaram várias vezes os pedidos de registro. O primeiro presidente da CHA foi o ativista Carlos Jáuregui, que ocupou o cargo até 1987, quando virou secretário de Direitos Humanos da organização. Em 1991, ele e mais três ativistas criaram o grupo Gay pelos Direitos Civis (Gay DC), que deixou de existir. A militância de Jáuregui é estudada pela pesquisadora e ativista Mabel

---

24 Ver site da Casa Brandon em <http://www.brandongayday.com.ar/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Outro local que se autodenomina como *queer* é o Tango *Queer*, que consiste em um curso de tango oferecido nas noites de todas as terças-feiras para pessoas LGBT no centro da cidade. Após a aula ocorre um baile de tango para qualquer pessoa que deseja dançar. Fui ao Tango *Queer* em duas ocasiões, e pelo menos nessas duas vezes o que vi, em sua maioria, foram gays estrangeiros brancos tentando aprender alguns passos de tango. Não tive vontade de voltar e, na minha rápida leitura, trata-se de uma apropriação equivocada do *queer* como sinônimo de gay, algo cada vez mais comum pelo mundo. Mais informações no <https://www.facebook.com/pages/Tango-*Queer*-Buenos-Aires/46122212389?ref=ts&fref=ts>. Acesso em: 10 jan. 2015.

25 O *Poemário Trans Pirado* também foi editado em um livro. (SHOCK, 2011a) Veja um trecho do *Poemário* em show em: <https://www.youtube.com/watch?v=AmjjYZl8VL0>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Bellucci (2010), autora do livro *Orgulho, Carlos Jáuregui, uma biografia política*. Em um texto escrito por ela e Palmeiro, ambas tentam encontrar semelhanças e diferenças entre Perlongher e Jáuregui e também sintonias deles com o que hoje nomeamos de ativismo *queer*, o que, em minha análise, como visto anteriormente, se percebe mais facilmente na vida e obra de Perlongher. Apesar disso, sobre Jáuregui e uma perspectiva *queer*, elas escreveram o seguinte:

> Jáuregui era um ativista *queer* sem se propor a ser, foi quem começou a aprofundar mais ainda os laços estabelecidos para empurrar esse projeto que requeria capacidade organizativa e visão do atravessamento dos movimentos. Sem demasiadas voltas, chamou um por um dos novos e velhos grupos e lhes propôs escutar-se entre si. Fecharam o bar (Tasmania, em 1995) e só ingressaram os e as ativistas. Mescla de mito e realidade, a lenda conta que foram cinco encontros: um para os gays, outro para lésbicas, outro para travestis, outro para transexuais e o último para o desenho de estratégias. O lema de Carlos era fácil e eficaz, tal qual testemunha a ativista travesti Lohana Berkins, ao recordar as conclusões dessa plenária: 'O movimento é uma mesa de quatro patas: lésbicas, gays, travestis e transexuais. Se uma pata falta, a mesa cai'. Dessas reuniões, as uniões de afinidades deveriam desenhar uma agenda comum. E assim se fez o Primeiro Encontro Nacional LGTT em Rosário, em 1996. Mais tarde, desse conglomerado de vontades resultou a Lei Antidiscriminação da cidade de Buenos Aires. De estas e outras tantas maneiras, com a primeira marcha do orgulho lésbico-gay em 1992, a confluência de gays e lésbicas ampliou as suas margens. (BELLUCCI; PALMEIRO, 2013, p. 72)

Jáuregui morreu em 20 de agosto de 1996, vítima de complicações geradas pelo vírus HIV.

Em 25 de junho de 1995, 15 travestis criaram a então ATA, Associação de Travestis Argentinas. Com o tempo, mais duas letras T foram incluídas na sigla: em 1996, o T de transexuais e, em 2001, o T de transgêneros. Por isso, hoje a associação usa a sigla ATTTA. (BAZAN,

2010, p. 459-460) O movimento transexual e travesti argentino ainda conta com outras associações, a exemplo da ALITT (Associação de Luta pela Identidade Travesti e Transexual), que foi criada em 1994 e também enfrentou dificuldades para realizar seu registro como pessoa jurídica. A ALITT é presidida pela ativista Lohana Berkins, que, em 2013, foi nomeada para coordenar a Oficina de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, órgão ligado ao Observatório de Gênero na Justiça da Cidade de Buenos Aires. Em finais de 1997, fruto de uma união de pelo menos dois outros coletivos lésbicos que já existiam na cidade (Ameaça Lésbica e Musas de Papel), foi criado o coletivo A Fulana, que inaugurou o seu centro comunitário em 18 de setembro de 1998.

Antes da luta pela união civil ou pelo casamento igualitário, os primeiros grupos LGBT da Argentina estavam muito mais preocupados em acabar com os chamados *edictos* policiais que autorizavam a polícia a deter qualquer pessoa, inclusive quem aparentasse ser homossexual. Os tais *edictos* só foram excluídos em 4 de março de 1998 e previam multas ou detenção de 6 a 15 dias para quem se exibisse em "vias públicas ou lugares públicos vestidos ou disfarçados com roupas do sexo contrário, as prostitutas ou seu *servidumbre* que desde suas casas incitarem às pessoas e os sujeitos conhecidos como pervertidos". (SABSAY, 2011, p. 86)[26]

Sabsay (2011) analisou como ocorreu o fim dos *edictos* e o que os políticos argentinos colocaram em seu lugar. Inicialmente, o Código Contravencional da Cidade de Buenos Aires, sancionado em 9 de março de 1998, proibia a alteração da tranquilidade pública motivada pelo exercício da prostituição e quem se exibisse em vias públicas com roupa interior ou desnudo/a. Quatro meses depois, após pressão de setores conservadores, o mesmo artigo do referido código (71) proibia "oferecer ou demandar para si e outras pessoas serviços

26 Os mesmos *edictos* também permitiam que a polícia multasse ou prendesse os mendigos por até 21 dias. Os "sujeitos conhecidos como profissionais do delito" e quem estivesse na "vadiagem" também podiam ser multados ou presos por até 30 dias. (SABSAY, 2011, p. 87)

sexuais em espaços públicos". (SABSAY, 2011, p. 100) Ou seja, o trabalho sexual, em especial das travestis, estava proibido. Após muita discussão e pressão do movimento trans, em 23 de setembro de 2004 o código determinou que a oferta e demanda de sexo nos espaços públicos poderia ser realizada apenas em um determinado espaço autorizado pela municipalidade. Foi assim que foi criada, oficialmente, a zona vermelha oficial na área do Rosedal dos bosques do bairro de Palermo.

Sabsay analisa todo esse processo, inclusive a cobertura da imprensa argentina, através dos estudos *queer*, principalmente via Judith Butler. Seu foco é discutir como uma cidade e um país que estavam aparentemente avançando em temas LGBT resolve proibir o trabalho sexual, notadamente das pessoas trans, e depois restringi-lo em uma zona da cidade. Trataremos sobre suas interessantes reflexões na segunda parte do livro. Sobre os *edictos* em si, ela diz: "Os *edictos* foram uma máquina de subjetivação cujas fórmulas e práticas de interpelação performativa não paravam de produzir subjetividades segregadas". (SABSAY, 2011, p. 87) Para termos uma ideia do número de pessoas detidas, Bazán (2010) conta que, apenas no período de 20 de dezembro de 1983 a 21 de março de 1984, 21.343 pessoas foram presas pela polícia para a averiguação dos seus antecedentes.

Apesar disso, Rapisardi e Mordarelli (2001) contam que durante a vigência dos *edictos*, em especial na ditadura, algumas *mariconas* portenhas (chamadas de *teteras*) faziam a festa nos banheiros públicos da cidade. Os autores fazem uma interessante análise de como foi sendo privatizado, via saunas e bares com quartos escuros, os espaços de pegação e sexo entre homens em Buenos Aires.

O casamento civil igualitário foi aprovado no Senado da Argentina no dia 15 de julho de 2010, depois de uma longa e polêmica discussão nas duas casas do parlamento e na sociedade em geral. Os livros de Bimbi (2010) e Bazán (2010) contam os detalhes de toda a luta do movimento social e as estratégias usadas. Parte delas serão citadas e analisadas mais adiante. Na verdade, a discussão sobre as uniões

entre pessoas do mesmo sexo remonta às uniões civis na cidade de Buenos Aires. Em 17 de janeiro de 2003, portanto mais de sete anos antes da aprovação da lei do matrimônio, foi promulgado o decreto lei que autorizava a união civil entre pessoas do mesmo sexo na capital do país. Quando a lei entrou em vigor, em 18 de julho de 2003, segundo Bazán (2010, p. 450), pela primeira vez um casal de homens gays formalizou a sua união civil naquela cidade. O casal era composto pelos militantes César Cigliutti e Marcelo Suntheim, presidente e vice-presidente da CHA.

Inicialmente, a CHA propôs o projeto de união civil também em escala nacional, posição contrária ao projeto defendido pela Federação Argentina LGBT (FALGBT), que, desde a sua criação, em 2005, defendia o matrimônio, seguindo as sugestões e estratégias da Federação LGBT da Espanha, que acabara de aprovar a lei no país.

O pontapé inicial da luta pelo projeto do matrimônio igualitário, para Bimbi (2010), é a tentativa de outro casal, desta vez de lésbicas (Cláudia Castro e Maria Rachid), de registrar o seu casamento em um cartório de Buenos Aires, no dia 14 de fevereiro de 2007. A negativa impulsionou a campanha pela aprovação do casamento civil igualitário. Rachid exerceu um papel importante nesse processo, pois na época presidia a recém-criada FALGBT. Em minha estadia em Buenos Aires, a entrevistei no parlamento da província de Buenos Aires, onde ela ocupava uma vaga como parlamentar. Rachid também já dirigiu o grupo de lésbicas A Fulana. Na época em que estive em Buenos Aires, o coletivo era presidido por Verónica Capriglioni, que também foi entrevistada para esta pesquisa.

Completando as conquistas legais, a Argentina aprovou, no dia 9 de maio de 2012, a Lei de Identidade de Gênero, que permite que qualquer pessoa mude a sua identidade de gênero assim que desejar, sem a obrigatoriedade da cirurgia de redesignação sexual ou qualquer diagnóstico médico. Essa lei é considerada a mais avançada do mundo e se transformou em uma grande aliada da luta mundial contra a patologização das identidades trans.

Como um país considerado bastante católico e conservador conseguiu aprovar, em pouco tempo, duas importantes leis? Que estratégias foram utilizadas? Quais os impactos dessas leis nos índices de violência contra LGBTs? Que outras estratégias são pensadas e gestadas a partir dessas leis? Que papel desempenharam os estudos da sexualidade, em especial os ligados à perspectiva *queer*, nesse processo?

Com essas e outras questões, parti para a realização das entrevistas. Comecei com o ativista e pesquisador Flavio Rapisardi, que me recebeu com muita simpatia e alegria em uma repartição do Ministério de Justiça e Direitos Humanos, onde trabalhava como assessor do Plano Nacional de Direitos Humanos. Rapisardi fez parte da Área de Estudos *Queer*, criada em 1997, inicialmente no interior da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. O antecedente da área foi o grupo Eros, homônimo do criado por Perlongher, que foi reativado na mesma faculdade em 1993. A Área de Estudos *Queer* não ficou restrita ao ambiente acadêmico, pois ela também começou

> [...] a intervir em lutas políticas na cidade de Buenos Aires. Foi com o Eros (o de Perlongher) como antecedente e modelo de articulação política e cultural que o termo '*queer*' foi importado para a Argentina tanto como perspectiva teórica--crítica como plataforma militante, em uma reformulação local. A Área de Estudos *Queer* se propunha, na ocasião, a retomar a tradição interrompida pela ditadura, idealizada por Perlongher no começo dos anos 70, de articular as lutas de classe com as de gênero e sexualidade em um movimento contracultural que se erguesse contra todas as formas de exploração, exclusão, repressão e discriminação, em uma aliança entre esquerda revolucionária e o feminismo. (BELLUCCI; PALMEIRO, 2013, p. 51)

Após entrevistar Rapisardi, em seguida foi a vez da parlamentar Maria Rachid (ex-presidente da FALGBT e que foi vice-presidente do Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo, cargo ao qual renunciou em junho de 2011, após brigas e denúncias

realizadas por Claudio Morgado).[27] Além de Verónica Capriglioni, também entrevistei Esteban Paulón, presidente da Federação Argentina LGBT. Ambos me receberam no mesmo prédio onde se localizam, em andares separados, as sedes das duas associações, no centro de Buenos Aires.

Cesar Cigliutti, presidente da Comunidade Homossexual Argentina (CHA), é servidor público e me recebeu em seu local de trabalho, e Leonor Silvestri, ativista independente, escritora e *performer*, em seu apartamento. Por fim, em um café, no centro de Buenos Aires, entrevistei Marlene Wayar, histórica ativista travesti do coletivo Futuro Trans, criado entre 1999-2000, e que também integrou a Frente Nacional pela Lei de Identidade de Gênero, composta ainda por Lohana Berkins, que na época coordenava a Cooperativa Nadia Echazú, Mauro Cabral, da Global Action for Trans* Equality (GATE), Diana Sacayán, do Movimento Antidiscriminatório de Liberação, Blas Radi, militante trans independente, e Emiliano Litardo, advogado redator do projeto.[28]

Meu propósito também era, desde o princípio da pesquisa, entrevistar o ativista Mauro Cabral. Enviei uma mensagem para ele, via Facebook, informando sobre minha pesquisa e meu interesse em entrevistá-lo em Buenos Aires. A resposta foi a seguinte: "Olá Leandro, muito prazer. Obrigado pelo convite, mas eu não participo de iniciativas acadêmicas deste tipo a menos que sejam produzidas por pessoas trans. É meu modo de protestar pela objetificação acadêmica de nosso trabalho, e pela ausência de pessoas trans realizando investigações. Obrigado por tua compreensão. Saudações, Mauro." Eu apenas respondi: "ok, obrigado".

---

27 Mais informações sobre o caso em <http://www.perfil.com/politica/Maria-Rachid-renuncio-al-INADI-despues-de-la-feroz-pelea-con-Morgado-20110610-0019.html> e <http://www.clarin.com/politica/Sigue-escandalo-Rachid-lloraban-pasillos_0_499750221.html>. Acesso em: 9 jan. 2015.

28 Ver composição da Frente e seu histórico em: <http://frentenacionaleydeidentidad.blogspot.com.br/>. Acesso em: 9 jan. 2015.

Na ocasião, fiquei paralisado com a resposta de Cabral, por isso preferi enviar uma mensagem curta, sem contestações. Hoje avalio a posição de Cabral de várias formas e penso que posturas como essas demandam análises sobre o quadro atual do ativismo e dos estudos sobre sexualidades e gêneros na Argentina, e também no Brasil, onde Cabral exerce influência em especial parte do transfeminismo que começou a ser articulado nos últimos anos.[29] Por isso, abro aqui um parêntese para aproveitar essa reação de Cabral e pensar um pouco para além da resposta dele ao meu pedido de entrevista.

Se, por um lado, é justa a reclamação de que poucas pessoas trans tenham produzido e/ou estejam realizando investigações sobre questões trans e que devemos escrutinar os trabalhos da academia para verificar quais deles objetificaram e exotificaram[30] a luta e a vida de travestis e transexuais, a posição de Cabral e outras similares também merecem ser contestadas em função de, pelo menos, um as-

29 O transfeminismo não configura um bloco homogêneo e é possível perceber diferenças no interior de cada país e entre os países. Na Espanha, Itziar Ziga (2014, p. 83) diz: "prefiro formular o transfeminismo como mais uma atualização, aqui e agora, da radicalidade do feminismo. Uma atualização efervescente, movimentada, prometedora, ilusionante, que está acontecendo e, portanto, podemos presenciar e viver". A também espanhola Sayak Valencia (2014, p. 112) entende o transfeminismo "como uma articulação tanto do pensamento como de resistência social que é capaz de conservar como necessárias certas suposições da luta feminista para a obtenção de direitos em certos espaços geopoliticamente diversos, que, ao mesmo tempo, integra o elemento da mobilidade entre gêneros, corporalidades e sexualidades para a criação de estratégias que sejam aplicáveis no local e se identifiquem com a ideia deleuziana de minorias, multiplicidades e singularidades [...]". A pesquisadora trans e ativista brasileira Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p. 5) diz que "o transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera na internet, anuncia-se em blogs e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgêneros orquiectomizados e/ou "emasculados"; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes do tradicionalmente atribuído, entre outras pessoas".

30 Penso que seria necessário também citar quais seriam esses trabalhos e denunciar como as pessoas autoras teriam feito isso. Sem isso, a crítica, ao que parece, é sempre generalizante.

pecto: posicionamentos como esses colocam todas as pessoas pesquisadoras no mesmo patamar e, portanto, simplificam a questão. E, com isso, acabam por produzir afastamentos entre quem estava ou poderia estar trabalhando em conjunto. Em relação ao meu trabalho, desafio qualquer outra pessoa a encontrar em minha produção alguma linha em que eu tenha tratado qualquer pessoa como "objeto" ou como ser exótico. Pelo contrário, tenho constantemente criticado exatamente as velhas metodologias de pesquisa que entendem e tratam os campos de pesquisa, sejam eles quais forem, como objetos. Tenho, reiteradamente, defendido que não podemos sequer usar a dicotomia entre referencial teórico e campo de pesquisa, porque isso pode produzir trabalhos que apenas aplicam determinado saber teórico sobre um campo, sem que as pessoas e saberes desse campo tenham a possibilidade de estranhar o próprio saber teórico.[31]

Posições como a de Cabral também podem produzir um "meia volta volver" a um certo tipo de essencialismo estratégico (que nem parece estratégico, mas essencialismo puro e simples) que pensávamos já estar suficientemente problematizado em nossos estudos, em especial em relação aos mais atuais e ao ativismo pós-reflexões oriundas dos estudos *queer*. Em nome da afirmação identitária de pessoas trans, que necessitam, é óbvio, dessas afirmações, de mais reconhecimento e legitimidade, as pessoas que não são trans (nomeadas de cisgêneras)[32] passaram a ter seus trabalhos automaticamente

---

31 Ver, por exemplo, Colling (2014a, 2014b, 2013, 2011).

32 O conceito de cisgênero varia a depender de quem o utiliza. Em texto postado no blog *Transfeminismo*, Bia Pagliarini Bagagli conceitua cisgênero da seguinte forma: "[...] uma explicação simples é que se você se identifica como o gênero que lhe foi designado em seu nascimento, você é cis". BAGAGLI, 2014) Hailey Kaas, outra importante ativista transfeminista brasileira, diz: "O alinhamento cis envolve um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada 'homem' ou 'mulher', se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal." (KAAS, 2012) Jaqueline Gomes de Jesus diz que "[...] cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam como o gênero que lhes foi determinado socialmente, ou seja, as pessoas não-transgênero [...]". (JESUS, 2014) No texto *O cisgênero existe* (DUMARESQ, 2014), publicado no site *Transliteração*, é possível encontrar definições

questionados ou considerados como objetificadores/exotificadores simplesmente porque seriam pessoas cis falando sobre o universo trans. Assim, a potência do conceito de cisgênero, que nomeia as pessoas que se identificam com o gênero atribuído no momento do seu nascimento, se transforma na retomada, ao pior estilo do essencialismo, de uma dicotomia entre pessoas trans *versus* pessoas cis.

Da esteira dos estudos *queer*,[33] que enfatizaram e revelaram o jogo perverso do binarismo de gênero e que destacaram as inúmeras

---

parecidas: "A definição mais antiga de 'cisgênero' que encontrei é esta: 'Uma vez que definimos gênero como 'as características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas a um sexo, cisgênero literalmente significa: estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas a um sexo. Simplificando, significa que a identidade e apresentação de alguém é compatível com sua morfologia física'." O texto também cita Julia Serano, que define cisgênero assim: "Como alguém que foi designada masculina ao nascer, mas que vive e identifica-se como feminina, eu devo ser descrita como uma mulher transexual, mulher transgênera ou mulher trans. Aquelas mulheres que (diferentes de mim) foram designadas femininas ao nascer, devem ser descritas como mulheres cissexuais, mulheres cisgêneras ou mulheres cis." Ainda no mesmo texto, Viviane Vergueiro (apud DUMARESQ, 2014) define: "Cisgeneridade eu entendo como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque esse posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo." O texto do site *Transliteração* foi uma resposta ao texto de Carla Rodrigues (2014), intitulado *O cisgênero não existe* (ver <http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>. Acesso em: 10 jan. 2015).

33 Jaqueline Gomes de Jesus (2014) identifica que parte das críticas ao conceito de cisgênero "advém de grupos que advogam a abolição de identidades, sob a influência das Teorias *Queer*" (ver <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>). Penso que aqui existe um grande equívoco. Os estudos *queer*, na minha leitura, reforçada com a pesquisa deste livro, não defendem a abolição das identidades. Como este livro demonstra, em muitos casos os estudos e os ativismos *queer* são inclusive hiper-identitários. No entanto, sempre com críticas aos limites das políticas identitárias e às estratégias usadas pelos movimentos LGBT para a conquista de alguns marcos legais que, em boa medida, estão inscritos dentro de uma lógica heteronormativa.

possibilidades de gêneros em nossa sociedade, parece que essa discussão recai novamente em uma dicotomia entre pessoas transgêneras *versus* cisgêneras, que não percebi existir, por exemplo, na Espanha, Portugal e Chile. Na Espanha, ao que parece, o prefixo "trans" na palavra "transfeminista" parece ser muito mais enfatizado e valorizado pelas pessoas do ativismo. "O prefixo 'trans-' não significa só não-binário, mas sim, sobretudo, não ossificado, não antagonista. Aberto, promíscuo, ágil, generoso, aventureiro". (ZIGA, 2014, p.84) "O prefixo 'trans-' faz referência a algo que atravessa o que nomeia. O reverbera e o transmuta; aplicado aos feminismos, cria um trânsito, uma migração entre as ideias". (VALENCIA, 2014, p. 112)[34]

Por isso, lanço algumas perguntas: como seria possível fugir do binarismo cis *versus* trans sem perder a força política do conceito cis e do que ele e as demais colaborações do transfeminismo já produziram e continuam produzindo?[35] Na minha avaliação, os conceitos de cisgênero, cistema, etc., já produziram um impacto muito importante em nossos estudos e ativismos. Entre esses impactos destaco o fato de terem colaborado para enfatizar que não apenas as pessoas trans possuem identidade de gênero e de que algumas identidades possuem privilégios se comparadas com as identidades de gênero das pessoas trans. As pessoas trans, literalmente, "arrombaram a porta" dos estudos sobre sexualidades no Brasil e em outros países – lembro dessa expressão via Stuart Hall (2003), quando ele fala sobre como

34 Penso que essa compreensão sobre o prefixo "trans-", no transfeminismo espanhol, também tem a ver com quem é definido como sujeito do transfeminismo. Para as espanholas, as sujeitas do transfeminismo não são apenas as pessoas tidas como trans, mas as "multidões *queer* que, através da materialização performativa, conseguem desenvolver agenciamentos glocais". (VALENCIA, 2014, p. 112)

35 A ativista Hailey Kaas (2012) disse: "Não queremos criar uma dicotomia entre pessoas cis e pessoas trans* e sim evidenciar o caráter ilusório da naturalidade da categoria cis." No entanto, a dicotomia acabou por ser instalada, talvez como resultado indesejado. Já presenciei pessoas trans defenderem o conceito de cisgênero dizendo que usamos outras dicotomias, como hetero e homossexual, e que dicotomias como essas não são rechaçadas como transgênero *versus* cisgênero. Ainda que isso possa, em muitos casos, ser verdade, a justificativa não enfrenta a crítica, pois o binarismo heterossexualidade *versus* homossexualidade também é e deve continuar sendo problematizado.

as mulheres entraram nos Estudos Culturais na Inglaterra. Esse arrombamento foi, e continua sendo, algo importante que aconteceu nos últimos anos no Brasil e em outros países. Eu não avalio que todas as tensões e brigas que ocorreram e continuam ocorrendo sejam um problema no sentido negativo. Pelo contrário, penso que algumas pessoas trans ligadas ao transfeminismo deram nova vida aos estudos, trouxeram novas necessidades, novas reflexões, forçaram a produção de novos conhecimentos. Isso tudo é muito louvável e, portanto, não compactuo com ideias como a de Carla Rodrigues, que escreveu o texto *O cisgênero não existe*.[36]

No entanto, penso que agora as pessoas implicadas necessitam produzir uma colaboração conceitual e teórica fundamental para esse debate. E, nesse sentido, formulo mais questões para quem desejar enfrentar esse desafio: quais são as diversidades no interior do segmento trans? Como é possível sustentar a expressão trans, pensado como "guarda-chuva",[37] sem apagar identidades históricas, como a das travestis, por exemplo? E quais as diversidades que encontramos entre as pessoas cis? Poderíamos dizer que existem escalas, graus variados, de cisgeneridade? E o que se leva em consideração para nomear alguma pessoa como cisgênera?[38] A materialidade do corpo (o que apontaria para um retorno à "biologia") ou a performatividade de gênero? Um gay afeminado, por exemplo, que não performa o seu gênero da maneira como exige a norma, é trans ou cisgênero? Podemos dizer, em termos absolutos, que alguém consegue perfeitamente "estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais

36 <http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>. Acesso em: 10 jan. 2015.

37 O site *Transfeminismo* usa a expressão "trans*" (com o asterisco) como um guarda-chuva para abrigar todas as identidades transexuais, transgêneras e travestis. Ver <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

38 Viviane V (apud DUMARESQ, 2014) diz que usa o conceito de cisgênero assim como se usa o conceito de branquitude. No entanto, a branquitude nunca foi pensada como algo inerente apenas às pessoas brancas. A branquitude também incidiu, e ainda incide, sobre as pessoas negras. Da mesma forma, usamos o conceito de heteronormatividade, que não incide apenas sobre as pessoas heterossexuais, mas também sobre as pessoas não-heterossexuais.

ou psicológicas associadas a um sexo"? Quantas pessoas vacilam nessa tentativa de seguir a norma para estar desse "mesmo lado"? (DUMARESQ, 2014)[39] Quais são as relações e problematizações possíveis entre os conceitos de cisgeneridade, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade? Em que medida um conceito se diferencia do outro? Em que medida um acrescenta ao debate do outro? É necessário utilizar esses conceitos em conjunto ou abandonar o conceito de heteronormatividade?[40]

Gostaria que meus questionamentos e posicionamentos não fossem lidos como uma desconsideração ao ativismo transfeminista, que também é diverso entre si e tem dado importantes contribuições aos estudos e políticas sexuais e de gênero. Além das já elencadas, cito a reflexão e luta pela ampliação da categoria mulher, que ainda produz embates com setores do feminismo que não consideram as mulheres trans como mulheres e, por outro lado, consideram homens trans como mulheres. A vivência singular dessas pessoas transfeministas, que pela primeira vez falam por si próprias, sem dúvida empoderou muitas pessoas e colaborou para a ampliação de nossas compreensões sobre o campo das sexualidades e gêneros. Por essas e outras razões, as questões que levanto são formuladas no sentido de contribuir para o debate.

Fecho aqui o longo parêntese, motivado pela resposta de Mauro Cabral ao meu pedido de entrevista, e volto ao tema principal desta seção, que trata sobre a minha aproximação com o movimento LGBT argentino e suas conquistas, que já foram avaliadas criticamente por diversas pessoas. O livro organizado por Daniel Jones, Carlos Figari e Sara Barrón López (2012), intitulado *A produção da sexualidade – políticas e regulações sexuais na Argentina*, por exemplo, tem o

---

39 Ver <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

40 Algumas dessas questões estão sendo enfrentadas por pesquisadoras transfeministas, a exemplo de Viviane Vergueiro, em dissertação em elaboração no Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia.

propósito de pensar criticamente, através dos estudos *queer* inclusive, as conquistas legais do país no tocante às pautas LGBT. Já no prólogo, Juan Marco Vaggione elenca algumas dessas conquistas e dá o tom do livro:

> Leis a favor do acesso universal a anticonceptivos, a obrigação da educação sexual nas escolas, o direito ao casamento para pessoas do mesmo sexo ou a sanção no Congresso da lei de identidade de gênero permitem pensar que habitamos uma etapa diferente na política sexual que nos empurra a renovadas análises e leituras críticas [...] que requerem não só visibilizar outras situações de exclusão e marginalização senão também um pensamento crítico sobre as mesmas conquistas alcançadas. (VAGGIONE, 2012, p. 13)

Uma das leituras mais críticas presentes nesse livro foi realizada por Renata Hiller (2012) em relação ao matrimônio e a heteronormatividade. Trataremos dessas e outras críticas na segunda parte do livro. Antes, voltaremos para a Europa.

Flertes na Espanha

Cheguei a Madri quase no final de maio de 2014 para a última fase da pesquisa de campo. O período não poderia ser melhor, pois nas semanas seguintes pude participar de duas atividades realizadas em torno do dia 28 de junho: uma delas foi o Orgulho Madri 2014, que consistiu em uma série de atividades organizadas por vários coletivos que se contrapõe ao Orgulho organizado pelos grupos institucionalizados, a saber, COGAM, Federação LGBT e a Associação de Empresas e Profissionais para Gays e Lésbicas (AEGAL),[41] um grupo de empresários da cidade, em especial o localizado no bairro Chueca. Também participei de atividades do chamado "orgulho oficial" e de sua imensa parada, chamada de "marcha", que reúne cerca de dois milhões de pessoas. Com isso, pude incluir em minha pesquisa algo além do

---

41 http://www.aegal.es/

que fiz nos outros países, onde basicamente realizei entrevistas e li bibliografia sobre o tema. Em Madri, além disso, pude esboçar alguma tentativa de pesquisa participante, que se refletiu em boas notas de campo que serão utilizadas e analisadas na próxima seção do livro.

A Espanha também foi um país escolhido em função de contar com alguns marcos legais importantes para a população LGBT. O casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado e se transformou na lei número 13, que entrou em vigor no dia 3 de julho de 2005. Algumas questões sobre esse tema, inclusive limites dessa lei no combate aos preconceitos, já foram estudadas por Mello (2007). Na Espanha, há anos existe um grande debate sobre a despatologização das identidades trans, tema também já estudado por algumas pesquisadoras brasileiras, a exemplo de Bento (2006; 2011). Essa é uma das lutas que dialoga muito com as políticas das diferenças, porque, entre outras coisas, problematiza a normatização dos corpos e o "regime de verdade" da medicina sobre a sexualidade.

A Espanha aprovou em 2007 uma lei de identidade de gênero que, naquele momento, foi considerada um passo importante, mas que hoje sofre críticas de vários setores porque segue considerando as pessoas trans como enfermas, ao contrário da lei argentina e da proposta em tramitação no Chile. Entrarei em detalhes sobre esse tema na próxima seção, considerando as vozes de pessoas trans, como as do coletivo El hombre trans, de Madri.

Mas as duas leis (casamento e identidade de gênero) não são as únicas conquistas legais do movimento espanhol, que possui uma longa história que remete, pelo menos, ao ano de 1971, quando o Movimento Espanhol de Liberação Homossexual (MELH) ainda agia na clandestinidade. O país vivia sob a longa ditadura de Francisco Franco, que durou de 1939 a 1976. Somente com a morte de Franco, em 1975, o movimento pôde ir às ruas. (BARBADILLO, 2008, p. 25)

A nova Constituição pós-ditadura, de 1978, já garantia a proibição das discriminações por "nascimento, raça, sexo, religião, opinião ou qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social".

O Tribunal Constitucional espanhol, em 2006, decidiu que no item "qualquer" deve ser incluída a orientação sexual e a identidade de gênero. A dimensão desse avanço pode ser percebida quando somos lembrados de que, em 1970, foi criada na Espanha a Lei de Periculosidade e Reabilitação Social (LPRS), que

> [...] considerava os homossexuais propensos a realizar determinados delitos por sua opção sexual, ou seja, um delito sem que este tivera chegado a cometer. Através desta lei um conjunto de minorias sexuais se converteu em 'perigosos sociais', para os quais se desenhou uma série de medidas de 'cura' e tratamento. Com este fim se criaram dois centros de reabilitação, um em Huelva para os homossexuais ativos e outro em Badajoz destinado aos passivos, ainda que a maior parte das condenações fosse cumprida em cárceres convencionais. (BARBADILLO, 2008, p. 25-26)

Além da LPRS, a ditadura franquista também perseguia os homossexuais através do que nomeava por "delito de escândalo público". Também existia o Código de Justiça Militar, que dispunha de itens para perseguir os homossexuais que integravam as corporações militares. O tal delito de escândalo público, que se manifestava através dos artigos 431 e 432 do Código Penal, foi derrogado apenas em 1988. "Bolleras, trans e maricas[42] podiam, a partir de então, andar de mãos dadas, beijar-se, comportar-se livremente sem que as detivessem e as fizessem passar a noite no calabouço." (BARBADILLO, 2008, p. 27)

Como eu disse anteriormente, a história do movimento LGBT na Espanha é longa e, assim como fiz em relação aos demais países, não é minha proposta recuperar todas as trajetórias. No entanto, é claro que não devemos desconhecer essa história para compreender-

---

42 Mantive as palavras "*bolleras*" e "*maricas*" em espanhol porque não existe uma possível tradução dos seus significados, mas ambas eram, e ainda o são, usadas de forma pejorativa para insultar lésbicas e gays, algo como "sapatonas" e "viados/bichas" no Brasil. Esses insultos na Espanha também passam a ser mais ressignificados a partir dos estudos e do ativismo *queer* no país. Um evidente exemplo é a Assembleia Transmaricabollo, coletivo que será analisado na próxima seção deste livro.

mos a configuração atual, esta sim uma das propostas centrais desta pesquisa. Felizmente, existe uma série de bons estudos que contam e analisam a história do movimento LGBT espanhol, desde o seu princípio até os anos mais recentes, inclusive quando começam a ser criados coletivos de ativismo *queer* no país.

Um desses bons estudos, que possui muitos pontos de contato com minha pesquisa por realizar uma crítica às políticas identitárias a partir dos estudos e ativismos *queer*, foi realizado pela ativista e pesquisadora Gracia Trujillo Barbadillo (2008). Em seu livro, fruto de sua tese de doutorado, ela faz uma ampla e criteriosa análise do movimento LGBT e do ativismo *queer* espanhol, de 1977 a 2007, com especial destaque para a mobilização lésbica. Aliás, as lésbicas possuem um grande protagonismo no ativismo espanhol (assim como na Argentina), o que não pode ser dito, por exemplo, quando se analisa os movimentos de Portugal e Chile. Reflito um pouco sobre as razões dessas diferenças na próxima seção.

Mas enfrentemos um pouco da história do movimento LGBT e do ativismo *queer* na Espanha. Com o fim da ditadura de Franco, como disse antes, o MELH saiu da clandestinidade e foi o embrião do posterior Front d'Alliberament Gai de Catalunya (FAGC), criado em 1975 em Barcelona. Segundo Borobia (2001), a FAGC, apesar de contar com o gai (sem o "y") em seu nome, rechaçava a ideia de uma identidade gay. Começava aí uma das primeiras tensões que depois irá se prolongar e provocar mais rupturas que ainda hoje existem, de alguma forma, entre o movimento LGBT institucionalizado e o ativismo *queer*.

A FAGC, explica Borobia (2001, p. 98-99), entendia que a ideia de uma identidade gay consistia

> na defesa de um discurso que enfatizava a diferença essencial entre o homossexual e o heterossexual, diferença que se reafirmava mediante a construção e solidificação dos guetos. A FAGC, pelo contrário, acreditava em uma sociedade sem classes, categorias ou demais papéis sociais que ocultaram através de sua aparência situações de opressão.

Isso fazia com que o grupo desenvolvesse ações políticas muito pouco institucionalizadas, com escassa negociação com os políticos já estabelecidos, com estratégias mais focadas na visibilidade e na luta cultural. Mais adiante, o autor explicita melhor as primeiras diferenças entre os primórdios do ativismo espanhol, que ele divide em dois grupos: radicais e revolucionários ou reformistas, como os primeiros tratavam os segundos.

> Os radicais advogavam por uma luta direta nas ruas, renegavam qualquer intento de incorporação institucional, favoreciam a visibilidade de *todos* os elementos do movimento homossexual (especialmente os menos integráveis) e desenvolviam um discurso especialmente virulento em relação com as estruturas de opressão 'falocráticas e patriarcais' dominantes. Os revolucionários, pelo contrário, se viram imersos em um discurso bastante possibilista (mas eficiente em termos de impacto político) que 'esquecia' de alguma maneira tanto a luta cultural como as necessidades não-legais dos próprios homossexuais. (BOROBIA, 2001, p. 103, grifos do autor)

Em Madri, conta Borobia, o MELH teve apenas uma experiência efêmera e os primeiros grupos foram o Mercúrio, a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR), que possuía a mesma linha do grupo francês do mesmo nome,[43] do qual participou Guy Hocquenghem, hoje considerado um dos precursores dos estudos e ativismo *queer* na França, (PRECIADO, 2009) e o Movimento Democrático de Homossexuais (MDH). Além disso, dezenas de coletivos começaram a ser criados em outras regiões da Espanha.

Os três maiores coletivos mistos de Madri, que hoje são os mais representativos do movimento LGBT institucionalizado, são o Coletivo de Lésbicas, Gays, Transexuais e Bissexuais de Madri[44] (COGAM), que foi registrado oficialmente em 28 de setembro de 1986, a Funda-

---

43 Sobre a história do grupo francês, ler (BRÉVILLE, 2011) <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=55>. Acesso em: 10 jan. 2015.

44 Ver: <http://www.cogam.org/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ção Triângulo,[45] originada em 1996, depois de mais uma cisão dentro do COGAM, que se dividiu entre seguidores do pluralismo e do comunitarismo, conforme irei analisar na próxima seção, e a Federação Estatal de Lésbicas, Gays, Transexuais e Bissexuais (FELGTB), da qual o COGAM é membro fundador.

A história da FELGTB[46] remonta ao ano de 1992, quando foi criada a então FEGL (Federação Estatal de Gays e Lésbicas). Em 2000, o nome passou a ser FELG (Federação Estatal de Lésbicas e Gays), e dois anos depois foi incorporada a letra T. Somente em 2007, no IV Congresso da FELGT, em Madri, se realizou o acordo para incluir a letra B nas siglas, passando a FELGT a denominar-se FELGTB, que hoje, segundo seu site, conta com cerca de 60 associações filiadas.

Para esta pesquisa, entrevistei a ex-presidenta da FELGTB, Beatriz Gimeno, que estava à frente da organização quando foi aprovado o casamento civil igualitário no país. A presidenta da Federação, Boti G. Rodrigo, se dispôs a ser entrevistada apenas por e-mail, condição com a qual não aceitei. Gimeno é uma simpática senhora, que me recebeu em seu local de trabalho, no setor de turismo de Madri, que fica localizado na bela e histórica Praça Maior. Ainda permanece como ativista, participa das marchas do orgulho oficial e possui polêmicas posturas em relação à prostituição, defendidas inclusive em um livro (GIMENO, 2012).

Os demais entrevistados dos coletivos mais institucionais foram Miguel Angel (da Triângulo), e Esperanza Montero Maset e Ronny de la Cruz Carbonel (presidenta e vice-presidente do COGAM). Detalhe interessante: de todas as entrevistas que realizei para esta pesquisa, Esperanza foi a única que fez questão de enfatizar que é bissexual e Ronny é o único ativista negro que encontrei na cúpula dos movimentos sociais com os quais tive contato.

---

45 <http://www.fundaciontriangulo.org/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

46 <http://www.felgtb.org/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Voltando à história, Gracia Barbadillo divide o movimento de lésbicas da Espanha, durante os 30 anos relativos à sua pesquisa, em três ondas.

> As primeiras lésbicas em organizações foram as valencianas e as catalãs. No verão de 1977 se põe em marcha o Coletivo de Lésbicas no interior do Front d'Allliberament Homosexual del País Valenciá (FAHPV) e, pouco depois, o Coletivo de Lésbicas de Barcelona (CLB) na FAGC. (BARBADILLO, 2008, p. 25)

A primeira onda se inicia após o fim da ditadura e se concentra nas primeiras organizações e na luta contra resquícios legais e autoritários do período franquista. Na segunda, a partir da década de 80, as lésbicas sublinham a dimensão de gênero da identidade coletiva, o que faz com que elas passem a se autoidentificar, antes de mais nada, como "mulheres", e não como apenas lésbicas, ou como "feministas lésbicas". Na década de noventa começa a acontecer uma série de mudanças no movimento lésbico e, com isso, a ênfase na dimensão sexual da identidade lésbica passa a ganhar mais força. É o período da terceira onda. "No começo dos anos noventa, as feministas lésbicas ou as lésbicas feministas convivem com o ativismo gay e lésbico, centrado na reivindicação de avanços legais como a lei de uniões de fato, e com o discurso *queer* ou radical, orientado à mudança social e à denúncia nas ruas". (BARBADILLO, 2008, p. 27) Após 2007, quando encerra a pesquisa de Gracia, esses movimentos não cessam de se modificar.

Em textos mais recentes, (Barbadillo, 2013) a pesquisadora nos dá pistas para pensar em uma outra onda (a quarta) do movimento lésbico espanhol, que já estava presente na terceira, mas começa a ganhar mais corpo com a leitura da obra de Monique Wittig (2006), através da qual as lésbicas iniciam as suas reflexões sobre a máxima "as lésbicas não são mulheres". "O posicionamento wittigiano abriu o horizonte da categoria 'lésbica' que, como toda categoria identitária, era insuficiente para dar conta da multiplicidade de sujeitos diversos, que se autodefinem de formas distintas. As lésbicas não são

mulheres ou são, quando menos, *outras* mulheres". (BARBADILLO, 2013, p. 202)

No entanto, o próprio livro, cujo título é *Las lesbianas (no) somos mujeres – em torno a Monique Wittig*, (BRIONES, 2013) do qual faz parte este artigo de Gracia, nos mostra que esse debate está longe de acabar na Espanha. Nele constam vários textos que defendem que as lésbicas são, sim, mulheres, cujas autoras demonstram seu rechaço e/ou desconhecimento sobre as reflexões tanto de Wittig como de outras autoras ligados aos estudos *queer*. O debate que ocorreu no lançamento do livro, dentro das atividades do Orgulho 2014, organizado por coletivos dissidentes do orgulho oficial, que será tratado na próxima seção, também demonstra o mesmo.

Os textos de Barbadillo (2008; 2013) e de vários outros citados adiante apontam que, além da obra de Wittig, a entrada de outros títulos fundamentais dos estudos *queer* na Espanha (a exemplo de Judith Butler, Teresa de Lauretis, Donna Haraway, Eve Kosovsky Sedgwick e Judith/Jack Halberstam), aliado a artigos, livros e o ativismo de pessoas locais, como Paco Vidarte, Fefa Vila, Javier Sáez, Sejo Carrascosa, Paul B. Preciado, entre muitas outras, fez emergir com mais força uma crítica às categorias identitárias de todo o movimento LGBT, o que gerou, e ainda gera, uma série de tensionamentos e também a proliferação de diversos coletivos de ativismo *queer* pelo país, em especial em Madri e Barcelona. Muitos destes coletivos iniciais tiveram vida curta. A maioria deles não estava, em 2014, mais na ativa.

As reflexões de muitas pessoas da Espanha citadas acima estão diretamente ligadas ao surgimento do ativismo *queer* no país, que Gracia Barbadillo já incluiu na terceira onda do movimento lésbico. Várias delas participaram de grupos *queer* mais antigos, hoje inativos, como o LSD – Lesbianas Sin Duda, a Radical Gai e o Grupo de Trabalho *Queer*.

> No Estado espanhol, os grupos *queer*, que surgem desde os princípios dos anos noventa, contestam e resistem ao regime

> normativo que os constrói como 'raros' e às identidades fixas de ser 'gay', 'lésbica' ou 'transexual', através de representações e imagens carregadas de subversão que abrem espaço para a irrupção das 'multidões' *queer*. (BARBADILLO, 2005, p.42)

Os coletivos Lesbianas Sin Duda (LSD – que teve sua atividade de 1993 a 1998) e Radical Gai (criado em 1991 após uma cisão no interior do COGAM, e que funcionou até por volta de 1997), segundo Fefa Vila, em entrevista a Gracia Barbadillo (2008, p. 205), são os primeiros grupos que podem ser considerados *queer* do Estado espanhol. Uma série de coisas caracterizavam esses coletivos iniciais, e que caracterizam outros que surgiram depois deles e que ainda estão em atividade. Trataremos disso em mais detalhes na próxima seção, mas aqui adianto as seguintes marcas: 1) a sua forma organizativa se baseia em assembleias, com vistas a conquistar a maior horizontalidade possível, nem sempre alcançada, pois, como veremos, isso não impediu uma série de tensões e brigas entre pessoas que mais se destacaram no ativismo *queer*, tanto ontem quanto hoje; 2) uma cisão, que parece irremediável, com os coletivos LGBT mais institucionalizados; 3) fuga de uma necessidade imprescindível de como se nomear ou definir ou, como diz Fefa Vila, "íamos nos definindo através de nossas ações e propostas"; (BARBADILLO, 2008, p. 205) 4) ações de impacto nas ruas, inclusive nas paradas LGBT, com performances, faixas e distribuição de materiais, em especial fanzines, com textos básicos de estudos *queer* e imagens de corpos desnudos; 5) ações diretas para chamar atenção sobre a falta de políticas efetivas de combate ao HIV, bem ao estilo dos históricos grupos *queer* dos Estados Unidos e França, como o ACT UP (*AIDS Coalition to Unleash Power*) e o *Queer* Nation.

> La Radical e LSD foram os primeiros grupos no Estado espanhol a utilizar a expressão *queer*. Não formaram grandes movimentos, mas problematizaram desde as margens a situação do movimento gay e lésbico, sua desativação política, a mercantilização, a fabricação de identidades para o consumo, o significado

> social e os efeitos da Aids e o matrimônio como mecanismo de assimilação e aceitação social. (GIL, 2011, p. 180)

Em Madri, após o fim do LSD e da Radical Gai, parte das pessoas que integravam esses dois coletivos e uma série de outras militantes criaram o Grupo de Trabalho *Queer* (GTQ).

A partir do Curso de Introdução à Teoria *Queer*, realizado por integrantes do GTQ entre os anos de 2003 e 2005 na Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), foi lançado em 2007 o livro *Teoria queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*, que rapidamente se tornou uma referência para muitas pessoas, com textos de David Córdoba García, Javier Sáez, Paco Vidarte, Paul B. Preciado, Pablo Pérez Navarro, Carmen Romero Bachiller, Sejo Carrascosa, Fefa Vila Núñez, entre outras.

Os ativistas Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2011), que integraram o GTQ, também continuam produzindo na área, mesmo estando fora da academia, o que também é uma curiosa característica dos estudos *queer* na Espanha, pois nem todas as pessoas que escrevem textos acadêmicos trabalham regularmente nas universidades. Em um dos livros mais recentes, escrito por ambos, eles pensam na elaboração de políticas anais, políticas do cu. Além desses dois autores, uma série de outras pessoas tem se dedicado a pensar os estudos *queer* a partir da realidade local, sempre com forte preocupação com o ativismo político. Destaco, por exemplo, os trabalhos de Preciado (2002, 2007, 2008, 2010), García (2007), Bachiller (2007), Núñez (2007), Llamas (1998), Vélez-Pelligrini (2011), Briones (2013 e 2014), Barbadillo (2008), Platero (2012) e Gil (2011). Sobre esses e outros trabalhos dedicarei um ponto específico ao tratar do ativismo *queer* na Espanha.

No campo do ativismo de rua, além da Assembleia Transmaricabollo del Sol, proliferam na Espanha vários pequenos e ruidosos coletivos *queer* em casas e prédios ocupados, em Madri e Barcelona. Além disso, em Barcelona se desenvolveu mais um tipo de transfeminismo que aposta, entre outras coisas, na produção de filmes, performances e cursos de pós-pornô. (LOPIS, 2010; SOLA; URKO, 2014; TORRES,

2013) Posteriormente, pensarei em pelo menos três grandes grupos de ativismos *queer* existentes nos últimos anos na Espanha: um deles mais marcado em performances e atividades diretas nas ruas, outro mais acadêmico, composto por pessoas que não necessariamente estão dentro das universidades, e outro mais ligado às performances pós-pornô.

Obviamente, esses três grupos não possuem limites fixos. A Assembleia Transmaricabollo del Sol, embora marcada mais como um coletivo de ação nas ruas, não deixa de ter em seus quadros acadêmicos que pensam teoricamente as suas práticas, a exemplo de Gracia Barbadillo. O mesmo ocorre com os coletivos mais ligados ao pós-pornô, que se desenvolveu mais em Barcelona. Diversas pessoas que os integram escreveram textos que podem ser considerados "acadêmicos". Inclusive o livro *Pornoterrorismo*, de Diana J. Torres (2013), ainda que seja baseado em sua autobiografia, na minha análise, é um livro que, além de dialogar explícita e/ou implicitamente com os estudos *queer*, produz consideráveis conhecimentos em nossa área.

Para esta pesquisa, além de ter acompanhado várias atividades do Orgulho Madri 2014, que incluíam a própria marcha no dia 28 de junho pelas ruas da capital da Espanha, também realizei uma longa entrevista com uma das principais militantes da Assembleia Transmaricabollo del Sol, Monik Round. Com ela e Gracia, que faz parte do mesmo coletivo, também tivemos alguns encontros informais nos quais nossas conversas invariavelmente trataram sobre os babados entre as pessoas do ativismo e dos estudos *queer* na Espanha.

Também nas atividades do Orgulho 2014, conheci o coletivo Migrantes Transgressorxs, outro grupo que compôs o bloco crítico daquele ano, que desenvolve um trabalho interessante em Madri, de inspiração pós-colonial e *queer*. Outra associação muito singular é a Fundação 26 de Dezembro,[47] mais voltada para atividades em prol de pessoas LGBT da terceira idade e que foi criada em 13 de junho de

47 <http://www.fundacion26d.org/>. Acesso em: 15 jan. 2015.

2010, no bairro de Lavapiés. Foi lá que ocorreu a primeira atividade do Orgulho 2014 e onde me emocionei ao ouvir uma fala da ativista lésbica Empar Pineda. Aliás, essa reunião me marcou muito, como será possível verificar adiante.

A pesquisa ainda incluiu o acompanhamento de uma reunião do coletivo O homem transexual[48] e uma rápida entrevista com o seu coordenador, o ativista Alejandro Garcia. Apesar do nome, o coletivo, que já tem 11 anos de história, também conta com a participação de mulheres trans. Ainda no segmento trans, outro coletivo, este mais institucionalizado e voltado para a prestação de serviços para as pessoas trans, é o AET Transexualia.[49]

Enfim, terminaram os *flertes*. Quer continuar? Agora é a vez das *transas*.

---

48 <http://www.elhombretransexual.es/>. Acesso em: 15 jan. 2015.

49 <http://www.transexualia.org/>. Acesso em: 15 jan. 2015.

Transas

Transas em Portugal

> Não proteste... Eu não sou seu amigo. Nunca soube ter afetos (já lhe contei), apenas ternuras. A amizade máxima, para mim, traduzir-se-ia unicamente pela maior ternura. E uma ternura traz sempre consigo um desejo caricioso: um desejo de beijar... de estreitar... Enfim: de possuir! Ora eu, só depois de satisfazer os meus desejos posso realmente sentir aquilo que os provocou. A verdade, por consequência, é que as minhas próprias ternuras nunca as senti, apenas as adivinhei. Para as sentir, isto é, para ser amigo de alguém (visto que em mim a ternura equivale à amizade), forçoso me seria antes possuir quem eu estimasse, ou mulher ou homem. Mas uma criatura do nosso sexo, não a podemos possuir. Logo, eu só poderia ser amigo de uma criatura do meu sexo se essa criatura ou eu mudássemos de sexo.
>
> (Mário de Sá Carneiro)[50]

À medida que as horas passavam, e com elas sucessivas vagas de homens, aumentava o suor dos corpos, a barragem do fumo, o cheio de álcool, o brilho dos monitores de vídeo e o som das colunas. Num

50 Trecho de *A confissão de Lúcio*, de Mário de Sá-Carneiro, autor português, publicado em 1914.

estreito corredor de azulejo eram constantes os jactos de chuva dourada. A cerveja desconsoladamente morna (dez anos de Portugal tinham-no feito esquecer esse detalhe) não lhe dava pica. A sala de barebacking a rebentar pelas costuras. Junto ao balcão do bar abriram-lhe as calças. Foi chupado por mais de um. O careca foi o melhor, tinha uma língua áspera e as mãos fortes presas às suas nádegas.

(Eduardo Pitta)[51]

– O sistema sexo/gênero está muito bem armado. Se fosse mais fácil escapar, as pessoas não se sujeitavam às operações, aos calvários dos protocolos médicos. Por que é que se sujeitariam a operações dolorosas que podem pôr em risco a saúde e a vida se pudessem escapar? Se o fazem, é porque não vêem outra saída. Isso é que nos deve fazer pensar: como é que alguém não vê outra saída senão enfiar-se numa sala de operações? Em que sociedade vivemos se alguém, para se sentir feliz, tem que ser operado e pôr-se em risco? Preferes adaptar-te à sociedade, ou que a sociedade se adapte a ti?

(Raquel Freire)[52]

Após os *flertes*, chegou a hora das *transas* com os movimentos LGBT e o ativismo *queer* em terras lusitanas. Em Portugal, realizei dez entrevistas em profundidade com ativistas e/ou pessoas que pesquisam a área das sexualidades no país. Além disso, como expliquei na primeira parte, li dezenas de textos sobre o tema e tive outros vários encontros informais, às vezes até mais importantes, com muitas outras pessoas, algumas delas entrevistadas e outras tantas que figuram aqui como colaboradoras sem nome, mas que me auxiliaram na tarefa de entender um pouco o que se passava no movimento LGBT e no ativismo *queer* de Portugal. A literatura também me auxiliou a captar diferenças temporais significativas, como expressam as três epígrafes que abrem esta parte do livro.[53]

---

51 Trecho de *Cidade proibida*, de Eduardo Pitta, autor português, publicado em 2007.

52 Trecho de *Trans Iberic Love*, de Raquel Freire, autora e ativista portuguesa, publicado em 2013.

53 Ainda que o segundo trecho se refira a uma experiência da personagem em Londres, a possibilidade de escrita e publicação de uma obra como a de Eduardo Pitta aponta também para

Desse rico material, resolvi utilizar aqui apenas algumas questões que foram mais recorrentes. Iniciarei com as prioridades atuais e as problematizações que elas têm gerado para depois tratar sobre como as leis pró-LGBT foram conquistadas e, por fim, pensar sobre os impactos desses marcos e o que ainda falta ser feito. Em todos esses momentos, como expliquei no início deste livro, o objetivo também será o de evidenciar e analisar as tensões e diferenças entre o movimento LGBT e o ativismo *queer* no país.

Para a Ilga Portugal, principal coletivo LGBT do país, a maioria das pautas prioritárias continuam baseadas em marcos legais. Segundo Paulo Côrte-Real, a prioridade é resolver todas as questões pendentes relacionadas com a parentalidade, a exemplo da adoção e da coadoção, que ficou expressamente proibida no país a partir da mesma lei que permitiu o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Esse tema, aliás, é motivo de muita controvérsia e debate entre ativistas portugueses. De um lado, a Ilga alega que, no momento da aprovação do casamento, não havia consenso entre os políticos sobre a adoção, e o que era possível conquistar (o casamento) foi conquistado. De outro lado estão os críticos. Um dos principais é Sérgio Vitorino, das Panteras Rosa:

> Acho que a Ilga Portugal cometeu um erro estratégico e ético muito grave. O erro estratégico foi permitir o avanço, na negociação com o Partido Socialista, uma solução de avanço do casamento em troca da inclusão de uma cláusula explícita de discriminação com relação à adoção. Isso não existia. A cláusula de discriminação sobre a adoção era implícita, não estava escrita, agora está. E o problema estratégico disso é que agora não conseguimos resolver a situação, que só vamos conseguir resolver parceladamente, com processos de famílias contra o Estado, ao longo de muitos anos, uma coisa que bem negociada teria sido resolvida da melhor forma naquele momento, porque havia uma relação de forças naquela altura e era pos-

um quadro geral de Portugal, ainda que a Cidade proibida em questão seja, no livro, uma referência à cidade de Lisboa.

> sível pressionar o PS. Apesar do PS ser um partido covarde nessas coisas, era possível, mas eles desistiram da partida. Quando não se exige o todo só se obtém menos de uma parte. Quando se exige um todo se consegue uma parte. Isso não é negociar, é dar de bandeja. É assim que funciona. (COLLING, 2014b)

Em um dos textos em que rebate esses e outros argumentos de Vitorino, Miguel Vale de Almeida considera que quem realiza a crítica

> [...] estabelece uma confusão entre reivindicação de igualdade e adesão a um modelo. A reivindicação pela igualdade no acesso ao casamento civil é uma reivindicação de direitos civis que confronta a prática homofóbica e criadora de desigualdades do Estado, no caso português em flagrante contraste com a própria Constituição. A reivindicação não tem que nem deve conter, em si mesma, nenhum projeto estético, nem nenhum projeto ético no que às relações conjugais concretas diz respeito (sic). Isto é: reivindica-se igualdade no acesso ao que existe (o casamento); sabendo que na sociedade atual esse acesso é considerado um privilégio, conferidor de estatuto (e de benefícios), e marca simbólica do heterossexismo e da heteronormatividade. (ALMEIDA, 2008, p. 10)

João Pereira, quando o entrevistei, trabalhava na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG) e também tem a sua leitura sobre a questão: "*O próprio Partido Socialista também tem um certo conservadorismo dentro de si. Por exemplo, a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo só não sai por conta de um próprio conservadorismo dentro do próprio Partido Socialista*".

O projeto de coadoção, apresentado no Parlamento pelo Partido Socialista, esteve na pauta entre o final de 2013 e o início de 2014. Inicialmente foi aprovada a sugestão de realização de um referendo no país sobre o tema, o que foi posteriormente considerado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça. Depois, em março de 2014, o projeto voltou a ser discutido e rejeitado por 111 votos contra, 107 a favor e cinco abstenções, duas delas de parlamentares do próprio PS,

o que realmente indica a falta de unanimidade no interior do partido. (GUERREIRO, 2015)[54] Após esse resultado, em seu perfil pessoal no Facebook, o pesquisador e ativista Miguel Vale de Almeida rebateu as críticas de setores do ativismo:

> A propósito da votação de sexta-feira tropecei num ou outro texto tudo-ou-nada. Já é costume. E acontece muito em movimentos sociais como o LGBT, tendo atingido o paroxismo na altura do casamento. O tudo-ou-nada deixa-me perplexo. Nunca vi um tudo-ou-nada ficar genuinamente contente com um avanço (e os avanços podem ser indiretos, como a criação de factos, o crescimento de consensos, etc., mesmo com derrotas pontuais). A atitude tudo-ou-nada precisa que as coisas estejam permanentemente mal. O combustível para o tudo-ou-nada parece ser a negatividade. É também por isso que muitas vezes a atitude tudo-ou-nada vai junto com o culto da Utopia: um amanhã perfeito e total — que nunca acontecerá, mas abaixo do qual nada se negocia. Por isso a semelhança com o fundamentalismo (nenhuma concessão!) e a religiosidade (o paraíso prometido) são grandes. E uma das características do fundamentalismo com religiosidade é não estabelecer diferenças de grau e qualidade — tudo o que não seja tudo-ou-nada ou adepto da utopia é inimigo. Os resultados são três: a inação, a ação contraproducente, e o favor prestado aos verdadeiros inimigos. (ALMEIDA, 2014)

Mais adiante, voltarei a tratar desse tensionamento que, como Almeida identifica acima, teve seu auge na época em que foi discutida e aprovada a lei do casamento igualitário. Mas aqui, de antemão, cabe destacar e discordar sobre a ligação que ele faz entre a perspectiva crítica e o fundamentalismo. Ou seja, além de já ter defendido que a perspectiva *queer* não serve para fazer política, agora Almeida liga os seus críticos a uma perspectiva fundamentalista, religiosa inclusive. Aciono aqui o depoimento do pesquisador Fernando Cascais, também conhecido por possuir posições muito diferentes das de Almeida

---

54 Ver < http://www.publico.pt/politica/noticia/coadopcao-chumbada-por-cinco-votos-1628292 >. Acesso em: 2 abr. 2014.

no cenário português. Na época da discussão do casamento, Cascais diz que Almeida propôs que toda a reflexão crítica, inclusive da academia, deveria ser canalizada para apoiar a proposta.

> É, sobretudo, uma questão política, porque o Miguel, do ponto de vista estritamente teórico, sabe o que faz. Ele sabe que as coisas são como nós dizemos, mas em termos políticos ele sabe que uma área científica LGBT ou *queer* não se pode afirmar autonomamente, é perigoso e se sofre consequências. Por outro lado, há uma questão política, que ele verbalizou várias vezes, é que na leitura dele essencialmente se tratava de uma transformação jurídica e política da sociedade portuguesa que se expressava na lei do casamento, o que significava que toda a teorização deveria ser em apoio a isso. Nem teorização crítica nem postura ou outro tipo de reflexão, que tratasse de outras questões. Me posicionei contra isso, de não se refletir, não se escrever, não se estudar nada que fosse contrário ao apoio à lei do casamento, ou que fosse de algum modo alternativo, estudos do cinema, literatura, mesmo isso deveria ser canalizado exclusivamente para a transformação política em termos muito militantes, digamos assim. Isso implicava um compromisso entre academia e associativismo que não seria aceito pela academia e que nunca também interessou ao movimento, pois ambos estão aqui completamente dissociados.[55]

Em sua página pessoal no Facebook, é recorrente perceber que Almeida critica pessoas do ativismo *queer* e chega a dizer que elas não combatem a homofobia. No dia 9 de janeiro de 2015, em resposta ao colunista Antonio Guerreiro (2015), que questionou a concessão do prêmio Arco-Íris, da Ilga, "a um português que ocupa, em Londres, um posto de liderança do banco HSBC, por este ter declarado publicamente a sua homossexualidade",[56] Almeida disse:

> Um ativismo LGBT que seguisse à risca as teorias de Foucault, uma estética à Pasolini, ou a vigilância estalinizante duma Teoria *Queer*, por exemplo, seria sempre um pequeno grupo de

55 Esse e os depoimentos subsequentes foram extraídos das entrevistas cujas datas estão listadas no final deste trabalho.

56 Leia o texto de Antonio Guerreiro na íntegra em: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/sexualidade-e-politica-1681599>. Acesso em: 9 jan. 2015.

> estudos acadêmicos ou uma espécie de 'maoísmo lgbt', cujo principal inimigo não seria a homofobia, mas sim quem faz trabalho emancipatório concreto. A normalização ou a cristalização identitária são males menores quando se pensa nas vidas concretas das pessoas marginalizadas – e não as afetam a todas (basta olhar à volta, distinguir questões de geração, classe e gênero, prestar atenção à criatividade e inventividade identitária das pessoas, e não confundir árvores com florestas). Mil vezes o trabalho da ILGA do que a rigidez intolerante e sectária dos micro-grupos que já sei que vão celebrar (não que fosse esse o teu objetivo, claro) a tua crónica. (ALMEIDA, 2015)

Voltando às prioridades, Paulo Côrte-Real diz que a Ilga também tem como pauta principal o direito à reprodução medicamente assistida. Em 2006 foram excluídas desse benefício as mulheres que não possuem, comprovadamente, algum problema genético em seu aparelho reprodutivo, sejam elas solteiras ou casadas. Essa também é uma das prioridades do Clube Safo, um dos coletivos lésbicos mais antigos de Portugal, como disse Anabela Rocha.

> A lei existente diz que só tem acesso à reprodução assistida a mulher que tenha problemas de fertilidade. A medicina tem que estar à serviço da felicidade das pessoas, e não em função das doenças delas. E isso inclui as questões das pessoas trans, o acesso livre a determinadas drogas, como hormônios. Essa vai ser uma agenda nossa.

Em fevereiro de 2015, o Parlamento português rejeitou o projeto que ampliava a procriação medicamente assistida para todas as mulheres.[57]

Outra prioridade da Ilga é a ampliação das leis antidiscriminação.

> Tivemos um papel importante na revisão da Constituição para incluir a orientação sexual e na época não foi incluída a identidade de gênero, aliás, nem se sabia o que era isso. Agora propomos esta inclusão. No Código do Trabalho também tem orientação sexual e não está a identidade de gênero. No Código Penal esta inclusão aconteceu, des-

57 Ver <http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=4385653>. Acesso em: 6 fev. 2015.

de 2013 já estão inclusas as duas coisas. Há um agravamento do crime se ele foi motivado por discriminação sexual ou de gênero. Outra coisa que não existe é uma legislação antidiscriminação de acesso a serviços, educação, saúde etc. Existem leis específicas para algumas discriminações e estamos propondo uma lei geral antidiscriminação sem hierarquizar e garantir como combater estes problemas.

Além disso, Côrte-Real informou que as prioridades da Ilga, naquele momento da entrevista, também eram a de influenciar ao máximo o novo Plano Nacional de Igualdade, que foi finalizado e publicado em dezembro de 2013. O Plano é realizado no interior da Comissão pela Cidadania e Igualdade de Gênero, do governo federal, que conta com um conselho consultivo no qual participam 31 organizações;[58] entre elas, apenas quatro são LGBT. A Ilga e a Opus Gay já possuem assentos há anos naquele colegiado e, desde o final de 2013, os grupos não te prives e a Rede Ex aequo também foram incorporados. Os planos anteriores e o atual, aos quais tive acesso através do site da CIG, dedicam pouco espaço às questões da diversidade sexual e de gênero e são mais focados na igualdade entre homens e mulheres heterossexuais.

O novo plano, para o período de 2014 a 2017, tem 70 medidas, e apenas cinco delas especificadas na área estratégica nomeada *Orientação sexual e identidade de gênero*. São elas: sensibilizar a população para a não-discriminação; realizar campanhas (duas: uma em 2015 e outra em 2017); sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas; promover a elaboração de um estudo sobre crimes de ódio; implementar e monitorar a aplicação das orientações internacionais em matéria de combate à discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero.[59]

58 Ver lista completa em < http://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/CC_ONGS_29012014.pdf >. Acesso em: 6 fev. 2015.

59 Ver plano completo em <http://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_IGUALD_GENERO.pdf>. Acesso em: 6 fev.2015.

Sobre o trabalho da CIG também não faltam opiniões bem distintas entre as pessoas entrevistadas. Côrte-Real faz uma leitura otimista e diz que as demandas LGBT estão sendo cada vez mais contempladas, inclusive pelo governo de Pedro Passos Coelho, eleito pela coligação PSD/CDS-PP, que tomou posse 21 de junho de 2011, pondo fim ao governo de José Sócrates, do PS.

> É falsa essa ideia de que houve retrocesso na CIG. O que falta é as pessoas que trabalham na CIG terem sensibilização e preparação para trabalhar nessas questões LGBT. A CIG não foi criada com este propósito e nós fizemos um trabalho para que nossas pautas estivessem na CIG, o que já acontece. Por exemplo, este ano a CIG lançou uma campanha contra o bullying nas escolas, que estava prevista no Plano Nacional de Igualdade, e foi uma campanha bem feita, não foi algo feito de qualquer forma apenas para cumprir o Plano. E temos alertado para a formação de quem trabalha na CIG. Há hoje uma colaboração entre Ilga e CIG que não existia anteriormente. Nas publicações regulares da CIG sempre há questões de orientação sexual. Desde 2007 a CIG assinala o Dia 17 de Maio. Não houve uma regressão nesta área, na verdade tem havido um progresso, ainda que lento.

Pereira, que na época da entrevista trabalhava na própria CIG e que no governo anterior era muito próximo da então secretária de Estado da Igualdade, deputada Elza Pais, do PS, tem uma leitura totalmente contrária. Para Pereira, a campanha contra o *bullying* foi realizada "apenas para que não se diga que o governo não mexeu uma palha para essa área". Enquanto isso, a Ilga concedeu o Prêmio Arco-Íris, em janeiro de 2014, para a campanha.[60] Ele também apontou as grandes dificuldades internas que o tema LGBT enfrenta dentro da CIG desde que se iniciou o novo governo de centro-direita no país. Além da diminuição de recursos, em função da crise pela qual atravessa o país, citou a não substituição de funcionários que se aposen-

60 Ver <http://www.cig.gov.pt/2014/01/campanha-dislike-bullying-homofobico-recebe-o-premio-arco-iris/>. Acesso em: 6 fev. 2015.

tam, o alto índice de servidores temporários, as constantes mudanças na estrutura do novo governo, que excluiu alguns ministérios, como, por exemplo, o de Cultura, onde existiam ações específicas para LGBTs. Outras dificuldades elencadas dizem respeito às concepções de quem a dirige e trabalha na CIG.

> A rigor a área da orientação sexual e da identidade de gênero não têm um organismo do Estado específico que se preocupe com a qualidade de vida dessas pessoas, com a inclusão e o acesso dessas pessoas aos direitos humanos fundamentais. Ainda é muito na vertente mulher como figura branca, sem deficiências, hétero, católica, porque essa é um pouco a matriz que nós trazemos do português. Há uma invisibilidade histórica das questões LGBT, orientação sexual e identidade de gênero. A agenda LGBT em Portugal teve um impulso muito forte em 2007, foi a primeira vez que se organizou um seminário público financiado pela CIG com recursos da União Europeia, quando todas as áreas de discriminação foram trabalhadas.
>
> A seguir, em 2008, vem o primeiro financiamento público para projetos das organizações LGBT, financiando a Ilga Portugal, a Opus Gay, com dois projetos específicos. Em 2008, foi a primeira vez que organizações LGBT receberam financiamento público para fazer projetos. Depois, em 2009, é a primeira vez que um membro do governo vai a um evento LGBT para assinalar o Dia 17 de maio.
>
> Eu diria que houve um momento de abertura e implicação política do governo anterior, do primeiro ministro Sócrates e do governo socialista. Ainda assim, embora esse momento de visibilidade, com ganhos na agenda LGBT, como o casamento e a lei de identidade de gênero, ainda não foi suficiente para penetrar em determinados patamares. As mulheres dizem que é só a área dos direitos de igualdade de gênero que se abriu para outras organizações. Agora eu percebo alguns medos que existem, como a perda de algum poder ou espaço de visibilidade nessa área. Eu sinto um conservadorismo, ainda que genérico, pois é um movimento feminista que não tem se aberto nitidamente para as questões LGBT. Por exemplo, já abriram para as questões das migrações. O problema das mulheres migrantes já toca algumas mulheres, o problema das mulheres mais velhas já toca algumas, mas para as mulheres lésbicas e as mulheres trans já é mais difícil.

Outras dificuldades têm muito a ver com as resistências do feminismo e a CIG também tem as suas próprias funcionárias e funcionários que também fazem parte de feminismos diversos. Portanto, não me parece, posso estar enganado, que a área LGBT vai ganhar mais com esse governo. A atual secretária de Estado para a Igualdade é menos progressista nessa área do que a anterior. Aliás, ela, quando deputada, foi muito crítica, e até de uma forma que digo quase violenta, na discussão da lei da identidade de gênero, ao defender a questão da esterilização forçada das pessoas trans, a retirada do útero dos homens trans. Conseguimos reverter isso com base nos princípios da Carta de Yogyakarta.

Pereira se refere ao posicionamento da então vice-presidente da bancada do PSD (Partido Social Democrata), Teresa Morais, secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, que, na época em que a lei de identidade de gênero estava em discussão no Parlamento, defendeu a esterilização das pessoas trans que fossem acessar o serviço de saúde para a realização do processo transexualizador.[61] Na época da entrevista com Pereira, a presidência da CIG era ocupada por Fátima Duarte, no cargo desde janeiro de 2012.

O ativista Sérgio Vitorino, das Panteras Rosa, também tem uma leitura pessimista em relação à CIG.

A CIG é uma espécie de organismo tampão, cujo objetivo de fundo é manter organizações LGBT e, sobretudo, de mulheres, institucionalizadas e dependentes de financiamento estatal. Acho que essa é a sua única função. Ao longo dos anos tenho comprovado isso pela sua atividade. Sempre que foi necessário que a CIG tomasse posição pública, por exemplo, sobre casos conhecidos de discriminação, nunca tomaram posição. Pra que serve? Pra dar dinheiro? Pra quê? Concretamente, quando da discussão do casamento daquelas duas mulheres que tentaram casar, não sei se você sabe do caso, há 5 anos, antes da lei, duas mulheres lésbicas tentaram casar, fizeram uma ação e elas foram muito perseguidas, perderam trabalhos, casa, passaram fome, chegaram a viver em

61 Ver <http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1674160>. Acesso em: 6 fev. 2015.

> minha casa, andaram na casa das pessoas das Panteras, com duas crianças, passaram horrores. Quando nós contatamos a CIG para obter algum tipo de apoio para elas, a resposta foi: 'essas mulheres são mentirosas, conhecemos perfeitamente a situação, sabemos que elas vivem muito bem e nós não temos nada a fazer quanto a isso. (COLLING, 2014b)

Ainda no campo das prioridades, a Ilga trabalha na formação e sensibilização de profissionais da Justiça, segurança pública, educação e saúde para a plena cidadania das pessoas LGBT. Segundo Côrte-Real, esse trabalho vai continuar sendo feito enquanto o próprio Estado não desenvolver ações específicas nesse sentido. Fora isso, a Ilga mantém em sua sede uma série de outras atividades de convivência e apoio às pessoas LGBT.

As diferenças de enfoque entre os grupos ficam mais evidentes quando passamos a ouvir outras pessoas do ativismo existentes em Portugal, inclusive aquelas que já tentaram implantar perspectivas diferentes dentro de grupos mais antigos. Criado em 1986, o Clube Safo tentou passar para uma "uma viragem mais *queer*" na curta coordenação realizada por Anabela Rocha. Sua proposta era a de fazer alianças mais variadas com movimentos trans, transfeministas, poliamorosos, migrantes e deficientes. Até então, explica ela, o Clube Safo desenvolvia mais afinidades apenas com o movimento feminista português. Rocha tentou realizar atividades para produzir novas ações dentro de uma perspectiva mais próxima das questões *queer*. Uma delas consistiu em um trabalho de sensibilidades mamárias, dirigidas às lésbicas que tiveram câncer de mama para ouvir quais as suas necessidades e promover o diálogo delas com as pessoas trans que tiraram as mamas. "*A ideia é queerizar a doença, talvez isso dê outros sentidos para as lésbicas que sofrem*". Além disso, a nova coordenação pretendia realizar oficinas sobre pós-pornografia em Portugal. "*As pessoas mais antigas do Clube Safo têm resistências a essas questões, pois possuem pautas mais tradicionais, elas têm mais resistências em coisas como BDSM e marchas em defesa do*

trabalho sexual. Então precisamos fazer um trabalho de sensibilização interno também". Eventos de convívio continuam sendo realizados todos os anos.

> Nós ainda temos muita ação convivial, jantares, acampamentos anuais. Algumas pessoas aparecem quando estão solteiras e depois casam e desaparecem. Ainda somos um espaço também de sociabilidade. Nos primeiros anos, por muito tempo, o Safo só foi isso e depois se tornou um grupo mais politizado no sentido de entrar nos debates políticos. E agora queremos alargar as pautas políticas.

Quando Anabela Rocha me concedeu a entrevista em Portugal, ela estava na direção do Clube Safo há um ano e tinha esses novos propósitos mais sintonizados com perspectivas *queer*. No entanto, a sua direção teve vida curta. Em janeiro de 2015, ela explicou as razões:

> O Clube tem uma história bem mais longa e uma das razões pelas quais esteve inativo tanto tempo antes desta última direção foi porque houve uma tentativa de politizar mais a sua agenda que não foi acompanhada pelas bases e também não era pacífica nas lideranças. O Clube foi bastante tempo, maioritariamente, um local de encontro, um dinamizador social importante, mas com uma agenda pública razoavelmente heteronormativa. Esta última direção acabou também por não durar, também por falta de adesão das sócias que, regra geral, são lésbicas mais velhas que não se reveem numa agenda *queer* (e as mais novas não se reveem em lideranças mais velhas, como a minha).

As diferenças entre o movimento LGBT e o ativismo *queer* ficam ainda mais significativas quando comparamos as prioridades da Ilga e das Panteras Rosa. Para as Panteras, como é possível verificar na entrevista (ver a íntegra em Colling, 2014b) que realizei com Sérgio Vitorino, as prioridades consistem na luta pela despatologização das identidades trans; em ações diretas nas ruas, algumas delas com estratégias de desobediência civil, sempre que algum caso de preconceito seja registrado; na participação em outras manifestações, como as contrárias à troika,[62] por exemplo; no apoio às pessoas que

62 Troika é o modo como é chamado o acordo de Portugal com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), tido como responsável pela

trabalham no mercado do sexo; na constante vigilância em relação à cobertura da imprensa sobre questões LGBT.

Criada em 2004 por algumas pessoas que já militaram na Ilga Portugal e em outros coletivos, e do agrupamento de outras que até então nunca haviam militado, as Panteras têm em Sérgio Vitorino uma de suas principais vozes, que é um dos pioneiros do movimento LGBT do país. As Panteras Rosa se caracterizam por sua estrutura horizontal e sua recusa ao recebimento de financiamento público. Vitorino diz que, no seu entender, receber dinheiro de governos inibe certas ações em defesa de pessoas LGBT. O ativista cita, por exemplo, que a Ilga Portugal, por funcionar em um prédio cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, não se posicionou publicamente em determinadas decisões que poderiam prejudicar a comunidade LGBT.

> O centro comunitário onde a Ilga funciona pertence à Câmara. E assim como foi dado pode ser retirado. Isso é uma divergência que já vinha acumulando, tínhamos vários momentos de conflito com o presidente da Câmara, tanto quando era o João Soares, do PS, como o Santana Lopes, de direita. O primeiro ameaçou retirar o Arraial Pride, que se realizava aqui [no bairro Príncipe Real], para os confins da cidade. O segundo queria proibir a marcha do orgulho na Avenida da Liberdade, a mais nobre da cidade, porque era uma vergonha para a cidade, que não ficava bem ali. E a Ilga recusou a pronunciar-se publicamente porque está comprometida com a Câmara Municipal de Lisboa. E foi isso que marcou muito o fato de que as Panteras se recusam a ter relação com o Estado. Do Estado só aceitamos preservativos gratuitos, mais nada. E já nos ofereceram dinheiro para projetos, financiamentos, não aceitamos o mínimo compromisso com nenhuma instituição pública porque sabemos que um dos principais problemas do associativismo em Portugal, não só LGBT, é que são vendidos. (COLLING, 2014b)

---

crise econômica pela qual passa o país. No período em que estive em Lisboa, participei de duas manifestações contrárias à troika e em ambas encontrei Sérgio Vitorino e outras pessoas que integram as Panteras, ainda que não estivessem com algum símbolo do grupo.

A opção das Panteras não é pelo caminho da institucionalização, mas da formação de redes capazes de se articular em momentos específicos.

> Tiramos algumas estruturas, mas não precisamos delas, pela natureza que assumimos. As Panteras não são uma associação, não têm uma estrutura física, a não ser um arquivo, que está em minha casa, as faixas, os cartazes, as caudas das Panteras que usamos nas marchas e distribuímos nas casas uns dos outros. E nos reunimos nos bares, no Príncipe Real e na RDA [um coletivo libertário anarquista de Lisboa]. Precisamos de uma lista de e-mail para nos comunicar em rede. As Panteras, não sendo instituição, são uma rede de pessoas com alguma capacidade de reflexão conjunta, em discussão permanente pela internet e de intervenção rápida. Nós somos uma espécie de braço armado do movimento. (COLLING, 2014)

Entre as suas estratégias de intervenção política, estão ações de desobediência civil, que consistem em:

> [...] invadir organismos públicos, pintar de vermelho o Instituto Português de Sangue para simbolizar o sangue dos gays que é rejeitado; impedir as máquinas de destruir as casas de casais de gays e lésbicas; ações de beijaço público, coisas das mais visíveis possíveis; ações anti-publicidade, que não têm muita tradição, mas é uma outra forma de ação. São ações de vandalizar esses postes publicitários, por exemplo, denunciar as mensagens sexistas e por aí vai. (COLLING, 2014b)

Em determinados casos, as Panteras fizeram investigações paralelas à polícia. Sobre um grupo organizado de ataque a gays, na cidade de Viseu, descobriram que eram liderados por filhos de um juiz e de um comandante local da polícia. No caso Gisberta, trans brasileira assassinada na cidade do Porto,[63] denunciaram a tentativa de falsifi-

63 Sobre o assunto ler: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/02/060226_travestiportugalms.shtml> e <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060624_paradagaylisboaas.shtml>. Um ano depois do assassinato, as Panteras realizaram uma performance simulando a morte da brasileira. Ler em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/02/22/ult611u73968.jhtm>. Últimos acessos em: 5 jan. 2015

cação de autópsia, que tinha como objetivo esconder que ela foi torturada por 12 meninos de um internato da Igreja Católica.

> Agora, o nosso confronto [no caso Gisberta] maior foi com o movimento LGBT, ou LGB, como começamos a chamá-lo a esta altura, porque nós fizemos imediatamente um mea--culpa interno dizendo que uma pessoa trans, que estava no estado da Gisberta, isto só acontece porque o movimento LGB na verdade nunca foi T. A verdade é que nenhuma associação que se assume como transexual ou transgênera alguma vez deu espaço para a organização de pessoas T ou alguma vez destinou recursos como os que destinam, por exemplo, pra questão gay. Portanto, lamentamos, isso é fruto da hipocrisia do movimento e também nós assumimos a nossa cota de responsabilidade. E o restante do movimento assumiu-a? Obviamente não foi o que aconteceu. (COLLING, 2014b)

Outra ação priorizada pelas Panteras foi o trabalho para melhorar a cobertura da imprensa sobre temas LGBT, para retirar o foco da justificativa da homossexualidade para o entendimento das causas da homofobia.

> Sendo bem pouco modesto, acho que as Panteras tiveram uma influência determinante na primeira metade dos anos 2000 para mudar essa realidade midiática, porque interpelamos cotidianamente a comunicação social no sentido de dizer: 'não é a homossexualidade que tem que se justificar, é a homofobia, portanto, nós não respondemos mais matérias deste gênero, nós não falamos mais com vocês nessa base e, se vocês querem falar conosco agora, vai ser sobre casos de homofobia, e é isso que nós queremos visibilizar, e é isso que vai ter que se justificar de alguma maneira, porque não tem justificativa, portanto, é atrás dessas pessoas que vocês têm que ir, não é o homossexual que tem que ser mostrado, é a discriminação'. (COLLING, 2014b)

Em relação à despatologização das identidades trans, é possível perceber mais uma diferença entre a Ilga e as Panteras. Côrte-Real explicou que a posição da Ilga sobre o tema é matizada, porém o en-

foque maior está no trabalho de garantir um atendimento humanizado das pessoas trans no sistema de saúde.

> É evidente que devemos empoderar essas pessoas e retirar o poder do campo da saúde sobre esse tema. Nossa posição é pela autonomia das pessoas, por cuidados de saúde competentes em todos os níveis. Não faz sentido que uma categoria identitária seja considerada uma patologia, mas é preciso garantir que as pessoas com um mal tenham à disposição os mecanismos para resolver isso. Eliminando a doença essas pessoas vão continuar precisando de apoio médico. Elas não vão melhorar em termos de qualidade, ou seja, as pessoas vão continuar a enfrentar o mesmo tipo de dificuldade que enfrentavam antes. Precisam, pelo contrário, de equipes qualificadas para realizar os atendimentos para o seu bem-estar. Para nós, a prioridade é claríssima: melhorar os serviços de saúde. Não, certamente é a remoção de uma categoria, até porque, inclusive, a homossexualidade continua no DSM, que é a homossexualidade egodistônica, ou seja, é o mal-estar com a homossexualidade que precisa ser combatido. Se o mal-estar está lá vamos tratar, não é reivindicando a despatologização que vai acabar com o mal-estar. Tudo bem, não confundir com a identidade, mas garantir que o mal-estar seja corretamente combatido pelas equipes médicas, é isso que não acontece e deve acontecer.

Enquanto isso, do ponto de vista das Panteras, não é porque existe um mal-estar que as pessoas devem ter acesso ao serviço de saúde, pois várias outras pessoas, como as mulheres grávidas, procuram o serviço e são atendidas sem ter alguma doença ou mal-estar. Ou seja, o que está em questão é que a saúde não deve estar pautada unicamente em função das doenças ou de algum mal-estar das pessoas.[64] Fora isso, para as Panteras, outro esforço é o de pressionar para a mudança na lei de identidade de gênero para que ela seja igual à aprovada na Argentina (sobre isso, veremos mais adiante), onde as pessoas trans não precisam de nenhum aval médico para solicitar a

---

64 Esse tema voltará a ser discutido em outras partes do livro, em especial nas seções sobre a Argentina e Chile. O ativista trans chileno Andrés Duarte, da OTD, por exemplo, possui uma leitura idêntica à das Panteras sobre a questão do atendimento médico às pessoas trans.

mudança de nome em suas carteiras de identidade, como ainda ocorre em Portugal.

> A lei de identidade de gênero que foi aprovada aqui, com nosso apoio, é um mal menor. Porque ela foi aprovada em conjunto pelo Bloco de Esquerda e o Partido Socialista, e uma das condições que o PS colocou foi que continuasse a valer o laudo médico, portanto, continua a ser uma lei patologizante, que parte do princípio de que sem o aval médico de um psiquiatra, que diga que essa pessoa é uma transtornada mental, ela não tem autonomia de fazer a transformação que quer e, sobretudo, a mudança dos documentos legais. Essa não é uma boa lei. O que nós estamos a propor agora é que desapareça essa obrigatoriedade do aval médico. Nós entendemos que o parlamento daqui não vai aprovar uma lei despatologizante enquanto existir a norma internacional da Organização Mundial de Saúde e da Associação Americana de Psiquiatria. Essa última já mudou, mas a outra não. [...] E nós percebemos muito claramente, na construção da primeira lei, que não temos muito espaço, porque como o critério é supostamente médico, mas a gente sabe que não é, é meramente político, o parlamento se recusa a legislar sobre a questão sem o depoimento médico. Portanto, enquanto não mudarem os documentos internacionais, não vai mudar a legislação ao nível nacional aqui. O que nós estamos a propor é que as mudanças de documentos não precisem mais de um aval médico. (COLLING, 2014b)

Em relação às prioridades de outros coletivos, a Opus Gay, segundo consta em programa de atividades disponibilizado em seu site,[65] tem como prioridades o trabalho de sensibilização de professores e policiais para as questões de identidade de gênero, orientação sexual e violência. Já a Rede Ex aequo – associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e simpatizantes, foca sua atuação em apoio a pessoas entre 18 e 30 anos, com várias ações de convívio, e possui um

65 <http://www.opusgay.org/files/OPUS-Plano_Atividades_e_Orcamento_2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

trabalho para que os temas LGBT estejam presentes nas escolas. Presente em pelo menos nove cidades do país, o grupo também editou, disponibilizou em seu site e divulga em escolas uma cartilha na qual define uma série de conceitos relativos às questões LGBT, como homossexualidade, bissexualidade, lesbianidade e "transgenerismo", além de informações sobre DSTs e de como lidar com a família. Ao ler o material, chama atenção o espaço dedicado para estudos que tentam explicar a homossexualidade por um viés genético/biológico, que depois são tidos como não conclusivos. Estudos dos outros campos do saber sobre o tema não são utilizados.

Sem fazer referência direta ao trabalho da Rede Ex aequo, mas pensando sobre as ações de vários grupos LGBT que desenvolvem ações em escolas portuguesas, a Pessoa X disse:

> Eu percebo que as associações, que são tão poucas em nosso país, tentam chegar nas escolas com ações de sensibilização. Mas de novo voltamos à política assimilacionista, pois o trabalho que fazem é dentro de um modelo hegemônico. Não se faz uma afirmação da não conformação às normas de gênero. Não se desmontam sequer as cores, o azul e rosa, por exemplo. O domínio sobre as questões de sexualidade, das pessoas que estão nas associações, é de uma falha brutal. Elas continuam a falar de T sem saber muito bem do que estão a falar, o entendem de forma muito restrita, sem saber como as questões de orientação sexual e gênero estão mescladas. Estas são coisas de um profundo desconhecimento ainda e, portanto, o trabalho que vão fazer assusta mais do que me tranquiliza. É um trabalho que eu vejo muito mais de reiterar as normas de gênero, até numa lógica muito assistencialista.

Conforme atestaram todas as pessoas entrevistadas, o Ministério da Educação de Portugal não possui uma política efetiva para tratar sobre os temas LGBT nas escolas. A CIG, como tratei antes, desenvolveu uma campanha para combater o *bullying* nas escolas, e criou o que chama de Guiões de Educação, Gênero e Cidadania, que são

disponibilizados em seu site[66] e doados em versões impressas para as escolas que manifestarem interesse. Ao todo são quatro guias, uma para cada ciclo escolar. No entanto, esses guiões, aos quais tive acesso, tratam quase que exclusivamente de gênero dentro de uma perspectiva binária e a proposta é a promoção de uma igualdade entre homens e mulheres. Questões relativas às sexualidades são apenas pinceladas em alguns destes guiões, que são divididos por faixa etária dos estudantes. A pesquisadora feminista Conceição Nogueira, que participou da elaboração desses materiais e é ligada às questões LGBT no país, explica como eles foram realizados:

> As questões de orientação sexual não são centrais nos guiões. Os cursos que ministramos aos professores mostram que eles estão muito interessados em sexualidades. Os guiões foram feitos por um conjunto de investigadores de diversas áreas e níveis de ensino. O material foi testado com algumas professoras que se prontificaram, que nos disseram o que não funcionava e o que funcionava. Isso tudo voltou e foi avaliado. E só depois foram impressos e disponibilizados online. Os cursos de formação aconteceram em seis cidades do país, dois no sul, dois no centro e dois no norte. Foram poucos porque tivemos poucos recursos para isso. O resultado é muito bom, as pessoas gostam. As pessoas não precisam de grande esforço, porque o material está muito bem, didático. Não houve nenhum tensionamento com questões religiosas, porque foi focado no gênero. Mas, agora, quem quiser pode usá-los numa perspectiva de sexualidade.

A deputada federal Elza Pais, que era secretária de Estado da Igualdade na época em que os guiões começaram a ser feitos, também disse que a proposta inicial era enfocar prioritariamente a igualdade entre homens e mulheres.

> Os guiões são uma parte do trabalho. Todo o resto não deu tempo para fazer e eles [governo de então] não estão fazendo, como a formação de professores e a inclusão dessas temáticas nos currículos das escolas. Educação cívica, inclusive, foi retirada por esse governo

66 Os guiões podem ser baixados em <http://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/>. Último acesso em: 10 nov. 2014

da grade curricular. Sempre digo que se eu fosse ministra de Educação por uma hora eu criaria a obrigatoriedade de uma disciplina de educação para a cidadania em todos os níveis de escolaridade. É claro que já existe uma grande quantidade de matérias nas escolas, mas essa me parece central. E já está provado que as grandes transformações começam a ocorrer a partir disso, como temos o exemplo da Suécia.

Outro grupo que se diferencia, entre suas prioridades e formas de compreender a sexualidade, é o não te prives, de Coimbra. Em parte criado por pessoas ligadas à Universidade de Coimbra, a exemplo da professora e pesquisadora Ana Cristina Santos, o grupo entende que as suas ações e pesquisas na academia também fazem parte do ativismo. Nos últimos anos, Santos tem realizado, inclusive, uma grande pesquisa, que envolve outros países do sul da Europa, sobre novas configurações familiares. Além de pesquisas e promoção de eventos e intervenções dentro da própria Universidade de Coimbra, o não te prives realiza outras ações fora da universidade, como as paradas LGBT na cidade e outras ações culturais, como campanhas baseadas em fotografias, que objetivam tornar a pequena cidade de Coimbra mais inclusiva. Fortemente influenciados pelos estudos *queer*, o grupo também realiza, desde 2012, atividades que consistem em sessões de leituras de contos infantis inclusivos. Em 2013, o grupo lançou um concurso de contos infantis chamado *De pequenin@ se torce a discriminação*.

O concurso teve por objetivo a promoção da escrita de histórias infantis originais nas quais se valoriza a diferença, se desconstroem estereótipos e se combate de forma evidente qualquer forma de discriminação. Divididas em três secções (3-6 anos; 6-9 anos e 9-12 anos), as histórias que compilámos no livro De Pequenin@ Se Torce a Discriminação abordam temas tão diversos quanto a diferença por motivos de deficiência, por motivos de orientação sexual ou identidade de género, por razões de cor de pele ou etnia, por questões de doença, ou simplesmente histórias que problematizam a própria noção de diferença. Acreditamos que esta constitui

uma ferramenta importante para mães e pais, professoras e professores, técnicas e técnicos de animação cultural, escolas, bibliotecas, associações e ATLs, entre outras pessoas e entidades. (De pequenin@..., 2013)[67]

Paulo Jorge Vieira, do não te prives, pensa que o grupo, ainda que muito influenciado pelos estudos *queer*, se encontra em um meio termo entre os grupos mais identitários, como a Ilga, e os mais pós-identitários, como as Panteras. "*Eu acho que nós conseguimos transitar entre os dois polos e talvez por isso também tenhamos um bom diálogo com todos*". (2013) Além de realizar a parada LGBT de Coimbra, o grupo também participa das paradas em outras cidades, em especial Lisboa e Porto.

O não te prives tem se posicionado, junto com outros coletivos, como o Clube Safo (na gestão de Anabela Rocha) e as Panteras, a favor de pautas ligadas ao movimento poliamor de Portugal. Em julho de 2014, por exemplo, subscreveu uma carta aberta, produzida pelo PolyPortugal, que protesta contra opiniões que o médico Manuel Damas teria proferido em um programa de rádio do país. Segundo a carta, entre os vários impropérios, constavam declarações que inclusive incitavam à automutilação ou suicídio das pessoas poliamorosas, tidas por ele como doentes e criminosas.[68]

Os temas do poliamor há anos geram tensionamentos em Portugal no movimento LGBT. A Ilga sempre se posicionou contra a inclusão dessas pautas em manifestos das paradas ou em quaisquer outras ações em conjunto do movimento. Um dos momentos mais críticos foi durante o processo de aprovação da lei do casamento igualitário. A Ilga temia que o ingresso de temas poliamorosos fornecesse munição para a oposição.

67 De pequenin@ se torce a discriminação. Retirado da página do grupo no Facebook: <https://www.facebook.com/events/836818509676791/>. Acesso em: 10 set. 2014.

68 Ver carta aberta em: <http://polyportugal.blogspot.pt/2014/07/carta-aberta-erc-ordem-dos-medicos.html?spref=tw>. Acesso em: 10 ago. 2014

> A introdução desses temas apareceu exclusivamente no movimento LGBT. Ora, no momento em que estávamos com uma campanha difícil, como foi a do casamento, que estava no limite do possível, que não se garantiu por causa do ingresso de Portugal na União Europeia [diz ironizando alguns estudos acadêmicos, como veremos a seguir], precisávamos de foco sobre qual mensagem queríamos passar no momento. O que foi dito por nós naquele momento é que não fazia sentido de que só no movimento LGBT aparecesse uma súbita reivindicação que basicamente entrava perfeitamente nos argumentos da oposição, que era a lógica dos costumes. E, portanto, seria absurdo, não fazia sentido, relacionar as questões LGBT com poliamor. Não há uma razão para isso, não faz sentido que isso só apareça numa marcha de orgulho LGBT. É uma proposta que mostra uma falta de vontade de pensar estrategicamente ou uma vontade de boicotar uma proposta. Como nenhuma delas é boa, não apoiamos e nos posicionamos contra.

Perguntei, em seguida, se essa posição se mantém enquanto as pautas da parentalidade, como a adoção e coadoção, não forem resolvidas em Portugal. O presidente da Ilga respondeu:

> Nós temos muitas coisas a resolver. Há muitos outros coletivos que possuem outros objetivos. O nosso objetivo é lutar contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero. Isso significa que o foco de uma marcha LGBT precisa ter em pauta questões LGBT e, portanto, tem que ser este o enfoque.

Apesar das resistências, que não se resumem à Ilga, pois em 2006 a Rede Ex aequo, por exemplo, se recusou a participar da parada da cidade do Porto porque a PolyPortugal estava entre as organizadoras, ativistas poliamorosos participam das paradas LGBT e discursam nelas pelo menos desde meados de 2000.[69] Em todas as intervenções, realizadas em especial pelo pesquisador Daniel Cardoso[70] e por Inês Rolo, chamam a atenção sobre a monogamia compulsória, ou "mononor-

---

69 Ver alguns dos discursos aqui: <http://danielscardoso.net/index.php/pt/activismlink/79--ptwebsite/activism/71-discursospublicos>. Acesso em: 10 dez. 2014.

70 Cardoso fez uma dissertação de mestrado sobre o poliamor, que pode ser acessada em < http://run.unl.pt/bitstream/10362/5704/1/Tese%20Mestrado%20Daniel%20Cardo-

matividade", e defendem que essa pauta também deve estar inclusa em um movimento que se pretenda defensor da diversidade sexual.

Cardoso também já entrou em vários embates com o pesquisador Miguel Vale de Almeida, que em um texto (ALMEIDA, 2008) fez considerações muito semelhantes ao depoimento de Côrte-Real e disse também que o poliamor não se constituía, a rigor, em uma reivindicação política em termos institucionais, pois não estaria propondo um projeto para legalizar a poligamia. Em texto publicado apenas em 2014, Cardoso desconstruiu as ideias de Almeida, argumentando, entre outras questões, que o pesquisador confunde poligamia com poliamor e que a sua defesa em torno das "políticas do possível" possuem como base a heteronormatividade, além de destacar que o "possível", neste caso, é extremamente estreito. Almeida diz:

> Note-se que não defendo a separação entre política concreta do possível, por um lado, e crítica cultural radical, por outro (que seria traduzível na oposição entre *lobby* político e ação direta antidiscriminação). Digo, sim, que são dois níveis, duas esferas de atuação, com velocidades diferentes e âmbitos de comunicação com a sociedade diferentes. Justamente porque não se devem separar, seria ideal não 'separar as águas' por aí. (ALMEIDA, 2008, p. 7)

É nesse sentido que Almeida propôs, em sua palestra de encerramento do 9º Fazendo Gênero, em Florianópolis, que a teoria *queer* ofereceria bons argumentos para a realização de críticas culturais, mas seria ineficaz para a "política concreta". O argumento foi rebatido por Richard Miskolci (2011, p. 49), para quem Almeida "defendia uma questionável distinção entre reflexão crítica e ação política. Sua fala terminou por apresentar o caminho liberal-identitário como inevitável, reduzindo a crítica a um papel futuro de transformação cultural mais profundo".

---

so%2016422.pdf>. Desde 2011, realiza seu doutoramento sobre como os jovens estão usando tecnologias em suas sexualidades e identidades. Acesso em: 10 dez. 2014.

Além das Panteras, não te prives e a então configuração do Clube Safo, Portugal possui(ía) outras vozes e coletivos sintonizados, de alguma forma, com a perspectiva *queer*. O Festival *Queer* Lisboa,[71] que existe desde 1997 (com esse nome a partir de 2007), conta com uma política de exibição de filmes que questionam os binarismos de gênero, apresenta obras de pós-pornografia e outras linguagens experimentais. Entre os seus colaboradores está o professor Fernando Cascais, um dos primeiros pesquisadores a tratar de teoria *queer* no país.

O festival nasceu dentro da Ilga em 1997. Dois anos depois, como explicou o coordenador do *Queer* Lisboa, João Ferreira, surgiu a ideia de realizar a separação, porque, na sua leitura, não fazia mais sentido estar vinculado a uma organização política. No quarto ano foi criada a associação Janela Indiscreta, que realiza a mostra a cada ano. O *Queer* Lisboa assumiu esse nome na sua décima primeira edição.

> Muita gente não concordou com a mudança de nome, em especial gente ligada à Ilga, em função de defender os nomes gays e o lésbico. Mas a nossa compreensão é outra, pois com a evolução do cinema não fazia mais o menor sentido o gay e o lésbico. O cinema é muito mais abrangente que isso. Os filmes que nós mostramos tratam de muitas outras realidades. O *queer* é muito mais abrangente, podemos mostrar uma história de um casal heterossexual, mas que pode ser identificado com um público *queer*, mesmo que não trate especificamente de sexualidade. Nós procuramos sempre temáticas que tratam da discriminação e da fuga às normas, e essa é a história de gays, lésbicas e transgêneros. E muitos filmes falam sobre isso, e não precisa ser necessariamente com personagens gays ou lésbicas. Eu compreendi isso pelo cinema, aprendi o *queer* pelo cinema, e algumas leituras, evidentemente, mas fundamentalmente pelo cinema.

Além dessa compreensão geral, o festival possui uma sessão que dialoga mais especificamente com o *queer*, que é chamada de *Queer Art*. Ferreira conta que sempre foi importante usar o festival para promover a discussão dos próprios estudos *queer*, temas que, segundo ele, em Portugal não são muito discutidos.

---

71 <http://queerlisboa.pt/>. Acesso em: 10 set. 2014.

> Já exibimos filmes de pós-pornografia e discutimos o que isso está dizendo ao cinema. A ideia é fazer a ponte entre o cinema e a vida das pessoas. Em Portugal, a pós-pornografia não tem muita produção, mas em Barcelona, sim, e também tivemos produções do Chile. Reivindica de uma forma mais radical a sexualidade e traz novas formas de representação. Isso é particularmente importante para uma parte do movimento feminista dentro da pós-pornografia. Tivemos reações muito boas, muito público feminino assistiu.

Na edição de 2013, Ferreira disse que o festival contou com um público de 8.500 pessoas. Perguntei se ele entende o *Queer* Lisboa como uma forma de ativismo.

> Entendo, sim, o *Queer* Lisboa como uma forma de ativismo, não no sentido de que reivindicamos algo de forma panfletária, mas o fato de exibirmos esse cinema é uma forma de afirmação desta arte, mas que transporta em si toda uma vivência, é uma reivindicação nesse sentido e que tem um impacto político. Temos estudos que mostram que a maioria do nosso público é heterossexual e isso nos coloca num patamar de quem passa uma mensagem para a sociedade em geral, e não apenas para pessoas LGBT.

Recentemente, outros coletivos, mais focados no ativismo pela internet, também têm surgido em Portugal, como o Bichas Cobardes,[72] que tem como objetivo positivar o insulto "bichas" e denunciar o que consideram como manifestações da "homonormatividade"[73] dentro da comunidade e ativismo LGBT. Criado em 2010, o coletivo cresceu e também participa das paradas de Lisboa. Para fechar este ponto do livro, transcrevo aqui o manifesto dessas bichas lido na parada de 2014:

---

72 Ver <http://www.bichascobardes.org/> e <https://www.facebook.com/bichascobardes?fref=ts>. Acesso em: 10 dez. 2014.

73 Uso o termo entre aspas porque o seu uso está recheado de controvérsias. De um modo geral, o que as pessoas denominam como "homonormatividade", na verdade, no meu entender, são manifestações da heteronormatividade em pessoas LGBT. Sobre o tema, sugiro a leitura do texto de Gilmaro Nogueira, disponível em: <http://www.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/04/01/a-homonormatividade-nao-existe/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

As Bichas estão hoje na marcha para relembrar aquilo que achamos ser o fundamental: a existência de uma comunidade *queer* corajosa, assertiva, solidária e verdadeiramente aberta à sua diversidade.

Porque somos muitas, muitas mais do que as que aqui estamos, muitas mais do que as que conhecemos, muitas mais que as das falsas estatísticas que escrevem sobre nós. Que se fodam os 10, os 15 e os 20% muitas, muitas mais.

Somos muitas e também muito diferentes entre nós. Mas tão poucas, aqui. Tão poucas informadas. Tão poucas feministas. Tão poucas solidárias. Tão poucas disponíveis, tão pouco orgulhosas.

Vivemos numa bolha LGBT onde ainda franzimos os olhos a representações femininas e feministas, a representações trans, *queer* e HIV positivas. Numa comunidade que insiste em separar a festa da política, uma comunidade que teima em fugir de marchas para se esconder em arraiais. Uma comunidade onde quem mais lucra com ela treme de medo de qualquer conotação política.

Uma comunidade resumida em equipes de rugby gay auto-proclamadas heroicas que se recusam a andar ao nosso lado na marcha, mas que vendem, despidos, cervejas e cervejas no arraial. Uma comunidade de bares e clubes de sexo bear no Príncipe Real que enriquece com o turismo gay, mas que foge à mínima ideia da luz do dia e da visibilidade política. 'Marcha do orgulho? Ewwww eu não sou ativista.'

Um país de figuras mais e menos públicas *queer* que ainda temem expressões de gênero não binárias e que se recusam a lutar por uma parentalidade plena. Aliás, um país onde governantes armariadamente gays retiram direitos às familias homoparentais, mas onde a comunidade *queer* se levanta é contra os outings. Porque somos bem comportadas. E há que ter uma agenda que não antagonize ninguém.

Um país de técnicos de saúde, polícias e políticos orgulhosamente ignorantes e agressivos. Mas onde ainda temos de andar atrás (sobretudo) dos homens gays para lhes explicar o que é a homofobia e para lhes provar por 'A mais B' que a

> discriminação existe, tão dentro que se escondem dentro dos seus armários.
>
> Um país onde mais pessoas vão celebrar o orgulho em Madrid do que em Lisboa e onde ainda temos organizações a boicotar o trabalho de coletivos e grupos mais pequenos na sua própria ganância. Um público LGBT essencialmente anti ativismo, anti política, anti mudança, anti coragem.
>
> E nós que tantas vezes provamos e continuamos a provar sermos melhores que tudo isto.
>
> Mas as bichas hoje não sugerem soluções. Hoje, as bichas só querem marchar, dançar e relembrar que temos de sair da nossa zona de conforto. Que temos de chegar a quem não está já no meio de nós e introduzir nas agendas não só o que é politicamente correto, mas o que é essencial, honesto, completo.
>
> Que questionemos todos aqueles que hoje cá não estão conosco e que os puxemos para fora do armário. Porque as nossas irmãs e os nossos irmãos e a sua educação são prioritárias se queremos um mundo verdadeiramente diverso, feminista, inclusivo, melhor.
>
> Por todas, todas. Sejamos mais audazes. (BICHAS COBARDES, 2014)[74]

Conquistas e mais controvérsias

Nesta última parte sobre o movimento LGBT e o ativismo *queer* de Portugal, tratarei sobre outra questão central que esteve presente em todas as entrevistas que realizei no país. A ideia é compreender como o país, com um movimento pequeno e recente (como vimos na primeira parte do livro, a rigor passa a existir a partir dos anos 90), majoritariamente católico e conservador, conseguiu aprovar uma série de avanços legais, como a inclusão da orientação sexual como cláusula de não-discriminação na Constituição, as uniões de fato e

---

74 Publicado em: <http://www.bichascobardes.org/2014/06/discurso-das-bichas-na-marcha-do.html>. Acesso em: 10 dez. 2014

posterior casamento igualitário, e a lei de identidade de gênero. Que condições políticas, sociais e culturais explicam isso? Que estratégias foram empregadas? O que falta fazer depois disso? Quais foram os impactos dessas leis?

Além das entrevistas, busquei respostas também em estudos acadêmicos que tiveram a mesma preocupação em responder essas questões. Como poderemos ver a seguir, nem sempre as pessoas entrevistadas concordaram integralmente com os diagnósticos das pesquisas.

Segundo Santos (2004), a ampliação de direitos para pessoas LGBT em Portugal poderia ser explicada por vários fatores, entre eles a equiparação do conjunto de leis nacionais aos códigos legais de outros países, em função da adesão do país à União Europeia, em 1986; a união da "esquerda democrática" em torno das pautas LGBT; a aliança de diversas associações, como a Associação Portuguesa de Deficientes, A Rede Anti-Racista, o SOS-Racismo e a União Geral de Trabalhadores (UGT), grupos feministas, como o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), e a associação que trata de HIV/Aids, a Abraço. Isso se traduziu, diz a autora, na subscrição de manifestos, presença em eventos e manifestações públicas através dos meios de comunicação.

No tocante às razões apontadas por Santos, algumas pessoas entrevistadas discordaram, e isso foi feito de formas distintas. Côrte-Real, da Ilga, acredita que o fato do país ter entrado na União Europeia ajudou muito pouco. Caso contrário, diz ele, todos os outros países do bloco também teriam aprovado leis similares, o que não aconteceu, e Portugal foi o sexto da Europa e o oitavo do mundo a aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. "O casamento foi aprovado porque fizemos um trabalho que resultou vitorioso", enfatiza. Côrte-Real também discorda que tenha ocorrido uma união dos movimentos sociais LGBT e feministas:

> Não houve isso, é falso, pelo contrário. Com outros movimentos, sim, mas no LGBT nem tanto. Nós promovemos a campanha em relação ao

casamento notadamente a partir de 2005, e na época a aprovação do tema estava em torno de 10% a 20%, e não havia um único partido que tinha esse tema.

Começamos com um evento no ISCTE com pesquisadores de várias áreas e políticos de outros países, fizemos uma petição para discutir o assunto na Assembleia da República, muito influenciados pela Espanha, que na época estava a aprovar o casamento. Isso deu visibilidade ao tema aqui. Aí, em 2008, o apoio em sondagens já estava na ordem de 45%. Alianças nem tanto no movimento LGBT, até porque ele é difícil de definir, mas, enfim, dentro dele havia várias visões: alguns diziam que bastava a união civil, não precisaria de casamento, outros diziam que o casamento é uma instituição burguesa e heteronormativa, ou seja, queremos que a desigualdade se mantenha, houve uma quantidade de posições que não tiveram impactos relevantes.

O que houve foi uma campanha nossa sistemática, com planejamento estratégico, mas com alianças com movimentos de gênero e antidiscriminação, como as organizações que lutaram no referendo do aborto, além disso, alianças com pessoas de impacto midiático e poder simbólico. A petição foi de massas e também dirigida para algumas pessoas. O evento na universidade também foi para contar com o apoio de pessoas da academia.

O ativista da Ilga também relativiza sobre o apoio da esquerda à pauta do casamento.

O espectro de esquerda colocou isso como prioridade porque nós pressionamos, porque antes disso não estava lá, em programa de nenhum partido. Isso não nasceu da vontade de nenhum partido. Um dado particular dessa questão em Portugal é que quando se discutiu o tema no parlamento se percebeu que o discurso homofóbico já não funcionava e que, portanto, o discurso tinha que ser moderado.

No entanto, a própria Santos também enfatiza que a convivência entre os grupos LGBT, feministas e de minorias étnicas nem sempre foi pacífica, pois ocorreram, por vezes, trocas de acusações de homofobia, racismo ou misoginia entre os segmentos. E defende que:

> [...] a causa LGBT busca ativamente alargar o potencial humano, libertando-o do preconceito e da opressão que o reduz a um modelo homogêneo e redutor. Trata-se, em suma, de uma luta pela diversidade e, por isso, torna-se mais eficaz quando é levada a cabo por diversos grupos em função de gênero, raça, etnia, classe, estatuto ou orientação sexual. (SANTOS, 2004, p. 286)

A Pessoa X, em entrevista, também considera que a união entre movimentos ou entre o próprio movimento não ocorreu como alguns pensam.

> Há conquistas legais, e é preciso reconhecer isso, mas eu não sinto que exista a pluralização de posições dentro do movimento, não sinto de fato que haja tantas coligações identitárias quanto às vezes se põe no papel. Muitas vezes isso só acontece em algumas manifestações e manifestos, mas depois eu não vejo a continuidade disso dentro das associações.

A ativista Anabela Rocha diz que concorda com o diagnóstico dos estudos. Para ela, o ponto mais forte foi o fato de um lado da esquerda passar a considerar as pautas LGBT como prioritárias.

> Isso explica como um movimento tão pequeno, com tão pouca massa crítica, conseguiu as conquistas. Não tanto por essas alianças, que nunca foram tão visíveis, em algumas marchas do orgulho isso aconteceu, mas acho que a esquerda socialista ter abraçado a causa foi mais importante.

Para a deputada Elza Pais, quando o primeiro-ministro da época, José Sócrates, começou a falar do casamento, passou a existir uma aceitação tácita sobre o tema.

> Eu estou convencida que o compromisso do primeiro-ministro foi muito importante. É fundamental. Hoje não há contexto político para avançarmos mais nessas questões. A coadoção e adoção ficaram de fora, pois se entendeu que não se poderia avançar em todos os aspectos. Fizemos um projeto para coadoção, mas a direita no poder já abortou o projeto. Agora as condições políticas são muito desfavoráveis.

Em outro trabalho, Santos (2013) defende que os avanços sobre questões LGBT em Portugal também ocorreram porque o movimento, que é diverso, não teria ficado paralisado na oposição entre assimilacionistas *versus* radicais:

> As especificidades do ativismo português LGBT constituem o que eu chamo de 'ativismo sincrético', um tipo de ação coletiva que usa o *lobby* e a ação direta, integracionista, e reivindicações transgressoras alternadamente. [...] Ao concentrar-se em objetivos comuns, em vez de diferenças ideológicas internas, o ativismo sincrético sugere uma abordagem nova e mais sutil para o debate sobre assimilação e radicalismo. Além disso, porque o movimento LGBT português tem sido capaz de alcançar a maioria de suas metas estabelecidas coletivamente em um período relativamente curto de tempo, o ativismo sincrético pode, sem dúvida, ser um movimento ideológico importante para gerar impactos positivos. (SANTOS, 2013, p. 9)

O *lobby*,[75] segundo Santos (2013), seria menos utilizado e até rejeitado por grupos como Panteras Rosa, que investem em ações diretas, com visibilidade, confrontação e controvérsia. O *lobby* seria uma estratégia mais usada pelos grupos tidos como assimilacionistas, como a Ilga Portugal, que preferem essa via mais institucional e pretendem uma futura integração nas estruturas de poder que já existem no país. (SANTOS, 2013, p.150-154)

A pesquisa de Santos com o movimento LGBT de Portugal e sua interface com os estudos *queer* tem possibilitado à autora pensar na própria sociologia, propondo o que chama de uma sociologia pública *queer*, (SANTOS, 2012) e conceitos que também tentam apontar para a possibilidade de um convívio mais pacífico entre um ativismo mais assimilacionista e os *queer*. Outro desses conceitos é o de "universalismo útil". Para isso, se apoia em reflexões de Boaventura de Sousa Santos, que tem pensado, nos últimos anos, como "compatibilizar a

75 Aqui o *lobby* não é entendido como algo pejorativo, como em geral acontece no Brasil.

reivindicação de uma diferença enquanto coletivo e, ao mesmo tempo, combater as relações de desigualdade e de opressão que se constituíram acompanhando essa diferença". (SANTOS; NUNES, 2004, p. 19)

B. Santos e Nunes propõem como saída o multiculturalismo emancipatório, que teria entre as suas teses o uso da cultura como "recurso estratégico fundamental, como modo de tornar mutuamente inteligível e partilhável a reivindicação da diferença" e a resolução da tensão entre igualdade e diferença que, "por si sós, não são condições suficientes de uma política emancipatória". A resposta é a de "defender a igualdade sempre que a diferença gerar inferioridade, e defender a diferença sempre que a igualdade implicar descaracterização". (SANTOS; NUNES, 2004, p. 47-48) Por fim, dizem que o sucesso das lutas emancipatórias depende das alianças que os grupos são capazes de construir:

> Na esteira dessa reflexão (de Boaventura de Sousa Santos), proponho o conceito de universalismo útil, para designar uma política em que a difusão dos princípios universais da não discriminação se articula com a manutenção de recursos identitários constitutivos de subculturas valorizadas pelos sujeitos envolvidos [...] O universalismo útil deve conduzir a políticas para a igualdade, evitando contudo quaisquer medidas homogeneizantes. Quem pode homogeneizar é sempre quem está no topo da pirâmide de poder. É devido a este risco de homogeneização que alguns ativistas LGBT têm vindo a tecer fortes críticas ao discurso em defesa da igualdade, argumentando que os "direitos iguais" visam, em última instância, anular a diversidade no seio do próprio movimento LGBT. (SANTOS, 2004, p. 263-264)

No entanto, como já ficou perceptível até aqui, não parece que a tensão tenha deixado de ocorrer entre ações mais marcadas por uma perspectiva *queer* e coletivos assimilacionistas, e a proposta de "universalismo útil" parece distante do embate entre militâncias. *Babado, gritaria e confusão* aconteceram e continuam acontecendo em Portugal. Santos, porém, também identifica e analisa essas dife-

renças e tensões. Quando discute a relação do movimento LGBT e a cobertura da imprensa, por exemplo, destaca o quanto a heteronormatividade incide sobre o movimento:

> [...] propostas de apresentação pública do corpo e/ou identitária marcadamente subversivas dos modelos binários de gênero e da heteronorma monogâmica são frequentemente excluídas de acolhimento e incentivo, mesmo no interior do movimento LGBT. Tal posicionamento representa uma escolha ideológica que tende a afastar o ativismo LGBT de um papel central na desconstrução da cultura heteronormativa e heterossexista dominante, representando um distanciamento do projeto *queer* enquanto proposta desestabilizadora de qualquer padronização cultural hegemônica. (SANTOS, 2009, p. 99)

Além disso, em outro texto, a pesquisadora também constata que o movimento LGBT concede excessiva atenção para a arena jurídica ("decretos e leis não mudam atitudes") e destaca que "falar do direito à diferença nunca é o mesmo que reivindicar direitos iguais para todos. O direito à diferença exige a especificidade sem desvalorização, a alternativa sem culpabilização". (SANTOS, 2004, p. 167-168).

Em relação ao peso da Igreja Católica, todas as pessoas entrevistadas concordam com a ideia de que a religião pouco influiu em todo esse processo. Para Côrte-Real, a oposição da religião foi muito controlada, inclusive porque, em 2007, a Igreja Católica perdeu no referendo do aborto e não queria uma nova derrota. "*Não houve aqui nada parecido do que aconteceu na Espanha, por exemplo. A aprovação do aborto foi um marco muito importante*".

O pesquisador João Manoel de Oliveira disse concordar com o diagnóstico dos estudos, mas também fez ponderações sobre comparações e foi buscar outras razões para explicar os avanços conquistados.

> Eu tenho problema com as comparações. Portugal era império e, como diz Boaventura, não era nenhum centro, mas também não era periferia, e que durante o século XX tem uma história específica.

> No quadro europeu, só Portugal, Espanha e Grécia tiveram ditaduras longas durante tanto tempo. E no caso português e espanhol, a Igreja Católica não tinha tanto poder. A partir do momento que a ditadura se desagregou a Igreja Católica portuguesa era extremamente conservadora, e começaram a perder muita da influência que tinham. E depois tem também todo um processo interessante que é: em muito pouco tempo, em Portugal, organiza-se uma estrutura social completamente diferente pré-Segunda Guerra Mundial. Isso a gente pode ver em um esforço enorme na modernização, no desenvolvimento. O sistema nacional de saúde português é uma coisa fantástica, o quanto em muito pouco tempo caiu a nossa taxa de mortalidade infantil, morreram pouquíssimas crianças, o que ilustra uma viagem social imensa.
>
> Passamos a ter muito mais recursos na cidade, passamos a ter muito mais gente escolarizada. O que temos é eventualmente um país que mistura várias nacionalidades de uma forma muito diferente, é um país de muitas tradições antigas, mas elas todas foram readaptadas a coisas contemporâneas. Minha área original de trabalho é a área de gênero, nós, em 1976, dois anos após a revolução, tínhamos uma Constituição que tinha nos direitos humanos uma das coisas mais importantes.
>
> Portanto, há um contexto que ajuda a entender como Portugal se coloca e acho que esse contraste precisa ser pensado. Portugal nos anos 70 era uma coisa inimaginável, não tinha um partido a localizar-se à direita. Isso cria, do ponto de vista de uma cultura política, uma cultura extremamente de esquerda, ainda hoje [...] A entrada na União Europeia foi uma coisa fundamental, mas mais fundamental do que isso foi o 25 de abril.

O professor Fernando Cascais é quem possui a leitura mais diferente, e pessimista, em relação aos estudos e demais entrevistados. Ele concorda com os diagnósticos das pesquisas, os considera verdadeiros, mas insuficientes. Segundo ele, existe uma característica da sociedade portuguesa e sua história recente que seria a "completa dissociação da classe política em relação à sociedade". Para o professor, a sociedade tem muito pouca força para discordar da classe polí-

tica, daquilo que ela define como prioridade. Por isso, ele não atribui as conquistas LGBT a uma mudança da sociedade portuguesa.

> Tenho feito estudos empíricos e tenho cada vez mais certeza que a sociedade portuguesa continua muito conservadora, reacionária até, profundamente avessa à transformação. As mudanças ocorrem não tanto impulsionadas pela sociedade e mais pela elite, a classe política. No caso português, a lei do casamento foi claramente imposta, e, nesse caso, ainda bem, para uma oposição sem força para contrariar, por iniciativa do próprio primeiro-ministro, que impôs essa condição dentro do próprio partido. Ou seja, ele venceu a oposição, mas não a convenceu. Em outros países a lei do casamento foi um resultado final após várias outras conquistas e após uma transformação social. Aqui em Portugal essa transformação social não existiu.
>
> De parte do movimento LGBT houve, de minha parte, equivocada, uma compreensão de que o casamento iria resolver, por si só, todos os outros problemas que não tinham sido resolvidos: a homofobia da sociedade, a [homofobia] internalizada dentro do movimento, a visibilidade social das pessoas LGBT, coisas que eu não encontrei, por exemplo, na sociedade espanhola, onde há uma transformação social profunda em sua cultura, inclusive em sua cultura política, que não há em Portugal. Na Espanha o casamento gay inclusive suscitou uma reação violenta que aqui não aconteceu, porque aqui são as elites, historicamente, que impõem as reformas e que muitas vezes depois dessas imposições, que são iniciadas a partir de cima, e aí a sociedade vai se ajustando, ao contrário do que acontece nos países em que a transformação social é que exige a mudança política e jurídica. Aqui tem sido o contrário. Isso é assim desde a concessão do voto às mulheres na Primeira República.

No entanto, Cascais reconhece que simbolicamente a aprovação do casamento foi algo importante, deu credibilidade e peso para uma comunidade que até aí estava bastante invisibilizada. Aliás, entre todas as pessoas entrevistadas, inclusive as ligadas a coletivos que criticaram e criticam o movimento *mainstream*, é unânime a opinião de que o casamento foi uma conquista importante e que gerou impactos significativos em relação à homofobia. No entanto, todas, com mais

ênfase nas críticas, destacam que as conquistas legais não bastaram e, de alguma forma, inclusive estagnaram a continuidade das políticas e ações para a plena cidadania de pessoas LGBT.

No processo de aprovação da lei do casamento, os principais tensionamentos ocorreram entre Sérgio Vitorino e o pesquisador Miguel Vale de Almeida.[76] Reconhecendo a importância da lei (as Panteras apoiaram o projeto, mas com ressalvas), Vitorino centrou suas críticas em duas frentes: uma delas em relação à instituição do casamento e dos riscos da criação de um novo parâmetro de respeitabilidade de pessoas LGBT e, por outro lado, em relação ao problema que a aprovação gerou, pois a mesma lei criou o impedimento da adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Ainda assim, Vitorino considera que os avanços legais contribuíram muito para a diminuição daquilo que ele chama de "homofobia social":

> E não só os avanços legais, não só a ação do movimento e não só uma cultura midiática que passou a visibilizar a homossexualidade. Esse avanço existiu também muito por via das artes, e não só do movimento, embora eu não goste muito de tirar os créditos do movimento, que é a origem disso tudo. No entanto, eu acho que isso tudo é flutuante e a crise econômica vai destruir esses avanços. [...] As identidades homossexuais precisaram da revolução industrial para existir como tal. Obviamente também precisaram da definição médica, pois foi quem tipificou homossexualidade enquanto identidade. Mas há uma questão econômica de base, pois se as famílias continuam homofóbicas, e a maior parte delas o são, não há liberdade para as vivências homossexuais fora do armário. E eu acho que estamos a ter grandes recuos nesse ponto de vista.
>
> Eu já conheço dezenas de homossexuais que saíram das casas das suas famílias, em determinada época, porque se emanciparam, mas também porque precisaram fugir das famílias, que eram completamente homofóbicas e que, agora, em função da crise econômica, tiveram que voltar pra casa dos pais e deixar de estudar, perderam os

---

76 Leia dois textos sobre a polêmica em: <http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/de-vermelho-a-violeta-e-vice-versa.pdf>. (ALMEIDA, 2008) e <http://portugalgay.pt/opiniao/sergiovitorino01.asp>. (VITORINO, 2008) Acesso em: 10 set. 2014

empregos e estão dependentes de pais homofóbicos aos 40 ou 50 anos. E aí os tensionamentos reiniciam porque as pessoas voltaram para o armário. Isso não é um recuo? Temos maior invisibilidade social com cada pessoa que entra no armário. Menos visibilidade significa que a próxima geração vai nos ver menos, ou seja, significa mais discriminação. Não é um processo inteiramente linear, mas temos todos os sinais disso, inclusive porque alguma homofobia já está a voltar a ser politicamente correta, e já tinha deixado de ser. Comentaristas de jornais fazem colocações abertamente homofóbicas, ou abertamente a favor de eliminar as leis conquistadas nos últimos dez anos. E não é a Igreja, são comentadores que há dois anos não teriam escrito aquilo. Não tinham espaço.

Para Anabela Rocha, a aprovação do casamento também teve um peso simbólico muito grande. Isso passou a ficar mais perceptível, diz ela, quando as pessoas começaram a casar e falar sobre o tema em seus empregos. "*Tornou-se politicamente incorreto manifestar-se como homofóbico, especialmente nas grandes cidades*". (Rocha, entrevista, 2013) Já Paulo Jorge Vieira, do não te prives, diz que uma das consequências que mais chamou a sua atenção foi perceber a ampliação do número de pessoas idosas que passaram a se assumir como homossexuais para a família e amigos após a aprovação do casamento. "*E essas pessoas passaram a ter vida social, abriram bares, por exemplo, que não existiam antes em Lisboa*".

Não existem em Portugal dados precisos sobre a homo-lesbo-transfobia. O Estado não produz esses dados e a Ilga criou em 2013 um observatório para começar trabalhos nessa área.

Nós participamos de um projeto chamado Inquérito LGBT Europeu e ali tivemos acesso a alguns dados que nós já estamos usando. Nas escolas os números são particularmente assustadores. No acesso dos bens e serviços não temos legislação específica e isso se reverte em problemas. Ali também se percebe a incapacidade de apresentar uma queixa, pois só 10% das pessoas apresentam. Crimes de ódio, só 23% deles são denunciados.

Para Pessoa X, com o princípio constitucional de igualdade, até as uniões de fato, o casamento e a lei de identidade de gênero, o movimento LGBT é um que mais conquistas alcançou no país. "*O que não significa que isso chegue. E aí entramos em um queer que nos tem feito falta. Como diz o Sérgio Vitorino em um texto com o qual eu concordo, no qual ele diz que ficamos na política do possível, não vemos a política do impossível, e isso tem feito falta*".

Côrte-Real discorda complemente de leituras desse tipo e, seguindo fielmente o que diz o pesquisador Miguel Vale de Almeida, defende as ações da Ilga dentro do que ambos entendem como "essencialismo estratégico".

> A questão do essencialismo estratégico é possível de ser criticada no campo acadêmico e ao mesmo tempo é perfeitamente compreensível no plano do ativismo. Eu acho que muitas vezes há uma dificuldade de leitura e compreensão entre as duas áreas (movimento e academia) e isso obriga quem está a fazer investigação a perceber o que é fazer ativismo neste plano. E isso que eu acho que não acontece. Não defendo o desligamento da academia em relação ao ativismo, mas de que a academia faça uma análise com mais participação no ativismo. A defesa de uma perspectiva mais *queer* é fácil de fazer num plano mais intelectual, é evidente que sim, mas quando se está enfrentando os homofóbicos é outra coisa, e temos que ter o cuidado de não resvalar e impedir as reformas em termos políticos. A utopia pode estar lá, mas precisamos garantir e explorar os limites do possível. E acho que temos tido sucesso neste sentido, o que mostra que nossas escolhas têm sido bem sucedidas. De fato nunca foi a nossa intenção impedir que as pessoas tenham outras formas de relacionamento, mas a de conseguir o máximo de mudanças em curtos espaços de tempo. Como diz o Miguel em A chave do armário, o casamento não tem a ver com quem quer casar, mas com o fato do Estado, durante muitos anos, ter criminalizado as relações entre pessoas do mesmo sexo, o que só vai ter fim no início dos anos 80, de acabar com um processo de criminalização destas relações. Reivindicávamos o fim dessa exclusão. E, sobretudo, acabar com a discriminação e passar a dizer que o Estado está ao lado dessas pessoas.

O que mais falta, segundo a leitura de Pessoa X, é o cuidado com as pessoas e com os grupos, através de ações que sejam plurais, respeitando as muitas diferenças dentro das diferenças.

> Não vejo a relação da interseccionalidade com as deficiências, com questões étnicas, com migrantes, com descentralização e cuidado com os confins de Portugal. Continuo a não ver um cuidado com os sujeitos. E nos últimos anos estamos em tempos terríveis. Não acho que o casamento nos tenha resolvido a maior parte das coisas, além de ter deixado de fora a adoção. A luta foi feita com pouca discussão na área pública, foi menos politizada e mais partidarizada, e isso porque logo senti que essa pauta é claramente homonormativizada e essa figura [casamento] em Portugal é claramente classista. Temos dados de investigação que apontam grandes diferenças entre o formal, o legal, e o prático. Por exemplo, vivemos em um país dos mais difíceis em termos de demonstrações de afeto em público. O casamento de alguma maneira entravou e abafou uma luta de afirmação dos diferentes posicionamentos que pareceram milagrosamente resolvidos com a figura jurídica do casamento.
>
> Não vejo conquistas do ponto de vista dos sujeitos não conformados às normas de gênero. Não vejo uma maior preocupação com subjetividades trans, um cuidado com a desconstrução das ideias sobre as questões inter-geracionais.
>
> Eu descreveria numa palavra aquilo que é o movimento que eu já senti muito mais como meu, que é o desencanto, quase numa linha da ética marica do Paco Vidarte. Nós deixamos de cantar cantos audíveis das diferentes diferenças. Ficamos uniformizados numa ideia que não resolve praticamente nada, que mimetiza questões classistas, heteronormativas, que faz com que eu ouça sujeitos dizerem: 'para o que é que isso me serve?' se, na prática, eu tenho que me esconder, porque no trabalho a legislação laboral continua absolutamente intocada. Porque quando eu vou para um hospital eu preciso entrar em um ostracismo e porque preciso esconder a minha carteira de identidade dos familiares porque lá consta o registro do meu estado civil.
>
> Portanto, temos aqui uma pedra angular de reforço daquilo que nós já estávamos a viver, que é uma profunda homonormatização, que

> vivemos nos bares, nas saunas, em múltiplos aspectos. Também tem o desencanto porque eu me encantei, também com uma outra idade, no início de uma caminhada associativa, reconheço tudo isso, e não vejo um grito realmente transformativo quando depois tudo o que tenta fugir destas agendas é qualificado como radical, como se isso fosse mal. Como se nós não tivéssemos uma coisa muito mais radical que é a austeridade que estamos a viver.
>
> Não acredito que vamos fazer transformações nesses campos se não for através da radicalidade.

Outra grande lacuna, apontada por Pessoa X, está no pouco protagonismo trans no movimento. As pessoas trans não possuem um coletivo específico e parte delas está dentro da Ilga ou nas Panteras Rosa.

> Eu fui uma das primeiras a apoiar o casamento, para que isso também sirva para provocar essa mesma estrutura, mas depois eu quero muito mais. Mas o que gerou essa conquista foi um certo estancamento do movimento, que se preocupou demasiado tempo com essa questão, e agora tem se ocupado muito nas questões da regulamentação, como a coadoção, e tem praticamente desconhecido sobre quantas pessoas morrem e sofrem por homofobia, sobre o tanto que falta fazer sobre a despatologização das identidades trans, mantendo, obviamente, o atendimento à saúde. As pessoas T não se veem representadas neste movimento, e também não têm força em termos de uma ampliação das múltiplas identidades trans, como existe no Brasil.
>
> Também não vejo o movimento LGBT empenhado na discussão sobre as trabalhadoras do sexo e sinto que essa figura de pedido de permissão, de assimilacionismo, para que possamos casar, faz com que estejamos demasiado ocupados nesses temas e não consigamos uma ação associativa conjunta de visibilidade daquilo que efetivamente desafia do ponto de vista ideológico e social, que é o não estar conforme ao gênero, o ser puto ou puta, o direito a pensar desde cedo nas questões intersexuais, de uma forma de pensar a sexualidade diferente desta que está posta.

Transas no Chile

Não sou Pasolini pedindo explicações

Não sou Ginsberg expulso de Cuba

Não sou uma bicha disfarçada de poeta

Não necessito de disfarce

Aqui está minha cara

Falo por minha diferença

(Pedro Lemebel)[77]

Porque se acredita que o diferente é grotesco e monstruoso, eu tenho sido tão odiada que tenho razões para escrever. Nunca fui uma esperança para qualquer um. Junto as letras e escrevo mediocramente sobre este vazio. Escrevo porque não tenho sido a única. Com minhas amigas travestis temos sido rechaçadas porque o corpo é sagrado e com ele não se joga. Por isto escrevo, por todas as travestis que não alcançaram saber que estão vivas, pela culpa e a vergonha de não serem corpos para serem amados e morreram jovens antes de serem felizes. Morreram sem haver escrito nem uma carta de amor.

(Claudia Rodriguez)[78]

Até o momento em que eu estive no Chile (janeiro de 2014), a principal lei conquistada pelo movimento LGBT do país era a chamada lei antidiscriminação, mais conhecida como Lei Daniel Zamudio. O nome presta uma homenagem ao adolescente gay que foi assassinado brutalmente por um grupo de neonazistas em Santiago, em março de 2012.[79] O crime acelerou a aprovação da lei, mas o projeto já tramitava desde 2005 no Parlamento. A referida lei criminaliza vários tipos de discriminações, inclusive de orientação sexual e identidade

---

77 Trecho de *Manifiesto – Hablo por mi diferencia*, de Pedro Lemebel, lido em um ato político em setembro de 1986, em Santiago.

78 Trecho de *Corpos para odiar – sobre nossas mortes, as travestis, não sabemos escrever,* de Claudia Rodríguez.

79 O adolescente foi atacado por quatro pessoas em 2 de março de 2012 e veio a falecer 25 dias depois. O caso provocou comoção no país.

de gênero. Ou seja, apesar do nome, a lei não trata apenas de preconceitos relacionados aos gêneros e às sexualidades. No Brasil, essa lei é sempre citada como um grande avanço, em especial quando se discute a proposta de criminalizar as práticas homofóbicas.

No entanto, ao entrevistar ativistas para esta pesquisa encontrei muitas críticas a essa lei em vigor. Em resumo, as pessoas do movimento dizem que o projeto, para ser aprovado, necessitou ser completamente modificado e cortado. Com isso, não ficou incluída a criação de políticas públicas de Estado para o combate à homofobia, o ônus da prova do preconceito recaiu apenas à vítima e, no caso de condenação, quase sempre todo o valor da indenização vai para o Estado, o que desestimula as pessoas a acionar a Justiça.

Andrés Ignacio Rivera Duarte, ativista trans do Chile, disse o seguinte sobre a Lei Daniel Zamudio.

> Quando não temos testemunhas, quando não temos maiores provas, não serve de nada. E em noventa por cento das vezes não se tem prova. Quando o teu chefe te discrimina, não te discrimina na frente de teu companheiro de trabalho. Chama-te à parte para te dizer que és uma bicha ou sapatão. Como provar tudo isso? E por que eu tenho que provar que sou a vítima? Quando, na realidade, se eu estou sendo abusado por meu chefe, é ele que tem que mostrar que não me disse isso.

A ativista lésbica Érika Montecinos, além de apontar as debilidades da lei, fez a sua leitura do modo como parte do movimento se organizou na ocasião.

> Essa foi uma lei que se fez sem a participação de todas as organizações, apenas com as mais visíveis, ou seja, a de garotos gays. Para nós é uma lei que tem muitas debilidades. Ela foi pensada com uma ideia de sancionar, com multas e prisões. Mas não há nenhum compromisso do Estado com políticas públicas a favor da não discriminação, essa parte está totalmente órfã. Eu sei que o que motivou a aprovação da lei foi o crime contra Zamudio. Creio que pode ser também o egoísmo e ambição dessas organizações gays.

Umas lésbicas que foram discriminadas em um hotel ganharam uma ação e foi cobrada uma multa ao hotel. E isso seria tudo. Essas empresas pagam a multa e não terão mais cuidado para isso não voltar a acontecer. A questão cultural permanece, apesar das organizações gays dizerem o contrário, que há um simbolismo e uma troca cultural. Não sei se há uma troca cultural, porque não se proíbe os crimes de ódio, as palavras de ódio ou pessoas que incitem o ódio mediante seus discursos... Pensa-se agora em uma lei à parte.

É uma lei bastante débil devido à inexistência de coletivos, não somente de lésbicas, que fizessem fazer valer suas vozes. É verdade que fomos convidadas para discutir, não no Congresso, mas em outras instâncias, e não fomos capazes de nos organizar para ir porque estávamos em disputa interna, influenciadas pelo feminismo radical que não nos permitia pedir nada ao Estado.

Marco Becerra, da Acciongay, também considera a lei ruim porque não criou ações afirmativas e elementos para que as pessoas possam se apoiar em torno da não discriminação.

É uma lei que funciona depois, quando já se produziu a discriminação. Tem um campo de ação muito limitado no ponto de vista do exercício do direito. Agrava, por exemplo, as penas. Num caso de assassinato simples poderia agravar-se em assassinato de segundo grau, adicionar mais anos na pena.

Mas nas outras questões, como a discriminação permanente em que vivem as pessoas no trabalho, não há possibilidade de que a lei intervenha. No Chile, o que as pessoas da diversidade sexual mais sofrem são discriminações laborais. Aqui os empresários fazem o que querem, podem me despedir porque sou gay, gordo, pequeno ou feio, e não necessitam explicar por que te despedem. Podem me despedir porque sou homossexual, mas isso não vão dizer na frente dos outros.

É uma lei débil. Não se castiga, por exemplo, os crimes de ódio. Aqui falam de homossexual como degenerados ou abusadores de meninos, e isto está permitido. A lei não tem capacidade de cobrir de forma apropriada uma questão que é tão complexa. Quando se discutiu essa lei durante 10 anos foi levado ao governo que essa lei tivesse

elementos e recursos para que se pudesse fazer campanhas contra a discriminação. E não existe nada disso. [...]

A lei tinha muito mais elementos interessantes quando começou a ser pensada no ano 2000. Mas a direita mais radical foi quem a redefiniu, junto com o *lobby*ing feito pela Igreja Católica e pelos evangélicos para que a lei não fosse aprovada. [...] O programa da presidenta [Michelle Bachelet] visa uma revisão dessa lei, para aprofundá-la, e aí esperamos que haja uma convocatória ampla para a participação dos atores sociais que vão fazer um aporte na revisão.

Aproveitei o fato de ele falar sobre a pressão dos religiosos e perguntei: "aqui também há problemas com as bancadas evangélicas?". Ele respondeu:

Não, aqui não há bancada evangélica. Mas funcionam fortemente com o *lobby*ing que fazem através, por exemplo, de deputados e senadores da direita, a ultradireita. É um grupo muito poderoso, não são muitos, cerca de 12% no Chile, mas são bem disciplinados. Aqui há poucos deputados evangélicos, mas a Igreja Católica é muito forte, sobretudo a Opus Dei e a UDI, que é o partido da guarnição do governo de ultradireita. Aqui no Chile a Igreja Católica continua tendo muita força política, econômica e cultural, e a direita está basicamente associada a ela. A Opus Dei aqui tem universidade [a de los Andes] e tem ministros [no governo Piñera] que são da Opus Dei.

Voltando às avaliações da Lei Daniel Zamudio, o ativista Victor Hugo Robles, autor do livro *Bandera hueca: historia del movimiento homosexual de Chile*, finalizado antes da aprovação dessa lei, conta que a proposta nasceu no governo do presidente Ricardo Lagos, que governou o país de 2000 a 2006. Segundo ele, inicialmente o projeto de lei antidiscriminação foi discutido entre o governo e a sociedade civil, o que fez com que, pela primeira vez, organizações de indígenas, deficientes, homossexuais, lésbicas e travestis fossem ao palácio La Moneda.

Nesta ocasião foi a primeira vez que chegaram travestis ao palácio do governo para reunirem-se com as autoridades. Tudo isto depois desembocou neste projeto de lei antidiscriminação que buscava pre-

venir, e castigar, e perseguir a discriminação não só dos homossexuais, mas sim de todos os grupos que se sentissem discriminados. Bom, o projeto avançou muito lentamente no Parlamento, até que chega o governo de direita (de Sebastião Piñera) e ocorre o caso do jovem Daniel Zamudio. Isso reativa a necessidade de legislar em torno da discriminação no Chile. E, claro, o tema foi se fazendo cada dia mais transversal, as demandas dos grupos homossexuais, gays e trans eram mais bem acolhidas pelos meios de comunicação. Inclusive todos os estudos de opinião pública sinalizavam que as pessoas estavam contra a discriminação e a favor da liberdade de outro grupo. Então, evidentemente que as elites políticas, o governo da vez, leem os dados da opinião pública, seja por oportunismo político, seja por oportunismo eleitoral, e finalmente têm que ouvir o que diz a opinião pública. Então se criou um certo consenso social em que se aprovou esta lei, que é uma lei ruim. É importante que exista a lei. Entre que exista e não exista a lei, é importante que exista, porque é um corpo legal a respeito do qual se pode ir avançando. Mas é ruim porque não é uma lei que educa, não previne, é basicamente castigadora. Não promove o respeito ao diferente e que eduque em torno do direito à diferença. Então, filosoficamente está mal concebida porque chega tarde, quando a travesti já foi assassinada, quando o gay já foi golpeado, quando o imigrante já foi despedido de seu trabalho. [...]

É uma lei débil também porque não se impõe sobre outras leis, por exemplo, como a liberdade de culto. Os evangélicos podem seguir pregando nas ruas, dizendo que os homossexuais são pecadores e que vamos para o inferno, enfim, tudo o que os evangélicos mais radicais pregam porque têm direito estabelecido na liberdade de culto, na liberdade de expressão, e essas leis são superiores à lei antidiscriminação. Por outra parte, é uma lei que não estabelece nenhum instrumento público ou de institucionalidade pública que vele por ela. Por exemplo, como é o caso argentino, onde existe o INADI (Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo), que pertence ao Ministério da Justiça. É um órgão institucional, legal, do Estado argentino, com pressupostos estatais e com funcionários do Estado trabalhando contra a discriminação. E aqui não tem nada dis-

> to.80 [...] Ou seja, uma lei bastante limitante. Eu diria que tem mais da parafernália, de show mediático do que uma lei efetiva.

Robles também critica o nome que foi atribuído à lei. Segundo ele, a sugestão e pressão para isso partiu do Movilh.

> Por outra parte, também tem o fato de ter sido chamada pelo Movilh de Lei Zamudio, o que é uma discriminação com as outras pessoas que a lei protege. Por que tem que ter um nome quase de fantasia de um homossexual? Eu não sinto que a discriminação face aos homossexuais seja mais importante que a discriminação que sofrem as pessoas imigrantes, ou as pessoas que têm algo diferente sejam pessoas mais discriminadas que homossexuais. Também se estabelece aqui uma certa hierarquia dos discriminados. Ou seja, no Chile, para os políticos, para a lei, para os jornais, é mais importante um homossexual discriminado que um peruano, um colombiano, uma travesti, uma mulher pobre.

O ativista da Fundação Iguais, Luis Larrain, também critica a lei, embora com um tom mais ponderado. Para ele, trata-se de uma lei importante porque politicamente dá um sinal para a sociedade de que a discriminação não é aceitável e porque também permite que se fale sobre o tema. Juridicamente, pensa ele, tem um valor por ser a primeira vez que os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero estão escritos em uma lei chilena.

> Mas, na verdade, é uma lei pouco efetiva por várias razões. Uma delas é porque não cria uma institucionalidade, simplesmente proíbe esses atos. Então não se preocupa em erradicar a discriminação ou prevenir, mas simplesmente puni-la quando ocorra. Apenas diz que o Estado é responsável por velar pela não discriminação, mas não especifica quem, com qual pressuposto, qual a pessoa responsável.
>
> Outro problema da lei é que ela se contradiz em si mesma, porque diz que não se entenderá como discriminação as distinções recordadas pelas garantias institucionais como a liberdade de expressão,

---

80 No Chile existe o *Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH)*, ligado ao governo federal, mas sem políticas efetivas específicas para a população LGBT, como é possível verificar em seu site: <http://www.indh.cl/>.

de educação, de culto, etc. Então se diz que não se pode discriminar, mas que cada Igreja pode fazer o que quiser, cada projeto educativo também...

Outro problema é que coloca o peso de provar a discriminação na pessoa discriminada e ela, em muitos casos, não está bem para denegar ou comprovar a discriminação. Como comprovar que uma empresa te despediu por ser gay, lésbica ou trans? É muito difícil de comprovar. Por conta de todas essas razões a lei não é muito efetiva. O Instituto Nacional de Direitos Humanos acabou de publicar que havia cerca de 40 casos com os quais a lei foi ativada depois de um ano de aplicação, o que mostra que ela é muito pouco efetiva, porque sabemos que há muito mais que 40 casos de discriminação no Chile em um ano.

O coro de críticas à lei é engrossado pelo ativista Fernando Muñóz, do MUMS (Movimento Unificado de Minorias Sexuais).

É uma lei ruim porque não temos nenhum ministério que trabalhe o tema de diversidade sexual, nem saúde, relações interiores. Nenhum tem um componente da diversidade, nada! É uma lei que cai no vazio e que não tem conexão com as outras coisas. Por isso é muito ruim. Se o Chile tivesse políticas de campanhas contra a discriminação, de educação contra a discriminação, com elementos de não discriminação no material de educação pública, de saúde, poderíamos ter um contexto favorável, mas assim a lei se torna ilhada.

O presidente do Movilh, Rolando Jiménez, corrobora as críticas dos demais e elenca outras limitações da lei.

A lei chilena não é nenhuma maravilha. Primeiro, não se aprovou de um dia para o outro, foram sete anos de tramitação. O que ocorre é que quando houve [o assassinato de] Daniel Zamudio, nós já tínhamos processado 90% da lei. Tínhamos acordo para aprova-la e o que o assassinato de Daniel Zamudio faz é silenciar por um tempo muito breve os setores mais ferozmente opostos à lei. Nem o governo de Lagos, nem o de Bachelet, tiveram vontade de pôr urgência na lei. [...]. E resultou que em quatro anos de um governo de direita, avançamos

mais que em quatro governos da Concertación.[81] [...] É preciso entender que a lei Zamudio não é uma lei que penaliza ou que criminaliza a homofobia. É uma mescla de ações punitivas e ações afirmativas a meio caminho. E isso porque a resistência de legislar foi enorme. E tanto a Concertación, quer dizer, tanto a centro-esquerda como a direita tinham resistência. E, portanto, se negociou um texto que não dá conta do padrão/modelo internacional de direitos humanos.

A lei pontua que 'o Estado deverá promover políticas públicas de não discriminação em todos os âmbitos de sua competência', mas não diz quem do Estado fará isso. Não designa a responsabilidade a ninguém. Segundo, a lei foi mutilada em alguns aspectos essenciais que a deixou ineficaz em alguns casos. No sentido de que, por exemplo, o projeto original que elaboramos com o governo de Ricardo Lagos e com esse governo contemplava uma multa em benefício fiscal contra quem discriminava e também uma indenização econômica para a vítima da discriminação. Na tramitação, a indenização para a vítima caiu e ficou só a multa para benefício do Estado. Segundo, se pôs um artigo que aponta que, se eu faço uma acusação falsa, me multam com uma quantidade equivalente de dinheiro. Então esses dois elementos fazem com que as pessoas não se motivem a apresentar ação de denúncia, pois não tem nenhuma compensação, a não ser que o tribunal diga que o ato deve ter uma multa em dinheiro para o discriminado. Além disso, a lei tem outro problema porque não se definiu quem deve desenvolver políticas públicas. Nós, apesar dessa debilidade da lei, temos conseguido, ministério por ministério, serviço por serviço, colocar propostas, capacitando servidores, e isso o Estado não faz. [...]

Nós sempre apontamos que não queríamos penas de cárcere em ação de discriminação, e isso foi uma decisão nossa, com exceção de quando há outros delitos no meio. Nós acreditamos que a discriminação é uma questão da cultura, não são questões de delitos. Agora, quando se comete o delito com vocação discriminatória, aí está o agravante penal. Essa é uma das coisas que a lei tem de interessante,

---

81 Trata-se de uma coalizão eleitoral de partidos políticos de centro-esquerda, formada por quatro partidos políticos principais: Partido Democrata Cristão (PDC); Partido pela Democracia (PPD); Partido Radical Social Democrata (PRSD); e Partido Socialista (PS)

> mas acabou tão mal redigida que ficou muito complicado aplicar o agravante penal. Assim, um advogado constitucionalista que trabalha conosco já redigiu várias reformas à lei que vamos apresentar em março ou abril desse ano [2014].

Outro ponto pacífico entre as pessoas entrevistadas sobre essa lei é o peso que teve o assassinato, e sua repercussão na mídia, do adolescente Daniel Zamudio. O ativista Felipe Rivas San Martin, do CUDS, destacou também que esse dado é muito interessante para pensar a lógica da política, de como ela tem um grau de imprevisibilidade e de como as características enfatizadas e existentes em Daniel ajudaram a visibilizar o caso.

> Esse caso serviu para pensar criticamente a lógica da política pragmática, como se tudo fosse facilmente calculável. A lei antidiscriminação foi aprovada porque mataram um jovem. Se não tivessem matado este jovem, provavelmente ela não sairia. Ademais, a morte de Daniel Zamudio tem uma série de outras conotações, tem uma série de operações midiáticas, estéticas, culturais que são imprescindíveis e não são lógicas para a política, para esta maneira de entender a política em termos programáticos.
>
> Eu creio que foi uma comoção estética porque há muitos elementos que não fazem parte do contexto desse caso. Por exemplo, não era uma travesti, ou seja, há uma série de questões muito complexas também, a figura de um anjo puro e absolutamente bom e belo. E a brutalidade do assassinato. A utilização da suástica com que marcaram o corpo dele e um monte de questões que agora me escapam.

Em função dos problemas apontados na lei antidiscriminação, o movimento LGBT tem como uma de suas prioridades modificar a lei ou propor alguma outra que preencha as lacunas. Larrain diz:

> Nossa proposta é uma lei diferente, mas que complementa a lei de antidiscriminação. A lei existente não aborda questões do discurso, apenas os atos. Hoje um pastor, um político, um professor que não produza nenhum ato particularmente discriminatório, mas que tenha um discurso que incite o ódio e a violência, não tem como ser processado pela lei atual.

Para impedir a proliferação de discursos de ódio homofóbicos pela mídia, o Movilh já recorreu ao Conselho Nacional de Televisão, que chegou a multar, em 2010, um programa de televisão no Canal 54 Liv-TV, da Televisión América S.A, considerado homofóbico. Jiménez explica:

> O Conselho é o órgão controlador dos conteúdos da televisão, basicamente. Não no sentido de censura prévia, pois atua após a transmissão. Ele tem o dever de regular por meio de sentenças os conteúdos da televisão quando esses agridem a dignidade humana, a Constituição, a lei e tratados internacionais. Havia um programa de televisão de um pastor evangélico tremendamente violento que fazia uma série de qualificações muito violentas e pejorativas contra os homossexuais. E isso em dois programas consecutivos, inclusive quando insulta a população de diversidade sexual. A mim, pessoalmente. E eu apresentei [a denúncia], e esse sistema funciona muito bem. Qualquer um pode apresentar uma denúncia pela internet. Nós fizemos uma campanha e vários centros fizeram denúncias. Então o conselho avaliou, viu o vídeo – você tem que dizer o canal e o horário em que o programa passou, tudo muito simples. E o conselho avalia a denúncia. E, bem, o conselho decidiu por unanimidade que esse programa e esse pastor violentavam a dignidade humana de um grupo de chilenos. E aí emitiu uma multa, o canal de televisão apelou e depois de um par de meses de tramitação a apelação não foi atendida, e tiveram que pagar uma multa, e isso, em alguma medida, obrigou o canal a tirar o espaço do pastor evangélico, que ocupava um espaço pago.

Outras prioridades

Além de modificar a lei antidiscriminação e conquistar o casamento igualitário (tratarei mais adiante sobre a aprovação da união civil), o movimento LGBT chileno também tem como prioridade pautas recorrentes em todo o mundo, como o combate ao HIV/Aids, políticas públicas para o campo da educação e cultura, fim da violência, que ainda é precariamente contabilizada pelo poder público. Ao contrário do Movilh, que optou por não trabalhar com questões de HIV/Aids, a Acciongay e o MUMS trabalham ativamente no combate às

doenças sexualmente transmissíveis. E nesse quesito também tecem duras críticas ao quadro existente no país. É o caso do ativista Marco Becerra, da Acciongay.

> No Chile, o HIV, como em todo mundo, particularmente na América Latina, vem perdendo importância por conta, provavelmente, do avanço obtido na entrega de medicamentos e terapias. E isso também tem deixado de incentivar as organizações no entorno dos efeitos da discriminação. No geral, nos últimos seis anos, no Chile, a intensidade, os recursos do Estado e as ações de trabalho foram baixando e esse último governo [de direita, de Sebastião Piñera] foi quem finalmente assassinou o programa nacional de HIV, que praticamente não existe. Não existem campanhas focalizadas para a população gay ou HSH, não há uma perspectiva ampla de prevenção, focaram simplesmente na terapia e em entregá-la. Parece ser bom, mas na verdade não aborda o problema do fundo: no Chile, ainda existem pessoas que necessitam de informação porque não sabem, e há também problemas com outras doenças de transmissão sexual. Há uma desconexão na prevenção de HIV e das outras DSTs, num contexto em que ainda há muita violência homofóbica cultural, com negação da vivência homossexual e com muitos homens vivendo sua sexualidade de forma clandestina, o que alimenta o risco de contrair alguma DST.
>
> Tivemos uma relação muito ruim e rompemos relações com o governo. Esperamos que com esse novo governo [de Michelle Bachelet] se retome uma forma de participação e incidência mais direta. O último governo foi muito eficiente economicamente, mas do ponto de vista político é vazio de conteúdo, são perfeccionistas, mas sem um relato político. Estamos cansados desse desenvolvimento econômico neoliberal. Cansados da imagem de desenvolvimento econômico vendida pelo Estado nos últimos 20 anos, quando o Estado não se fazia responsável por nada. Queremos que o Estado se responsabilize em garantir direitos sociais, como educação e saúde, porque já os pagamos nos impostos. O paradigma cultural mudou e a direita teve uma derrota dupla e o Chile está se estabilizando novamente, avançando ideias que foram abandonadas. Há promessas de avançar com ideias como o matrimônio igualitário, acessibilidade dos homossexuais nas forças armadas, igualar os tipos de famílias... Estamos esperançosos que avançará uma agenda pelos direitos da diversidade e da mulher.

Embora seja uma organização muito preocupada com questões políticas mais gerais do país, em especial as concernentes aos direitos humanos, o MUMS também trabalha, segundo o ativista Fernando Muñóz, ativamente no combate ao HIV/Aids.

> Nós apoiamos, por exemplo, uma assembleia constituinte para o país para que mude a Constituição de 1980, aprovada na época de Pinochet. Apoiamos fortemente a postura do movimento estudantil diante da defesa da educação. Temos feito uma constante defesa às questões de direitos humanos. O Chile ainda possui questões de direitos humanos pendentes, como o tema das torturas e o caso dos mapuches, pelo reconhecimento de suas terras. Nós começamos a fazer parte dessas discussões. Creio que a diferença fundamental é isso [a relação do MUMS com os demais coletivos]. Não ficamos apenas na reivindicação de pequenas coisas para a diversidade sexual. Mas também estamos com uma proposta mais ampla de mudança social.
>
> Sobre o HIV no Chile, nos governos de Eduardo Frei [1995-2000] e Ricardo Lagos [2000-2005] se iniciou uma política bastante participativa com questões de saúde sexual e, particularmente, com a questão do HIV/Aids. No entanto, no [primeiro] governo Michelle Bachelet [2005-2010], essa política começou a decair e, com esse governo [de Sebastião Piñera], essa política desmoronou. Temos um ministro da Saúde que é completamente egocêntrico, um dos melhores amigos de Piñera, portanto, imóvel do gabinete. Esse sujeito não escuta ninguém, faz o que quer.
>
> Em matéria de VIH e saúde sexual ele lançou uma campanha para promover o exame, além de tudo uma campanha heterossexualizada em um país onde a epidemia está altamente concentrada nos homens gays. Quase 90% dos casos correspondem a homens, e 70% destes em homens gays, segundo os próprios dados do Ministério. Então ter uma campanha completamente heterossexualizada é uma loucura. Em segundo lugar, uma campanha que não cita o uso de preservativo e que foca no exame de forma muito biomédica. De alguma forma essa campanha joga no lixo tudo o que se trabalhou antes, em torno da promoção do uso de preservativo. Todos esses elementos fazem com que seja uma campanha muito ruim. Esperamos que com esse

> novo governo haja uma recomposição de uma possibilidade de estabelecer políticas em termos de HIV que sejam mais coerentes.

Para as lésbicas, uma das grandes prioridades é voltar a se organizar coletivamente. Depois de um período em que elas estiveram muito visíveis por conta do caso da juíza Karen Atala Riffo, nos últimos anos elas voltaram a incidir pouco sobre o movimento. Como já disse na primeira parte do livro, em 29 de junho de 2004, um grupo de lésbicas criou o coletivo As Outras Famílias, em função do caso Karen, que perdeu a guarda de suas três filhas porque seu ex-marido, Jaime López, alegou que, por ela ser lésbica e estar, à época, vivendo com outra mulher, Emma de Ramón, não poderia criar as crianças. A Justiça local acatou as alegações do marido em duas instâncias e Karen recorreu à Comissão Interamericana de Justiça contra o Chile. Depois de oito anos e meio, em 24 de fevereiro de 2012, o país foi condenado por violar o direito à igualdade e da não discriminação, o direito à vida privada e o direito a ser ouvido.

Criadora do site *Rompendo o silêncio*, a ativista lésbica Érika Montecinos, em janeiro de 2014, estava trabalhando para aglutinar um grupo de lésbicas. Sobre o caso Karen e os motivos da inexistência de coletivos lésbicos, ela disse:

> Eu acredito que houve um antes e um depois de Karen Atala na questão da visibilidade lésbica. Antes de Karen havia poucas lésbicas que eram visíveis. O tema de Karen marcou um precedente com a questão da maternidade, uma questão que o grupo lésbico nunca tinha levado em consideração, porque o feminismo radical faz uma crítica muito forte à maternidade.
>
> Karen trouxe o tema da visibilidade lésbica, assim como o tema da maternidade e da família diversa. Até então as pessoas não sabiam da existência da família diversa, as pessoas ficaram muito impactadas, não podiam crer na existência. Ainda havia muito preconceito dos garotos gays, que buscam festas, muitas discotecas e as pessoas imaginavam apenas isso: incapazes de formar família. E as lésbicas inexistentes. Karen trouxe um pequeno impulso a esse tema, que foi diluído também pelas organizações gays. Karen não falava publica-

mente e não houve também nenhum coletivo lésbico a dar entrevistas. Logicamente, os gays se aproveitaram.

Tenho muito respeito e carinho pelos gays, mas tenho uma crítica também à forma com que se faz o movimento. Creio que há muito machismo ainda nas organizações gays, apesar de que não queiram reconhecer. Há também muita resistência com a questão das lésbicas e temos que fazer também uma autocrítica por nossa passividade e incapacidade organizacional. Com o tema de Karen ficou claro que as organizações lésbicas brigam por sua essência.

Karen teve uma equipe de alto nível que a assessorava, eu a ajudei também com algumas questões de comunicação. Eu apoiava e informava, com meu site, coisas que muita gente não sabia.

Marco Becerra, da Acciongay, fez uma leitura controversa sobre o porquê das lésbicas estarem pouco presentes no movimento LGBT do Chile.

Não sei por que, pois no Chile a organização política e social é fundamentalmente feminina. Em muitas questões são as mulheres que se organizam. No caso das organizações de lésbicas eu não sei, não pensei. Posso dizer o que tenho observado nos grupos de mulheres lésbicas, que sempre acabam com conflito. Tenho a impressão de que há algo na essência do homem e da mulher que tem a ver com isso. Existia um grupo que se chamava As Outras Famílias, que acabou há 3 anos, formado por mulheres lésbicas que eram mães; eu reconhecia na Karen e na Emma [de Ramón, então companheira de Karen] um discurso muito político, com organização social e com demanda. Contudo, quando o grupo acabou eu falei com Karen e as outras mulheres queriam um grupo para falar sobre elas, queriam um grupo de mulheres para falar de mães. Não para se organizar politicamente. No caso dos grupos das lésbicas solteiras durou um ano e desapareceram, acabaram com brigas, odiando-se.

Não quero essencializar as pessoas, mas temos muitas referências de lésbicas feministas. Aqui na Acciongay há 20 lésbicas, mas não se sentem motivadas a se organizar enquanto lésbicas. E há muitos coletivos que são autocentrados, como uma sociedade secreta, com um código; falam de feminismo, mas em segredo, e no geral são mui-

to anti-homens. Não haveria problema se houvesse uma demanda de lésbicas organizada. Existem problemas de visibilidade, mas faltam pessoas que levantem uma agenda mais externa. Existem lésbicas inteligentes, mas não estão organizadas.

Fernando Muñóz, do MUMS, tem uma leitura um pouco diferente sobre as razões da pouca incidência das lésbicas no movimento LGBT do Chile.

O movimento lésbico está muito fraco, quase não existe. Apesar de terem formado o primeiro grupo de ativismo, foi um grupo muito pequeno, focado no feminismo, que não contribuiu em nada. Foi como uma estrela cadente, apareceram, continuaram as mesmas durante 10 anos, de forma fechada e metidas no feminismo radical. Creio que hoje temos mais lésbicas trabalhando pelo aborto que lésbicas trabalhando pela diversidade sexual, isso é real. O feminismo captou muitas lésbicas e as convenceu de que o problema não era porque eram lésbicas, mas porque eram mulheres. E como são mulheres, a questão de serem lésbicas passa para o segundo plano.

Essa captação do movimento feminista fez, na América Latina, com que as lésbicas ficassem atrás na sua capacidade de representação e na sua participação na maioria dos espaços públicos. Inclusive estão mais atrás do que o movimento trans aqui no Chile. O movimento trans cresceu muito, há muitas organizações, tanto de trans femininos e agora de masculinos. Mas com uma capacidade técnica limitada, porque a população trans tem uma forte limitação de informação política e técnica. No entanto, temos muito mais presenças trans, em mais de 10 cidades do país, algumas com propostas elementares, mas existem. Enquanto o mundo lésbico está muito radicalizado com ideias de não se legalizar, de que tudo tem que ser horizontal, criticando a institucionalização de organizações, com uma política muito anti-Estado. Uma postura muito presente no feminismo, mas presente também no movimento estudantil. Temos vários coletivos de gays nas universidades que têm posturas super radicais, estão preocupados com oficinas de sadomasoquismo e de coisas exóticas, mas não querem se legalizar, se institucionalizar ou dialogar com o Estado. Estão na onda da dissidência, da crítica cultural. Mas acredito

que a grande perdedora disso e a grande deficiência que o movimento LGTB tem no Chile são as mulheres.

Uma das principais militantes lésbicas dos últimos anos, que chegou a presidir o MUMS de 2005 a 2008, é Anatolia (Toli) Hernández, que hoje se define como uma militante lésbica feminista dentro de uma perspectiva descolonial. Para ela, são várias razões da pouca presença de lésbicas no movimento: o machismo, a verticalidade do poder imprimido pelas lideranças gays, as pautas prioritárias definidas por eles e também certa tendência a uma integração normalizadora que afastaria pelo menos as lésbicas mais ligadas com certas correntes do feminismo.

Na primeira etapa, esse processo não tem a ver fundamentalmente com sujeitos que eram líderes, mas com uma reprodução vertical de poder. Não havia horizontalidade, e assim começaram as fricções que se tornaram permanentes. Nota-se que a baixa participação das lésbicas não é uma realidade existente somente no Chile. Aqui foi ficando mais firme e creio que se projeta em todos os outros movimentos, e é instigado nesse projeto LGTBI porque fundamentalmente creio que começou a operar a seleção cultural ou de correlação de força, na qual sempre vai emergir uma demanda que é mais gay do que lésbica. Então essas seleções culturais fazem emergir um só tipo de poder-sujeito com certas demandas e características com quais as lésbicas não se identificam, e surge a necessidade de voltar a se articular de uma forma mais identitária. No meu caso, particularmente, não tem a ver com seguir afirmando a identidade lésbica, mas precisamente transferi-la para operar desde um modelo que construa a ascensão dessa diferença.

Creio que também há uma situação que tem muito a ver com o HIV. No momento estava o processo de 'HIVação' de tudo no movimento, portanto as lésbicas que não têm nenhum tipo de vulnerabilidade tiveram suas demandas de direitos sexuais e reprodutivos fora do projeto, sujeitos que eram gays se sentiam mais convocados sobre essa temática em particular.

Há, por parte das lésbicas que são feministas, um questionamento sobre esta preservação do status vigente no sentido de que as lógicas

ainda são muito integracionistas. Ou seja, vão demandar o matrimônio sem questionar o que isso realmente significa, a discussão que gera sobre outras situações. Esse integracionismo, podemos ver isso inclusive na identidade de gênero, que volta a nos colocar no mesmo lugar da dicotomia sexual. As demandas não são tão convocativas. Não existe um processo mais transformador, que questione e que seja radical. Não creio que todas as lésbicas estejam nesse nível, mas há alguns grupos que estão trabalhando e aprofundando-se nessas questões. Mas somos poucas e creio que é uma história que se repete, de muitos grupos que emergem e desaparecem, ainda que seja porque são estrelas ou por situações de grupos que se armam porque existem casais. Essa é uma questão que ainda sinto presente, que se foi trabalhando através do tempo e tudo, mas creio que obstruiu um pensamento que seja mais teórico e que alimente ações diretas, como promover ocupações. Fundamentalmente para convocar essas periferias que não estão presentes neste modelo LGTBI que é completamente central, que acolhe um sujeito hegemônico que é muito reprodutor da cultura. Creio que também houve, a partir de Daniel Zamudio, certa higienização gerada pelo fato de serem muito institucionais.

Além dessas questões, as lésbicas se retiraram também por uma questão de machismo. Efetivamente existe uma posição que é masculina e que não resolve os conflitos, e aí existe a fuga. E aí existe um problema que não é apenas em termos de movimento LGBT, mas transversal em termos de movimento social, pois sabemos que transversalmente o machismo e o patriarcado estão incorporados a essa relação de gênero: masculino e feminino.

União civil e matrimônio igualitário

Outra conquista do movimento LGBT foi a aprovação do projeto que garante a união civil entre pessoas do mesmo sexo. No período em que realizei as entrevistas no Chile, em janeiro de 2014, dois meses antes do encerramento do mandato de Sebastião Piñera como presidente, o parlamento já tinha aprovado um indicativo de que o AVP (*Acuerdo de Vida en Pareja*) entraria na pauta. A expectativa era a

de que a proposta fosse aprovada antes do segundo mandato de Michelle Bachelet. Isso porque, em sua campanha, Piñera, político de direita, havia se comprometido publicamente pela aprovação da lei, inclusive usando em seus materiais imagens do ativista da Fundação Iguais, Luis Larrain. Depois de eleito, Piñera frustrou as expectativas de Larrain e dos demais homossexuais, e isso acabou por motivar a criação da Iguais.

> No Chile, todos os anos, no dia 21 de maio, o presidente presta contas públicas do ano anterior e anuncia o que fará no ano seguinte. É uma tradição republicana, porque é um feriado nacional [Dia das Glórias Navais], quando se comemora o combate naval de Iquique [de 1879]. No ano de 2009, o então candidato Piñera incluiu um casal de gays na sua campanha, e um deles era eu. Foi muito polêmico, porque foi um político da direita. Ele foi eleito presidente, e em 2010 ocorreu o grande terremoto e o tema de diversidade sexual não foi abordado por conta disso. Em 2011, esperava-se que, no dia 21 de maio, o presidente anunciasse o envio de um projeto de lei, alguns ministros insinuaram que poderia ser anunciado. Mas ao mesmo tempo se sabia que os presidentes dos partidos da aliança, da guarnição centro-direita, estavam fazendo *lobby*ing muito forte contra, para que não se anunciasse nada. E a relação entre os partidos políticos e o presidente estava muito tensa, muito delicada. Eu, como participava 'na franja' da campanha, num papel mais público, midiático, concedia muitas entrevistas na imprensa. Então chegou o dia do discurso e ele não disse nada. Isso provocou uma frustração na comunidade LGBT e eu era a voz e critiquei duramente o governo. Começamos a fazer um trabalho público, bastante importante.
>
> No dia 22 de maio o presidente fez um anúncio extraordinário e disse que ia apresentar o projeto de lei de união civil (AVP), o que ocorreu em agosto. Entre maio e junho desse ano, com Pablo,[82] nos demos conta de que tínhamos muitos pontos em comum e víamos muitas organizações LGBT, mas muita gente que não se sentia convocada por essas organizações. Recebemos muitas mensagens de apoio, oferta de colaboração, e as redes sociais começaram a ser muito importan-

82 Pablo Simonetti – escritor muito conhecido no país.

tes. Em 2011 tínhamos muito apoio, vontade e atenção do meio. Então foi o caldo de cultivo ideal para se criar uma organização. (Larrain)

O mandato do presidente Piñera acabou em março de 2014 e somente em janeiro de 2015 a Câmara dos Deputados aprovou uma nova versão do AVP, que passou a ser chamada de Acordo de União Civil (AUC) entre pessoas do mesmo sexo ou não. No momento em que estive em Santiago do Chile, a aprovação dessa lei era prioritária para o Movilh e a Fundação Iguais. Jiménez, do Movilh, queria aprovar a proposta antes do término do mandato do presidente, pois, na leitura dele, Bachelet seria "uma política muito conservadora nesses temas". Ele suspeitava que a apresentação de um novo projeto de matrimônio igualitário, que também acabou sendo realizada ainda em 2014,[83] fosse atrasar todo o processo. Na Espanha e Argentina, a maioria do movimento LGBT optou por retirar ou não apresentar o projeto de união civil em âmbito nacional. A estratégia foi logo lutar pelo matrimônio civil igualitário, considerado mais amplo e com mais garantias de direitos às pessoas homossexuais.

Assim como nos demais países pesquisados, no Chile também encontrei vários coletivos, mais sintonizados com um ativismo *queer* e/ou de dissidência sexual, críticos dessa prioridade do movimento LGBT. Um desses é a Secretaria de Sexualidades e Gêneros (Sesegen), que se autodefine como

> [...] um espaço desenvolvido desde a Coordenadoria de Estudantes de Filosofia e Humanidades (CEFH) da Universidade do Chile, que surge em princípios de abril de 2011, no marco da nova orgânica do estatuto estudantil de graduação da Faculdade de Filosofia e Humanidades. Desde as possibilidades

83 Segundo o site do Movilh, já em 2008 o deputado Marco Enríquez-Ominami apresentou um projeto de matrimônio igualitário no parlamento chileno. Em 2010 foi apresentado outro projeto, mas os parlamentares que o apoiavam teriam recuado diante da pressão evangélica. "Em 2014, os deputados Gabriel Silber, Daniel Farcas, Matías Walker, Víctor Torres, Roberto León, Aldo Cornejo, Juan Morano, Marco Antonio Núñez, Hugo Gutiérrez, Daniel Melo, Joaquín Godoy, Vlado Mirosevic apresentaram um novo projeto de lei sobre matrimônio também com o respaldo do Movilh". Ver mais em: <http://www.movilh.cl/nuestros-logros>. Acesso em: 20 fev. 2015.

da reflexão crítica em torno da sexualidade, as identidades e os gêneros é que queremos nos unir na luta contra qualquer forma de opressão, seja por classe, raça, gênero ou forma de viver a sexualidade. ¡Com um só *fisting* contra a direita! (SECRETARÍA DE SEXUALIDADE Y GÉNERO)[84]

Sobre união civil ou matrimônio igualitário, um dos ativistas da Sesegen disse:

> A única coisa que essas instituições fazem, ao invés de problematizar a sexualidade e o gênero, é colocá-los [os homossexuais] em uma homonorma, que basicamente é reflexo da heteronorma. Então, claro, se luta por um Acordo de Vida en Pareja, mas não se luta pelo matrimônio, por exemplo. Inclusive, também aí os movimentos são dissidentes, pois alguns tampouco querem o matrimônio, pois entendem que o matrimônio é uma instituição que valida o sistema. Então, ter ao nosso lado como companheiros de luta movimentos como o Movilh e o Iguales é um passo atrás. Porque, na realidade, o que fazem é isso, oficializar a marginalidade homossexual. Não problematizam o gênero, não há um rompimento com nada. Para grupos como o Iguales e o Movilh não há temas como a questão do capitalismo, o tema do racismo. Eles, no fundo, querem ser iguais dentro da mesma lógica que está aí.

O ativista Victor Hugo Robles concorda em parte com a crítica de pessoas da Sesegen. Ao mesmo tempo em que questiona a pauta, também reconhece que ela gera debates importantes. Ao final, apresenta uma alternativa que compactua muito com a reflexão que vem sendo desenvolvida ao longo deste livro, leitura que, arriscaria dizer, se torna cada vez mais intensa até entre os ativistas do movimento LGBT mais institucionalizado, em especial naqueles países em que os marcos legais mais básicos já foram conquistados, como Portugal, Espanha e Argentina.

> Eu estou na linha de Judith Butler, no sentido de me perguntar primeiro por que o desejo e o parentesco homossexual têm que recorrer

84 Retirado do blog da Sesegen <https://sesegen.wordpress.com/about/> em 20 de fevereiro de 2015.

às instituições do Estado, às instituições conservadoras, para legitimar o seu desejo? A verdade é que, como ela diz, não há muitas respostas, ao contrário, surgem mais perguntas. Também dizer que não é uma das demandas mais pulsantes, não é uma liberação sexual, mas uma reintegração da sexualidade. Então, tinha que ver se resolve efetivamente alguns temas, como o famoso projeto do Acuerdo de Vida en Pareja, o AVP, que é algo que se aproxima do matrimônio igualitário, mas um pouquinho. É preciso ver que o interessante de todas as discussões é para além da discussão de se as locas devem ou não se casar. É toda discussão política que pode gerar o avanço de termos teóricos do debate público, digamos, como ir correndo cada dia mais na fronteira do possível.

Se antes era impossível falar do matrimônio homossexual, agora é bastante possível e está nos programas. Antes era impossível pensar nas famílias homoparentais, por exemplo, ninguém imaginava que os homossexuais poderiam ter filhos, agora já se reconhece isso, que eles têm filhos, que as lésbicas têm filhas e filhos. E agora também pensam em reivindicar no futuro a decisão sobre a adoção de crianças por parte de casais do mesmo sexo.[85]

Então, junto com o avanço legislativo, para mim o que mais me importa são os avanços, as discussões, o debate e a polêmica que se gera em termos de cultura. Quanto se avança em termos teóricos, culturais e no debate intelectual e simbólico, eu creio que é sempre muito mais profundo do que as leis, porque eu creio que as leis, às vezes, correspondem a interesses eleitorais, políticos.

Ao perguntar a opinião do ativista Felipe Rivas San Martin, do Coletivo Universitário de Dissidência Sexual (CUDS), sobre os projetos de união civil ou matrimônio igualitário, ele logo citou um texto de sua autoria sobre o assunto, intitulado *Entre as normas do desejo e o desejo de normas – sobre matrimônio e família entre pessoas do*

85 No Chile não se questiona se a pessoa que quer adotar é homossexual ou não, mas determinadas pessoas do ativismo querem explicitar na lei que as pessoas homossexuais podem adotar.

mesmo sexo. (SAN MARTIN, 2011)[86] No artigo ele recupera conhecidas críticas de pessoas ligadas aos estudos *queer* sobre o tema e, entre várias coisas, argumenta que, assim como não podemos reivindicar o ingresso de homossexuais no Exército sem questionar o sistema militar em si (lembrou muito bem que, não por acaso, é nos Estados Unidos, Inglaterra e em Israel onde mais rápido ocorreu o ingresso de gays no Exército, via "não perguntamos e você não conta", ou via políticas de aceitação),[87] também não podemos lutar pelo direito ao matrimônio e a ser inserido no conceito de família sem criticar a instituição matrimonial e familiar. Sua linha de raciocínio segue no sentido de apontar que, nesses debates sobre o matrimônio, já de antemão nos perguntam se somos contra ou a favor e de que as condições da discussão são dadas a priori, quando, via uma perspectiva *queer* e/ou de dissidência sexual, o que se deseja é revelar que essas condições prévias do debate e seus conceitos é que precisam ser revisadas. Ao final do texto, ele aponta para uma saída:

> Contudo, instituições como o matrimônio e a família são até agora os únicos veículos 'simbólicos' e materiais de certos direitos concretos que não podem ser negados às pessoas que não querem limitar sua sexualidade ao regime matrimonial ou que não querem ser designados abaixo da categoria de 'família'. O sistema heterossexual tem determinado a família e o matrimônio como instituições desejáveis e o direito a aceder a elas como um direito desejável de ser adquirido. O jogo estará então também no esforço pela proliferação de formas não legíveis nem tradicionais de viver, e por retirar dessas instituições (matrimônio e família) o caráter totalitário de assegu-

86 Texto disponível em: <http://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2011/12/ENTRE-LAS-NORMAS-DEL-DESEO-Y-EL-DESEO-DE-NORMAS.pdf>.

87 Sobre esse ponto, o ativista faz uma interessante pergunta: "Pode o movimento lésbico e homossexual celebrar como um triunfo o acesso de gays e lésbicas ao Exército de Israel, quando vários desses soldados gays são os que detonarão as bombas sobre a Palestina e o Líbano? É correto defender o direito de gays e lésbicas a ingressar no Exército, sem questionar a lógica militar, a instituição do Exército, o nacionalismo e o Estado de Guerra no mundo?". (SAN MARTIN, 2006, p. 4)

radores da legitimidade cultural e de certos benefícios sociais e patrimoniais em particular. (SAN MARTIN, 2011, p. 12-13)

Segundo notícia publicada no site da Fundação Iguais,[88] o projeto aprovado contém resguardos em matéria de formalização do vínculo entre as pessoas do mesmo sexo, patrimônio e seguridade social para o casal, que poderão aceder ao sistema de saúde pública e privada como beneficiárias, pactuar regimes econômicos, optar por pensões de sobrevivência e concorrer à sucessão de bens na qualidade de herdeiras. Além disso, reconhece os matrimônios celebrados no exterior por pessoas do mesmo sexo, cujos casais poderão gozar dos efeitos do AUC no Chile. O projeto ainda reconhece a diversidade de família e o interesse superior de filhos/as.

Nessa mesma notícia, Larrain deixa claro que agora a prioridade da Iguais será a de aprovar o matrimônio igualitário e prevê que a luta não será fácil, porque ela gera efeitos na institucionalidade familiar e nas demandas pendentes em torno da filiação.

> Como tal, requere uma reforma profunda que inclua a perspectiva da inclusão no Direito de Família. Seguiremos buscando as formas de incluir os assuntos relativos à copaternidade e comaternidade em todas as instâncias possíveis, reformulando a lógica heteronormativa dos artigos do Código Civil e da legislação referidas à matéria.

Lei de identidade de gênero

Enquanto o Movilh e a Fundação Iguais incluem (ou incluíam) em suas pautas prioritárias a união civil e, agora, com a aprovação do AUC, o casamento igualitário, para o dirigente do MUMS, Fernando Muñóz, e o então presidente da Organização de Transexuais pela Dignidade e Diversidade (OTD), Andrés Ignacio Rivera Duarte, consultor do Observatório de Direitos Humanos e Legislação, a prioridade nú-

88 Ver notícia completa em: <http://www.iguales.cl/fundacion-iguales-celebra-aprobacion--de-acuerdo-de-union-civil-e-insta-urgencia-para-avanzar-en-matrimonio-igualitario/>. Acesso em: 20 fev. 2015.

mero um é a aprovação do projeto de lei de identidade de gênero, que tramita no Parlamento chileno desde 2008.

> Para nós a lei mais importante é a de identidade de gênero. Não só para nós, essa é uma discussão antiga. A população trans é a mais discriminada, marginalizada e com menos oportunidade. Portanto requer atenção especial e incentivo. Por isso trabalhamos, junto com outros coletivos, na lei de identidade de gênero. Nosso objetivo é a igualdade de direitos, o que implica no reconhecimento de casais que convivem e também implica no reconhecimento do que é o matrimônio igualitário. Essas são discussões que já não se pode evitar. (Muñóz)

Andrés Duarte considera o projeto de lei de identidade de gênero chileno melhor do que a lei já aprovada na Argentina. Ele explica a diferença principal:

> O projeto está baseado na liberdade absoluta da decisão do corpo, tal como a da Argentina. Mas nós estamos incluindo o reconhecimento da identidade de gênero nos menores de idade. Como duas áreas ou duas arestas: uma é a de tomar inibidores hormonais até catorze, quinze anos de idade, que é a idade que temos que fixar para que possam se submeter às operações. Mas, ademais, [incluímos] a possibilidade de mudar de nome e de sexo em duas ocasiões. A primeira sendo menor de idade e, na segunda, depois de cumprir dezoito anos. Se por alguma razão a pessoa crer que foi uma decisão apressada que tomou e que efetivamente não é transexual, pode retornar ao seu nome anterior e ao seu sexo anterior. Isso não foi considerado na lei argentina.

Segundo Andrés Duarte, as pessoas trans, no Chile, só conseguem mudar o nome em seus documentos em alguns tribunais que possuem juízes sensíveis à causa. Em alguns casos é autorizada a troca de nome, e não do sexo. Por isso, o projeto de lei também prevê que essas pessoas possam modificar os documentos para alterar o sexo nos registros. Solicitei uma avaliação das políticas do governo federal para a população trans do Chile e Andrés respondeu:

> Há uma utilização política. Supostamente há políticas públicas no Ministério da Saúde para pessoas trans, supostamente também há

operações gratuitas para pessoas trans, supostamente há tratamento hormonal. E isto foi lançado publicamente em uma entrevista que fizeram com o ministro de Saúde, mas muito desta luta eu entendo. Não somente não existem políticas públicas como não existem recursos para o que anunciam como políticas públicas. Nós fizemos consultas através da lei de transparência no Ministério da Fazenda e no Ministério de Saúde, e para poder ter recursos para este programa ou este plano piloto trans que tanto tem se falado dele, que é mentira. Teriam que ter um estudo socioeconômico realizado, e não existe. Não sabem quantas pessoas trans somos. Não sabem quais são as necessidades de pessoas trans. Não tem alocação de financiamento. E o que é ainda pior: as políticas públicas nascem da patologização, ou seja, desde que temos que nos operar, como se operar-nos fosse o único [meio] que nos permite sermos trans porque somos enfermos. E aparece um ministro dizendo que vai haver políticas públicas para que as pessoas trans sanem os seus corpos. E a verdade é que eu não tenho nada que sanar, eu não tenho nada de doente, essa é uma decisão da identidade.

O que, sim, foi conseguido, com um árduo trabalho de organizações, incluindo a nossa, é uma circular de atenção para hospitais e consultórios para que as pessoas trans tenham respeitado o nosso nome social. Se, por alguma razão, vamos ser hospitalizados, nós escolhemos sermos hospitalizados ao lado de homens ou no lado de mulheres. Os exames médicos e as ordens médicas devem estar em nosso nome social. Porém, o grande problema com isso é o nome social e legal. Ou seja, finalmente é uma política pública que acaba te discriminando, pois quando você vai fazer um exame, se aparece meu nome, Maria Regina e Andrés Ignacio, imediatamente todos sabem que sou transexual, todos. Ou seja, é super evidente! E, por último, a quem chamam? A Maria Regina ou Andrés Ignacio? Vão chamar os dois? E o sistema não está preparado, tampouco, porque, por exemplo, as ordens médicas nos hospitais têm só um fichário e nele colocam o nome legal, e em cima colocam o nome social, colam um papelzinho com o nome social. Ou seja, isto é como um escárnio! Mas se anuncia como uma grande política.

Agora, sabe qual é o maior problema que nós estamos sofrendo? É que, lamentavelmente, falam por nós pessoas que não são trans.

> Pessoas que não são trans são chamadas para fazer políticas trans com o governo.

O maior tensionamento do qual fala Andrés Duarte se dá com o presidente vitalício do Movilh, Rolando Jiménez que, na entrevista concedida para esta pesquisa, chegou a dizer que o problema das pessoas trans em relação à saúde está resolvido no Chile.

> Um dos maiores problemas que a população trans enfrenta é a questão da saúde, que está resolvida no Chile. Por que digo isso? Primeiro, porque há uma circular do Ministério da Saúde que obriga os centros médicos públicos a tratar transgêneros por sua identidade de gênero, não pela legal. Se alguém é Pedro legalmente, mas se chama por Maria, devem chamá-la por Maria. Isso está assegurado. E, em segundo lugar, desde 2011 tem sido implementada, paulatinamente, uma política de saúde integral para a população transgênero. O que significa isso? Significa que uma pessoa trans vai ao sistema público de saúde, no consultório, certificar sua transexualidade e, com esse documento, vai ao Hospital Base iniciar um processo junto ao endocrinólogo, se é que quer fazer esse processo de feminização ou masculinização. Com o endocrinólogo o processo de hormonização dura um ano e oito meses, dois anos. As pessoas que não podem pagar não pagam nem um peso pela operação de redesignação sexual. Há a possibilidade de que as moças e rapazes possam operar gratuitamente no sistema público de saúde, o que é um tremendo avanço. Desde o ano de 2011. Uma operação por meios privados custa muito e ninguém tem o dinheiro suficiente. Então sobre a questão da saúde relacionada com a transexualidade, está resolvida.
>
> Onde temos problemas é na mudança de nome. A identidade legal. Aí há um procedimento que é caro, demorado, que é burocrático em tribunais. Então nós vamos fazer uma indicação a esse projeto de lei que foi apresentado para que a mudança de nome e sexo registrado desde a certidão de nascimento seja feita através de um trâmite administrativo de registro civil, e não através de um juiz.

Andrés Duarte discorda radicalmente dessa leitura de Rolando Jiménez e faz isso em duas direções. Garante que o sistema público de saúde faz pouquíssimas cirurgias e destaca uma questão que pessoas

como Jiménez parecem não compreender: a necessidade das políticas para a população trans serem desenvolvidas sem a perspectiva patologizante.

> A questão é que os homossexuais não sabem o que queremos. Eu não quero ter um pênis, eu sou feliz com a vagina que tenho. E tampouco sou, necessariamente, heterossexual. Posso ser bissexual ou pansexual. Mas vendem uma imagem e um modelo de trans que todos têm que se operar, têm que ter pênis, que todas as meninas têm que se operar e ter uma vagina e, claro, têm que ser heterossexuais. Como se o máximo de sua construção ou desconstrução humana tenha que passar pela sua genitália, e não passa por isso!
>
> As pessoas trans que querem fazer a cirurgia pagam. Tem um médico que está operando em um hospital, mas não é por uma política de Estado, é por uma decisão pessoal e uma política de resposta deste hospital às pessoas trans. E ali opera com o sistema de saúde. Digamos, se você tem um plano de saúde pode operar-se e sai um pouco mais barato. E tem gente que, efetivamente, operou-se de graça. Mas operam com sorte, uma pessoa ao mês. Ou seja, tem uma lista de espera neste hospital que chega a durar três anos. Isso não é uma política pública.

Perguntei para Andrés Duarte como ele avalia a campanha pela despatologização das identidades trans no Chile. Ele disse que, assim como ocorre em outros países, como o Brasil, o principal rechaço vem de parte do movimento das mulheres trans, que não tem aderido à campanha.

> Eu creio que falta um grau maior de compreensão. Nossa luta tem que ser não só para a despatologização, mas também para que os Estados assumam que isto não é um problema do corpo. Ou seja, se uma mulher está grávida, não quer dizer que está doente, está grávida. E tem todo o apoio para si e seu bebê. O mesmo no nosso caso. Nosso corpo não é doente, e nós temos que dizer o que queremos com o nosso corpo. A transexualidade não pode continuar sendo considerada como uma patologia, tem que ser considerada algo, mas não uma patologia mental, nós não somos enfermos mentais. E, claro, a questão é o Estado arranjar um meio para que a transe-

> xualidade saia de uma doença mental e seja transferida a qualquer situação, como a de uma pessoa que está grávida. Portanto, poderia seguir tendo ajuda social do governo, a ajuda estatal com programa para as pessoas trans. Exatamente igual, mas, obviamente, deixando esta visão de que é uma doença mental.

Sobre os seus tensionamento com o presidente do Movilh, Andrés Duarte foi categórico:

> Não sei se existe algum grupo ou algum líder que tem alguma relação com o Movilh. Eu acho que nenhum. Ontem reunimos a Frente Ampla da Diversidade Sexual, na qual estão todas as organizações de diversidade sexual, menos o Movilh. Isto diz algo. O único grupo que é capaz de ir ao Parlamento e colocar-se de pé e aplaudir Sebastião Piñera [ex-presidente] quando ele deu conhecimento ao projeto de lei antidiscriminação. E hoje em dia estão participando de análises da lei, nas quais têm que assumir que, efetivamente, é uma lei ruim. E nós dissemos isso desde o princípio. Como vou aplaudir um presidente, como vou aplaudir um governo, como vou aplaudir uma lei que diz que o ônus da prova está na vítima? Na lei de antidiscriminação o ônus da prova está na vítima. Eu tenho que provar que você me discriminou. E se eu provo que você me discriminou, a multa será paga ao Estado, não me paga nada. E não há ações preparatórias e tampouco há ações afirmativas. É uma péssima lei. É uma das poucas leis antidiscriminação que discrimina. E o Movilh é o único grupo que sai aplaudindo o governo, dando parabéns ao governo e aparecendo no Congresso de pé aplaudindo. Isso te diz algo. Mas também é o único grupo que teve toda a ajuda econômica para seguir adiante por parte do governo. Nós não temos um peso do governo, todo dinheiro que nos chegou, chegou de fora.
>
> Movilh é o único grupo que, se você presta atenção, sempre sai dizendo: histórico, único, exclusivo. São os únicos que fazem a concessão, ninguém mais. Isso me enraiva. Mas é super estranho, e isso eu digo sempre com muito respeito, é o único grupo que diz que é homossexual, lésbico, trans, tudo, ou seja, eles são tudo. Alguém pode fazer tudo? Eu não me atreveria a fazer políticas públicas no tema da homossexualidade, menos ainda no tema das meninas lésbicas. Mas sim no meu tema, sou transexual, sei o que eu quero. Sei o que a minha

comunidade quer porque trabalho com minha comunidade, porque, ademais, no Movilh, quantas pessoas são? Não quero desmerecer a quantidade, me refiro que nós somos uma organização de base. Estamos em todo o Chile. O Movilh não é uma organização de base.

Nós demoramos um ano e meio para fazer o projeto de lei da identidade de gênero e fizemos com a nossa gente. Fizemos grupos focais em cada cidade com pessoas trans que nos disseram o que queriam. E este é o resultado. Não nos passaria pela cabeça fazer algo sem que passasse pela vontade da nossa gente.

O queer *e/ou dissidências sexuais e de gênero*

Até aqui já ficou bem evidente que as perspectivas *queer* exercem alguma influência sobre os pensamentos e ações políticas de ativistas como Victor Hugo Robles, Felipe Rivas San Martin e também em Andrés Duarte. A partir de agora, pretendo situar e falar mais um pouco desses discursos e ações e também tratar de outras pessoas e coletivos. Embora a OTD não se autodefina como um coletivo *queer*, Andrés Duarte, que na época de minha entrevista era o presidente da organização, revela que sofreu muitas influências de teóricas *queer* em sua forma de analisar as sexualidades e de agir politicamente. Andrés tem uma impressionante história pessoal, experiência que acabou por impulsioná-lo para o ativismo. Em 2003 ele participou de um programa de televisão, sem mostrar o rosto, e falou sobre a transexualidade masculina. Na época, nenhum grupo trabalhava com a temática da transexualidade.

Muitos grupos falam que trabalham com Ts, mas, ao final, nunca existem em concreto. E quando saiu esta reportagem na televisão, muita gente me reconheceu. E isso significou uma situação de discriminação brutal no meu trabalho, na minha família. Eu ministrava aulas em duas, três universidades e a partir deste momento me dispensaram e fiquei sem trabalho. Esta situação durou três anos. Tinha uma empresa de assessoria e consultoria de projetos que também quebrou porque não me deram mais trabalho. E passei de uma boa profissional

como mulher para ser aberração, o mau, o pecador, o perverso, a mulher que queria ser homem. E foi uma etapa muito complicada.

Neste período eu perdi toda a minha rede de apoio e também, economicamente, perdi tudo o que tinha, ou seja, três anos sem trabalhar é muito difícil. No último ano, eu tive um problema, acabei vivendo na rua, comendo coisas da rua, e com um problema de alcoolismo e uma tentativa de suicídio. E cheguei ao hospital devido a uma tentativa de suicídio, e me colocaram com uma psiquiatra, e começamos a conversar, e ela manejava o tema. E, um certo dia, me disse: 'Bem, até quando você irá vir aqui para chorar ou vai fazer algo pela sua vida? Se você me diz que quer vir aqui para chorar, bom, eu preparo para que você venha, que venha para chorar do que aconteceu com você e lamentar-se, mas para que você serve?'

Isso meio que foi o que puxou o gatilho de algo e pensei que, sim, ela tinha razão. Ou seja, porque uma coisa era o fato de que me discriminavam, outra coisa é que eu estava permitindo que continuassem me discriminando. Eu, a mim mesmo, estava me discriminando. E retomei coisas. Eu tinha lido fazia muito tempo um e-mail que me tinha sido enviado do mesmo canal da entrevista. Era de pessoas que tinham visto a entrevista e que se sentiam identificadas com minha história de vida e que pensavam que também eram transexuais. E comecei a buscá-las e nos juntamos, finalmente. Viajaram inclusive de outras cidades, nos juntamos e dissemos: 'O que fazemos? Seguimos vivendo ocultos ou fazemos algo?'.

Então, eu havia tido a sorte de trabalhar e estava bem economicamente, eu tinha me operado, eu retirei os seios e tudo, mas o resto não. Então, vimos, bom, temos que fazer algo. Criamos uma organização e que por lei teríamos que ter quinze pessoas, e éramos somente cinco pessoas trans e todo o resto foram amizades que foram se somando, até que conseguimos quinze e formamos esta associação em 2005. Hoje vamos chegar a trezentos. Ativos em reuniões, nós juntamos sessenta, oitenta, noventa pessoas trans.

Eu sou um dos fundadores da organização e nunca pensei que esta loucura de sonho que eu tinha em 2005 iria se transformar no que hoje é a OTD. E em super poucos anos. Hoje em dia somos referência,

e um dia demos consultoria à Organização dos Estados Americanos, fizemos uma das edições do Informe Sombra [documento elaborado por atores da sociedade civil e que analisa desde um ponto de vista crítico os informes e resoluções oficiais governamentais] e denunciamos os gastos do Estado chileno. Participamos de uma quantidade impressionante de seminários e conferências em nível mundial. Temos uma presença forte aqui no Chile. Conseguimos mais de vinte quatro mudanças de nome e de sexo sem operações. Já não estão exigindo operações nos tribunais. Capacitamos mais de quarenta e cinco juízes. Temos estado presentes em mais de vinte tribunais ao redor do Chile. Temos possibilidade de seguir capacitando e crescendo.

Estamos presentes nas universidades com os alunos, nos debates. Somos parte do movimento social, não só do movimento da diversidade sexual. Hoje em dia estamos com o grupo de feministas, com os alunos, estamos nas ruas, ou seja, estamos incluídos absolutamente e validados como referência pelo movimento social deste país. Em sete de maio do ano passado [2013], ingressamos com o nosso projeto de lei de identidade de gênero, como o da Argentina, agregando um pouco mais, que tem a ver com o reconhecimento dos menores de idade. Estamos atendendo famílias de menores de idade. Nós temos uma menina, que amanhã completa cinco anos, que é uma menina transexual, que está recebendo todo nosso apoio psicológico. Conseguimos financiamento para ter um escritório em Rancagua, para pagar uma psicóloga, um advogado, portanto toda a nossa gente é atendida de forma gratuita. Nós também temos salário para dedicarmo-nos ao ativismo.

Sobre a influência dos estudos *queer* em sua vida, Andrés Duarte diz: "Sou trans, sou *queer*, sou feminista. Sou super apaixonado, eu reconheço", antes de dizer que lê Butler, Preciado e que entre suas principais referências latino-americanas está a produção e o ativismo do argentino Mauro Cabral.

No Chile, a existência de vozes e coletivos que hoje consideramos como sintonizados com uma perspectiva *queer* também pode ser identificada muito antes do surgimento do ativismo e teoria *queer* nos Estados Unidos. Algumas das vozes pioneiras mais representativas são as de Juan Pablo Sutherland, histórico militante LGBT no

país e que hoje se dedica à literatura e à docência, e Pedro Lemebel, conhecido *performer* e escritor, morto em janeiro de 2015.

Sutherland já presidiu grupos LGBT, a exemplo do MUMS, e também é um reconhecido escritor e pesquisador. Em suas ótimas obras de ficção, as questões das sexualidades e gêneros dissidentes sempre estão presentes, como em *Angeles negros* (1994) e *Santo roto* (1999). Em 2001, ao lançar a coletânea de contos *A corazón abierto – geografía literaria de la homosexualidad en Chile*, causou polêmica ao tentar incluir textos da lendária escritora chilena Gabriela Mistral. Os herdeiros não permitiram a venda dos direitos autorais e com isso impediram a inclusão de textos dela no livro, alegando que isso geraria "interpretações tendenciosas e especulativas" sobre a obra da escritora, que em 1945 ganhou o Prêmio Nobel de Literatura e era tida como a "mãe da pátria" chilena. Anos depois, em 2009, foi publicado o livro *Niña errante: cartas a Doris Dana*, em que fica evidente que Gabriela teve um longo romance com Doris, a tradutora e crítica literária, amiga, secretária, última companheira e herdeira universal da poetisa chilena. Em *Nación marica – prácticas culturales y crítica activista*, Sutherland (2009) analisa vários produtos culturais (livros, em especial de Perlongher e Lemebel, performances e filmes) através de uma mirada *queer* vinda do Chile.

Na história do movimento, Sutherland sempre se posicionou contra esse ideal normatizado de representação das pessoas LGBT. Em um debate sobre paradas gays, que mudaram de data de junho para setembro, para dar uma cor local ao evento, uma vez que em setembro o Chile retoma muitos debates políticos em função da data do golpe que depôs Salvador Allende, o então ativista do MUMS disse:

> A expressão de carnaval de rua faz aparecer uma austeridade tipicamente chilena cujo afã é uniformizar. Alguns dizem: 'nem todos os gays são tão locas'; outros: 'não somos tão feias ou tão populares'. A estridência de algumas ofende a decência do gay de closet ou das 'rainhas do roupeiro', como se dizia antes. Todas e todos cabem. Também se argumenta que a mídia vai utilizar a marcha para expor o rosto mais débil e

precário da homossexualidade, vale dizer, uma certa 'insuportável leviandade da loca'. A que temos medo? Temos que fazer passaporte de decência para ocupar a praça pública? Temos que firmar com humildade ratona nossas permissões para ir à rua? Se não pedimos permissão na ditatura, quando corríamos no meio das revoltas de rua, vamos ordenar agora a imagem marica para parecer como 'politicamente corretos'? (SUTHERLAND, 2004, p. 275)

Contemporâneo e amigo de Lemebel, Sutherland destaca a ação política do artista e escritor em sua obra literária e também frente às *Éguas do apocalipse*, criado em 1988, entre os agitados protestos pela redemocratização do país, por Pedro Lemebel e Francisco Casas. A dupla realizou uma série de performances públicas baseadas em uma estética travesti de rua. Lemebel foi um reconhecido escritor, em especial de crônicas, através das quais realizou uma cartografia da abjeção LGBT no Chile dos últimos 20 anos.

Em entrevista a Nelly Richard, Lemebel usou o termo "locabulário" para definir o seu vocabulário de loca. Também falou de sua obra, suas influências, entre elas a importância de Nestor Perlongher (cita, inclusive, a importância do texto *Matan a una marica*)[89] e *Las Yeguas del Apocalipse*. Sobre o movimento LGBT, disse: "Olho [o movimento] em sua sequência com uma familiar distância. Creio que está fossilizado um pouco em seu auge liberacionista nos espaços de contato designados pelas ONGs pelas esmolas do poder". (LEMEBEL, 2008, p.186)

Sutherland, depois de analisar a literatura de Nestor Perlongher e Pedro Lemebel, que considera sintonizada com o que hoje nomeamos de estudos e ativismos *queer* – "*Loco afán* é o ACT UP da literatura chilena, é uma barricada na luta pela emancipação marica. *Loco afán* é manifesto de uma urgência, de uma batalha cultural, de uma geografia precária afogada pelo toque de recolher, pela homofo-

89 Publicado em Perlongher (1997).

bia, pelo neoliberalismo selvagem e pela Aids" (SUTHERLAND, 2011, p. 86) –, também analisa as performances das *Éguas do apocalipse*:

> Coletivo constituído por Francisco Casas e Pedro Lemebel, as *Éguas do apocalipse* irrompem com o corpo marica-pobre re-situando ou desterritorializando as performances de galeria em uma performance de rua, prostibular e marica. As Éguas serão conhecidas por uma série de ações que põem em cena a homossexualidade popular ou o devir minoritário desde a perspectiva deleuzeana. (SUTHERLAND, 2011, p. 88)

O autor lembra que, antes das *Yeguas*, já na década de 1970, Juan Dávila e Carlos Leppe realizavam performances com a conjunção de corpo, paródia, censura e ambiguidade. "A forte marca social e política das ações das *Éguas do apocalipse* responderam ao exercício crítico de alijar-se do discurso militante clássico de esquerda e geraram um corte que expôs o corpo homossexual a partir da hiperidentidade dos sujeitos subalternos". (SUTHERLAND, 2011, p. 89)

Na crônica/manifesto *Loco afán*, que dá título a um dos seus livros[90] e que foi lida em um encontro de Félix Guattari com alunos da Universidade Arcis, em 22 de março de 1991, em Santiago, Lemebel dispara sua crítica contra a (ou a falta de) política anti-HIV e a identidade asséptica do gay em seus movimentos assimilacionistas:

> O gay se soma ao poder, não o confronta, não o transgride. Propõe a categoria homossexual como a regressão ao gênero. O gay fabrica sua emancipação à sombra do 'capitalismo vitorioso'. Apenas respira na forca da sua gravata mas acompanha e acomoda o seu traseiro murcho em espaços acolhedores onde o sistema o permite. Um circuito hipócrita sem consciência de classe que configura mais uma órbita em torno ao poder. Talvez a América Latina travestida de transgressões, reconquistas e remendos culturais – que por sua superposição de enxertos sepulta a lua morena da sua identidade – aflore em sua viadagem guerreira que se disfarça na cosmética tribal de sua periferia.

90 A primeira edição do livro *Loco afán: crónicas de sidario* foi publicada em 1996 pela LOM Ediciones, Santiago do Chile.

> Uma militância corpórea que enfatiza a partir das bordas da voz um discurso próprio e fragmentado, cujo nível mais desprotegido pela sua falta de retórica e pela sua orfandade política seja o travestimento homossexual que se acumula marginal nas dobras mais escuras das capitais latino-americanas. (LEMEBEL, 2013, 166-167)[91]

Também em uma entrevista a Nelly Richard, em que fala sobre a história do movimento LGBT no Chile, Sutherland retoma o tema de como as *Yeguas* provocaram uma zona de tensões entre uma paródia travesti *versus* a militância de esquerda homossexual, mas também é incitado a falar sobre o impacto do mercado nas identidades gays. "Há que ter muito cuidado com o mercado que, efetivamente, fabrica estéticas gays domesticadas". (SUTHERLAND, 2008, p. 195)

O CUDS (Coletivo Universitário de Dissidência Sexual) é um grupo que realiza ações significativamente marcadas por perspectivas *queer* relidas e ressignificadas para o contexto local. Criado em maio de 2002, no início era ligado ao Partido Comunista Chileno, mas, a partir de 2004, passou a assumir uma perspectiva mais *queer*, influenciado, inclusive, por leituras de Butler e Preciado. A espanhola esteve naquele ano em Santiago do Chile. As primeiras ações do CUDS consistiram em protestos contra a discriminação de estudantes LGBT nas escolas, através do uso de estratégias inspiradas no movimento Funa, que, desde o final da década de 1990, realizava protestos espetaculares e muito barulhentos para denunciar centros de tortura e torturadores da época do regime militar no Chile. A partir de 2004, ativistas do CUDS realizam intervenções nas marchas LGBT, com grandes faixas com frases típicas dos estudos *queer*, como "A heterossexualidade não é natural". Em alguns anos, diversos coletivos chegaram a realizar uma marcha alternativa à realizada pelo movimento LGBT mais institucionalizado.

---

91 A tradução desta citação é de Helder Maia. As demais existentes no texto são de minha autoria.

Desde o início marcado por sua característica mais acadêmica, em 2005 o CUDS lançou uma revista impressa com textos de Derrida, Preciado e de vários integrantes do coletivo. No mesmo ano, resolveram mudar o significado da sigla, de Diversidade Sexual para Dissidência Sexual. A proposta, segundo Felipe Rivas San Martin, teve o objetivo de problematizar o conceito de diversidade.

> De início usamos a palavra "diversidade" quase como continuação do Comitê de Esquerda pela Diversidade Sexual, que foi o antecedente do CUDS. O discurso da dissidência sexual começa a aparecer em 2005 também porque coincide com o fato do tema da diversidade sexual, nesse momento, começar a se tornar muito institucional, quando o termo "diversidade" parece ser demasiado normalizado, muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal. Por outro lado, tampouco nos interessava uma nomenclatura *queer* diretamente, pois estávamos muito preocupados com essas hierarquias norte-sul, na circulação de saberes e pensando muito fortemente no local, na genealogia local das sexualidades críticas. O conceito de dissidência sexual nos retira dessa lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do *queer*, de um discurso metropolitano hegemônico. Ao mesmo tempo, dissidência é pós-identitário porque não fala de nenhuma identidade em particular, mas põe o acento na crítica e no posicionamento político e crítico.

Como desenvolvi anteriormente, as críticas à instituição do casamento também são recorrentes entre ativistas do CUDS. Em 2012 o coletivo lançou uma campanha/performance para recolher doações para a realização de abortos ilegais no Chile. O aborto no país é proibido por lei. Os militantes saíram às ruas para recolher donativos e responderam a um processo na Justiça pela ação.

Um ano antes, o grupo lançou o livro *Por un feminismo sin mujeres*, com textos relacionados com os estudos *queer* no Chile. Nessa obra, em especial em texto de Rivas, existe o objetivo de problematizar a mera importação de uma teoria do norte para o sul e o de pensar as características específicas do *queer* na América Latina, além de

lançar as primeiras reflexões sobre as diferenças entre o trabalho do CUDS e o realizado por Lemebel.

A relação entre as obras artísticas de Rivas, que é artista visual e autor de vários e polêmicos vídeos,[92] e Lemebel gerou algum debate em especial após a exibição do vídeo *Ideologia*, realizado por Rivas e apresentado em um festival de cinema em Santiago. Nesse vídeo, Rivas ejacula sobre a imagem de Salvador Allende. Lemebel abdicou de ser jurado do festival e considerou a obra como "fascista". O ativista do CUDS, por sua vez, considerou que a reação do escritor e performer colocou em cena a diferença entre o trabalho de ambos, que seria motivada pelo fato de Lemebel ser um conhecido militante de esquerda que ficou impactado por um dos seus ícones ter sido, no seu entender, desrespeitado. Além disso, Rivas pensa que a reação também teve relação com a subversão de uma "tradição da arte homossexual no Chile", da qual Lemebel seria uma das referências e Rivas tributário. Diz Rivas em entrevista para Sánchez:

> Claramente o rechaço de Lemebel ao vídeo, sustentado em seu rechaço à presença do pênis ereto e da ejaculação, põe em evidência que seu marco de leitura é certo feminismo da diferença essencialista, que não permite pensar as possibilidades de utilização subversiva dos signos da masculinidade. Essa possibilidade é algo que nos tem ensinado as práticas drag king de paródia da masculinidade, utilizando seus mesmos termos. É o que está também no centro do pós-pornô: utilizar a representação pornográfica de um modo anti-hegemônico, e do próprio discurso *queer*: não existe nenhum sentido essencial nos signos de gênero que não possa ser utilizado para desbaratar as próprias bases normativas da heterossexualidade obrigatória. Por outra parte, quando Beatriz Preciado diz que 'o falo não existe', também está colocando em crise os modos em que se entendem os processos de significação (da linguística e da psicanálise) junto com criticar um certo feminismo que – ao insistir em denunciar o suposto 'falocentrismo'– poderia

92 Disponíveis em: <http://www.feliperivas.com/> e <http://vimeo.com/user2605609>. Acesso em: 10 dez. 2014.

> chegar a reforçar performativamente esse falocentrismo, por efeito de sua centralização perceptiva. E esse é um assunto que em Preciado é chave. (SÁNCHEZ, 2011)

A reação de Lemebel fez com que os integrantes do CUDS realizassem outra performance no Centro de Santiago, chamada *O pós--pornô matou Lemebel*. Com uma faixa e coroa de flores, simbolizaram a morte de Lemebel pelas ruas da cidade até chegar a um cinema que exibe filmes pornográficos. Por ocasião da morte de Lemebel, em janeiro de 2015, o vídeo voltou à tona através de ativistas do CUDS e de pessoas ligadas ao coletivo.

Felipe Rivas escreveu o seguinte em seu perfil do Facebook, em 24 de janeiro de 2015, junto com a postagem do vídeo:

> Dizem que te matamos antes do tempo, dizem que te fizemos a melhor homenagem que tiveste em vida, mais além de qualquer respeito. O certo é que nunca nos quiseste, não tinhas vocação de mãe amorosa, nós tampouco somos as filhas bem portadas, com as asinhas quebradas de abortos mal feitos, insolentes com o patrimônio homossexual. Quase dá pena que não te vamos a chorar, que não tenhamos nenhuma foto para adornar o álbum – demasiado – familiar com que te recordam nas redes, mas penso que de alguma forma estranha é melhor assim. Boa viagem, Pedro. (RIVAS, 2015)

Pessoas próximas a Pedro consideraram essa mensagem ofensiva para a memória do ativista e escritor. Toli Hernández foi uma delas e considerou o texto como “tramas camp da loucura”. “Tão generosa era a loca [Lemebel]”, disse. O funeral de Pedro Lemebel foi tudo menos um funeral tradicional. O suplemento *Soy*, do jornal *Página 12*, da Argentina, no dia 30 de janeiro de 2015,[93] dedicou toda a sua

93 O suplemente *Soy* é publicado sempre às sextas-feiras e é totalmente dedicado a questões LGBT e *queer*. A íntegra da edição sobre Lemebel pode ser lida em <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/index-2015-01-30.html>. A morte de Lemebel também comoveu Preciado, que conheceu o escritor em sua ida a Santiago. Ela escreveu um texto,

edição para a obra e morte de Lemebel. Juan Pablo Sutherland escreveu um lindo e emocionante texto, no qual destaca a importância do escritor e revela que nos últimos dias de vida ele recebeu a visita da presidenta Michelle Bachelet. Sobre o funeral em si, diz:

> Pedro Lemebel foi velado, acompanhado, celebrado, chorado em uma Paróquia Franciscana perto de seu bairro no centro de Santiago. Lugar da cidade velha reconhecido por seus mercados populares e trânsito de trabalhadores e trabalhadoras, imigrantes peruanos, colombianos e mundo popular. A primeira impressão desta despedida ao escritor mais querido do Chile foi algo contraditória pelo lugar escolhido pela família de Lemebel. Reconheço que no início não achei que esse lugar fosse um espaço apropriado para despedi-lo. No entanto, ao passar as horas entendi que a vontade de Pedro, como ele assinalou em algum momento, se cumpria e cristalizava pelo amor popular à sua ética rebelde, marica, combativa, que continha todas as rebeldias possíveis e que certamente ficou acima do questionamento à hierarquia católica que Pedro sempre criticou. O templo se transformou em uma cena digna de sincretismo cultural, a rainha mãe ao final, a rainha punk já fetichizada pelo amor popular como uma homenagem à sua resistência. O templo se converteu em praça pública, popular, o aroma da maconha se mesclou com as flores vermelhas e o incenso budista, com as fotos da mariquita linda levadas por uma anciã popular, por um trabalhador ou uma loca velha devota de Frei Andrésito, santo do templo. Todos os mundos possíveis e reais que se despediram de Pedro emocionados e orgulhosos de que um dos seus fosse tão grande. [...] Suas amigas escritoras feministas, críticas, acadêmicas, militantes, cúmplices, lhe fizeram uma emotiva companhia que recordava a cumplicidade de Lemebel com o feminismo mais crítico e cultural dos anos 80. A presença forte do Partido Comunista pode incomodar a muitos de tantos e tantas que foram se despedir, mas também é certo que Pedro participou sempre do imaginário da esquerda re-

---

agora assinando como Paul B. Preciado, que pode ser lido em <http://www.elestadomental.com/diario/perlas-y-cicatrices-para-pedro-lemebel>.

> sistente dos anos 80 e seu coração sempre esteve comprometido afetivamente com o mundo popular que lutou contra a ditadura. (SUTHERLAND, 2015)[94]

No Chile também existem outras vozes que poderiam ser consideradas como sintonizadas com as perspectivas *queer*, ainda que essas pessoas e coletivos não necessariamente se identifiquem como tal. Também existem vários coletivos estudantis, como As Putas Babilônicas, que atuam no Ensino Médio, e o *Queer* UC, da Universidade do Chile. Uma dessas vozes é a do histórico militante Victor Hugo Robles, que, em 1997, criou uma personagem que marcou e ainda marca o ativismo LGBT do Chile. Trata-se do Che dos Gays.[95] Seguindo o exemplo de intervenções públicas parecidas, mas não iguais, às das *Éguas do apocalipse*, Victor se apropriou da figura de Che Guevara e começou a realizar, de forma autônoma, uma série de aparições em eventos públicos que chamaram muita atenção sobre o preconceito sofrido pelos homossexuais.

Em análise sobre as intervenções do Che dos Gays, Gabriel Soto conclui:

> O Che dos Gays questiona as garantias de que tudo encadeia-se como deve ser: o nome do indivíduo, o corpo sexuado binário que distingue entre homens e mulheres, a diferença sexual, uma ordem familiar e a palavra em rituais públicos que define quem participa e quem se exclui. (SOTO, 2011, p. 312)

O próprio Victor Hugo Robles deixa explícito o quanto o seu ativismo dialoga com uma perspectiva *queer* e elenca qual seria a sua principal diferença em relação às performances de Pedro Lemebel, de quem também era amigo.

---

94 Leia texto na íntegra em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-3826-2015-01-30.html>. Acesso em: 21 fev. 2015.

95 Para conhecer mais sobre a trajetória da personagem e de seu criador, assista ao documentário disponível em: <https://vimeo.com/6440073>. Último acesso em: 23 fev. 2015.

Claro, é um Che *queer*, mas também eu diria que tem bastante de místico porque com o tempo descobri que não fui eu quem escolheu, mas sim que ele me escolheu. Porque eu me lembro que esta personagem nasceu em 4 de setembro do ano de 1997, quando eu estudava jornalismo e havia muito grafite, muito desenho de Che. E eu não sabia por que havia tantos desenhos de Che, mas me encantava a figura de Che. E neste dia nasceu, em um ato contra a censura, quando eu terminei jogando água em uma das atrizes, todo um escândalo, não? Nasceu um escândalo com repercussão jornalística, neste dia 4 de setembro. E depois, com o tempo, esta personagem já se formou como um objeto de entrevista, de estudo, de análise, inclusive de universidades norte-americanas. Então apareceu um amigo meu, antropólogo, Gabriel Guajardo, que descobriu um dado que eu não sabia, que é muito interessante. Você sabe que o corpo de Che estava desaparecido, esteve oculto por mais de vinte, vinte e cinco anos na Bolívia. E o descobriram, um pesquisador argentino e um boliviano, em 28 de junho de 1997, e o 28 de junho é o dia do orgulho gay! Então eu sinto que ele me buscou, neste dia que saiu para a luz, que seu corpo foi descoberto e levaram ao memorial que existe em Santa Clara, que é bastante grande, e bastante resguardado pela polícia. Eu creio que algo dele quis ficar na América Latina também e encarnar-se num corpo lutador, num corpo desvalido, e no corpo de um homossexual, porque era o Dia Internacional do Orgulho Gay. É tudo responsabilidade dele, não é minha culpa. Ele que é o responsável, o Che Guevara.

Às vezes surgem leituras artísticas do trabalho que eu faço, mas eu sempre ofereço uma certa resistência a esta leitura, porque o Che dos Gays não é uma personagem artística, é um ativista, um lutador social que usa certos suportes estéticos, certos suportes performáticos para instalar ideias, para transmitir mensagens de formação e de mudança social. Não é um artista. Eu sinto que muitas vezes os artistas têm a permissão também da sociedade, estão geralmente a virar um objeto de museu, um objeto de estudo. Bom, às vezes sou estudado e já fui na Universidade de Nova Iorque falar sobre a personagem, pois me interessa conhecer Nova Iorque e conhecer os Estados Unidos. Porém, aqui tem uma complicação de quanto a personagem pode ser absorvida pela imprensa, pelo sistema e mesmo pela academia. Pela

> academia que sacraliza e que tira a intensidade, conteúdo. Retorna o dia em que a personagem, que é popular, que é pobre, que é ativista e que não é artista, digamos. Este não é seu propósito, estas não são suas coordenadas. Não está no leilão de mercador, no mercado das obras de arte.
>
> O trabalho das Éguas do apocalipse está inscrito no mundo da arte e dos catálogos. Meu trabalho tem uma conotação muito mais ativista, digamos, como ativista social e político. Esta seria a minha diferença.

As ações artísticas de Claudia Rodríguez, conhecida e histórica ativista trans local, e da *performer* Hija de Perra[96] são outras duas potências *queer* do Chile. Na verdade, em relação a Hija de Perra também já é preciso conjugar o verbo no passado. A ativista também veio a falecer precocemente no dia 25 de agosto de 2014. Por acaso, conheci ambas no mesmo dia em Santiago, no lançamento do livro de poesias de Claudia, intitulado *Corpos para odiar – sobre nossas mortes, as travestis, não sabemos escrever*, do qual retirei um trecho que consta em uma das epígrafes desta parte do livro. A obra foi lançada no dia 13 de janeiro de 2014, no auditório da Universidade de Humanismo Cristiano, em Santiago, onde Claudia cursava Serviço Social.

O livro foi apresentado e comentado por várias pessoas, inclusive Toli Hernández (2014)[97] e Hija de Perra, que leu seu texto com uma linda performance, fortemente recheada de posições políticas críticas ao binarismo de gênero, o que era também recorrente em suas entrevistas[98] e artigos. Um deles foi traduzido e publicado na segunda edição da revista *Periódicus*. Eis um trecho no qual ela também

---

96 Ver entrevista disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=IkmKJey7ZXI>. Acesso em: 10 dez. 2014. Hija de Perra também protagonizou o filme *Empaná de pino*, que pode ser assistido em <https://www.youtube.com/watch?v=v3HYLQt1ySw>. Último acesso em: 23 fev. 2015.

97 Leia texto completo em <http://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2014/02/No-es-simp%C3%A1tica-ni-amorosa.-La-Claudia-es-maldita.-.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

98 Assista, por exemplo, a entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IkmKJey7ZXI>. Acesso em: 23 fev. 2015

reivindica uma leitura crítica dos estudos *queer* a partir da América Latina:

> Parece que tudo o que tínhamos feito no passado, atualmente se amotina e se harmoniza dentro do que São Foucault descrevia em seus anos na História da Sexualidade e que mesclado com os anos de maravilhoso feminismo finalmente acabam no que Santa Butler inscreveu como *queer*.
>
> Sou uma nova mestiça latina do Cone Sul que nunca pretendeu ser identificada taxonomicamente como *queer* e que agora, segundo os novos conhecimentos, estudos e reflexões que provêm do Norte, me encaixo perfeitamente, para os teóricos de gênero, nessa classificação que me propõe aquele nome botânico para minha mirabolante espécie achincalhada como minoritária.
>
> Quando vislumbrei a tragicomédia de fazer distinção radical na diferença e não simpatizar com o binarismo de gênero instaurado, pensei que somente era um humano deformado, inadequado, muito afeminado, com um corpo biologicamente reconhecido como masculino, logicamente em pecado, desmensuradamente aproximado ao anormal, pervertido e desviado, aprisionado como um sujeito imoral que não merecia entrar no reino dos céus, que devia pedir clemência e me corrigir desta transtornada e frenética patologia que me fazia sair do politicamente correto e estabelecido como natural dentro dos meus limites geopolíticos. (PERRA, 2014, p. 3)

Depois do lançamento do livro de Claudia Rodríguez, fomos todos beber em um bar e, ao conversamos sobre essa pesquisa, Hija de Perra mirou os meus olhos e disse em seu espanhol pausado e performático: “tienes ojos de loca”. Eu disse em meu portunhol: “por fin alguien me entiende”. E rimos muito.

Transas na Argentina

– Então, por que temos que pedir leis que permitem o casamento homossexual? Vão se cagar! Ou vamos repetir os mesmos erros deles? Com um bom testamento já está resolvido. Ou um contrato de união civil. Por que o Estado vai se meter com meu sexo ou com meus afetos?

(Osvaldo Bazán)[99]

Quando passei a mão por seu perfeito cu, ele me conteve. Com estremecedora torpeza, murmurou para que não tocasse mais ali. Isso dentro de mim desatou tal frenesi que ele começou a repetir: para, para, para!

Não queria acabar em minha garganta e, como em um passe de judô, me deu volta com sua arma imensa não sem antes cuspir na mão para azeitar a entrada.

Senti palmo a palmo algo como uma espécie de sublime e doloroso rasgão e, apesar de seus empurrões, ao final o nosso gozo estava assegurado entre seus fantásticos gemidos de prazer e meus gritinhos.

(Fernando Noy)[100]

– Filhxs putxs, tortas, travas, trans, bi etc etc!!! para um mundo distinto!!!!

– Que os outros sejam o normal!

– Assim é.

– Eu estou em busca de novos moldes.

– Ou os "sem moldes"

(Susy Shock)[101]

Como vimos na primeira parte deste livro, a Argentina é um país que aprovou importantes marcos legais para as pessoas LGBT, como

99 Trecho de *...y un día Nico se fue*, de Osvaldo Bazán, publicado em 1999.

100 Trecho de *Sofoco*, de Fernando Noy, publicado em 2014.

101 Trecho de *Relatos e, canecalón*, de Susy Shock, publicado em 2011.

o casamento civil igualitário (2010) e a lei de identidade de gênero (2012). Como um país considerado bastante católico e conservador conseguiu aprovar, em pouco tempo, duas importantes leis? Que estratégias foram utilizadas? Que outras estratégias são pensadas e gestadas depois disso? Que papel desempenharam os estudos da sexualidade nesse processo? Essas foram algumas das principais perguntas que nortearam as entrevistas e leituras de estudos que realizei no país. As respostas, como veremos a seguir, são parecidas em alguns aspectos e muito diferentes em outros.

Para Flávio Rapisardi, que participa de um grupo cristão católico, a Argentina é um país católico, "*mas de um catolicismo moderno, que não influenciou no matrimônio gay. Podemos nos dizer católicos e sermos a favor do aborto, que somos putos. O catolicismo argentino é muito complexo*". O ativista e pesquisador, que integrou a Área de Estudos *Queer* que existiu na Universidade de Buenos Aires, aponta o pragmatismo político do peronismo como uma das principais razões da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Continua ele:

> As leis, tanto a de matrimônio igualitário e a de identidade de gênero (mais fácil de ser aprovada por ser uma questão de saúde) foram aprovadas no momento em que o Estado tinha que fazer atos políticos para a recomposição. A lei de união civil [em Buenos Aires], não é casual que tenha sido aprovada. Foi na crise de 2001, quando a Argentina entrou em depressão total, desocupação, pobreza, crises... As forças progressistas fazem um ato e recebem apoio pelos próprios católicos. O melhor discurso em prol da união civil da Igreja Católica foi o de Alicia Pierine, defensora do povo da cidade e na época legisladora da cidade. Ela faz um discurso impecável a favor da união civil a partir do conceito de Cristo. Para aprovar o matrimônio tivemos que usar as mesmas estratégias usadas na Espanha, uma delas era avançar pelas províncias e depois em âmbito nacional.

Segundo Rapisardi, o casal Néstor e Cristina Kirchner inicialmente não sabia o que fazer em relação ao projeto de lei do casamento igualitário e, como o peronismo tem forte recusa da classe média,

quando os ativistas falaram que faltavam ações antidiscriminatórias do governo para a classe média, como a lei de matrimônio igualitário, o então presidente teria dito que pagaria pesquisas e colocaria o assunto na sua mesa.

> Começamos a pesquisar nos altos setores e nos setores médios, e o matrimônio tinha um consenso social de 60%/70%, e a adoção 48%. Coloquei os dados na mesa da presidente, e Néstor Kirchner faz a operação que chegou ao limite do incrível, a ponto de trocar deputados dentro do partido que se posicionavam contra, assim tivemos 60% a favor e 40% contra. Os socialistas e progressistas votaram a favor, a centro-direita se absteve e a direita votou contra. Mas tudo isso se armou em um momento-janela, o peronismo teve que reconstruir o poder de Estado, uma iniciativa para os setores médios. A popularidade de Cristina foi de 60% a 80%.
>
> O setor da Igreja que é mais da direita se posicionou contra, o Papa Francisco [então Jorge Bergoglio, arcebispo de Buenos Aires] não era nem a favor, nem contra. As grandes marchas de oposição não eram católicas como na Espanha, mas evangélicas. Pudemos aprovar na Argentina uma coisa assim porque o catolicismo não é tão conservador como creem.

Sobre a posição do atual papa neste processo, existem leituras bem diferentes da realizada por Rapisardi. Cesar Cigliutti, presidente da CHA, por exemplo, diz taxativamente que o então arcebispo de Buenos Aires era contra o projeto de lei e que inclusive falava de "guerra santa". "*Fizeram atos públicos, convocatórias na Praça de Maio. Ele escreveu cartas e declarações, chamava os arcebispos para os debates nas províncias para falar papai/mamãe e homem/mulher. Foi um trabalho difícil e bastante violento*".

No livro em que conta detalhes de todo o processo que culminou na aprovação do casamento, Bimbi reproduz uma das cartas que Bergoglio, hoje Papa Francisco, enviou para monjas carmelitas. A correspondência chegou às mãos de ativistas LGBT e é nela que Bergoglio fala que o projeto não poderia ser aprovado no Senado, porque o que estaria em "jogo é a identidade e a sobrevivência da família". Ao final,

pediu que as religiosas rezassem para que São José, Maria e o Menino Jesus os socorressem "nesta guerra de Deus". (BIMBI, 2010, p. 492-493) O autor demonstra que o vazamento dessa carta gerou um efeito indesejado pela Igreja e que Néstor Kirchner entrou no páreo.

> Em vez de tomar [a carta] a sério, havia que demonstrar até que ponto a posição da Igreja era demente. O cardeal nos deixou servidas e acabou como um louco. Mas o mais importante foi que, ao declarar a guerra, obrigou os soldados a alinhar-se. E Kirchner aproveitou para jogar o jogo que mais gostava: combater um inimigo irrepresentável. Mas não é certo, como logo diriam alguns políticos da oposição, que Kirchner usou o matrimônio gay para atacar a Igreja ou buscar um novo inimigo. Foi a Igreja quem instalou esse cenário. [...] O cardeal ordenou que no domingo prévio à votação no Senado todos os padres do país lessem durante a missa uma declaração contra o casamento homossexual. (BIMBI, 2010, p. 495-496)

Maria Rachid, na época presidenta da Federação LGBT da Argentina, é outra ativista que destacou o desprestígio da Igreja Católica naquele momento.

> Tivemos uma forte oposição, sobretudo quando chegamos ao Senado, da hierarquia da Igreja Católica e algumas evangélicas, que aqui na Argentina não têm tanta força, mas que vêm crescendo. Os grupos evangélicos se manifestaram com muita força, mas sem tanta capacidade de pressão política; a hierarquia católica se manifestou com contundência e com muito mais capacidade de pressão política. Por um lado, a maioria dos argentinos é católica, mas nem todos praticam todo o dogma da Igreja Católica; a maioria dos argentinos, por exemplo, está a favor do uso de preservativo para prevenir infecções de transmissão sexual, estão a favor de contraceptivos para prevenir gravidez indesejada, estão a favor da educação sexual integral.
>
> Um pouco mais da metade [segundo pesquisas] está a favor do aborto legal seguro e gratuito, mais de 60% [quase 70%] nos centros urbanos [mais de 60% em nível nacional] eram a favor do matrimônio igualitário antes de ser aprovada a lei. Hoje em dia esses números são muito mais altos.

> Por outro lado, a Igreja Católica está muito desprestigiada na Argentina por conta do papel que cumpriu na ditadura militar. Isto influi, ou influía, para que as pessoas tomassem distância a respeito de algumas decisões e opiniões que as pessoas tinham em geral. Isso pode ter mudado agora com o novo papa, mas naquele momento era assim.

Outra razão apontada por várias pessoas para a aprovação do casamento igualitário foi o fato de uma lei semelhante ter sido aprovada na Espanha. Cesar Cigliutti diz que o que acontece na Espanha ainda gera muito impacto na Argentina. Além disso, ele destaca que o antecedente da lei do casamento foi a aprovação do projeto da união civil em Buenos Aires.

> Com a lei de união civil, projeto que fizemos há muitos anos, algumas pessoas diziam que era uma lei que dava poucos direitos, mas se envolve no contexto. As pessoas não diferenciavam união e casamento e diziam que em Buenos Aires tinham aprovado uma lei de casamento, mas aprovamos o registro de uniões civis e isso foi muito impactante na sociedade argentina.
>
> Além disso, começamos a 'judicializar' os casos. Nós [ele e seu companheiro] fomos nos casar na Espanha porque aqui não se podia fazer e os juízes foram reconhecendo alguns casais. Sempre tivemos vigente o tema da família, realizamos durante anos a campanha para visibilizar as famílias gays. Por exemplo, o matrimônio em que um americano vivia com um argentino e com os filhos foi um dos casos.
>
> A lei do casamento foi aprovada porque já estava aprovada no contexto social, a sociedade estava de acordo. Por exemplo, faziam estatísticas nos âmbitos mais conservadores e a maioria dizia que estava de acordo com o matrimônio igualitário. Esse trabalho durou quase dez anos, desde a união civil ao matrimônio igualitário.

Para Esteban Paulón e Maria Rachid, presidente e ex-presidenta da Federação LGBT, ainda existem outras razões que explicam a aprovação da lei do casamento civil igualitário. Ambos destacam o que qualificam de "união do movimento LGBT" em torno dessa pauta a partir da fundação da Federação.

> A lei do matrimônio igualitário reuniu condições políticas, sociais e históricas, mas o fator determinante foi a unificação do movimento LGBT na Argentina. O movimento era muito disperso e a maioria e as mais importantes organizações confluíram na Federação. Hoje somos mais de 60 organizações. A plataforma política que se consolida na Federação LGBT conseguiu instalar socialmente uma mensagem muito clara do que se tratava a lei. Não nos ativemos a tecnicismos nem confrontamos ninguém. A sociedade compreendeu realmente que a lei geraria melhores condições de vida para um grupo de pessoas que não possuía determinados direitos; uma lei que não era contra ninguém, era a favor de um grupo. Em alguns países fazem discurso de que é contra a família, a religião, as tradições, contra os heterossexuais. Um dos primeiros pontos foi instalar socialmente que essa lei não era contra ninguém, que não tira nenhum direito de ninguém, e sim uma lei que traz alegria, felicidade e direitos para um grupo de pessoas. (Paulón)

Sobre as reações de religiosos, Paulón lembra que, em resposta às marchas de religiosos e inter-religiosos que iam de encontro à lei, também existia um grupo de religiosos (católicos, protestantes, sacerdotes em exercício, judeus e evangélicos) que decidiu fazer algo em conjunto para provar que nem todas as religiões estavam contra o casamento igualitário.

> Enquanto se dizia que o projeto era uma questão relacionada somente a Buenos Aires, nós fazíamos ações em todas as províncias, pequenas demonstrações que mostravam como era o projeto da lei em vários lugares. Diziam também que a sociedade não estava de acordo e aí fizemos uma campanha com artistas muito populares falando que eles eram a favor da lei. Disseram que isto era contra a família, por conta dos bebês, das crianças, da opção... Fizemos uma campanha com psicólogos, psiquiatras e associações de psiquiatria que mostraram e apontaram dados que dizem que crianças criadas por pessoas de mesmo sexo não se diferenciam de crianças criadas por casais héteros.
>
> A Federação funcionou como um articulador de uma resposta social que nos excedia. Nenhum projeto social de importância como uma lei

> desse tipo é consolidada por uma só pessoa ou é feito por ato heroico; é uma construção coletiva.

Apesar de ter apoiado o projeto na fase final do trâmite, o casal Kirchner nem sempre teve posição pública explícita sobre a proposta, que foi apresentada pelos socialistas em 2005. O apoio foi sendo conquistado aos poucos, contam Paulón e Rachid. Segundo Paulón, em 2009, Néstor Kirchner disse ser a favor do projeto. Nesse ano ele já não era mais presidente da República, cargo que ocupou de 2003 a 2007. Na época, Cristina Kirchner, sua esposa, exercia seu primeiro mandado (2008-2011) como presidenta do país.

> Em fevereiro de 2010 se ativou fortemente nossa campanha, um processo de apoios, muitas pessoas vinculadas ao governo nos apoiaram, ainda que a presidenta não explicitasse seu apoio à lei [sempre apoiou implicitamente]. Tivemos o apoio explícito da presidenta à lei de matrimônio igualitário em 9 de julho de 2010, cinco dias antes de se aprovar a lei no Senado. Na sua fala, 'não espere de nós outra coisa que não apoiar as minorias'.
>
> No dia da votação do matrimônio igualitário ela estava em uma visita à China. Em uma reportagem, disse esperar que aprovassem a lei de matrimônio igualitário. Tanto o governo quanto a sociedade foi compreendendo, gradualmente, do que se tratava a lei. (Paulón)

Rachid disse que desde o início os Kirchner eram favoráveis ao projeto, mas não publicamente.

> Desde a primeira reunião que tivemos para propor ao Executivo nacional lançar esse projeto, desde o início as palavras de Aníbal Fernandez [que no momento era ministro de Interior, depois foi chefe do gabinete dos ministros e depois ministro da Justiça] nos disseram: 'tanto eu como a presidenta e o ex-presidente Néstor Kirchner estamos de acordo com o matrimônio igualitário, o que temos que fazer é gerar as condições para aprová-lo, não ir ao Congresso para perder'.

Para Verónica Capriglioni, do coletivo de lésbicas A Fulana, que integra a Federação LGBT, a lei também é fruto de um bom trabalho político das organizações e da Federação.

Muitos argumentos utilizados pelas pessoas que estavam contra o matrimônio passaram, a um dado momento, a contribuir para a aprovação do mesmo. Os argumentos da Igreja Católica não tinham uma base sólida. Então as pessoas começaram a se questionar o porquê da proibição do matrimônio igualitário.

Nesse momento eu trabalhava em escolas católicas e percebia como as pessoas começavam a repensar a situação porque os argumentos utilizados por quem era contra não eram bem fundamentados e eram questionados pelas organizações e pelas pessoas. Então aí tivemos duas coisas: boas estratégias nossas e argumentos fracos utilizados pelos opositores. O que fizemos foi ir em todas as províncias e falar sobre a importância do matrimônio igualitário com os civis, deputados. E as meninas [Claudia, Flavia e Maria] iam para fazer os debates em cada província e em algumas elas sofriam muita violência, ao ponto de serem agredidas com pedras. Em províncias mais conservadoras, como Salta, a intervenção foi mais difícil.

Mas existiam pessoas que chegavam a compreender que não havia necessidade da permanência da desigualdade a nível social, nesse sentido. Depois começaram a falar dos filhos e filhas, do futuro das crianças fruto do matrimônio igualitário. Então tivemos que fazer um trabalho para mostrar que nós sempre existimos, como casais e como famílias também, não seria uma novidade que passaria a existir após a aprovação do matrimônio igualitário.

Como é possível perceber até aqui, quanto mais próximos da Federação LGBT, mais as ativistas possuem a mesma leitura sobre o processo que gerou a aprovação da lei. A análise ganha outros contornos quando existe algum distanciamento mais crítico, em especial quando influenciado por uma perspectiva *queer*. Renata Hiller analisa a conquista legal do casamento civil igualitário. Inicialmente, recupera a história do casamento em si, destaca que ele não pode ser associado apenas ao amor, mas também ao "sofrimento e violência", a exemplo do período em que os matrimônios eram regulados pelo direito canônico e registrados apenas pela Igreja Católica, o que excluía todas as pessoas não crentes e/ou católicas. Sua proposta é a de

pensar se é possível elaborar políticas para a equidade de gênero sem que isso gere mais vigilância estatal sobre nossas vidas e refletir sobre os vínculos entre matrimônio e heteronormatividade.

Para Hiller, para entender porque a Argentina aprovou a lei do casamento igualitário não basta falar do trabalho político realizado pela militância LGBT, versão preferida por Bimbi (2010) e nas entrevistas com Paulón, Rachid e Capriglioni. Para fazer isso, Hiller analisa que existe uma ideologia do matrimônio e da família que se baseia na ideia de que todos querem e precisam casar ou ter alguém para ser feliz. Além disso, o matrimônio injeta normalidade à vida: "[...] mais do que um direito, parece se constituir em uma das obrigações do cidadão", (HILLER, 2012, p. 96-97) não sem estabelecer uma série de obrigações nem sempre muito lembradas, como compromisso de fidelidade, assistência e alimentos entre os cônjuges, o que gera vários empecilhos para a autonomia das pessoas implicadas historicamente, em especial, destaca a autora, para as mulheres.

> O matrimônio, como organização institucionalizada da relação heterossexual (Brook, 2002) participa da heteronormatividade em vários sentidos: interpela a condição sexuada dos sujeitos, instaura a heterossexualidade como a norma e estabelece modalidades de vínculo entre os gêneros de maneiras gerais e historicamente assimétricas. (HILLER, 2012, p. 103)

A ativista, *performer* e escritora Leonor Silvestri também recorre ao conceito de heteronormatividade, desta vez para fazer as suas leituras sobre as lésbicas da Argentina.

> As lésbicas hoje, em Buenos Aires, não as sapatões e as 'maria-joão', são um dispositivo privilegiado por onde emerge a heteronorma. Você não vai encontrar aqui uma única mulher, suponho que exceto nas classes altas da extrema direita, que encarne tão bem o modelo heteronormativo de querer ser mãe, profissional, autônoma e monogâmica como as lésbicas. Não vai encontrar ninguém mais objetivado na heteronorma que as lésbicas. E fortemente lésbiconormativo e extremamente punitivo de qualquer uma que se diga lésbica e tenha

> um pênis ou que, às vezes, esteja com um homem. Ou seja, elas são fortemente disciplinadoras. Para elas, lésbicas são mulheres com vaginas que estão com outras mulheres com vaginas, ponto. Todos os outros modos não é ser lésbica, é um anormal, uma pessoa doente.
>
> Essa é minha relação com o movimento LGBT, mas ele não é meu inimigo. Meu inimigo é a heterossexualidade como regime político. É muito difícil dizer que não quer ser igual, a igualdade é um sentimento facilmente explorável.

Ao final desta seção, voltarei a tratar sobre a influência de uma perspectiva *queer* no ativismo argentino.

Identidade de gênero

Após a conquista do casamento, a Argentina aprovou, em 2012, aquela que é considerada até agora a mais avançada lei de identidade de gênero do mundo. Isso porque ela permite que qualquer pessoa se dirija a um guichê do governo e solicite a mudança do seu nome e gênero sem qualquer parecer médico. Inclusive crianças, que não são contempladas diretamente pela lei, já foram beneficiadas, com é o caso de Luana, que aos quatro anos escolheu esse novo nome para si e passou a se identificar com o gênero feminino. O caso foi acompanhado pela CHA, que produziu um documentário chamado *Yo nena, yo princesa* (Eu menina, eu princesa), no qual a mãe, Gabriela Mansilla, conta em detalhes como tudo aconteceu.[102] Luana é considerada a primeira criança trans da Argentina a ter acesso a uma carteira de identidade com o nome que ela escolheu para si.

Segundo todas as pessoas que entrevistei na Argentina, a lei de identidade de gênero foi muito mais fácil de ser aprovada do que o casamento. Algumas pessoas acreditam que o casamento abriu as portas para a aprovação da segunda lei. Outros pensam que a lei de identidade de gênero foi mais fácil de ser aprovada por tratar de

---

102 Ver mais informações sobre o caso em <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-246481-2014-5-18.html>. Acesso em: 10 dez. 2014

questões de saúde. Independente da avaliação, o percurso de aprovação não esteve isento de certa polêmica entre ativistas. Quem integrou a Frente pela Lei de Identidade de Gênero, a exemplo da travesti Marlene Wayar, diz que a Federação LGBT, que conduziu o trabalho para a aprovação do casamento, propôs uma lei de identidade de gênero que mantinha uma perspectiva patologizante, pois as pessoas trans ainda necessitariam de um diagnóstico médico para conseguir a mudança do nome e gênero em suas carteiras de identidade.

> Já nos haviam dito que o matrimônio igualitário supostamente não era para travestis, mas de gays e lésbicas. E meio que funcionou assim, e nós nos mantivemos caladas. Para a lei de identidade de gênero não poderíamos nos manter excluídas ou ser atores menores. Assim conformamos a Frente Nacional pela Lei de Identidade de Gênero para que as vozes trans fossem as primeiras a serem escutadas. Tivemos que explicar e esclarecer muitas coisas à ATTTA. Nosso projeto era pela não estigmatização, a não criminalização da identidade e não patologização, com o plus de acesso ao sistema de saúde público. O projeto que o Congresso escolheu para trabalhar foi o nosso, que foi muito pouco modificado porque estava muito bom.
>
> A estratégia número um foi buscar o mais possível a pluralidade na Frente; não só éramos feminilidade e masculinidade trans, haviam gays, lésbicas, e sobretudo lésbicas que se consideram trans, gays *queer*, feministas e gente de organizações do interior do país que atuavam de maneira mais virtual através de e-mail. Conhecíamo--nos por atividades militantes, acadêmicas e artísticas.
>
> O projeto da Federação LGBT tinha uma questão que patologizava, deixava brechas abertas para que existisse outra instância onde a implementação da lei seria pela via da patologia, pois teria uma oficina de espertos para dizer 'quem sou eu?'. Mas isso foi retirado. (Wayar)

Para Esteban Paulón, presidente da Federação LGBT, a lei de identidade de gênero foi mais fácil de ser aprovada porque, com a aprovação do casamento, havia um capital político acumulado em termos de debate no Congresso.

> Quando matrimônio igualitário começou a ser debatido na Câmara dos Deputados, foi a primeira vez em 127 anos de vida parlamentar que as palavras 'gay' ou 'homossexual' e "lésbica" foram ditas lá. Evidentemente isso rompeu uma barreira, nós fizemos um trabalho muito importante no Congresso e já estávamos imersos. Também em nível social é uma lei que tem menos peso por afetar menos pessoas, teve menos debate público e menos rejeição da Igreja. Na Igreja existe um segmento mais reacionário que manifesta a ideia de que devemos nos manter como nascemos, mas não é como o matrimônio que, dentro da hierarquia da Igreja, teve uma rejeição mais unificada.

A lei, além de garantir a possibilidade de trocar de nome e gênero, estabelece que o sistema público de saúde deve realizar todo o atendimento médico necessário para as pessoas trans. No entanto, todas as pessoas entrevistadas destacaram que esse serviço ainda é muito precário no país.

> A lei de identidade de gênero foi posta em funcionamento, mas com custos altos, porque implica tratamentos hormonais. Agora o que está funcionando são dois hospitais, de forma muito rudimentar. Em termos de saúde avançamos lentamente, temos um católico no Ministério da Saúde, mas estamos avançando. Não é prioridade na política sanitária a questão de adequação de identidade. (Rapisardi)

Esteban Paulón deu o mesmo diagnóstico, com duras críticas ao governo.

> A própria lei estabelece o direito integral à saúde, no entanto, é um direito que não é garantido; a resposta institucional é que 'bem, estamos vendo...'. Um país de 44 milhões de habitantes que não pode estabelecer um programa de cobertura de saúde para 4 mil é um fracasso como sociedade, de governo.

Mas as questões polêmicas em relação à lei de identidade de gênero não cessam na falta de assistência médica para as pessoas trans. Uma das críticas mais interessantes parte da própria Marlene Wayar, que integrou a Frente pela Lei de Identidade de Gênero, mas que se recusa a ter uma carteira de identidade de gênero como Marlene. Por quê?

> Porque não me serve. Se a questão é binária, homem/mulher, não me serve. A questão era realmente estabelecer minha identidade, é do que falamos do orgulho em ser o que sou. Se trocarmos o sujeito da oração e dissermos que agora todos os negros são brancos, eles não são brancos, não se pode apagar a cor da pele. O que eu respeito e aprecio é a diversidade, que seja essa diversidade reconhecida, é inaceitável que eu tenha que me camuflar de mulher para ser respeitada. Nossa crítica é interna, porque a sociedade no geral fez um gesto de amor maravilhoso. Escutar os discursos dos senadores e senadoras, na Praça do Congresso, em tela grande, reconhecendo os atos de tremenda violência que nós certamente sofremos, foi maravilhoso, todas choramos e entendemos como um ato simbólico-social, isso não se discute.
>
> O que discutimos é o porquê. Em vez de pedir o céu, pedimos o quartinho dos fundos. Essa foi a grande discussão entre a Frente Nacional e a Federação LGBT. Devemos potencializar que o desejo seja legítimo e legal. De outra maneira, é um discurso assimilacionista que não nos contempla.

Continuei a conversa e perguntei: "como fazer para uma lei incorporar essas questões?". Ela respondeu:

> Meu irmão é trans com sua companheira, que é mulher, e tem suas duas filhas, um cachorro e um coelho. Parece uma casa normal, são absolutamente trans porque suas relações são horizontais, há uma verticalidade muito respeitosa. Isso é o que não se tem no sistema patriarcal e machista. Queremos que os garotos e garotas sejam livres das nossas imposições. Queremos que as garotas possam escolher a cor, pensar em ser astronautas ou presidentes da nação; que os garotos possam cultivar seus lados sensíveis e amorosos, que, por chorar, não sejam chamados de 'viados'.

Eu disse: "compreendo, mas como traduzir isso em leis?".

> Agora a Austrália o fez juridicamente, não sei se a Alemanha também possibilita um terceiro gênero. A discussão aqui foi de que com a lei de identidade de gênero deixaríamos uma porta aberta para ser desconstruída. Mas o que acontece é que, após um ano, cada um agora está focado em fazer conferências, mostrar como a lei foi feita...

Nossa discussão interna eram duas coisas: ou pedíamos que houvesse um 'gênero' T, ou que tirassem os 'gêneros' homem/mulher.

O sentido é seu número de identidade e nada mais que isso. Aos efeitos administrativos e burocráticos a categoria não é importante. Mas no contexto histórico, [...] nós historicamente temos sido maltratadas, violadas, excluídas, roubadas, assassinadas, com uma expectativa de vida de 35 anos em toda América Latina. A Argentina é um dos lugares privilegiados da América Latina, não creio que no México, Venezuela, Colômbia, em nenhum país essa expectativa de vida seja maior que aqui.

Nesse contexto histórico é importante que o Estado nos reconheça como travestis, o ideal é que não existam categorias, porque a experiência humana não é categorizável.

Marlene se autonomeia como "filo-*queer*". Ela explica o que isso significa.

Tem a ver com a empatia e simpatia por um movimento que se dá em outro contexto e com a ideia de que se nutre sem confundir quem sou eu. Eu estou na América Latina, sou travesti, estou na cidade autônoma de Buenos Aires... Estamos em um contexto onde já não seria como quando Foucault pensou os mecanismos de sujeição, violência, imposição do conceito de sexualidade na arquitetura de fora, os edifícios, a cadeia, o consultório médico...

Agora o poder está dentro, o tomamos com o comprimido, a pílula contraceptiva, ou qualquer regulador menstrual ou hormonal masculino, com as vacinas... O poder nos constrói desde dentro, já somos um corpo, e dizer [que] eu [sou] *queer* é deixar que me aculturem. É o que a Argentina fez eternamente, buscando professoras inglesas que venham educar crianças argentinas. Civilização e barbárie, a civilização está lá e a barbárie aqui. Eu não vou desconhecer a civilização africana e europeia. Mas vai estar sempre em contraposição com a própria criança, que é o que me constitui, as palavras me constituem, por isso não posso ser *queer*.

Há coisas do *queer* que são maravilhosamente interessantes, e não [são] fáceis de aplicar na América Latina, porque um *queer* na Europa

tem a herança, uma casa que implica X metros quadrados em um edifício histórico que já tem uma cotização maravilhosa...

Somos 'filo-queer' porque é um movimento que está mais empurrando aos limites, às fronteiras, a pensar tudo isso. Mas não podemos nos constituir. Há um preceito das prostitutas mexicanas, não posso citar porque o escutei, que diz: 'Nós, putas, não temos pai, mãe, pátria, cidade, nação, Estado, bandeira... Não temos nada, somos putas e somos putas de todos.'

Assim que eu na Argentina não poderia ser peronista, kirchnerista, radical, de nenhum partido político, porque sou identitariamente, ainda, prostituta. E, nesse sentido, não estou na prostituição, mas no meu coletivo está quase que a maioria em situação de prostituição. Passei pela prostituição e isso me constitui politicamente. Eu posso ser filo-peronista, ser a primeira que esteja aplaudindo hoje a presidenta na praça, mas isso não quer dizer que seja isto. Sei onde estão os limites e sei que há muito o que discutir com essa presidenta que, pela primeira vez nos meus 45 anos, me orgulha. Mas não há que se confundir com o outro.

Outras prioridades e desafios

Após essas duas importantes conquistas, o movimento LGBT argentino ainda demanda por mais marcos legais, como uma lei antidiscriminação em âmbito nacional, cujo projeto está em tramitação, e a implementação de políticas públicas efetivas na educação, além de mudanças no campo da cultura para o respeito à diversidade sexual e de gênero. Paulón sintetiza o que ouvi também de outras pessoas do ativismo.

As leis não resolvem tudo. Quando alcançamos a aprovação de alguma lei só estamos alcançando um objetivo pontual que termina sendo ferramenta para muitas outras coisas.

A Federação, em 2010, definiu um plano estratégico de cidadania, que é um programa de governo, um plano de políticas públicas para

as mais diferentes áreas do governo nacional, regional, municipal para alcançar a igualdade real.

Fizemos esse trabalho em conjunto com o sistema das Nações Unidas na Argentina. Sem dúvida o que, para nós, constitui uma das questões mais urgentes e mais graves tem a ver com a população trans. Aqui na Argentina as mulheres trans têm uma expectativa de vida menor que 40 anos. As pessoas trans continuam fazendo construção corporal a partir de acompanhamento pessoal, mas não de acompanhamento médico. Não há recursos.

As outras questões prioritárias são a educação e a sensibilização, porque temos que trabalhar com os diferentes setores sociais para avançar e acompanhar a mudança cultural que precisamos. Por isso trabalhamos com oficinas de capacitação e sensibilização com a imprensa, em escolas... Hoje, por exemplo, tivemos uma com o Exército. Em linhas gerais, as questões mais importantes são a educação (em todos os âmbitos, não só escolar) e trans (que requer uma abordagem integral).

Assim como aconteceu em Portugal e na Espanha, que também conquistaram importantes marcos legais, na Argentina igualmente parece existir uma constante pergunta sobre o que ainda precisa ser feito pelo movimento LGBT, como se bastassem essas leis para a plena cidadania da população LGBT. Aliado a isso, paira sobre boa parte do movimento LGBT argentino a fama de governista, ou melhor, kirchnerista. Vários dos ativistas trabalham (ou pelo menos trabalhavam, no período das entrevistas) em órgãos do governo federal, o que também teria retirado deles a força crítica e os tornado mais conformados ao *status quo*. Leonor Silvestri, ativista independente, por exemplo, diz:

Existe movimento LGBT? Não tenho nada a aportar, nem críticas, nem nada. Acho que é um movimento que perdeu toda a razão de ser, seu rumo, e já não sabe por que está fazendo as coisas que faz ou para que servem as coisas que faz, que na verdade servem pouco. As lésbicas estão super dentro da heteronorma e o movimento trans *mainstream* se tornou acomodado, dialoga claramente com o Estado

a favor das políticas públicas estatais dos últimos tempos e eu não estou de acordo, pois creio que temos que destruir esse mundo como conhecemos. Creio nisso porque me remeto às provas, não porque sou uma anarquista fundamentalista. Cristina [Kirchner] é uma marionete das corporações e da Monsanto, então não temos que dialogar com ela, temos que atacar a Monsanto, porque é quem realmente governa o país.

São movimentos que a partir de 2001 perderam sua ferocidade por conta da crise econômica e das manifestações das pessoas nas ruas, uma vez que desenvolveram aparatos para recolocar as coisas no lugar, sejam partidos políticos e o governo, para impedir uma revolução. Em 2001, as travestis invadiram um hotel onde viviam todas, expulsaram o dono, como em uma fábrica, e fizeram um sistema de cooperativa. Todas trabalhavam e havia um fundo comum para que as travestis que não podiam trabalhar tivessem o que comer, já tinham onde dormir porque o hotel estava invadido. Esta experiência [foi] espontânea, autogestora, horizontal e sem líderes, sem ter relação com partidos políticos. Isto é fazer micro revoluções, já não somos as mesmas porque isso existiu.

A partir de 2001 começa a existir uma necessidade política de colocar esses agentes políticos ferozes em um lugar de ordem e de normalidade, porque ser uma costureira não é o mesmo que ser uma prostituta em um hotel invadido onde, se a polícia entrasse, levava tiro. Surgem tempos de disciplina mais sofisticada.

Cesar Cigliutti, presidente da CHA, nunca fez parte da Federação LGBT, que é tida como mais pró-Kirchner, e também falou sobre a necessidade do movimento social manter independência em relação ao governo.

Esse sempre foi um governo com o qual pudemos ter articulações importantes e interessantes. Agora não nos identificamos com o governo, porque justamente reivindicamos o trabalho da sociedade civil e das organizações dos direitos humanos. Alguns podem fazer um trabalho mais independente, mais transparente, mais efetivo. Outra coisa é um ativista que se defina e comungue com o partido político, que queira fazer parte desse partido político, é outra coisa. Agora,

todos os cargos ofereceram primeiro a mim, e a resposta sempre foi não, de nenhuma maneira. Nem trabalhando com deputado, porque automaticamente se faço isso me oponho à CHA e viro empregado de um partido político.

Na Argentina, assim como em todo o mundo, existem as disputas fortes dentro do movimento, as disputas entre organizações, que muitas vezes envolvem subsídios, cargos políticos, etc. Quando envolve dinheiro e poder, existem muitos conflitos.

Para Esteban Paulón, da Federação LGBT, o movimento LGBT argentino está mais desunido na atualidade.

O movimento se constitui como um ator político significativo, o que gera tensões e disputas. Hoje, talvez, sejamos um movimento menos unido do que quando se aprovou o matrimônio igualitário. Existem pessoas que se desligaram da Federação por achar que alguns são mais importantes que o movimento, que a conquista é pessoal... São coisas que acontecem em todas as organizações, mas que precisam ser trabalhadas para tentar unificar um pouco mais.

Foi muito difícil trabalhar unificadamente depois da lei, e na lei de matrimônio se trabalhou em conjunto porque a Federação conduzia o processo e as organizações não queriam estar fora do debate pelo matrimônio, então acabaram participando da Federação. Creio que o desafio é tentar não desagregar, porque com um movimento social dividido ou debilitado é mais difícil impulsar demandas e incidir política e socialmente.

Lembro-me que quando a lei de matrimônio foi aprovada, o matrimônio começava a ser realizado e o ministro de governo de Córdoba, nesse momento, publica uma resolução na qual dizia que os juízes de paz que não quisessem fazer os casamentos poderiam não fazer. Bastou uma nota nossa no jornal para que ele fosse pedir desculpas publicamente. Se somos um movimento que está desagregado, essa resolução passa.

Porque nenhum Estado, em nenhum momento histórico, garante direitos para sempre. Se estamos debilitados é muito mais fácil para que os setores de oposição consigam colher assinaturas para der-

rubar nossos projetos; pressionar para que os juízes que não queiram casar, não casem; pressionar para que não se aprove uma lei que previna a discriminação no emprego, etc. O grande desafio que temos é não cair num desligamento, que em geral não acontece por uma questão política, e sim pessoal. Quando há uma conquista social tão grande é muito difícil não cair na tentação de achar que foi uma conquista pessoal/individual.

Apesar de grande parte do movimento LGBT apoiar o governo federal de Cristina Kirchner, o Executivo, além de não ter uma significativa política para a saúde de pessoas LGBT, também tem feito muito pouco no campo da educação. A dificuldade fica ainda maior porque no país os estados têm autonomia sobre a educação e, segundo vários ativistas, em Salta, por exemplo, governada por partidos mais conservadores, os materiais de diversidade sexual e de gênero enviados pelo governo (que consiste, na verdade, em apenas uma cartilha muito básica) não são distribuídos. "*Em Salta os manuais de educação sexual e reprodutiva não vão ser distribuídos em nenhuma escola, e também se ensina educação religiosa. E assim acontece em diferentes províncias*", disse Wayar. A versão é corroborada por Rapisardi e Paulón:

> No campo da educação existe, bancada pela província de Buenos Aires, uma escola que incorporou o programa Escola Diversa. Há também algumas iniciativas das próprias escolas a partir de um marco normativo e em outras escolas os conteúdos transversais à diversidade são impostos pelo ministério.
>
> O neoliberalismo decentralizou a educação, antes dependia do ministério nacional, e hoje depende dos ministérios provinciais. Mas os conteúdos mínimos são desenvolvidos pela Nação, que produziu um material muito bom chamado 'educação sexual para escolas secundárias', com vários temas, inclusive a diversidade. Aconteceu algo incrível: a província de Salta, que é governada pela direita, devolveu o material, com toda legitimidade, por conta da lei de descentralização administrativa. (Rapisardi)

> No campo da educação, a Argentina tem, desde o ano de 2006, a lei 26.150, que é uma lei de educação sexual integral. É uma lei muito boa que contempla muitos conteúdos de diversidade. Mas é uma lei nacional e a educação no geral é responsabilidade das províncias. Existem províncias muito conservadoras e complicadas que às vezes devolvem os materiais, não os distribuem, os queimam, os destroem [...] (Paulón)

O queer *na Argentina*

Para encerrar as *transas* na Argentina, gostaria de pensar um pouco sobre o *queer* no país. Ao contrário de Portugal, Chile e Espanha, não há hoje no país algum coletivo que se autodenomine de ativismo *queer*. Mas já houve. Como vimos na primeira parte, em meados da década de 90 foi criada a Área de Estudos *Queer*, que funcionava no Centro Cultural Ricardo Rojas, ligado à Universidade de Buenos Aires. Rapisardi foi um dos integrantes deste grupo, que na época também contava com pessoas que estavam ou viriam a fazer parte de outros coletivos LGBT. Ele mesmo conta a história, o que incluiu mudanças de nomes do próprio coletivo, pois inicialmente se chamava Área de Estudos *Queer* e Multiculturalismo:

> Assim, em 27 de junho de 1997, ao redor de dez professores/as e estudantes da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires organizamos uma maratona de Cine Gay Lésbico como atividade de início da Área de Estudos *Queer* e Multiculturalismo. Naquela mostra exibimos desde Un chant d'amour, dirigida por Jean Genet, até Trevor, de Peggy Rajski.
>
> Três anos depois nossa proposta se transformava. Em novembro de 2000 propusemos uma programação que incluía desde La fobia de Homero, capítulo de Os Simpsons onde Homer trata de 'assegurar' a heterossexualidade de Bart, até um excepcional curta-metragem que conseguimos sem os créditos de seus autores/as sobre a experiência de 'as mulheres livres' espanholas (anarquistas), em que elas relatam as lutas pré-

vias ao governo franquista e suas ações durante a Guerra Civil espanhola.

‘Que tem a ver os gays com as anarquistas espanholas?’, perguntou um enojado assistente da mostra. E nós nos ofendemos, como corresponde a quem é criticado por uma festa que organizou com esmero, ensaiando algumas respostas que hoje já soam como meros balbuceios. Hoje temos algo mais a dizer: eliminamos de nossa denominação o conceito ‘multiculturalismo’.

Essa mudança na forma como nos nomeamos foi, quase sem que a percebêssemos, o novo e decisivo passo na territorialização da teoria *queer* em uma Buenos Aires onde sua direita cultural se horrorizou com ‘alarmadas’ notas de protesto no conservador diário La Nación, que ‘se questionava’ ante sua nada desprezível audiência por que uma universidade pública investia ‘fundos públicos’ em ‘semelhantes coisas’, e a esquerda acadêmica, que nos exigia carta de nacionalidade teórica.

Os/as conservadores/as argentinos/as foram e são sempre tão banalmente grosseiros/as que não fez falta nenhuma resposta, e a esquerda (marxista ortodoxa, social-democrata, lacaniana, entre outras) passou da crítica banal a preocupar-se no momento em que escutaram que não reivindicávamos nenhum ‘pós’, assumindo, quem sabe, seus próprios fantasmas. (RAPISARDI, 2008, p. 974-975)

Entre as pessoas que faziam parte da Área de Estudos *Queer* estavam a ativista trans Lohana Berkins e a ativista Mabel Bellucci (2010). Essa última escreveu a biografia de Carlos Jáuregui e vários textos em defesa da descriminalização do aborto. Lohana reconhece que na Área de Estudos *Queer* as pessoas trans podiam contar com “bons/as aliados/as” (BERKINS, 2003)[103] e em seu discurso também é possível perceber alguma influência de reflexões dos estudos *queer*, como no texto de sua autoria publicado no livro *La diferencia desquiciada* –

103 <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r24187.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014

géneros y diversidades sexuales, organizado por Fernández e Peres (2013). Diz Berkins (2013, p. 91):

> [...] quero assinalar que nós aderimos à teoria *queer* como um conhecimento que surge questionando a ordem de gênero, a binariedade. Contudo, como comunidade travesti transexual, também temos nossas tensões com essa teoria, cunhada desde a diferença mas produzida, fundamentalmente, nos países centrais. Nos seduz a ideia de derrubar as identidades, de viver em um mundo 'degenerado', mas nos parece que dizer isso no contexto estadunidense ou europeu é muito diferente de dizê-lo em nossa América Latina. A tradução de um contexto a outro é um processo muito complexo, até agora não alcançado. Não é o mesmo ser uma travesti em Buenos Aires, em Salta, na Bolívia, que sê-lo em Manhattan ou em Amsterdam.

A leitura de Berkins é recorrente em várias outras falas de ativistas e pesquisadoras argentinas e de outros países. Se, por um lado, os estudos *queer* oferecem instrumentos para aprimorar a compreensão sobre o campo das sexualidades e gêneros, o fato dela ter sido produzida nos Estados Unidos ou na Europa a coloca em suspeição, nesse caso porque a vivência de pessoas travestis e transexuais são diferentes nos países da América Latina. Análises como a de Berkins, que também são encontradas no Brasil no ativismo e em textos acadêmicos, merecem várias reflexões. Sobre algumas delas eu escrevi o ensaio intitulado *Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil.* (COLLING, 2013b) Penso que devemos ler criticamente os estudos *queer* e quaisquer outros estudos realizados fora de nossos contextos e esta minha pesquisa se propõe, como já dito, a colaborar nesse esforço e também em pensar os estudos *queer* com cores mais latinas e/ou ibero-americanas. No entanto, as críticas que realizamos devem também ser mais refinadas. De todas as leituras que realizei sobre os estudos *queer* produzidos nos Estados Unidos ou na Europa, nunca li que alguma pessoa tenha dito que a vivência de pessoas trans ou não trans seja universal. Pelo contrário,

o que mais se destaca é que as diferenças entre nós são tantas que inclusive em um mesmo bairro podemos ter identidades LGBT muito diferentes, em função de uma série de aspectos.

Ao mesmo tempo, os estudos *queer* que eu conheço, ao contrário de defender uma universalidade do *queer*, como expressão ou conceito, têm destacado a importância de darmos atenção, visibilidade e, fundamentalmente, aprendermos com as expressões de injúria e dissidências sexuais e de gênero de cada local por onde vivemos ou passamos. Um desses estudos é, por exemplo, o de Halberstam. (2008)

A outra ponderação que gostaria de realizar é sobre a origem dos estudos *queer*. Em geral, as pessoas defendem que o surgimento ocorreu nos Estados Unidos. No entanto, essa versão está sendo, e precisa ser muito mais, revisada e contestada, e este livro também colabora com esse esforço. Em outro artigo, (COLLING, 2013b) defendo que é muito difícil pensar que exista uma nacionalidade específica para os estudos *queer*, pois eles são fruto de uma suruba de reflexões, ideias e ativismos de diferentes contextos e localidades. Além disso, argumento que é possível pensar o *queer* no Brasil antes do surgimento daquilo que foi nomeado como teoria *queer*, em 1990, por Teresa de Laurentis. Naquele texto demonstro que no Brasil já existia um pensamento sintonizado com o que hoje chamamos de *queer* muito antes da década de 90, inclusive na fala de nossos militantes e também nas pesquisas da academia, como as de Suely Rolnik (2011), Néstor Perlongher (2008), Edward MacRae (1990; 2011), e na produção cultural, a exemplo de Dzi Croquettes, um grupo de teatro que teve grande atuação nos anos 70 no Brasil, e na literatura de João Gilberto Noll. A lista de exemplos poderia ser muito ampliada.

Naquele texto, defendo que o livro *Cartografia sentimental*, de Suely Rolnik, inicialmente uma tese de doutorado defendida em 1988, poderia ser considerado como o nosso *Problemas de gênero* brasileiro. Dizendo-se surpresa com o convite para reeditar o livro, em 2011, Rolnik diz que, ao reler a sua própria obra, percebeu o quanto ela se constitui em um registro do início do trabalho que

ela vinha elaborando desde 1970 em torno da micropolítica, que ela define como "as questões que envolvem os processos de subjetivação em sua relação com o político, o social e o cultural, através dos quais se configuram os contornos da realidade em seu movimento contínuo de criação coletiva". (2011, p. 11) Ou seja, micropolítica, defende Rolnik, não é política em escala micro, mas aquela que produz novos processos de subjetivação.

Neste mesmo prefácio, Suely Rolnik também se espanta ao constatar como deixamos de lado as questões da micropolítica e aderimos completamente à macropolítica. Não seria essa também uma boa chave de leitura para compreender as políticas do movimento LGBT em contraposição às políticas desenvolvidas pelo ativismo *queer*? Será que não assistimos à vitória da macropolítica sobre a micropolítica?

Suely Rolnik inicia o seu livro partindo da figura feminina da década de 1950, do regime fordista e disciplinar, e chega na década de 1960, quando a "noivinha" (personagem criada por ela) se depara com o movimento da contracultura que vislumbra a gestação de uma "subjetividade flexível e a radical experimentação de modos de existência que caracteriza essas figuras, inventadas naquelas décadas para implodir, no coração do desejo, o modo de vida burguês e sua prática identitária". (ROLNIK, 2011, p. 15)

A partir desse momento, defende Rolnik, se instalou no Brasil (e, eu arriscaria dizer, também em vários outros países) um abismo inegociável entre duas vertentes, a micro e a macropolítica. Uma das causas da criação desse abismo intransponível entre militância e contracultura esteve na "dificuldade que se tinha no Brasil de reconhecer a potência política da arte e, portanto, o caráter político da experimentação cultural e existencial". (ROLNIK, 2011, p. 15)

Suely Rolnik diz também que a ditadura militar impactou muito na micropolítica. "O que caracteriza a política de subjetivação desses regimentos, sejam eles de direita ou de esquerda, é o enrijecimento patológico do princípio identitário". (ROLNIK, 2011, p. 16) Para ela, o movimento antropofágico, em 1920, reformulado pela contracultura

nos anos 1960 e 70, teve como um dos seus principais alvos a crítica ao regime identitário.

Hoje, continua ela, não estamos mais sob o regimento identitário, pois dispomos de uma "subjetividade flexível", mas que agora foi cooptada pelo capitalismo cognitivo, que "apropriou-se da potência de criação que então se emancipava na vida social para colocá-la de fato no poder". (ROLNIK, 2011, p. 18) O novo prefácio e todo o livro *Cartografia sentimental* podem ser muito produtivos para pensar em uma genealogia dos estudos *queer* no Brasil. Por que a obra de Deleuze e Guattari, autores centrais para os estudos *queer*, é tão produtiva para ela pensar os movimentos da contracultura no Brasil e o tropicalismo, por exemplo? Por que toda a desconstrução que ela faz da "noivinha", pseudônimo que usa para pensar uma mulher que passa por constantes mutações em sua vida, não pode ser pensada também como uma obra de uma brasileira que apresenta vários *problemas de gênero* do Brasil?

E em que medida essas reflexões servem para pensar como esses processos se desenvolveram em países como Argentina, Chile, Espanha e Portugal, para citar apenas os que estão em questão neste livro? Prometo voltar a essas questões em *O Cigarro*, a terceira e última parte deste livro.

Após esse longo parêntese, volto ao texto de Lohana Berkins (2013). Apesar de dizer que se sente seduzida em derrubar as identidades, defende que, especialmente para as pessoas travestis e transexuais,

> [...] a identidade não é um detalhe menor, pois todas as violências que sobre nós se exercem são por sermos, precisamente, travestis. [...] Como podemos ser sujeitas dos benefícios das políticas? Elas se desenham atendendo a um conceito absolutamente limitado (mamãe, papai, filhinhos e filhinhas) que não nos descreve. Essa situação, que é apenas um exemplo, é a razão porque necessitamos dizer que somos travestis, brigar pelo nosso reconhecimento, nos apoiar em nossa identidade, impedir todo tipo de borramento. (BERKINS, 2013, p. 92)

A necessidade de fazer política em escala macro, de se adaptar aos conceitos limitados de como essas políticas são produzidas, como diz Berkins, frequentemente é outro argumento usado por muitas pessoas do ativismo para criticar os estudos *queer*. Na minha avaliação, trata-se de mais uma crítica equivocada, pois também desconheço qualquer trabalho ligado aos estudos *queer* que tenha defendido que as políticas públicas, realizadas em escala macro, sejam desnecessárias, ou que poderíamos abdicar completamente da afirmação identitária. Aliás, meu campo de pesquisa mostrou que a diferença entre movimento LGBT e ativismo *queer* não está entre quem afirma e quem não afirma identidades. Os coletivos *queer* chegam a ser hiperidentitários em relação às identidades mais subalternas, aquelas que se afastam das dimensões mais higienizadas e heteronormatizadas presentes em parte do movimento LGBT. O que os estudos e ativismos *queer* fazem é pensar sobre os limites dessas políticas em escala macro, que outras políticas devem ser realizas e como podemos lidar com as que já possuímos. Aproveito para retomar um outro texto de minha autoria em que penso sobre essa questão:

> Sempre que falo em limites das políticas de afirmação das identidades, muitas pessoas dizem que sou contra essas políticas. Grande equívoco. Em outro texto, de abertura de um livro que reúne vários artigos de pessoas que avaliam as políticas públicas e identitárias LGBT utilizadas nos últimos anos, defendo que devemos pensar em estratégias e discursos que, paralelamente às políticas identitárias, subvertam e questionem de forma permanente as normas hegemônicas presentes em nossa sociedade. (ver Colling, 2011) Isso para que as nossas pautas não colaborem para construir normas do que é ser uma pessoa gay, lésbica, bissexual ou trans aceita apenas se estiver seguindo os padrões já postos. Normas, como frisei neste artigo, que foram e continuam sendo as causadoras da falta de respeito à diversidade sexual e de gênero.
>
> Não podemos cair no erro de usar, com a melhor das intenções libertadoras e progressistas, exatamente os mecanismos

> que nos discriminam. Com o objetivo de conquistar direitos e de sermos aceitos, muitas vezes temos reificado determinadas normas que são sustentáculos da heteronormatividade. Em muitas falas e ações, por exemplo, enaltecemos apenas quem deseja constituir família, casar e ter filhos, os gays masculinizados e ativos, as lésbicas femininas e criticamos as pessoas que consideramos promíscuas, os gays afeminados, as passivas, as lésbicas masculinizadas, as trans trabalhadoras do sexo. Não se trata de ser contra os direitos à união estável e ao casamento, mas de não transformar isso em modelo para todas as pessoas. (COLLING, 2013a, p. 418-419)

Apesar das críticas, ao final Lohana Berkins volta a entrar em sintonia com os estudos *queer*, realizando uma leitura muito parecida com a verificada na entrevista com a também ativista travesti Marlene Wayar, realizada para este estudo e analisada anteriormente.

> Não quero ser mulher, não sei como são as mulheres, quero ser travesti, isso sou; tampouco quero ser um homem. Conheço o lugar onde quero estar e estou construindo meu próprio lugar, com o que posso, o que tenho, mas com a certeza de quem sou. Por que tenho que recorrer à binaridade homem ou mulher? (BERKINS, 2013, p. 93)

Na verdade, realizei esse "diálogo" com Lohana Berkins para começar a evidenciar outra coisa: a Argentina pode não ter um coletivo que se autodenomine *queer*, como em Portugal e na Espanha, ou mesmo de dissidência sexual, como no Chile, mas as reflexões oriundas dos estudos *queer*, ainda que para muitas pessoas do ativismo local não pareça, exerceram e exercem significativa influência.

Essas evidências me permitiram problematizar uma certa dicotomia que eu mesmo usei e explicitei bem no início desta pesquisa, ou seja, a da possibilidade de definir fronteiras razoavelmente evidentes entre um movimento LGBT mais institucionalizado e o ativismo *queer*. As diferenças existem, e elas estão explícitas ao longo deste livro, mas em alguns contextos, mais do que em outros, é perceptível que a militância que integra o movimento LGBT mais institucionalizado

também está influenciada, pelo menos em algum nível, por perspectivas sintonizadas com os estudos e ativismos *queer*.

No caso da Argentina, não falo apenas em relação às posições de Rapisardi, que em 2001 publicou um belíssimo livro, juntamente com Flávio Modarelli, chamado *Fiestas, baños y exílios. Los gays porteños en la última ditadura*, em que analisam como o mercado LGBT e a aderência da comunidade a certas normas modificaram a cena afetivo-sexual na cidade de Buenos Aires; ou as posições de Lohana e Wayar; ou as declarações e produções da ativista Leonor Silvestri, já largamente usadas e citadas anteriormente; ou textos como os de Renata Hiller (2012) e outros que poderiam ser citados, como vários dos reunidos no livro *Todo sexo es político – estudios sobre sexualidades en Argentina*, organizado por Mario Pecheny, Carlos Figari e Daniel Jones (2008). Pecheny, (2008, p. 15) na introdução da obra, colabora com o que defendo aqui ao dizer que: "o impacto dessa perspectiva [*queer*], que está longe de ser homogênea, é inegável, pois deu um impulso tanto no político como no acadêmico-institucional (negando a negação, já que surgiu como reação ao institucionalizado) para a maioridade desses temas e sujeitos como legítimos."

Mas são Aguilar e Cordero (2013) e Palmeiro (2014) quem mais colaboram com o meu argumento de que os estudos *queer* desempenharam um papel importante no país na academia e na militância, inclusive na luta pelas conquistas legais, como o casamento igualitário e a lei de identidade de gênero. As duas primeiras dizem o seguinte:

> A sanção da Lei de Identidade de Gênero nº 26.743 tem antecedentes sociais, culturais, políticos e jurídicos diversos e dinâmicos. Tem, ademais, antecedentes teóricos. Ou melhor, múltiplas leituras de autores e autoras que ao sair da academia passaram a formar parte de um abc militante dos movimentos sócio-sexuais, como Michel Foucault e Judith Butler. Apesar de que nem seus nomes nem suas obras se mencionam explicitamente nos fundamentos do projeto de lei apresentado, são interlocutores inegáveis das autoras e autores cita-

> dos. E o que é mais importante, seus textos têm uma presença central nos debates das últimas décadas em torno do gênero e da sexualidade, (AGUILAR; CORDERO, 2013, p. 45)

Palmeiro (2014) também argumenta sobre a sintonia de Perlongher com o que hoje chamamos de estudos e ativismo *queer*, analisa manifestações mais recentes disso na Argentina, a exemplo do trabalho de projetos editoriais independentes, como *Belleza y Felicidad* e *Eloísa Cartonera*, e as atividades e produções ligadas à Área de Estudos *Queer*, e faz uma provocação à universidade americana:

> Assim foi que o *queer*, em sua dupla articulação literária e política *queer*, passou ao centro das discussões sobre o contemporâneo na Argentina, habilitando à sua vez uma mirada até o passado não realizado, e iluminando os potenciais críticos do presente. Funcionou então como ferramenta liberadora de forças transformadoras e desejos pendentes desde antes da ditadura. [...] Diferente dos Estados Unidos, onde a teoria *queer* foi a última emergência teórica radical do ativismo para logo institucionalizar-se na academia, em inócuos departamentos universitários, na Argentina sua produtividade crítica tem injetado força ao movimento político até transformar-se em políticas de Estado. Como resultado, a Argentina foi o primeiro país latino-americano a aprovar uma Lei de Matrimônio Igualitário (2010), assim como produziu a Lei de Identidade de Gênero (2012) mais avançada até o momento. Caberia perguntar-se, no entanto, a mais longo prazo, pelo itinerário de um ativismo que começou há quarenta anos com a crítica feroz à instituição familiar, mas cuja máxima conquista foi estender os parâmetros de normalidade e identidade a uma comunidade que cada vez soma mais letras à sua sigla. (PALMEIRO, 2014)

Termino essas *transas* argentinas com trechos do poema *Monstruo mío*, o mais conhecido da ativista e artista Susy Shock (2011b), que dá bem o tom da ambiência *queer* que encontrei em Buenos Aires. O poema musicado é cantado como hino por muitas pessoas na cidade e me inspirou para criar o título deste livro.

Eu, reivindico meu direito a ser um monstro
nem homem nem mulher
nem XXY nem H2O
[...]
Que os outros sejam o normal
O Vaticano normal
O Creio em Deus e a virgíssima Normal
E os pastores e os rebanhos do Normal
O Honorável Congresso das leis do Normal
O velho Larousse do Normal
[...]
Meu direito a explorar-me
A reinventar-me
Fazer de minha mutação meu nobre exercício
Veranear-me, outonar-me, invernar-me:
Os hormônios
As ideias
Las cachas[104]
E toda a alma!!!!... Amém.
(SHOCK, 2011b, p. 13)

Transas na Espanha

[...] a rigidez do binarismo de gênero me asfixia sobremaneira. Assim que não sou nada que se possa encaixar [...]

Detesto as pessoas antissistema que são obcecadas em lutar contra um inimigo tão imenso enquanto seus olhos seguem

104 Difícil traduzir essa palavra para a Língua Portuguesa, pois ela poderia significar "as banhas" ou "a bunda". Agradeço a ajuda de Helder Thiago Maia em mais essa tradução.

fechados e suas mentes enjauladas em coisas tão terríveis como o binarismo.

(Diana J. Torres)[105]

E chegamos na última parte das *transas*, de volta à Europa, agora na Espanha. Um dos aspectos interessantes deste percurso pelos quatro países é o de verificar como, ao mesmo tempo em que as pautas do movimento LGBT e do ativismo *queer* são similares, a maneira como os processos ocorreram e ocorrem e os debates considerados mais importantes diferem muito de lugar para lugar. Isso evidencia que é muito difícil comparar realidades e processos históricos que se deram inclusive em contextos e períodos mais ou menos iguais. No entanto, ao mesmo tempo, um mesmo desafio une a militância. Enquanto em Portugal um dos grandes pontos de debate gira em torno de como o casamento também criou a proibição da adoção, no Chile as críticas são em torno da lei antidiscriminação existente e agora se concentram na luta em torno da lei do casamento. No entanto, esses países, junto com a Argentina e a Espanha, possuem em comum o grande desafio de conquistar a igualdade social após as conquistas legais, que, em alguns casos, como vimos, foram mais significativas que em outros.

Isso aponta para uma evidência deste estudo, sobre a qual eu já pensava e escrevia muito antes desta pesquisa. As leis e demais normas institucionais são instrumentos importantes, geram impactos positivos tanto legais como simbólicos, mas são absolutamente insuficientes para acabar com os preconceitos gerados pelas diferenças sexuais e de gêneros. E os preconceitos, tanto do Estado como da sociedade em geral, podem inclusive voltar a crescer mesmo depois das leis pró-LGBT. Vejamos o caso da Espanha, país que, como vimos, foi o primeiro entre os aqui estudados a aprovar a lei do casamento igualitário e a lei de identidade de gênero.

---

105 Trechos de *Pornoterrorismo*, de Diana J. Torres, publicado em 2011.

A ativista Beatriz Gimeno presidia a Federação LGBT da Espanha na época em que o casamento foi aprovado e ainda participou do processo envolvendo a conquista da lei de identidade de gênero. Ela diz:

> A conquista da igualdade legal não significa a igualdade social, que o digam as mulheres. Falta muita coisa por fazer para a igualdade social em todos os âmbitos. Eu creio que o objetivo do movimento é acabar com a homo-lesbo-transfobia, que ela não exista mais, e para isso falta muito. Isso só vai acabar quando um filho disser para o seu pai que é gay ou transexual e que isso seja o mesmo que dizer que é heterossexual. Está muito longe disso acontecer na Espanha. Há um retorno de algumas agressões, seguem existindo casos, como na semana passada, quando não aceitaram um casal gay em um quarto de matrimônio em um hotel de Toledo.

Segundo Beatriz Gimeno, na atualidade as pautas prioritárias do movimento LGBT estão na educação, para que volte a existir o debate sobre questões de sexualidade e gênero nas escolas. O depoimento da ativista também revela como algumas políticas públicas que já existiam podem, também nesses países, ser completamente eliminadas, ao sabor do partido que está no poder.

> Na escola é terrível a homofobia. Há resistências de parte dos sistemas educativos que são muito maiores que as resistências sociais em geral. Na Espanha, uma terça parte da educação está nas mãos da Igreja e constantemente vemos as discriminações a LGBTs nas escolas. Não há uma política de Estado para combater a homofobia na educação. Havia, mas com o Partido Popular no governo tudo isso acabou. Há muitos suicídios, a maioria ocultos, mas alguns conhecidos.

Para a ativista que preside o COGAM, Esperanza Monteiro, após a lei do matrimônio e a lei de identidade de gênero, para a sociedade espanhola o movimento LGBT não precisaria mais existir. Isso porque a maioria das pessoas teria assimilado que todos são iguais após essas conquistas.

> E agora o que estamos lutando é pela realidade de ser iguais. Porque não somos iguais nos colégios. Fizemos um estudo com mais de cin-

co mil estudantes na comunidade de Madri em 2013 e as conclusões apontam que uma em cada dez pessoas que está fora do armário nas escolas recebe agressões físicas em seu colégio. Isso quer dizer que não somos iguais, e só 20% está fora do armário. Tampouco somos iguais no trabalho, ninguém diz a sua orientação sexual em uma entrevista de trabalho, pois sabe que sofrerá discriminações. Creio que 44% das pessoas entrevistadas dizem que sofrem algum tipo de discriminação por piadas, coisas que não são facilmente demonstráveis. Para isso é necessária a lei de igualdade de trato, para que todas as pessoas sejam tratadas [como] exatamente iguais.

E o que é esse projeto de lei? Segundo Monteiro, a proposta foi criada no governo socialista, mas não foi adiante. O projeto propõe a criminalização de qualquer tipo de discriminação, independente do motivo, não apenas relacionados com questões LGBT. "*As pessoas trans, por exemplo, sofrem um grande número de discriminações, mas não existe um delito que tipifique a transfobia, estamos usando a homofobia, como se fosse uma expressão extrema de homofobia*". Outra prioridade do COGAM é conquistar o tratamento igualitário no campo da saúde. Na Espanha, as mulheres solteiras e lésbicas também não têm acesso ao tratamento da reprodução assistida. Uma mulher heterossexual casada com um homem tem direito à reprodução assistida pública, mas uma mulher solteira não tem. Essa é apenas mais uma determinação do governo do PP, que administra o país nos últimos anos.

A saúde integral, pública e gratuita de qualidade é uma prioridade para nós, pois agora mesmo esse governo tirou a assistência médica às pessoas migrantes sem papéis, e com isso essas pessoas estão ficando sem acesso aos medicamentos de HIV/Aids e hepatites. Estão condenando à morte muitas pessoas e criando um grave problema de saúde pública.

Para Monteiro, essas realidades demonstram que as pessoas LGBT não são tratadas de forma igualitária no país. "*O problema é que agora temos que demonstrar isso para a sociedade. Porque pensam que, por causa do casamento, já somos iguais, como se as*

pessoas que se casam não enfrentassem problemas nos colégios e em outros espaços". A ativista lembra que a própria lei do casamento ainda gera interpretações problemáticas, porque casais de lésbicas, por exemplo, que tiveram filhos em uma relação anterior e não se casaram porque não havia a lei, ou que não se casaram por qualquer outro motivo, estão enfrentando problemas no reconhecimento de suas maternidades, pois a lei, da forma como está formulada, não reconhece duas mulheres como mães. "As mães não biológicas não são reconhecidas e, quando se separam, não têm a custódia, não têm os direitos de uma mãe", explica.

Mas em relação a essas dificuldades atuais, Monteiro também realiza uma crítica ao movimento.

> Tenho a sensação de que nos acomodamos por muito tempo, ficamos sete anos vendo o que se passava com o tema do matrimônio. É hora de recuperar a parte da ação política porque falta muita coisa a fazer. Se tenho que fazer uma autocrítica eu diria que ficamos acomodados e temos que reconfigurar o nosso sistema de custos em tudo e como nos configuramos como movimento social. Temos que trabalhar mais em um objetivo comum e esquecer as diferenças, nos centrar mais nos pontos em comum, para que possamos fazer algo concreto.

Na Fundação Triângulo, as prioridades também são parecidas. Miguel Ángel Sánchez Rodríguez lembra que quando a organização foi criada, em 1996, recebeu o nome de Fundação para a Igualdade Social de Gays e Lésbicas, e depois foram integradas as pessoas bissexuais e transexuais. "*E isso foi quando sequer sabíamos que iríamos conseguir a igualdade legal, mas nós tínhamos muito claro que uma coisa é a igualdade legal e outra a igualdade social. Nossa luta segue sendo essa*".

Miguel destaca que a Fundação trabalha para inserir debates LGBT nas escolas, com a distribuição de materiais impressos e palestras nas instituições que se mostram receptivas. Ele explica que o governo socialista tinha uma ação chamada Educação para a Cidadania, na qual também trabalhava com temas LGBT, mas a Igreja Católica fez oposição e o governo cedeu.

> Fizeram uma batalha campal contra o governo socialista por essa política, que os católicos consideravam como doutrinamento das crianças. E o mais assombroso é que a Igreja é quem realmente doutrina. A proposta era ensinar aos cidadãos para que eles tenham opinião crítica de qualquer lado e mostrar a diversidade que existe na sociedade. A oposição foi tão brutal que o mesmo governo socialista cedeu e autorizou que as escolas controladas pela Igreja Católica pudessem adaptar o currículo de Educação para a Cidadania à sua própria ideologia, com o que se perdeu toda a proposta. Mas sequer aceitaram isso, pois quando ganhou o Partido Popular a Igreja pressionou para acabar com tudo, inclusive nas escolas públicas. E agora não há nada. O que há é o nosso voluntarismo, vamos nas escolas que querem e tampouco temos condições de estar em todas as que manifestam o interesse. É uma gota no oceano.

Na luta para conquistar a igualdade social, a Triângulo também realiza anualmente o Festival Internacional de Cinema Lésbico, Gay e Transexual de Madri, que ainda possui mostras em Extremadura, Valladolid e Andaluzia. Em Madri, em 2014, foi realizada a 19ª edição do festival. O objetivo é o de levar a temática LGBT a um público mais amplo. "*Em Madri fazemos o maior festival da cidade, com maior público, a maioria composta por homossexuais. Não somos uma organização cultural, mas uma organização política e social que quer alcançar o objetivo de conquistar a igualdade de pessoas LGBT*", explica Rodríguez. Na programação da edição de 2013, é possível verificar que a maioria das obras exibidas tem por objetivo colaborar com uma representação considerada positiva para a população LGBT, mas não faltam também obras que tratam de temas mais abjetos, inclusive filmes com temáticas caras ao ativismo *queer*, como é o caso de um documentário sobre o grupo ACT UP, pioneiro no ativismo *queer* nos Estados Unidos. No entanto, é perceptível que o festival de Madri tem uma linha geral muito distinta do *Queer* Lisboa, sobre o qual tratamos na parte específica de Portugal. Uma das diferenças é que no *Queer* Lisboa a sexualidade não normativa a ser abordada nos filmes pode incluir os próprios heterossexuais, além de

contar com sessões específicas para o que se convencionou chamar de *Queer Art*.

No campo da saúde, a Fundação Triângulo também tem prioridades, que diferem um pouco das elencadas pela presidente do COGAM. Rodríguez diz que um dos objetivos é o de permitir que a Espanha passe a autorizar as gestações "sub-rogadas", as chamadas "barrigas de aluguel".

> Mas enquanto não conseguimos isso, um dos objetivos é permitir que o filho ou filha de um casal seja registrado/a no nome de dois pais ou de duas mães. Não é uma batalha fácil porque inclusive uma parte do movimento feminista, inclusive progressista, é contra a gestação sub-rogada, porque a entende como uma exploração do corpo da mulher. Isso não está perto de ser solucionado.

A Triângulo, assim como o COGAM, também luta para que a reprodução assistida seja paga pelo serviço público de saúde para as mulheres lésbicas e/ou solteiras.

> A ministra de Saúde, que é super conservadora, alega que essas mulheres não têm um problema de saúde e, portanto, acabaram com esse serviço. Vamos levar esse tema para acusar a Espanha perante as Nações Unidas por ela estar violando direitos humanos por um motivo de orientação sexual.

Uma das pautas prioritárias de todos os coletivos é a modificação da lei de identidade de gênero. O principal problema apontado é que a mudança do nome nos documentos só é permitida após a pessoa trans iniciar o processo transexualizador e passar dois anos pelo chamado "teste da vida real", ou "tortura", como bem qualificam as pessoas trans.

> Isso é um absurdo porque, quando você passa a ingerir os hormônios, a sua aparência começa a se modificar e também as pessoas trans passam a se vestir de outra forma e adotam o novo nome, o que produz uma imagem totalmente diferente da que está nos documentos. Isso causa um problema enorme [...],

explica o ativista Alejandro Garcia, do coletivo O homem transexual. Outro problema, diz Alejandro, é que os centros de referência precisam ser descentralizados e as equipes que realizam as cirurgias devem ser ampliadas.

O coletivo Migrantes Transgressorxs, que possui uma perspectiva mais *queer*, o que não é o caso do O homem transexual, identifica outro problema na lei de identidade de gênero. Além de propor o fim da vinculação do processo transexualizador com a expedição de novos documentos, o coletivo denuncia que as pessoas trans precisam escolher nomes que são aceitos pela Justiça espanhola. Nomes considerados dúbios ou que tenham alguma relação com a cultura da pessoa migrante não são aceitos pelos cartórios. Letícia Rojas Miranda, que integra o Migrantes Transgressorxs, conta que esse é o problema que vem sendo enfrentado por uma pessoa trans do seu coletivo. Vale a pena a grande citação para entender o problema:

> Isso aconteceu com Alex, que é transmasculino. Ele é equatoriano como eu e briga porque sempre impõem a ele a lei espanhola, porque exigem dele, como migrante, que se adapte à lei espanhola e que tenha que passar por um processo transexualizador para mudar seu nome nos documentos. Ele é uma pessoa trans, mas não quer passar pelo processo transexualizador tal e qual se dá na Espanha. Mas se sente e se veste como trans, e desde aí ele quer a mudança do seu nome, sem precisar passar pelo processo transexualizador, que aqui exige dois anos do chamado 'teste da vida real', de 'tortura', etc. Ele quer a nacionalidade espanhola, para ficar mais estável e usufruir de alguns privilégios que isso gera.
>
> Como aqui ele não conseguiu mudar o nome, ele foi para o Equador e lá mudam o seu nome independente se você é trans ou não. Se você não gosta do seu nome, lá eles mudam, não te perguntam se és trans, mas o que não mudam é o sexo. Aí ele mudou o nome para Alex no Equador e chegou aqui e pediu a mudança da sua carteira local. Até aí tudo bem, mas ao sair a nacionalidade espanhola, ao fazer o juramento, já na secretaria, identificaram uma incoerência no nome e disseram: isso vai ter problemas. O juiz disse para deixar assim, mas depois veio uma notificação dizendo que o nome dele não pode ser

usado, que ele precisa mudar. E aí ele ficou furioso, porque aqui não se poderia chamar Alex, porque esse seria um nome que é motivo de confusão pela lei espanhola. Então o juiz diz que ele deve mudar de nome e lhe deu propostas de nome! E Alex disse: 'não, eu quero seguir me chamando Alex'. Então o que disse a administração: você, para se chamar Alex, precisa me trazer o certificado de disforia de gênero e os dois anos de hormonização. E ele disse: 'nada a ver'.

Ele argumenta que já está usando vários outros documentos nos quais já está identificado por Alex, como conta bancária, etc. E agora estamos na espera. O problema é que ele não pode ter a sua cidadania até que lhe deem a sua nova ata de nascimento espanhola. O mais provável, segundo os advogados, é que não aceitem a reivindicação do Alex. Temos duas estratégias: seguir lutando e acabar com os processos administrativos locais e fazer a denúncia em organismos internacionais, ou aceitar e fazer o que eles querem.

A perspectiva de aprovar alguma mudança na lei de identidade de gênero, em âmbito federal, não é boa, pelo menos em curto prazo, enquanto o PP tiver a maioria no Parlamento, mas parlamentares estão tentando fazer leis nos estados. Em março de 2014, a parlamentar Carla Antonelli, deputada trans pelo PSOE, propôs uma lei, consensuada entre as organizações, que tratava de despatologização, criava protocolos para menores e idosos e autorizava a mudança de nome antes dos dois anos de "teste da vida real", através de uma espécie de documentação intermediária.

O PP disse não ao debate dessa lei porque dizia que a mudança deveria ser estatal [federal]. Mas a educação e a saúde estão transferidas para as províncias, então podem existir leis por região. E duas semanas depois o próprio PP lançou um outro projeto de lei que falava a favor da despatologização, mas isso não é uma prioridade para eles, é para dar a sensação de que eles são avançados. Mas ainda que o PP fale a favor da despatologização, ainda que não vá em nenhum lugar, eu creio que é um dado positivo. (Monteiro)

Na Andaluzia, um projeto semelhante ao apresentado em Madri foi aprovado em julho de 2014; (ANDALÚCIA...)[106] A *Lei integral para a não discriminação por motivos de identidade de gênero* trata de várias questões, desde a proteção às pessoas trans em várias esferas, até a garantia dos serviços, inclusive para menores de idade e idosos, e permite que, no âmbito de cada província, as pessoas tenham documentos com os nomes que desejarem sem serem obrigadas a iniciar o processo transexualizador. (ANADALUCÍA; JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014)[107]

No campo da saúde, outra grande preocupação manifestada pela militância espanhola é em relação ao HIV/Aids. Segundo Monteiro, a situação atual é "horrível":

> O Estado tem cortado muito as verbas, e num momento tentou começar a cobrar pelos medicamentos. Estão deixando as pessoas migrantes morrerem. Estão acabando com todo o trabalho de prevenção, o que é um equívoco imenso, porque é muito mais caro pagar um tratamento de HIV/Aids do que prevenir dez mil pessoas, é uma medicação caríssima. Abandonaram todas as campanhas de prevenção e isso gera a sensação de que estamos lutando contra moinhos de vento e as pessoas voluntárias se esgotam, passam mal.

Segundo Rodríguez, os índices de infectados pelo vírus HIV estão crescendo porque há um certo cansaço das medidas de prevenção e a existência do tratamento tem permitido que as pessoas digam que a Aids não é mais mortal. Ele oferece dados da redução dos gastos do governo federal para combater a epidemia:

> No último governo socialista foram repassados 4 milhões de euros para as organizações que trabalham no combate ao HIV. No primeiro

106 Andalucía aprueba la ley más avanzada en derechos para las personas transexuales (2014) Ver <http://www.felgtb.org/temas/transexualidad/noticias/i/5722/239/andalucia-aprueba--la-ley-mas-avanzada-en-derechos-para-las-personas-transexuales>. Acesso em: 10 set. 2014

107 Ver lei na íntegra em <http://www.juntadeandalucia.es/boja/2014/139/1>. Acesso em: 10 set. 2014

> ano do PP, o valor foi reduzido para 1 milhão de euros. Enquanto isso, a pandemia está crescendo, mas o PP pensa que precisa cortar gastos agora e quem vai precisar gastar com os novos infectados é outro governo. Não dizem assim, mas sabemos que é assim. A última subvenção subiu um pouco mais, algo como 1 milhão e 300 mil. A cobertura universal de saúde, que existia na Espanha, agora não existe mais. Isso é um problema de saúde pública, pois pessoas que não estão fazendo o tratamento têm muito mais possibilidade de transmissão do vírus. É muito difícil nós convencermos um migrante a fazer o teste. Eles dizem: 'para que vou fazer a prova, para que saia positivo e depois não vão me dar a medicação? Prefiro não saber'. Mas estamos fazendo um monte de trâmites para conseguir o atendimento gratuito para as pessoas com HIV. É difícil, mas estamos conseguindo, descobrindo brechas. Mas convencer as pessoas sem papéis a fazer todos esses trâmites é muito mais difícil.

Ativismo queer

As mudanças necessárias na lei de identidade de gênero e as críticas à falta de políticas de combate ao HIV/Aids são duas pautas em que o movimento LGBT e os coletivos de ativismo *queer* compactuam. Fora isso, o quadro é de muitos tensionamentos e críticas de como o movimento LGBT conduziu e ainda conduz as suas ações. Durante a realização das atividades do orgulho crítico, programação que se opõe à parada oficial, uma das atividades teve como objetivo discutir sobre HIV/Aids. Promovida no dia 21 de junho de 2014 pela Assembleia Transmaricabollo del Sol, o encontro reuniu cerca de 30 pessoas na sede da 3 Peces, uma ONG localizada na rua de mesmo nome no bairro Lavapiés. Um militante HIV positivo deu um longo depoimento no qual denunciou que existe um discurso muito forte de "normalização" do HIV, como se fosse tranquilo viver com o vírus na atualidade. Segundo ele, o Estado tem deixado demais o tema nas mãos das associações LGBT para não se responsabilizar pela proliferação do vírus e denunciou que a Espanha, para economizar dinheiro, adota uma medicação contra a sífilis que ainda não foi aprovada pela União Europeia.

Um outro ativista que trabalha como voluntário contra o HIV/Aids disse que muitas pessoas estão morrendo, em especial mulheres trans e os chamados HSH (homens que fazem sexo com homens). Outra pessoa informou que os bares e boates que possuem quartos escuros em Madri (e quase todos possuem) não deixam fixados cartazes de prevenção ao HIV/Aids e muitos não fornecem camisinhas. "Eles não deixam os cartazes para não lembrar os clientes de alguma coisa ruim", disse. Mónica Redondo Vergara, da Assembleia Transmaricabollo, sintetizou: "Precisamos de novo fazer a denúncia de que o Ministério da Saúde está com as mãos manchadas de sangue". (Caderno de campo, dia 21 de junho de 2014)

Mónica fez referências a várias coisas ao proferir a frase. Militante ligada a grupos *queer* desde a década de 90, estava pensando desde os primeiros coletivos *queer* dos Estados Unidos, como o ACT UP, que realizaram ações muito espetaculares e midiáticas para chamar atenção da população sobre a gravidade do problema, que não era enfrentado pelo então presidente Ronald Reagan. Além disso, estava lembrando de coletivos *queer* precursores na própria Espanha, como a Radical Gai, que, inspirados nos coletivos americanos e franceses, também desenvolveram ações no país no início dos anos 90. E, também, na própria Transmaricabollo, que já realizou ações em frente a hospitais para denunciar a política de sanidade do governo do PP, que pessoas do coletivo consideram como "fascista". Da reunião sobre o tema realizada dentro do orgulho crítico, a expectativa era de que surgissem ações concretas das pessoas interessadas. Novos encontros foram agendados para tal.

Participar das atividades do orgulho crítico, que tiveram como tema central *Orgullo és decisión*, foram fundamentais para entender as diferenças existentes entre o movimento LGBT e os coletivos *queer* da Espanha. Na primeira atividade, dia 18 de junho de 2014, que ocorreu na sede da Fundação 26 de Dezembro, também em Lavapiés, compareceram mais de 100 pessoas para discutir um pouco sobre a

situação atual e quais devem ser as prioridades de uma perspectiva crítica em relação às temáticas das diferenças sexuais e de gênero.[108]

Apesar de não ser a proposta do encontro, o debate acabou retornando para uma velha questão: devemos participar ou não da marcha do orgulho oficial? Algumas pessoas reconheceram a importância da "marcha grande", como lá diziam, por ela também atrair a participação de muitas famílias e pessoas heterossexuais. No entanto, a maior parte das pessoas que se pronunciou destacou o seu caráter mercadológico e apolítico. A presença de uma associação de empresários na própria organização da parada oficial, a excessiva presença das chamadas "carroças",[109] a transformação do evento em uma grande data para o desenvolvimento do *pink money* na cidade foram algumas das questões apontadas. Um ativista trans, chamado Beirut, disse:

> Houve um momento em que a marcha era inclusiva, lá por 1995/1996, parecia que ia servir para algo. Mas mudou e agora querem que sejamos 'normais' e com isso há sempre gente que não se sente representado. Não me parece plural. Nós que não nos sentimos representados estamos aqui, que somos anticapitalistas, feministas. Há uma grande exploração de mão de obra que se amplia nas marchas. Grandes doses de machismo. Não sinto aquele orgulho como meu.

Logo depois, uma pessoa pediu a palavra e disse que a marcha oficial também possui aspectos positivos. Beirut retrucou: "Para um homem, gay, branco, como você, sim, é positiva. Para uma pessoa trans como eu, não". A sala, antes barulhenta, ficou em silêncio por alguns segundos.

Daquele encontro, guardo com carinho o emocionante depoimento da histórica militante lésbica Empar Pineda, integrante da Fundação 26 de dezembro.

---

108 Confira a programação completa do orgulho crítico, que em 2014 se chamou Orgullo Madrid 2014, em <https://orgullomadrid2014.wordpress.com/agenda/>. Acesso em: 10 set. 2014.

109 Modo como os espanhóis chamam os carros e caminhões que integram as paradas. As "carroças" se parecem com trios elétricos improvisados e menores em relação aos existentes no Brasil.

> Em 1977, em Barcelona, foi nossa primeira marcha. E nós nos preocupávamos muito com a imagem que iríamos passar para a sociedade. Estávamos seguindo a marcha e as travestis e transexuais entraram na marcha e isso nos preocupou: 'que elas imagem iriam passar?', pensávamos. De repente, chegou a polícia para dispersar a marcha e quem enfrentou os policiais foram as pessoas trans, e com uma vitalidade incrível! Elas deram uma lição para nós. Mereciam uma grande homenagem.

Foi nesse encontro na Fundação 26 de Dezembro que conheci Letícia Rojas Miranda, das Migrantes Transgressorxs, que participa há anos das atividades do orgulho crítico. Naquela ocasião, Letícia defendeu que as manifestações também deveriam conter uma perspectiva descolonial. Falou do fato de que pessoas trans estrangeiras são obrigadas a escolher seus novos nomes dentro do que a justiça espanhola considera como nomes possíveis. "A mudança de nome não pode ficar restrita aos nomes que são tradicionais da Espanha", alegou. Um rapaz que estava no encontro discordou. Para ele, essa regra não seria algo gerado por uma perspectiva colonial porque o mesmo é exigido das pessoas trans nascidas na Espanha. Letícia respondeu que o colonialismo incide sobre todos, sejam as pessoas espanholas ou não. Dias depois, ao encontra-la para a entrevista, Letícia disse que o que aconteceu naquele dia expôs, mais uma vez, a dificuldade de colocar em debate, mesmo nesse circuito alternativo/*queer*, as perspectivas des/pós-coloniais.

A militante Cristina Garaizabal, do Hetaira, coletivo em defesa dos direitos das trabalhadoras do sexo, também pediu a palavra quase ao final daquela primeira atividade do orgulho crítico de 2014. "Eu ouvi aqui muitas pessoas falando de feminismo, que somos ou precisamos ser feministas. Mas é preciso saber de qual feminismo estamos falando porque boa parte dele é contra a prostituição e os direitos das trabalhadoras do sexo", disse. Cristina Garaizabal não deu nomes, mas naquele dia eu tinha acabado de ler textos de Beatriz Gimeno, a ex-presidente da Federação LGBT, que integra a chamada corrente abolicionista, que objetiva abolir a prostituição. Em artigos disponí-

veis na internet e em um livro, a ativista se filia a parte do grupo de feministas que critica movimentos que pretendem a regulamentação da prostituição. Para Gimeno, mesmo as mulheres que dizem estar na prostituição porque querem, pensariam como tal porque, segundo ela, no "capitalismo todo consentimento está viciado, não só o das prostitutas". (GIMENO, 2014)[110] Perguntei para Gimeno como as suas posições sobre a prostituição foram recebidas pelas pessoas trans. Ela respondeu:

> O tema da prostituição é muito complicado em todas as partes. Muitas trans se dedicam à prostituição. Em princípio, minha posição a respeito da prostituição é uma posição teórica desde o feminismo, que não tem porque afetar os gays e transexuais. Porque é complicado de explicar. Eu digo que o problema da prostituição não é a prostituição em si mesma, não é a prática da prostituição, mas, para mim, a posição das mulheres em prostituição. Como as mulheres são obrigadas por essa estrutura patriarcal a entrar na prostituição. Em princípio,a prostituição masculina e a prostituição trans não são a mesma coisa que a prostituição das mulheres. Em todo caso, quem deveria dizer isso são as transexuais, mas não é a mesma coisa. Em princípio, as mulheres transexuais não são traficadas, não são trancadas nos clubes e nem obrigadas a se prostituir por um 'chulo'. Normalmente, não têm 'chulos', ainda que haja exceções, e têm outros problemas de seguridade, não estão tanto em risco físico como as mulheres, frente ao cliente, por exemplo. Efetivamente, é um problema de falta de opções de trabalho. Muitas, se tivessem outras opções de trabalho, não estariam, uns 80%, em prostituição. Então esse é um problema de trabalho e não de prostituição em si. Não. Tem que ver em relação à posição das mulheres na situação em geral.

O ativista da Fundação Triângulo, Miguel Rodríguez, tem uma posição bem diferente da ex-presidente da Federação, Beatriz Gimeno.

> Nós trabalhamos muito com a prostituição masculina e a prostituição trans. Nós somos abertamente a favor da legalização, evidentemente que não concordamos com a exploração das pessoas, mas nem toda

110 Ler em <http://beatrizgimeno.es/2014/03/07/la-prostitucion-tiene-que-ver-con-la--iguldad-no-con-el-sexo/>. Acesso em: 10 set. 2014

a prostituição é exploração, isso é mentira. Isso é o que tentam vender algumas organizações mais conservadoras e, de novo, uma parte do movimento feminista que se considera progressista, que entende que toda prostituição é exploração de pessoas. Há pessoas que estão na prostituição porque é o trabalho que querem ou podem fazer. Neste debate não conseguimos acordo e, ao final, depois de debater, decidem deixar tudo igual. E assim não são sinceros quando dizem que querem lutar contra a exploração da mulher, porque se fosse legalizada elas poderiam se organizar em cooperativas, pagar impostos para ter acesso aos serviços de saúde, enfim, com isso se livrariam dos gigolôs e exploradores. Temos uma boa relação com Hetaira nesse sentido.

Voltando às críticas à parada LGBT oficial, sem dúvida o que mais se destaca é a transformação da marcha em uma grande festa de mercado, não somente na manifestação em si, mas no que ela simboliza para Madri. E realmente é uma coisa impressionante verificar como o centro da cidade se transforma para a semana do orgulho. Turistas hiperlotam as ruas e bares de Chueca, onde da noite para o dia quase todos os estabelecimentos decidem hastear, naqueles poucos dias, bandeiras do arco-íris em suas portas. Festas e mais festas disputam a preferência dos gays, em especial. Em 2014, a prefeitura de Madri proibiu a realização de atividades na praça central de Chueca, alegando o cumprimento da lei do silêncio. Curiosamente, cinco quadras adiante a mesma prefeitura autorizou a montagem de dois palcos, um da Praça do Rei e outro no largo da Callao. Estes dois palcos, que funcionaram nas noites de toda a semana do orgulho, contiveram exclusivamente shows. Na Callao, local mais nobre e de grande circulação de pessoas, os shows eram predominantemente de cantores e cantoras, que faziam questão de se declarar como heterossexuais simpatizantes, conhecidos do grande público. Na Praça do Rei, em condições bem mais precárias e quase sem iluminação, as principais atrações eram transformistas. Nenhum debate sobre questões LGBT fez parte da programação. Esses dados falam por si só, nem precisarei comentá-los.

No grande dia da marcha oficial, que em 2014 foi realizada, pela primeira vez, no trajeto Atocha – Colón (antes sempre ocorria na Gran Via, área mais central e perto do bairro Chueca, reduto gay), quase dois milhões de pessoas acompanharam o evento. Após um longo trecho em que as organizações LGBT, e partidos políticos, e demais coletivos da sociedade civil marchavam, começava o grande desfile das chamadas "carroças", espécies de pequenos ou grandes trios elétricos improvisados para eventos como esses. Cerca de 50 deles estiveram presentes em 2014, a maioria de casas noturnas LGBT, festas temáticas da própria parada e outras grandes marcas mais consumidas pelo público gay. Não conheço nenhuma parada no Brasil que se assemelha com a de Madri, pelo seu aspecto mercadológico, presença de marcas importantes e pela inexistência de debate político nos dias que a antecedem.

Nas entrevistas, perguntei para ativistas do movimento LGBT o que eles e elas pensam das críticas ao orgulho oficial. Beatriz Gimeno e Esperanza Monteiro, como era previsível, por integrarem coletivos que organizam a marcha, discordaram das críticas. Eis os depoimentos:

> Eu sou partidária das marchas, ainda mais na Espanha, onde existem críticas que não são realistas. Há muita má intenção quando se diz que a marcha é comercial, isso não é verdade, qualquer um que vá pode ver isso. Nos custa muito defender uma marcha política por causa das pressões de empresários e nós temos mantido a parte política. Por isso me dá muita raiva quando nos criticam neste sentido. Há uma primeira parte da marcha, tanto o cartaz de cabeceira como os primeiros quilômetros, que são só de associações sociais LGBT, militantes, ativistas, não há nada a ver com marcas, com carroças. O manifesto que se lê ao final é puramente político. Quando passa toda a parte política há o espaço das carroças. Não podemos e nem queremos evitar que venham carroças, cada um vá como queira, assim como cada um pode ir vestido do jeito que quer. As carroças não têm nada a ver com a organização da marcha. É uma marcha muito política, muito mais do que outras da Europa, onde só há festa. Sempre temos um tema geral. Ano passado foi educação, esse ano

é sobre a situação de LGBTs em países homofóbicos, vamos convidar ativistas da África. É a maior manifestação que há em Madri e o fato de que podemos colocar mais de um milhão de pessoas nas ruas já foi uma questão colocada frente à possibilidade de retirarem os nossos direitos. Lembre que Aznar estava pressionando para acabar com o matrimônio. Nunca tudo está assegurado. (Gimeno)

Esperanza Monteiro, do COGAM, responde às críticas e faz uma interessante ponderação sobre a mensagem deixada pelas marcas:

O orgulho segue sendo uma manifestação, com um lema comum, com um manifesto, com representantes políticos, com cerca de 50 organizações se manifestando. Não é certo que isso seja considerado algo exclusivamente comercial. O que é certo é que existem marcas na marcha, marcas que visibilizam o que é ser gay, e aí voltamos de novo ao gay branco, bonito, de alto poder aquisitivo, universitário, musculoso, que não é representativo de quem nós somos enquanto LGBT, porque somos muitas outras pessoas mais. Mas a realidade é que a manifestação não cai por causa disso. Se não existissem as carroças, muitas pessoas não iriam às ruas. Parte do êxito da manifestação é que, além de manifestarem-se, as pessoas querem passar bem. Esse componente festivo não impende o componente político.

E outra coisa interessante é que o fato das marcas estarem aí não é negativo, porque há 15 anos não havia uma marca, era impensável que uma marca estivesse apoiando algum direito LGBT. É claro que vivemos em uma lógica neoliberal e que as marcas pretendem se apropriar da causa e passar uma certa representação de gay, e em relação a isso devemos estar atentas. Quem sabe não seja melhor maneira, mas essa foi a que encontramos. E estamos sempre muito alertas para que não se converta apenas a um 'bem-vindos a Madri', que a faixa de cabeceira tenha um conteúdo reivindicativo.

O tema da marcha se decide no conselho federal da Federação LGBT, depois de um processo prévio de debate.

Miguel Rodríguez, que não integra a organização da marcha em Madri, mas participa dela junto com a militância da Fundação Triângulo, faz a sua leitura sobre a parada da capital:

Não organizamos em Madri, mas participamos da organização em Extremadura, Valladolid e Andaluzia. Aqui nós vamos, com nossos cartazes, mas não organizamos nada, eles tampouco deixariam. Teoricamente se decidem as coisas da marcha de Madri nos encontros anuais LGBT, mas desde o nosso ponto de vista, esses são encontros totalmente manipulados pela própria Federação. Nós temos seis sedes e temos apenas um voto nesses encontros, e por isso simplesmente não participamos mais. Há uma discussão ampla sobre o que está passando no Orgulho, se é um negócio, se se cobra dos empresários para colocar as carroças. Nós vamos na parte das organizações políticas e não nos cobram nada. Parece que a associação dos empresários manda mais no Orgulho que o COGAM e a Federação, mas eles sabem o que fazem, nisso eu não me meto.

Outro aspecto que diferencia o movimento LGBT do ativismo *queer* em Madri tem relação com o espaço concedido às pautas de pessoas migrantes. Letícia Rojas Miranda, além de ativista do Migrantes Transgressorxs, está fazendo uma tese de doutorado sobre o tema na Universidade Complutense de Madri. Em seu texto de qualificação, ainda não publicado, ela argumenta como a questão das migrantes é praticamente inexistente no movimento LGBT e de como o seu coletivo começou a incluir esse tema no orgulho crítico e em outros eventos mais sintonizados com uma perspectiva *queer*.

Letícia Rojas é uma equatoriana com longa história no movimento, iniciada em Quito, primeiramente em um ativismo mais ligado com as comunidades eclesiais de base e, anos mais tarde, no início dos anos 2000, ajudou a criar a Fundação Causana. Ao chegar em Madri, em 2008, Letícia conta que estava farta do ativismo e ficou um ano sem se envolver com coletivos, mas ainda assim foi conhecer o trabalho do COGAM e da Fundação Triângulo. Depois de passar pelos grupos mais institucionalizados, começou a frequentar os mais alternativos, como a Eskalera Karacola.

Criamos as Migrantes Transgressorxs depois de nos darmos conta que, se por um lado nos movimentos alternativos estávamos mais aceitos, éramos invisibilizados ao mesmo tempo, inclusive nossos amigos, mas quando falavam, não tratavam de nossas realidades.

Então criamos algo nosso, em início de 2010, eu e Alex criamos as Migrantes.

O objetivo é basicamente visibilizar os temas das pessoas trans e lésbicas migrantes e suas condições de vida, que são de outros tipos de culturas. Basicamente, dizemos que as pessoas migrantes existem e que não temos uma cultura basicamente como ex-colônia. E visibilizar nossas existências dentro dos grupos alternativos nos custou muito. Havia um silêncio no início, sobretudo no marco da lei de estrangeria. Por exemplo, quando discutíamos quem ia pedir autorização da polícia para a manifestação de 28 de julho, nem passava pela cabeça de alguns que nós migrantes não tínhamos papéis. As nossas realidades estavam escondidas, desconhecidas, apesar de que convivíamos com eles diariamente. O tema dos papéis era muito distante da realidade, inclusive desses coletivos *queer*.

Por outro lado, eu e Cristina, que também vínhamos da academia, também dissemos que devemos fazer alguma reflexão em torno do colonialismo, não no sentido de ser anticolonial, mas para desestruturar o colonialismo, e que isso tem que estar enunciado dentro do nosso discurso.

Em 2009, o orgulho crítico teve como tema a realidade das pessoas migrantes. Mas Letícia pensa que, depois disso, o tema voltou a cair no ostracismo, inclusive no ativismo não normativo. Por que, perguntei.

Com o crescimento da crise na Espanha, outros temas passaram a ser mais importantes. Para nós, como migrantes, neste momento, na comissão Transmaricabollo, o tema da migração está mais vinculado com a questão do trabalho doméstico, bem menos das trabalhadoras sexuais. Isso, por um lado. Por outro, apesar do tema estar na manifestação do orgulho crítico, houve pouca reflexão e se optou naquele momento pelo tema, porque foi no período de mudança da lei de estrangeiros. Agora começa a ter mais força de novo, porque o ativismo não normativo se fragmentou internamente e começamos a nos articular com novas pessoas.

Nos últimos anos, Letícia percebe que os coletivos do movimento LGBT se manifestaram a favor das pessoas migrantes quando da

reforma sanitária realizada pelo novo governo do PP, que passou a restringir o acesso à saúde para migrantes chamados "sem papéis". "*Foi apenas um pronunciamento em alguns momentos, porque isso os interessava em relação às questões de saúde, de HIV/Aids, de trabalhadores/as sexuais. Não percebi se fizeram algo a mais do que isso. A Fundação Triângulo é a que mais está perto das questões de migrantes*".

Durante a programação do orgulho crítico de 2014, as Migrantes Transgressorxs realizaram um debate, no dia 30 de junho, na sede da Eskalera Karakola, sobre os chamados Centros de Internamento de Estrangeiros. Existem oito deles na Espanha. O governo envia para esses locais as pessoas migrantes que são flagradas "sem papéis", ou seja, não possuem a autorização oficial para viver no país. Migrantes podem permanecer presas nesses centros por até 60 dias.

Transmaricabollo

A Assembleia Transmaricabollo del Sol foi criada a partir do efervescente Movimento Sol 15M, conhecido assim a partir do acampamento que durou três semanas na Porta do Sol, área central de Madri, após uma sequência de manifestações que tiveram como ponto alto as realizadas no dia 15 de maio de 2011 e dias subsequentes. O 15M teve a capacidade de reunir uma série de pequenos coletivos e pessoas dispersas que estavam, e ainda estão, indignadas com a situação política, social, econômica e cultural do país. Tendo sua gênese em assembleias, o movimento foi criando várias assembleias, como feminismos del sol, habitação, trabalho etc.

Quando as movimentações do 15M iniciaram, Mónica Redondo Vergara (também conhecida como Monik Round), uma ativista que já na infância iniciou seu ativismo no Partido Comunista, depois no movimento estudantil, no feminismo, no feminismo lésbico e no ativismo *queer* (neste último fez parte da Eskalera Karacola, Las Goudous, Las Walkirias, do fazine Bollus Vivendi e do Grupo de Trabalho *Queer*, o GTQ), lançou uma chamada nas redes sociais para a criação

da Assembleia Transmaricabollo del Sol 15M no interior do acampamento da Porta do Sol.

Mónica conta que com o fim do GTQ, que foi responsável por unir uma série de pessoas estudiosas e ativistas *queer* da Espanha, houve um período sem muito ativismo *queer* em Madri. Foi quando ela resolveu montar um pequeno coletivo de lésbicas que adoram andar de bicicleta, o Ciclobollos, que passou a dialogar com coletivos ecológicos.

> Nos metemos numa organização de ecologia e aí também fizemos um trabalho de educação pelo respeito às lésbicas. O Ciclobollos participava dos orgulhos alternativos, que para mim começam a ser alternativos a partir de 2003, e, depois, com as redes sociais, teve muita repercussão, em especial no Facebook. E desde aí eu comecei a lançar convocatórias, antes do 15 M, para a unidade de ação, que é o que eu queria. Convocava as multidões *queer*, num sentido muito de Preciado. Isso antes do 15M, quando já existiam umas redes muito potentes, mas muito atomizadas. O bonito do 15M foi o fato de juntar isso. Antes do 15M existiam várias micro manifestações e as pessoas comentavam muito que era necessário unir tudo, não era possível mais desperdiçar a energia. Eu fiz pelo Ciclobollos uma chamada para a criação da Transma no 15M.

No acampamento na Porta do Sol, Mónica conta que logo surgiu uma tenda com o cartaz do Feminismos del Sol, mas ela diz ter preferido manter a convocação para criar a Transma.

> Não me apetecia estar negociando se as putas têm direitos, quem é mulher ou não, eu já estou velha para isso. Havia esse caldo de criar a Transma. Não fui eu sozinha, evidentemente, tenho a sorte de ter tido a vontade e ter feito a primeira chamada, que gerou também choques com alguma parte do Feminismos del Sol.

O acampamento da Porta do Sol terminou, mas uma série de coletivos que ali se aglutinaram continua em ação. Inclusive um partido político, o Podemos, foi criado a partir dessas manifestações e

desponta como uma nova força política na Espanha,[111] que há muitos anos praticamente vive em um bipartidarismo (entre PP e PSOE). A Assembleia Transmaricabollo del Sol continua na ativa, embora as suas assembleias também tenham diminuído em frequência. Mónica conta que no início cerca de 40 pessoas participavam em cada encontro. Após uma série de desavenças, o grupo diminuiu, mas mantém a regularidade de suas reuniões semanais, participa ativamente das atividades das edições do orgulho crítico e, sempre que possível, as pessoas que o integram estão nas ruas protestando por alguma causa que pode ou não ter relação direta com sexualidades e gêneros.

> É importante que a Transma esteja sempre curto-circuitando as lutas do 15M e de outras lutas também. E as pessoas não entendem porque estamos aí, e quando veem que usamos a nossa ironia, o nosso sarcasmo e linguagem, alguns aceitam muito bem e outros muito mal, como se isso não fosse sério e que ali não coubessem mariconas. A imprensa de direita tentou desqualificar o 15M através da Transma, diziam que nós éramos o pout pourri sexual, e aí nós, ao estilo *queer*, começamos a reivindicar o pupuri sexual com o qual nos tinham tachado. Então algumas pessoas do 15M se deram conta do absurdo e passaram a nos apoiar um pouco mais. Mas para o meu gosto o 15M está muito educadinho. Quando nós vamos eles já sabem que precisam ter cuidado com a linguagem, para que ela seja mais inclusiva. Mas quando vamos às manifestações da esquerda mais tradicional, como o 1º de maio, aí já existe mais tensão, pois aparecem as frases: 'com esse governo estamos por el culo'. Aí nos respondemos: 'prazer anal contra o capital'. Eles dizem: 'os governantes são uns filhos da puta'. E nós: 'as putas insistem: os políticos não são nossos filhos'.

Na curta história da Transma, Mónica destaca um momento especial: os protestos e performances realizados pelo coletivo durante a vinda, ou melhor, na "invasão do Papa Bento XVI a Madri", em agosto de 2011.

---

111 Em pesquisas realizadas em agosto de 2014, o Podemos figurava como terceira força política da Espanha. Ler <http://politica.elpais.com/politica/2014/08/09/actualidad/1407608652_565363.html>. Acesso em: 10 set. 2014. Em maio de 2015, o partido conseguiu conquistar a prefeitura de Madri.

As campanhas de resistência contra a invasão do papa foi um trabalho boníssimo. Havia muita gente na Transma sem descansar. Fizemos várias performances, nos beijamos na frente do papa, a polícia nos deteve, nos escoltaram e largaram na Chueca, como se esse fosse nosso espaço natural! Foi muito humilhante. Como cidadã de Madri eu fiquei alucinada. Esse homem, um alemão que era chefe de um país que está dentro de um marco geográfico italiano, vem aqui e nos invade e sou eu que não posso ir à rua e beijar quem eu quero? Isso é muito forte. Nós pensamos em denunciar o caso, mas depois tivemos medo, porque havia pessoas migrantes, sem papéis, que seriam muito prejudicadas.

Fizemos uma canção inspirada no filme Bienvenido, Mister Marshall, de Luis García Berlanga [que criticava a invasão americana na Europa]. Também fizemos uma performance no Sol e começamos a cantar e dançar, e algumas pessoas que não entendiam espanhol, que estavam na cidade por causa do papa, começaram a cantar com a gente, e no momento do beijo elas ficaram escandalizados e saíram correndo.

Fizemos a mesma manifestação contra Merkel [Ângela Merkel, primeira-ministra da Alemanha] quando ela veio, com pequenas mudanças na letra da música, pela qual já éramos conhecidas.

O que caracteriza a Transma é a sua organização através de assembleias, a organização de eventos e debates e o ativismo direto nas ruas.

Eu vinha desses outros grupos e eu queria ser ativista com minhas amigas bolleras, maricas e trans, que somos os grandes prejudicados dessa política neoliberal, que começa bem antes do 15M. Então me parecia fundamental que nós fôssemos as protagonistas de nossa própria luta, como se diz no âmbito marxista. Ainda que fôssemos quatro gatos, mas fomos ao hospital protestar contra a política de sanidade do governo, em educação, em cultura, na repressão aos temas da habitação, em todos os temas que estão nos deixando sem forças, pois aí temos que estar, é aí que é fundamental que nos vejam.

Aqui se pensa que nos deram tudo de presente com o tema do matrimônio. Na Europa se pensa que esse foi um presente da social-

-democracia. E isso não é verdade, pois essa foi uma conquista fruto de uma luta LGBT e de uma luta *queer* muito potente que exigia certos direitos.

Mas a rua é a chave de nossa diferença em relação aos outros grupos *queer* e LGBT, ou melhor, com grupos *queer*. Há momentos em que grupos LGBT, como o COGAM, têm saído à rua muito mais que certos grupos *queer*, que eu acho que deveriam sair mais às ruas e deixar de fazer coisas só internas.

Às críticas ao excessivo assembleísmo presente em grupos como a Transma, feitas por quem considera que essa forma de gerir os coletivos é pouco produtiva, Mónica responde assim:

> Essa crítica não se sustenta, vem de uma política tradicional, com muito medo da perspectiva libertária que há nessa proposta. Eu venho desse velho feminismo e sei como eles pensam, mas veja o resultado do 15M, é um movimento extraordinário. Tem feito a formação política de muita gente que está saindo às ruas em muito maior número e com muito mais êxito que a esquerda tradicional.

Apesar de terem organizado uma série de atividades do orgulho crítico e conseguido levar mais de mil pessoas no protesto ocorrido no dia 28 de junho de 2014 pelas ruas de Madri, o ativismo *queer* na cidade, na leitura de Letícia Rojas Miranda, passa por momentos delicados.

> Eu hoje o vejo um pouco 'destrebujado'. Muitas ações e coletivos foram gerados a partir dos estudos de Preciado, Butler e de todo esse grupo de estudos *queer* que se organizou no ano de 2002/2003 [o GTQ]. Essas pessoas continuam fazendo algumas coisas juntas, mas eu as percebo como uma elite *queer*, a elite acadêmica. No ativismo, muitas pessoas deixaram o *queer* por ser uma proposta acadêmica que pode ajudar nas reflexões, mas, para elas, está muito longe de suas realidades concretas. Por outro lado, há gente que se denomina *queer* e ao mesmo tempo tem muitos questionamentos. Assume o *queer* como essa dissidência sexual, para chamá-lo de alguma maneira. Há uns que adotam a etiqueta do *queer* e outros não. Mas dentro de suas práticas estão muito mescladas dentro dos grupos alternativos.

> Por outro lado, no meio disso existe a tensão com o feminismo, sobretudo os coletivos alternativos feministas que estão com uma agenda muito radical, lésbico feminista, que miram o *queer* com um certo receio, sobretudo com relação ao tema da desconstrução das identidades. E com o temor, muito mais um temor do que uma realidade, de parte de alguns movimentos lésbicos, de mirar a transexualidade, sobretudo a masculina, como uma falta de questionamento às lógicas patriarcais, machistas. Houve um conflito recente sobre isso. Dentro das desconstruções das identidades, quando você se diz transmasculino, desde este feminismo, se faz uma leitura, de minha maneira errônea, de que o ser masculino faz com que você traga todos os paradigmas patriarcais. E que o trânsito para o lado masculino gera certos privilégios porque você não transita até a feminilidade.

Apesar disso, Letícia avalia positivamente a realização do orgulho crítico de 2014. Ela apenas destaca que não entende por que ainda é necessário discutir se a manifestação deve ocorrer dentro ou fora da marcha oficial.

> Não sei por que esse segue sendo um debate tão atual. A mim me parece que ambos são positivos, dentro de distintas perspectivas, mas que ainda se dá muita tela a isso, não sei por que. O orgulho oficial não vai querer incorporar as nossas questões, isso para mim está cada vez mais claríssimo.

E qual o futuro do ativismo *queer* da Espanha? Mónica é bastante otimista.

> Eu tenho a esperança de que o caminho aberto pela Transma dê frutos, eu creio que está começando a funcionar. Estamos já há mais de três anos do 15M e a maioria dele já está 'em bravas', como se diz por aqui, está fatal. Muita gente está cansada e está indo para o Podemos. E a Transma continua, novas pessoas chegam, mesmo com todos os problemas que passamos no princípio. Temos muita vontade de fazer coisas, mesmo depois de termos vivido um boicote, pois ano passado organizamos sozinhos o orgulho e começaram a dizer que estávamos querendo monopolizar tudo. Estupidezes várias.
>
> Esse ano eu não participei das assembleias de plataforma do orgulho, mas eu percebo que o modelo de assembleias está contaminando to-

dos os demais coletivos e espaços *queer*. Eu penso que o movimento *queer* está amadurecendo, a dissenção inicial entre as meninas que não queriam sair às ruas como transmaricabollos e, por outro lado, esses outros coletivos que não queriam sair às ruas, com essa plataforma que gerou o orgulho, com gente mais jovem, que estão enfrentando alguns dinossauros e começando a crescer.

Quero pensar que em Madri seja gerada outra assembleia Transmaricabollo. Esse ano já se criou um outro grupo que se chama Patio Trasero. Eu gostaria que tivesse cinco assembleias, há espaços para todos. Isso em Madri, porque em Barcelona está havendo uma pequena revolução *queer* de alguns coletivos com um discurso muito interessante contra a perseguição às zonas de cruising, [a favor] das putas e [contra] a morte do empresário gay Juan Andrés Benítez, que morreu nas mãos dos Mossos d'Esquadra.[112]

Letícia e Mónica concordam que é possível pensar em três tipos de grupos de ativismo *queer* na Espanha: um mais acadêmico, que realiza pesquisas, publica livros e desenvolve ações em universidades e também em instituições como o Museu Reina Sofia; outro é mais focado no ativismo de rua e nas ações em casas ocupadas e sedes de ONGs; e um terceiro que é mais focado na produção de performances, cursos e vídeos de pós-pornografia. No entanto, esses três grupos não são puros, pois um integrante pode estar na academia e ao mesmo tempo fazer parte de um coletivo de rua. A diferença está mais no foco, naquilo que é priorizado por cada um dos coletivos. A seguir, então, tratarei sobre alguns títulos da produção intelectual *queer*, os tensionamentos que existem também entre as pessoas que realizaram e realizam essas produções, até chegar aos coletivos de pós-pornografia, que não serão analisados detidamente nesta pesquisa.[113]

---

112 O empresário morreu em outubro de 2013 em circunstâncias ainda não esclarecidas. Ver <http://juanAndrésbenitez.wordpress.com/> e <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/05/19/catalunya/1400524076_226775.html> Acesso em: 10 set. 2014.

113 Nesta pesquisa, para minimamente dar conta dos coletivos de pós-pornografia seria necessário ampliar significativamente o período da pesquisa de campo, com estadia em várias

O ativismo dos estudos queer

Como eu já disse na parte inicial deste livro, na Espanha, um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento dos estudos *queer* e também do ativismo foi o trabalho desenvolvido no Grupo de Trabalho *Queer* (GTQ), criado a partir das Jornadas de Gênero realizadas em Sevilla, em 2003. Um dos propósitos era reunir uma série de pessoas que estavam dispersas e que já tinham participado de coletivos de ativismos *queer*, como o Lesbianas Sin Duda (LSD) e o Radical Gai, entre outros, para divulgar e traduzir textos "clássicos", produzir novos estudos *queer* na Espanha e realizar cursos e debates de formação.

No entanto, mesmo antes do GTQ já existia uma produção intelectual *queer* muito potente realizada, inclusive, pelos integrantes dos coletivos anteriores. Laurentino Vélez-Pelligrini realizou uma análise sobre a produção dos estudos *queer* na Espanha e destaca, nesse sentido, a importância das obras de Ricardo Llamas, que participou da Radical Gai, publicou livros como *Teoría torcida* (Madrid, Siglo XXI, 1998) e organizou *Construyendo Sidentidades* (Madrid: Siglo XXI, 1995).

> Ainda que *Construyendo Sidentidades* tenha sido um trabalho individual, não cabe dúvida de que se converteu em um referente coletivo para os ativistas *queer*, sobretudo porque foi alçado de uma só vez em texto acadêmico e político que não pode ser dissociado da efêmera mas intensa vida de A Radical Gai. (VÉLEZ-PELLIGRINI, 2011, p. 38)

Outra produção destacada por Laurentino Vélez-Pelligrini é a de Francisco J. Vidarte, mais conhecido como Paco Vidarte. Infelizmente, Vidarte morreu com apenas 37 anos, em 2008, vítima da Aids. Pessoa muito próxima de Javier Sáez, Paco escreveu uma tese de doutorado sobre Derrida e publicou, em conjunto com Llamas, os

---

cidades, em especial em Barcelona, o que não foi possível naquele momento. Além disso, percebi que seria necessário fazer uma grande incursão no tema, o que certamente valeria a produção de outra pesquisa e livro.

livros *Homografías* (Madrid: Espasa-Calpe, 1998) e *Extravíos*. (Madrid: Espasa-Calpe, 2001) Sobre esses dois textos, Laurentino diz que

> [...] se converteram em uma denúncia, por um lado da hipócrita correção política que se havia imposto na sociedade espanhola em relação ao coletivo LGBT e, por outro, da constante condescendência e 'respeitabilidade' que ficava à mostra em uma onipresente homocracia diante da nefasta influência do *petitismo* na Catalunha e do *zerolismo* em Madri. (VÉLEZ-PELLIGRINI, 2011, p. 59, grifo do autor)[114]

Em 2007, pouco antes de sua morte, Vidarte (2007) publicou outro livro importante para o *queer* na Espanha, chamado *Ética marica – proclamas libertarias para una militância LGTBQ*.

Antes da existência do GTQ, diversos ativistas e coletivos publicavam textos dos estudos *queer* em fanzines. Foi neles que muitas pessoas passaram a ter acesso ao pensamento de pessoas como Judith Butler, Monique Wittig, Adrienne Rich, Guy Hocquenghem e outras.[115] Outro local de publicação e produção dos estudos *queer*, antes da existência do GTQ, é o site *Hartza* (www.hartza.com), que permanece online e foi criado em 1995 por Javier Sáez, e a revista *Reverso*, criada no início dos anos 2000 por iniciativa de Jaime de Val, ex-ativista do COGAM, escritor e artista que era muito próximo de Preciado, com quem rompeu relações e hoje está mais dedicado à dança. Além de Preciado, a revista também contava com a colaboração de Fefa Vila, Vidarte e Llamas. Laurentino é quem conta sobre os *babados, gritarias e confusões* em relação à *Reverso*, tanto com o movimento LGBT e entre os próprios *queer*.

> [...] o espírito crítico de Jaime de Val vai gerar suas próprias tensões com o COGAM e no definitivo distanciamento do

114 Quando o autor fala de "petitismo", está se referindo ao histórico militante LGBT da Catalunha, Jordi Petit. Já o "zerolismo" faz referência ao militante gay Pedro Zerolo, que era deputado da província de Madri pelo PSOE e morreu no dia 9 de junho de 2015, vítima de um câncer no pâncreas.

115 Alguns desses fanzines podem ser lidos em <http://distribuidorapeligrosidadsocial.wordpress.com/2011/11/28/material-autoeditado/>. Acesso em: 10 jun. 2014.

> fundador da Reverso com este ator político, [...] terminando por converter-se em persona non grata no COGAM, sobretudo pela agudeza com que pôs em questão o clientelismo que os setores *assimilacionistas* começavam a estabelecer com os principais partidos da esquerda parlamentar, PSOE e Esquerda Unida. [...] Reverso foi de alguma maneira uma resposta a outras publicações de reflexão teórica com marcada tendência *assimilacionista* e anti-identitarista como Orientaciones; revista vinculada à Fundação Triângulo [...] Reverso será fustigada pelas disputas sobre a orientação da revista entre Jaime de Val e o núcleo *queer* constituído por Paco Vidarte, Ricardo Llamas e Beatriz Preciado. (VÉLEZ-PELLIGRINI, 2011, p. 54-55, grifo do autor)

Em 2005, o GTQ lançou o seu primeiro livro coletivo, com textos de seus integrantes e também traduções de artigos. O título *El eje del mal es heterossexual*[116] faz referência à carta de guerra, de 29 de janeiro de 2002, em que o presidente dos EUA, George W. Bush, pronunciou a frase "O eixo do mal" para se referir a países como Coreia do Norte, Irã e Iraque. Até hoje o título do livro é usado como slogan em manifestações como as do orgulho crítico. O livro abre com uma apresentação, escrita por Carmen Romero Bachiller, Silvia García Dauder e Carlos Bargueiras Martínez, em que estão explicadas as bases teóricas da obra e de como ela foi criada. Em seguida, doze textos, como o de Gracia Trujillo Barbadillo, sobre a história dos coletivos *queer* na Espanha, e Fefa Vila e Sejo Carrascosa, que tratam mais especificamente das ações dos grupos Lesbianas Sin Duda e Radical Gai, dos quais fizeram parte, em especial no combate ao HIV/Aids.

O GTQ organizou os primeiros cursos de introdução à teoria *queer* da Espanha, na Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED) de Madri, de 2003 a 2005, que é tido como um marco para a difusão e proliferação dos estudos e ativismo *queer* no país. A partir desse curso, foi lançado em 2007, o livro *Teoria queer – políticas*

---

116 Livro pode ser lido em <http://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/El%20eje%20del%20mal-TdS.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

bolleras, maricas, trans, mestizas, organizado por David Córdoba, Javier Sáez e Paco Vidarte, referência para muitas pessoas na Espanha e também em outros países, como o Brasil. Laurentino Vélez-Pelligrini (2011, p. 164) entende que esse livro selou uma divisão, já em curso há anos, entre pessoas ligadas aos estudos *queer* e outras mais ligadas a uma perspectiva construcionista, como Oscar Guasch[117] e Olga Viñuales.

O livro *Teoria queer – políticas bolleras, maricas, trans, mestizas* conta com textos fundamentais para entender a história do surgimento dos estudos *queer* e seus impactos na Espanha. Nele há um texto de Preciado (2007), que naquela época já era uma figura conhecida no país em função da publicação do libro *Manifiesto contra-sexual*, lançado em 2002. Nos anos seguintes, Preciado (2008, 2010) se tornou a intelectual *queer* mais famosa da Espanha, através dos seus livros *Testo yonqui* e *Pornotopía – arquitectura y sexualidad en Playboy durante la Guerra Fría*, por seu apelo midiático, incansáveis palestras em vários países e cursos promovidos em museus de Madri e Barcelona.

Preciado, no início bem próximo das pessoas do GTQ, irá romper relações com parte dos integrantes do grupo depois que Javier Sáez publicou o texto *El amor es heterosexual* no site *Hartza*. Sáez tinha acabado de participar de um evento promovido por Preciado em Barcelona, com a presença das ativistas Elizabeth Stephens e Annie Sprinkle, expoentes da pós-pornografia. Sáez diz no texto que ficou intrigado como um encontro *queer* tenha exaltado tanto "o casal e o amor".

> Elizabeth Stephens e Annie Sprinkle começaram nos contando seus estupendos trabalhos no terreno do post pornô, mas a intervenção foi derivando até uma narrativa sobre seu enamoramento e sobre suas diversas bodas em

117 Autor de vários livros, a exemplo de *Sexualidades. Divesidad y control social* (Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2003), escrito junto com Olga Viñuales, que publicou sozinha *Identidades lésbicas* (Barcelona, Ediciones Bellaterra, 1999).

diferentes cores ‘celebrando o amor’; o casal gay Massimo e Pierce, Black Sun Productions, nos contaram como ‘se enamoraram’ rodando seu primeiro pornô. Maria Llopis nos contou que ‘agora tem um noivo e quem sabe se case e tenha um filho’. Annie Sprinkle dedicou sua intervenção a ‘esse casal maravilhoso: Beatriz e Virginie’. Parte do público se desfazia ante tanto romanticismo, ternura, felicidade e Love Power. Outra parte do público se perguntava que fazíamos exaltando o casal e o matrimônio em um encontro presumivelmente feminista, punk e *queer*.

Tudo isso me deu o que pensar. Me pergunto se a retórica do amor não é senão outro discurso e outra prática mais que temos adotado do regime heterossexual. Em todo caso, é um discurso totalmente inofensivo e domesticado, algo que não molesta em absoluto o sistema patriarcal e homofóbico. Pelo contrário, os bollos, as maricas e inclusive os trans são muito melhor digeridos e aceitados quando têm companheiros (‘que meninos mais saudáveis, já não são promíscuos’) e sobretudo quando proclamam ‘seu amor’ (‘olha que boas pessoas; são como nós’). Como dizia Foucault, o que incomoda ao poder não são as relações homossexuais, mas a amizade (http://www.hartza.com/fuckault.htm). Ou seja, a possibilidade de criar redes de amigos, apoios, afetos, solidaridades, difíceis de localizar, que escapam ao controle social e que vão mais além do modelo binário individualista ou liberal: ‘casal-amor-matrimônio’.

Minha impressão é que o amor segue sendo o último bastião que ninguém se atreve a franquear, a questionar. Se coloca como algo universal, ahistórico, intrinsecamente bom, humano, positivo. Mas talvez não há um amor no singular, não há um amor sem história, não há amor sem relações de poder, de classe e de raça, talvez se possa viver

> sem amor. Talvez 'o amor' é mais complexo do que supomos. (SÁEZ, [201-?])[118]

Em seguida, Preciado enviou uma carta para lamentar e responder o texto de Sáez. Inicialmente ela fala sobre problemas pessoais pelos quais passaram algumas pessoas citadas, como doenças, e, por fim, diz:

> [...] o que senti em teu texto é que nos trata como bobos: como se eu não soubera da crítica que Foucault e Butler podem fazer às estruturas normativas em torno das que se constrói a noção heterocentrada de amor. Mas não te esqueças que Foucault tinha Daniel e que Butler está casada com Wendy e tem um filho com ela. O que é que tanto te incomoda? Por acaso com a cultura feminista e *queer* não podemos transformar o amor, o casal e a filiação como temos transformado a masculinidade, a feminidade ou o sexo? Há que sobreviver e nossas vidas, tu o sabes tão bem como eu, são frágeis. E já basta dessa equação heterossexual = mal, é demasiado fácil. Como se nós não tivéssemos que aprender a nos relacionar, a amar, como se inventar novas formas de afeição fosse tão simples. Também percebi no texto uma certa forma de vigilância: quais são as relações que merecem a etiqueta de políticas e as que não, de *queer* ou não. (PRECIADO, 201-?)

Após a carta de Preciado, seguem outras cartas de Virginie Despentes, ex-companheira de Preciado e autora de *Teoria King Kong* (2007), de Sejo Carrascosa, velho amigo de Sáez, e de Marcelo Soto, ex-marido de Sáez. Fiz questão de dar algum destaque para esse caso para demonstrar não os seus aspectos mais pessoais, brigas de egos ou outras coisas do tipo, que a este estudo não interessam. O objetivo é extrair dele alguma diferença conceitual no interior dos estudos *queer* e evidenciar, mais uma vez, que não podemos considerar esses estudos como um bloco homogêneo, como muitas vezes eles são tratados. Além disso, casos como esses evidenciam como são complica-

---

118 Todas as cartas podem ser lidas em http://www.hartza.com/amorhetero.htm Acesso: 10 out. 2014

das as relações entre ativistas, sejam elas dentro do movimento LGBT institucionalizado ou do ativismo *queer*.

Outro trabalho muito importante realizado por integrantes do GTQ foi a tradução de livros importantes dos estudos *queer* para o espanhol, a exemplo de Monique Wittig (2006), Judith Butler (2004), Jack Halberstam (2008) e, mais recentemente, Lee Edelman (2014).

Os ativistas Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2011), que integraram o GTQ, continuam produzindo na área. Em um dos livros mais recentes, escrito por ambos, eles pensam na elaboração de políticas anais, políticas do cu.[119] Já na introdução do livro, eles dizem que a proposta é

> [...] ver o que o cu põe em jogo. Ver por que o sexo anal provoca tanto desprezo, tanto medo, tanta fascinação, tanta hipocrisia, tanto desejo, tanto ódio. E sobretudo revelar que essa vigilância de nossos traseiros não é uniforme: depende se o cu penetrado é branco ou negro, se é de uma mulher ou de um homem ou de um/a trans, se nesse ato se é ativo ou passivo, se é um cu penetrado por um vibrador, um pênis ou um punho, se o sujeito penetrado se sente orgulhoso ou envergonhado, se é penetrado com camisinha ou não, se é um cu rico ou pobre, se é católico ou muçulmano. É nessas variáveis onde veremos desdobrar-se a polícia do cu, e também é aí onde se articula a política do cu; é nessa rede onde o poder se exerce, e onde se constroem o ódio, o machismo, a homofobia e o racismo. (SÁEZ; CARRASCOSA, 2011, p. 13)

Além desses dois autores, uma série de outras pessoas espanholas tem se dedicado a pensar os estudos *queer* a partir da realidade local, sempre com forte preocupação com o ativismo político. Desta-

119 Não estou apostando todas as fichas nas chamadas "políticas do cu", ainda que elas possam ser muito instigantes e produtivas. Ao contrário do que pensa Preciado (2008, p. 60), não creio que o cu esteja livre das normas de gênero. No Brasil, em especial, o cu tem gênero, sim. Por isso, uma política do cu deveria, em primeiro lugar, retirar dele os marcadores de gênero.

co, por exemplo, os trabalhos de Preciado (2002, 2007, 2008, 2010 e 2011), García (2007), Bachiller (2007), Núñez (2007), Llamas (1998), Vélez-Pelligrini (2011), Briones (2013; 2014), Barbadillo (2008), Platero (2012) e Gil (2011).

Sem a pretensão de falar de todos os trabalhos e nem de analisá-los, o que pretendo fazer em outro momento, tratarei agora um pouco dessas obras. Preciado, o mais conhecido da lista tanto no Brasil quanto em outros países fora da Espanha, inicialmente ficou conhecido pelo lançamento de *Manifiesto contra-sexual*, no qual tenta estabelecer algunas bases para o ativismo *queer* e elabora suas primeiras críticas à teoria da performatividade, de Butler, que depois serão continuadas no texto oriundo do curso da UNED, *Cuerpo y discurso en la obra de Judith Butler: políticas de lo abyecto*, e posteriormente aprofundadas em *Testo yonqui*, lançado um ano depois. A principal crítica de Preciado, que também é feita por Halberstam (2008), é a de que Butler teria dado pouca importância ao corpo em sua teoria.

Já em *Manifiesto contra-sexual*, de 2002, em obra em que analisa os *dildos* (conhecidos no Brasil como "consolos"), já dizia que o gênero não é simplesmente performativo como quer, na leitura de Preciado, Butler. "O gênero é antes de tudo prostético, quer dizer, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico [...]. O gênero se parece ao dildo. Porque os dois passam da imitação." (PRECIADO, 2002, p. 25) Depois, em *Testo yonqui*, de 2008, volta a questionar a teoria de Butler através do seu estudo sobre o uso de hormônios e o poder da farmacologia sobre os nossos corpos.

Tenho muita dificuldade em concordar com as críticas de Preciado a Butler, em especial depois de ter lido o livro *Cuerpos que importan* (*Bodies that matter*), lançado três anos após a publicação de *Problemas de gênero*. Atenta às críticas, Butler inicia o livro da seguinte forma: "[...] existe alguma forma de vincular a materialidade do corpo com a performatividade do gênero?" Em um novo prefácio

para a tradução de *Problemas de gênero* em espanhol (*El género en disputa*), em 1999, Butler revela que dedicou grande parte dos últimos anos para esclarecer e revisar a teoria da performatividade, que ela própria também teria modificado "em resposta às críticas excelentes." (BUTLER, 2007, p. 16)

E como Butler responde à pergunta que abre *Cuerpos que importan*? Antes disso, destaco que não concordo com a crítica de que o corpo, ou a sua materialidade, não estava contemplado já nos primeiros textos de Butler sobre a performatividade de gênero. Em vários momentos, ela destaca que o resultado da performatividade passa a se inscrever "na superfície do corpo", de que o corpo passa a ser "marcado pelo performativo." (BUTLER, 2003, p. 194) No entanto, é claro, a discussão sobre a relação entre a materialidade dos corpos e a performatividade será feita com mais cuidado nessa obra seguinte, em boa medida, como ela mesmo diz, em função das críticas que recebeu. E o que, afinal, ela diz? Butler ataca as críticas dos dois blocos citados anteriormente e defende que

> [...] a performatividade deve ser compreendida não como um 'ato' singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. O que, eu espero, se tornará claro no que vem a seguir é que as normas regulatórias do 'sexo' trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2001, p. 154)

Butler começa então a fazer uma longa e complexa reflexão para argumentar que a materialidade dos corpos também, mas não só, é constituída de forma performativa. Entre outros aspectos, ela defende que os corpos são efeitos de uma dinâmica de poder, que a construção do sexo também é uma norma cultural que governa a materialidade dos corpos e que a heteronormatividade possibilita a existência de determinados corpos como humanizados e outros corpos

como abjetos, aqueles que não gozam do status de sujeito. Ou seja, assim como existem gêneros ininteligíveis, que não são reconhecidos como gêneros aceitos porque não se enquadram no padrão binário com o qual opera a heteronormatividade, também existem corpos que não são dignos de existir socialmente, são corpos não "apropriadamente generificados". (BUTLER, 2001, p. 161)

Butler faz uma crítica tanto às perspectivas essencialistas como às perspectivas construcionistas em relação ao corpo e ao gênero. Segundo ela, essa última perspectiva trabalha com a ideia de que houve um sexo anterior ao gênero. Butler sugere repensarmos a oposição entre sexo e gênero. O construcionismo, diz ela, ou pensa que a construção age de forma determinista ou pressupõe um sujeito que faz o seu gênero. Butler contesta essas duas conclusões, pois enfatiza como existem corpos que não se conformam e que não há um "eu" que se coloca antes de ser submetido ao processo de generificação. (BUTLER, 2001, p. 160)

Nos parece, no entanto, que a grande crítica que Butler faz aos construcionistas e, por tabela, também aos seus críticos, é a seguinte: se é possível defender que o sexo é em parte construído e em parte "natural", é preciso traçar a linha entre o que é e o que não é construído. Onde termina a natureza e começa a incidência da cultura sobre o corpo? Para Butler, quem tentar responder questões desse tipo, ao elaborar essas "fronteiras", vai produzi-las a partir de determinadas normas. "Esse processo de distinção terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois ele pode ser construído apenas através do apagamento; ele pode limitar uma coisa através da imposição de um certo critério, de um princípio de seletividade." (BUTLER, 2001, p. 165)

Em uma entrevista concedida três anos depois de *Bodies that matter*, Butler destaca que seu livro não pode ser lido como um trabalho que procura considerar a materialidade em termos construtivistas, mas que ela busca entender que,

> [...] assim como nenhuma materialidade anterior está acessível a não ser através do discurso, também o discurso não consegue captar aquela materialidade anterior; argumentar que o corpo é um referente evasivo não equivale a dizer que ele é apenas e sempre construído. De certa forma, significa exatamente argumentar que há um limite à construtividade, um lugar, por assim dizer, onde a construção necessariamente encontra esse limite. (BUTLER, 2002, p. 158)

De forma resumida, em *Cuerpos que importan* Butler tenta defender que: 1) os corpos são efeitos de uma dinâmica de poder; 2) a performatividade é um ato do poder reiterado do discurso; 3) a construção do sexo é uma norma da cultura que governa a materialidade dos corpos; 4) o "eu" que assume um sexo é formado por esse processo de assumir um sexo, que é desde sempre regulado; 5) o imperativo da heterossexualidade possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras, mecanismo através do qual produz os seres considerados abjetos, aqueles que não são propriamente generificados, humanizados, que não gozam do status de sujeitos. A política feminista e *queer*, defende Butler, pode promover a *des*identificação com essas normas regulatórias que materializam a diferença sexual. (BUTLER, 2001, p. 156)

Gostaria de chamar atenção de como os estudos que clamam por um "retorno ao corpo" podem flertar perigosamente com uma perspectiva essencialista que imaginava-se, pelo menos nos estudos da sexualidade, superada. Para Butler, a perspectiva construcionista trabalha com a ideia de que houve um sexo anterior ao gênero e ela evidencia como esse "sexo antes do gênero" já faz parte de uma construção. Enfatiza também que a "natureza" não é uma superfície passiva, uma página em branco e que não existe um "natural" antes da inteligibilidade.

Mas ela pergunta: se isso é verdade, afinal, o que sobra do sexo? Ele desaparece completamente? A resposta é não. "Isto não equivale a dizer que a materialidade dos corpos é simples e unicamente um efeito linguístico que possa reduzir-se a um conjunto de significan-

tes". (BUTLER, 2008, p. 57) A proposta é refletir sobre a indissolubilidade entre a materialidade e a significação, o que não é, diz ela, um assunto simples de ser tratado e estudado. E isso implica em uma série de questões que ela passa a enfrentar, tais como: como fica a "clássica associação" entre a feminilidade e o útero, a vagina e a reprodução? A vagina e o pênis não são marcas diferentes nos corpos, não dizem nada sobre a forma e formação desses corpos e dos seus gêneros? Como essas questões são pensadas por filósofos, feministas e psicanalistas?

A complexidade com que Butler trata dessas questões não deveria permitir aqui uma tentativa de simplificação. No entanto, ao ler um conjunto de textos em que ela trata dessas questões, é perceptível o quanto o seu propósito não é o de negar a materialidade dos corpos, mas de enfatizar como eles são materializados, quais as exclusões que inclusive os autores e ativistas produzem ao operar com a separação entre natureza x cultura, essencialismo x construcionismo, sexo x gênero, matéria/corpo x significação.

> O debate entre construcionismo e o essencialismo deixa assim de perceber totalmente a desconstrução, pois o argumento nunca foi o de que 'tudo é discursivamente construído'; esse argumento, quando e onde é levado, pertence a um tipo de monismo, ou linguisticismo discursivo, de uma violenta forclusão, da abjeção e de seu retorno perturbador no interior dos próprios termos da legitimidade discursiva. (BUTLER, 2001, p. 162)

Voltando para Preciado, outro texto importante de sua autoria é *Multidões queer*, escrito inicialmente em 2003 e publicado no Brasil em 2011. Nesse pequeno texto, defende que o ativismo *queer* da Europa (fala quase apenas do existente na França) difere do americano por causa da influência do anarquismo e de uma então emergente cultura transgênera. Ao final, convoca as multidões *queer* para juntas se oporem ao "Império Sexual".

Muito antes de Preciado, Ricardo Llamas (1998) publicou um texto pioneiro em que tenta dar um tom espanhol aos estudos *queer*. O livro chama-se *Teoría torcida. Prejuicios y discursos en torno de la homosexualidad.* Vélez-Pelligrini (2011, p. 23) considera essa obra como a fundadora da teoria *queer* espanhola.

> [...] o compromisso de Ricardo Llamas apareceu determinado por uma cadeia de influências intelectuais e de vínculos pessoais com outros ativistas fora do Estado espanhol que já haviam empreendido ações coletivas na luta contra a Aids e com as que se acabará imaginando a contrapartida em nosso país: a Radical Gai. Esta última constitui só um aspecto e etapa da trajetória pessoal, política e intelectual de Llamas, mas é determinante no intento de compreender sua dupla faceta como intelectual-teórico e ativista político e desde logo apreender as grandes linhas gerais de seu posicionamento frente à pandemia e os processos de reapropriação e politização dos corpos sacudidos por ela. (VÉLEZ-PELLIGRINI, 2011, p. 29)

Outro trabalho importante, já várias vezes citado aqui, é o livro de Gracia Trujillo Barbadillo (2008) sobre a participação das lésbicas tanto no movimento LGBT como no ativismo *queer* durante o período de 1977 a 2007. O interessante do trabalho de Gracia é que ela não apenas conta de forma muito detalhada a história desta trajetória, mas a analisa a partir dos estudos *queer* e também a partir do seu próprio ativismo *queer*, que já vem de longa data, pois ela foi uma das primeiras integrantes da Eskalera Karacola, passou por vários outros coletivos, inclusive o GTQ, e hoje integra a Assembleia Transmaricabollo del Sol. Ao final do seu livro, ela sintetiza como, ao longo do tempo, os coletivos *queer* trabalharam na Espanha.

> Em concreto, os grupos *queer*, longe da crítica que em muitas ocasiões se faz a este ativismo, tachando-o depreciativamente de 'acadêmico' e acusando-o de estar alijado da realidade de lésbicas, transexuais e gays, também tem uma agenda (se podemos denomina-la assim) bastante volumosa. E os pés na terra. A atividade destes coletivos, que são em sua maioria de lésbicas ou em que estas são protagonistas [...], é muito

> ampla: realizam ações, performances, organizam encontros, jornadas, festivais, conferências, cursos de drag king, produzem documentários, ocupam casas para desenvolver projetos autogestionados... Através de páginas na internet e blogs, difundem informação e fazem política em rede(s). Os e as ativistas *queer* fiscalizam os diferentes âmbitos do poder, debatem e se mobilizam nas ruas em torno de um conjunto de questões políticas como a crítica ao matrimônio, as limitações da Lei de Identidade de Gênero, a colaboração com os coletivos feministas na luta frente ao estigma e os maus tratos policiais às trabalhadoras do sexo e sua necessária e urgente regulação, a precariedade no trabalho, a moradia, a imigração, o fracasso na prevenção à Aids e na necessidade de pôr em marcha novas formas de proteção ante o contágio, a diversidade de práticas e papéis sexuais, plumas "masculinas" e "femininas", práticas pós-pornô, dildos e *arneses*, e um longo etc. (BARBADILLO, 2008, p. 247, 248)

Outro trabalho muito interessante sobre o ativismo *queer* na Espanha foi realizado por Silvia L. Gil (2011), em seu livro *Nuevos feminismos, sentidos comunes en la dispersión – una historia de trayectorias y rupturas en el Estado español*, publicado pela editora Traficantes de Sueños, que é também um fruto destes novos coletivos do movimento social feminista e/ou *queer*. Gil primeiro faz uma genealogia das mutações dentro do feminismo para chegar ao feminismo das diferenças e suas variadas expressões. Para termos uma ideia, ela cita 24 coletivos espanhóis que teriam uma perspectiva *queer*, criados a partir da década de 80. Trata-se de mais uma obra que evidencia como os estudos *queer*, em conjunção com os feminismos negros e outros estudos subalternos, impactaram politicamente o movimento social do país.

Nesse sentido, também é necessário destacar o livro *Otras inapropiables – feminismos desde las fronteras*, igualmente editado pela Traficantes de Sueños, em 2004, a partir de uma iniciativa da Eskalera Karacola. O livro conta com textos de bell hooks, Avtar Brah, Chela Sandoval, Gloria Anzaldúa e um preciso prólogo assinado

pelo próprio coletivo Eskalera, que passa a se autodenominar como A Casa da Diferença, com o propósito de construir alianças políticas a partir das diferenças.

Outro livro que possui muita influência dos estudos *queer* foi organizado por Raquel (Lucas) Platero (2012), que também assina a introdução e a coautoria de mais outros três capítulos do livro (um deles uma conversa entre Platero e a pesquisadora Carmen Romero Bachiller), cuja proposta é pensar a interseccionalidade como ferramenta de estudo e ativismo no campo das sexualidades, em especial nas suas relações com classe social, raça/etnia (não só na questão da negritude, mas também de outras etnias, como os ciganos), migrações e capacitismo.

As discussões sobre o transfeminismo espanhol também motivaram a publicação de um livro, organizado por Miriam Solá e Elena Urko (2013), com prólogo de Beatriz Preciado. Solá, na introdução, alerta que a obra não pretende apresentar uma série de propostas fechadas para compreender o transfeminismo e explica que

> [...] a influência do pensamento e do ativismo *queer* tem contribuído para o questionamento do binarismo de gênero e da dicotomia homo/hétero, ao evidenciar a violência de toda formação identitária, tanto no feminismo como em movimentos de liberação sexual e de gênero. Mas, sobretudo, durante a última década, tem permitido a articulação de discursos minoritários, práticas políticas, artísticas e culturais que estavam emergindo nas comunidades feministas, okupas, lésbicas, anticapitalistas, maricas e transgênero. (SOLÁ; URKO, 2013, p. 18-19)

O livro conta com textos que analisam diversos coletivos e práticas transfeministas, como as realizadas pelo Quimera Rosa, Migrantes Transgressorxs, O.R.G.I.A, Medeak, Post-Op, os três últimos mais ligados à pós-pornografia. Os primeiros capítulos tentam fazer uma genealogia do movimento transfeminista espanhol, quais as suas principais bandeiras e configurações mais atuais. Um dos textos, de Sandra Fernández e Aitzole Araneta, por exemplo, defende que o

movimento transfeminista pode ser dividido em dois movimentos: o surgimento e consolidação do movimento trans pró-despatologização (de 2006 a 2010) e a consolidação do movimento transfeminista (a partir de 2010). Inicialmente, a campanha pelo fim da patologização das identidades trans era realizada apenas por coletivos mais ligados a uma perspectiva *queer*, como a Guerrilha Travolaka, de Barcelona. Em 2009, a própria FELGBT, entidade que simboliza e representa os coletivos mais institucionalizados, adere à campanha. E é a partir daí, dizem as autoras, que começa a se constituir mais evidentemente o movimento transfeminista, que difere em várias posições do feminismo de entidades como a FELGBT, por suas fortes posições a favor da regulamentação do trabalho sexual (como vimos, naqueles momentos a Federação era presidida por Beatriz Gimeno, defensora da abolição da prostituição) e por uma perspectiva não-binária em torno dos gêneros.

> A tensão sobre qual é o conteúdo político do qual haveríamos de dotar o não-binarismo, e como manejá-lo desde uma perspectiva feminista, reaparece em dois cenários distintos em direções opostas. Enquanto que, em diálogo com os feminismos, o nascente transfeminismo denunciava os perigos de nos atarmos às categorias que são produto da opressão, não muito mais tarde, no contexto interno da Rede, nasciam posturas que atribuíam um espírito binarista a esse mesmo setor. Tal binarismo se entendia derivado do uso das categorias de 'sexismo' e 'machismo' ou 'violência de gênero' para denunciar a opressão contra as mulheres. Esta tensão marcará o eixo de ruptura interna da Rede pela Despatologização Trans, um ano depois da celebração da aparição pública de um claro movimento transfeminista nas Jornadas Estatais. (FERNÁNDEZ; ARANETA, 2013, p. 53)

Ao ler essa obra sobre o transfeminismo espanhol, chama atenção pela total inexistência de uma discussão cara ao transfeminismo brasileiro e argentino, que gira em torno do conceito de cisgênero, que tem motivado uma série de tensões e divisões entre pessoas liga-

das aos estudos *queer* e transfeministas no Brasil, como desenvolvi na primeira parte deste livro.

Pelo livro de Miriam Solá e Elena Urko (2013), as ativistas espanholas não dividem as pessoas entre trans e cis, e o transfeminismo é pensado de uma forma interseccional com outros marcadores sociais das diferenças. O prefixo trans é usado sobretudo para tratar daquilo que nos atravessa, e não como uma identidade trans que só uma pessoa não cisgênera pode reivindicar. Essa também parece ser uma posição adotada pela Assembleia Transmaricabollo del Sol, que bem no início tinha em seu nome também a palavra *queer*, como explica a Mónica Vergara.

> O queer foi retirado porque um dia várias meninas do Feminismo Sol vieram em uma assembleia e propuseram a mudança de nome. Ficamos discutindo quatro horas e, no fim, saiu o queer do nome. Para mim, o queer, sim, é um anglicismo, mas me parece fundamental porque expressa um 'etc' que não podemos expressar com nenhuma outra palavra em espanhol. Fora isso, eu dei um argumento muito pitoresco, dizendo que eu achava que se dava muito protagonismo à palavra 'marica' e pouco para a palavra 'bollo', e isso é uma aberração, porque todo mundo sabe que é preciso empoderar mais as bollos. Utilizamos também essas palavras pelo conteúdo da injúria. Mas logo também tivemos problemas com os bissexuais, que também queriam estar no nome. Aí argumentávamos que não estamos usando as palavras 'trans', 'marica', 'bollo' para representar todo mundo, mas expressar o trânsito entre os polos e a injúria. Se colocássemos 'bi', também outros grupos poderiam reivindicar o mesmo.
>
> O movimento LGBT é um movimento de representação, o nosso não. Quem quer entender, entenda, eu já estou farta deste debate. E a palavra 'trans' está no nome pelas pessoas trans, mas também por todas as demais transições.

Por fim, gostaria de tratar de dois livros que foram lançados nas atividades do orgulho crítico de 2014, em debates dos quais participei em Madri. Tratam-se de *Las lesbianas (no) somos mujeres – en torno a Monique Wittig* e *Feminismos lesbianos y queer – repre-*

sentación, visibilidade y políticas, ambos organizados por Beatriz Suárez Briones. (2013, 2014). O primeiro reúne textos mais "acadêmicos", escritos, por exemplo, pela organizadora, por Elvira Burgos Díaz e Gracia Trujillo Barbadillo, que contextualizam e explicam a obra de Wittig e a colocam em diálogo com outras autoras, inclusive recuperando algumas das suas críticas, como é o caso de Butler, e destacando a importância do pensamento da autora francesa para o desenvolvimento do feminismo lésbico e *queer*.

Já o segundo livro possui textos mais diferenciados em seus formatos e também nos conteúdos. Textos mais "acadêmicos" são intercalados com entrevistas e depoimentos de ativistas sobre as suas filiações ao feminismo lésbico e/ou *queer*. Nessa obra algumas ativistas do movimento lésbico espanhol revelam suas resistências e desconhecimentos em relação ao *queer*, como Conchi Arnal Claro (2014, p. 157):

> Para mim, *queer* é um termo vazio. Parece indicar que alegremente, sem consequências, se pode eleger um corpo que se quer ter. Não encontro nele nenhum fundamento; tampouco parece albergar sentimentos. Não me interessa o *queer* e não me sinto representada pelo feminismo *queer*.

Outras autoras contam como os estudos *queer* foram importantes para repensar o seu ativismo, como é o caso de Gracia Trujillo Barbadillo, Mónica Redondo Vergara, Itziar Ziga, Raquel (Lucas) Platero, Letícia Sabsay e Carmem Monzonis López. Esta última é ativista da Zona TransFeminista, que integra o coletivo Lambda da cidade de Valência. Pela riqueza do seu depoimento, vou citar dois trechos:

> Me fascina tudo isto que estou aprendendo a cada dia com pessoas 20 ou 30 anos mais jovens que eu. O transfeminismo tem me servido para me liberar de esquemas rígidos: pela primeira vez me sinto confortável com minha masculinidade, por exemplo. Também tem modificado meu 'lesbianismo'. Sempre tinha pensado que eu era lésbica porque o objeto de meu desejo eram as mulheres, até que conheci as pessoas transgêneras. Aquilo foi uma revolução! Me sentia terrivel-

> mente atraída sexualmente e me perguntava: 'se eu gosto de um menino trans, sigo sendo lésbica?'. Agora sei o que significa ser *queer*. (LÓPEZ, 2014, p. 209)

Depois, López explica que se posiciona de modo diferente, a depender dos contextos em que está inserida. Em espaço que ela considera patriarcal, se identifica como mulher, em um local homofóbico, como lésbica. E prossegue:

> Mas em outros contextos não posso identificar-me como mulher, posto que não sigo os estereótipos heteropatriarcais, nem como lésbica, já que meus objetos de desejo não são só as mulheres. Aqui entra o conceito *queer*: não sou uma mulher, tampouco um homem, não sou lésbica, tampouco hétero. Não me encaixo nessas categorias, mas sou tudo de uma vez. Creio que esta ideia de desconstrução dos gêneros é uma grande colaboração da teoria *queer* aos feminismos. Algumas feministas 'clássicas' se sentem ameaçadas pelo transfeminismo, seguramente por desconhecimento. Eu penso que precisamente o transfeminismo é o futuro do feminismo. Não é por acaso que atraia, sobretudo, as jovens gerações. (LÓPEZ, 2014, p. 209)

Ao longo dos anos, na Espanha também foram publicados livros que realizam críticas aos estudos e ao ativismo *queer*. Um deles é de Penedo (2008), que acerta em alguns aspectos e erra feio em outros. Entre os equívocos da autora, aponto a sua conclusão de que o ativismo *queer* teria dividido o movimento social e de que a questão de classe não seria importante para esses ativistas. Ao longo deste meu estudo, fica evidente que as históricas divisões no movimento LGBT não foram provocadas apenas pelo ativismo *queer* (como é o caso da antiga divisão entre comunitaristas e igualitaristas). Além disso, os coletivos *queer* saíram do movimento LGBT porque as suas pautas não foram incorporadas, e não o contrário. Outra questão importante em relação a essa crítica é que ela pressupõe que todos os movimentos devam confluir para uma homogeneidade, o que é também uma forma de violência, pois força as diferenças e singularidades a se

adaptar a um padrão ou objetivo. Também é preciso dizer que o ativismo *queer* produziu, nestes e outros países, a ampliação do número de pessoas e coletivos que lutam em torno do tema das sexualidades. Ou seja, ao invés de ter provocado divisões, provocou a formação de novos ativistas, a proliferação de coletivos e atividades, exatamente o que não se vê no chamado movimento LGBT, que parece estagnado.

Entre as críticas pertinentes de Penedo está a constatação de que, muitas vezes, os estudos *queer* tentam se afastar da ciência sexual (*scientia sexualis* – conforme Foucault, 1988), ou pelo menos dizem estar fora dela, quando, na verdade, estão imersos nela e a alimentam. Essa é uma observação interessante, pois, com a melhor das intenções, muitos estudos, em especial aqueles que tratam de um modo mais explícito dos comportamentos sexuais não-normativos, podem estar oferecendo informações para o controle da sexualidade, e não apenas suportes para a sua emancipação e liberação. Ou seja, muitos estudos, nesse sentido, colaboram com o dispositivo da confissão da qual falava Foucault. (1988, 2001)

Por outro lado, esses estudos que tratam de forma mais explícita da sexualidade, ou melhor, que falam das práticas sexuais não-hegemônicas e com elas pensam e desenvolvem os estudos *queer*, cumprem um importantíssimo papel político e epistemológico ao combater a leitura patologizante e normatizante sobre essas práticas e ao oferecer novos conceitos e formas de pensar sobre o nosso campo. É neste duplo efeito que situo em especial os estudos mais ligados à pós-pornografia, além, é claro, das próprias produções de pós-pornô existentes em vários lugares do mundo. Dentro dos países incluídos nesta minha pesquisa, sem dúvida a Espanha é o local onde mais se produziu e se produz pós-pornografia, em especial na cidade de Barcelona.

Essa produção de pós-pornô passou a se desenvolver muito a partir do trabalho de Preciado em Barcelona. Além de seus textos e cursos no Museu de Arte Moderna de Barcelona, ela acelerou o intercâmbio de pessoas do pós-pornô espanhol com a de outros países.

Em Barcelona, existem vários coletivos que trabalham com questões ligadas à pós-pornografia, entre eles a Quimera Rosa[120] e o Post Op.[121] Em São Sebastião, outro coletivo atuante é Medeak.[122] Infelizmente, para esta pesquisa não foi possível entrevistar pessoas desses ou outros coletivos pós-pornografia, mas não há dúvidas de que eles conformam um subgrupo de ativismo muito sintonizado com perspectivas *queer*.

Além desses grupos, existem ativistas pós-pornô que se destacaram individualmente, apesar de realizarem trabalhos com muitas outras pessoas desses e outros coletivos. Algumas delas, além da produção em vídeo e performances, também escreveram sobre os temas da pós-pornografia, como é o caso de Itziar Ziga (2009), María Llopis (2010) e Diana J. Torres (2011). É do livro dessa última que retirei a epígrafe que abre esta parte do livro, e é também com ela que encerro essas *transas*:

> O elemento do sexo ao vivo também é um componente essencial de toda performance pornoterrorista. Eu gosto de gozar sobre o cenário, para que enganarmos? O sonho de todx exibicionista: ter um público enquanto fode e que aplaudam quando se tem um orgasmo. E meus orgasmos não são nada discretos. (TORRES, 2011, p. 95).

---

120 Veja <https://www.facebook.com/quimerarosax?fref=ts e http://quimerarosa.net/>. Acesso em: 10 set. 2014

121 Post Op é o nome dado por médicos para as pessoas trans “operadas”. Veja <http://postop-postporno.tumblr.com/>. Acesso em: 10 set. 2014

122 Ver <http://medeak.blogspot.com.es/> e <https://www.facebook.com/medeak.transfeministak>. Acesso em: 10 set. 2014

O cigarro

O que me motiva politicamente e o que quero alcançar é aquele momento no qual um sujeito – uma pessoa, um coletivo – afirma seu direito a uma vida habitável na ausência de uma autorização prévia, de uma convenção clara que o possibilite.

(Judith Butler)[123]

E depois de tudo isso, o que pensar? O que aprendi em todo este longo e inesquecível percurso de *flertes*, *transas* e tensões? O que o movimento LGBT e o ativismo *queer* desses quatro países nos ensinam sobre as políticas sexuais e de gênero? Essas são algumas questões que pretendo ter como norte nesta parte final do livro. São perguntas amplas e complexas, obviamente serei incapaz de esgotar as respostas, mas eis algumas das minhas investidas.

Com base na revisão bibliográfica e nas entrevistas, observações e coleta de diversas informações realizadas em Portugal, Argentina, Chile e Espanha, posso apontar algumas das principais diferenças existentes entre o ativismo *queer* e/ou de dissidência sexual, que dialoga mais com as políticas das diferenças, oriundas de uma pers-

123 Trecho de *Deshacer el género*, de Judith Butler.

pectiva da filosofia das diferenças, e as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades, que são as mais adotadas pelo movimento LGBT desses países.

Antes de apontar as diferenças, quero destacar duas coisas que se mostraram recorrentes. Uma delas é que, mesmo em graus variados, a Igreja Católica se mostrou e continua sendo uma significativa opositora das pautas do movimento LGBT. Ao contrário do que ocorre no Brasil, as denominações evangélicas, pelo menos nesses quatro países, ainda não possuem tanto poder. No entanto, conforme foi possível verificar nas entrevistas com a militância, isso não quer dizer que não existiram sucessivas tentativas, feitas por evangélicos, de desqualificar e impedir a aprovação de determinadas leis.

Outro aspecto que chama a atenção: junto com ou após a aprovação das leis, como a do casamento igualitário, a lei de identidade de gênero ou antidiscriminação, não têm sido desenvolvidas, pelos poderes públicos, efetivas políticas para a plena cidadania das pessoas LGBT. Ou seja, há um descompasso entre avanços legais e avanços em termos de políticas públicas nos países pesquisados. Além disso, a aprovação de leis, conquistadas por vários fatores políticos, culturais e sociais, que variam de país para país, exaustivamente detalhados ao longo do livro, tem criado, segundo ativistas entrevistados, uma sensação nos governos e na sociedade em geral de que os problemas da população LGBT já foram resolvidos. Para completar esse quadro negativo, as poucas ações que existiam em alguns governos mais progressistas foram interrompidas quando partidos políticos mais conservadores venceram as eleições em países como Portugal e Espanha, por exemplo.

Dito isso, passo a elencar algumas das principais diferenças entre o movimento LGBT e o ativismo *queer* dos quatro países pesquisados,[124] fiel ao fio condutor anunciado desde o início deste livro:

---

124 Comecei a sistematizar essas diferenças em outro texto, (Colling, 2014c) que possui algumas semelhanças e diferenças entre o que está agora neste livro. Isso ocorre porque naquele artigo eu ainda estava na metade da investigação e analisava apenas Portugal e Chile.

1. O movimento LGBT institucionalizado apostou e ainda aposta quase que exclusivamente na conquista de marcos legais, em especial o matrimônio ou outras leis, como as de antidiscriminação, identidade de gênero e normativas, como portarias para o uso do nome social por pessoas trans, etc. Já o ativismo *queer* prioriza as estratégias políticas através do campo da cultura, em especial através de produtos culturais, pois ativistas entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é mais produtiva, mas desde que elas também confrontem as normas de gênero e sexualidade que já estão instituídas. Por isso, além de produtos culturais mais conhecidos, as performances políticas, realizadas diretamente nas ruas, ganham grande espaço nesses coletivos.

O ativismo *queer* critica a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando essas estratégias e leis reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros. Essas críticas produzem significativos embates, brigas e incompreensões. As mais recorrentes tratam sobre o casamento igualitário. As críticas realizadas por pessoas do ativismo *queer* são lidas pelo movimento LGBT como se elas fossem contrárias às leis que autorizam o matrimônio ou união civil entre pessoas do mesmo sexo. Nunca encontrei (dentro ou fora desta pesquisa) alguma ativista ligada às perspectivas *queer*, vinculada ou não à academia, que se posicionasse contra o direito de homossexuais casarem e terem filhos. Várias delas revelam aqui que também se engajaram na luta pela aprovação dessas leis em seus países. Como espero ter ficado bem explicado ao longo do livro, a crítica é ao estabelecimento de mais um grau de respeitabilidade e ao que se perde (ou deixa-se de ganhar) com o Estado regulando as nossas relações, desejos e configurações de parentesco.

2. O movimento LGBT possui poucas ações que promovam o respeito às diferenças de gênero e sexualidade através do campo da cultura, apesar de, a cada dia, crescer a percepção de que apenas as leis

não modificam as práticas preconceituosas. Especialmente em países que já aprovaram leis importantes, como o casamento e a lei de identidade de gênero, é cada vez mais recorrente ouvir pessoas da militância dizendo que agora chegou a vez de conquistar a igualdade real, de modificar a cultura de cada local para que ela seja mais receptiva para com as diferenças. Apesar disso, quando pergunto quais são as prioridades de cada coletivo do movimento LGBT, invariavelmente as pautas voltam a recair sobre outros aspectos legais, portarias necessárias, etc e etc. Ao verificar as ações que são tidas por determinados grupos como oriundas de políticas culturais para o combate aos preconceitos, no máximo encontraremos a produção de alguns documentários, peças de teatro, corais e festivais de cinema LGBT. Ou seja, trata-se de uma percepção curta sobre o que é o campo da cultura, de como é possível incidir sobre ela, sobre como ela pode servir para produzir ações políticas que efetivamente produzam novas formas de subjetivação, aquelas que Rolnik (2011) caracterizou como micropolíticas.

A grande alternativa do movimento LGBT, para tentar mudar a cultura preconceituosa, é apostar as fichas em políticas públicas nas escolas. Nenhum dos quatro países, como vimos, possui políticas efetivas para a promoção do respeito às diferenças de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Por conta disso, a militância tenta fazer o que pode, indo às escolas receptivas ao debate para incluir algumas temáticas nas atividades extraclasse. No entanto, como bem alerta a Pessoa X (entrevista, 2013), se esse conteúdo não questionar efetivamente as normas de gênero e sexualidade, poucos resultados teremos com essas ações.

3. O movimento LGBT, através da afirmação das identidades, tenta forçar todas as pessoas não-heterossexuais e não cisgêneras a se enquadrar em uma das identidades da sigla LGBT. As pessoas que transitam entre as práticas sexuais e os gêneros e que defendem isso politicamente, via de regra, são rechaçadas. Já no campo do ativismo *queer*, entende-se que as identidades são fluidas, que novas identi-

dades podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente e que todas elas são importantes, sem hierarquias. Como vimos ao longo do trabalho, em anos recentes inclusive a utilização de conceitos como o de transfobia e lesbofobia foram rejeitados por ativistas gays heteronormatizados até a medula. Alegavam que isso retiraria a força do conceito de homofobia, que já estaria compreendido pelo movimento e pela sociedade.

A tentativa de manter apenas uma das identidades da sigla LGBT como representativa de todas também flerta com essa dificuldade de aceitar, entender e aprender com as diversas identidades no interior da própria população LGBT. Não é por nada que muitas vezes ativistas *queer* e/ou transfeministas acusam o movimento de ser LG ou GGG, pois nem sempre se trabalha para evitar hierarquias identitárias dentro do próprio movimento. Um exemplo disso é o fato de que em alguns países, como o Chile, o movimento lésbico encontra-se bastante invisibilizado. Nem todos os grupos LGBT, como os da Espanha e Argentina, possuem uma explícita e louvável política de rodízio de identidades na presidência dos coletivos e federações. Grosso modo, o movimento que se diz LGBT ainda é gay. Na Argentina e na Espanha, as lésbicas possuem mais protagonismo, já no Chile estão bastante invisibilizadas. O movimento trans, forte na Argentina e bem expressivo na Espanha, é quase inexistente em Portugal e com visibilidade crescente no Chile.

4. Boa parte do movimento LGBT considera que, para conquistar direitos, as pessoas LGBT precisam criar uma "representação respeitável", uma "boa imagem", o que significa, no final das contas, uma aderência à heteronormatividade. Isso fica muito evidente com a recusa em incorporar temas como as relações poliamorosas e práticas sexuais mais dissidentes, como BDSM, ou mesmo relações afetivo-sexuais não monogâmicas e/ou que rejeitam os pressupostos da família nuclear burguesa, e também na pouca aderência ou até oposição à luta pela regulamentação do trabalho no mercado do sexo.

As pessoas do ativismo *queer* rejeitam a ideia de que, para ser respeitado ou ter direitos, as pessoas devem abdicar das suas singularidades em nome de uma "imagem respeitável" perante a sociedade. Ao invés disso, tentam evidenciar como se construiu e como se perpetua essa tal respeitabilidade, quem é deixado de fora nesse processo, ou seja, quem é considerado humano e quem é apenas um corpo abjeto, portador de um gênero ininteligível, como muito bem explica Butler. (2001; 2002; 2003)

5. Outra grande diferença entre grupos do movimento LGBT e coletivos de ativismo *queer* diz respeito às suas formas de organização e gestão. O movimento LGBT pode ser assim chamado porque se articula em cada país em redes e federações, e também em nível global via, por exemplo, associações internacionais como a Ilga. Os grupos possuem um presidente ou coordenador que, em alguns locais, parece vitalício, como é o caso do Movilh, no Chile, e é essa pessoa quem responde oficialmente pela associação, nem sempre consultando as suas "bases", quando elas existem, é claro. Para essa pessoa é delegado o poder de representar o grupo. Os coletivos *queer* aqui estudados tentam fugir dessa forma de gestão, nem sempre com total êxito, porque algumas pessoas acabam se destacando mais do que outras, mas ainda assim a relação é bem mais horizontal e as assembleias são convocadas para a discussão de vários aspectos e temas.

6. As ações de desobediência civil também são um significativo diferencial entre o movimento LGBT institucionalizado e os coletivos *queer*. Enquanto o movimento tende a pressionar o campo da política via manifestações, abaixo-assinados, comunicados à imprensa, ofícios, os coletivos *queer*, às vezes, lançam mão de ações que podem levar ativistas para a prisão e a responder processos judiciais. Ocupação de prédios públicos ou não habitados, protestos dentro de igrejas (como foi o caso na Catedral de Santiago do Chile), performances que resultam em prisões ou processos são apenas algumas das ações de desobediência civil utilizadas.

7. Nas performances, demais manifestações de rua, vídeos e outras produções culturais, o corpo, em geral bastante sexualizado, vira o principal instrumento da política. Quando isso não acontece, pelo menos verbalmente, se fala muito, e explicitamente, de sexo, seja nos manifestos mais elaborados, sejam nos criativos slogans, como "Sodomiza com teu clitóris o heteropatriarcado" (CUDS) ou "Tiram-nos as calças, mas não lhes damos o cu. Passos rua!" (Panteras Rosa). Cartazes como esses, em manifestações de rua, seriam impossíveis de serem carregados com as assinaturas dos respeitáveis militantes LGBT, mas não pelas "bichas loucas".[125]

8. Por fim, elenco mais uma substancial diferença: a interseccionalidade ou, pelo menos, uma constante tentativa de construí-la. As vozes e coletivos sintonizados com as perspectivas *queer* parecem muito mais interessadas/os em encontrar pontos de contato com movimentos feministas, étnicos, migrantes, de trabalhadoras do sexo, de jovens e de pessoas que lutam contra o capacitismo. Além disso, também é nos coletivos *queer* que encontrei uma leitura mais crítica ao quanto o mercado usa e absorve a identidade gay. Foi raríssimo ouvir, nas entrevistas que realizei com militantes do movimento LGBT *mainstream*, uma palavra contra o capitalismo, ou de como esse mercado, que está de olho no dinheiro rosa, estabelece um padrão corporal e de comportamento que poucas pessoas LGBT conseguem atender completamente. A exceção, nesse quesito, foi a presidenta do COGAM, Esperanza Montero.

Ainda que as características acima sejam encontradas na maioria dos grupos que conformam o movimento LGBT institucionalizado desses países, é claro que também existem exceções, e elas ficam mais evidentes quando as pessoas que os integram compreendem o campo das sexualidades e dos gêneros de uma forma um pouco me-

---

125 Faço referência aqui ao texto já citado na primeira parte do livro: MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, Alexandre (Org.). *Caminhos cruzados – linguagem, antropologia, ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 99-111. Texto republicado em COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011, p. 21 a 36.

nos normativa e crítica, abrindo mão de explicações genéticas e/ou biologizantes e patológicas para explicar as orientações sexuais e as identidades de gênero. Como espero ter ficado evidente ao longo do livro, quando isso acontece, as fronteiras entre o movimento LGBT mais institucionalizado e o ativismo *queer* ficam menos nítidas. Essa rasura é muito interessante e também potente, e é nessas ocasiões em que se produz um diálogo mais intenso entre os dois "blocos". Isso ainda parece acontecer de forma pouco intensa, mas os indícios não podem ser menosprezados. E quais são esses indícios? Eis dois deles:

a) é cada vez mais intensa a aderência dos movimentos LGBT às perspectivas que entendem as sexualidades e os gêneros através da cultura, e não do campo médico, biológico ou genético. Isso fica mais evidente em como, de forma crescente, se compreende que é necessário despatologizar as identidades trans. Como vimos, é claro que alguns ativistas, em geral homens gays fortemente heteronormativos, ainda entendem as identidades trans como um problema de saúde, mas essas ideias visivelmente estão em franco declínio, felizmente. As discussões para aprovação ou modificação das leis de identidade de gênero nesses países mostram isso de uma forma muito evidente. Entendo essa tendência como uma positiva contaminação dos estudos e ativismos de uma pegada mais *queer* sobre o movimento LGBT institucionalizado;

b) alguns conceitos caros aos estudos *queer*, em especial o de heteronormatividade, são cada vez mais recorrentes nos discursos de lideranças do movimento LGBT. É claro que, muitas vezes, assim como ocorre no Brasil, heteronormatividade é usado como sinônimo de homofobia. (COLLING; NOGUEIRA, 2014) Em alguns casos, também se usa a ideia de heteronormatividade no movimento LGBT para denunciar alguma situação exterior ao seu coletivo, jamais para detectar e pensar sobre como a sua própria pauta também a reforça. Mas, mesmo nessas situações, não deixa de existir uma potência aí, pois é a heterossexualidade enquanto um regime político compulsó-

rio e normativo que começa a ser problematizada, ainda que muito timidamente.

Retomo duas referências bibliográficas usadas nesse livro para continuar a pensar sobre esses pontos de contato entre movimento LGBT e ativismo *queer*. Ana Cristina Santos detectou algo parecido na militância portuguesa e chamou isso de "ativismo sincrético, um tipo de ação coletiva que usa tanto o *lobby* e a ação direta, integracionista e reivindicações transgressoras alternadamente". (SANTOS, 2013, p. 9) Pecheny, Figari e Jones (2008, p. 15) ao tratar sobre o movimento social argentino, também apontou para uma direção semelhante. Ele disse que o impacto da perspectiva *queer*, "que está longe de ser homogênea, é inegável, pois deu um impulso tanto no político como no acadêmico-institucional (negando a negação, já que surgiu como reação ao institucionalizado) para a maioridade desses temas e sujeitos como legítimos".

No entanto, penso que a minha pesquisa aponta não só para um movimento que ora usa estratégias mais institucionais e oficiais e ora opta pelas ações diretas, o que, em seu conjunto, poderia ser pensado como "sincrético". Penso que esta pesquisa nos dá elementos para dizer que podemos já estar em outra fase, na qual uma parcela do movimento LGBT mais institucionalizado, que dialoga com o Estado, reivindica leis e que usa estratégias mais "tradicionais" (como o *lobbying*, abaixo-assinados, campanhas via mídia, etc.), está usando, cada dia mais, um certo modo de explicar as causas dos preconceitos relativos aos gêneros e às sexualidades que está sintonizado, de alguma forma, com as perspectivas *queer*. E isso fica evidente não só no uso de expressões caras aos estudos *queer*, mas também em, por exemplo, na crescente aderência à recusa de pensar as sexualidades e os gêneros através de um modelo patologizante e no uso das reflexões sobre o caráter compulsório e normativo da heterossexualidade.

Se esse diagnóstico estiver correto, poderíamos pensar que uma parte minoritária do movimento LGBT estaria passando por um processo, ainda que incipiente, de *queerização*? Penso que não, pois o

que essa parcela pequena do movimento LGBT (não por acaso notadamente ligada às questões trans) está fazendo é incorporar apenas algumas reflexões e palavras. Isso é realizado na medida em que for possível para não entrar nas ações, opiniões e práticas mais dissidentes que, na visão da maioria dessa militância LGBT, poderiam colocar em risco ou evitar conquistas baseadas em pautas como a união civil, o casamento igualitário, a adoção e a lei de identidade de gênero, que foram e/ou são, de forma disparada, consideradas prioritárias, inclusive nessa ordem.

As diferenças entre o movimento LGBT institucionalizado e o ativismo *queer* e as contaminações do segundo sobre o primeiro também podem ser produtivas para pensar as próprias teorias dos movimentos sociais (GOHN, 1997) e, em especial, a chamada Nova Política de Gênero, que Butler (2006, p. 17) sintetizou como "uma combinação de movimentos que englobam o transgênero, a transexualidade, a intersexualidade e suas complexas relações com as teorias feministas e *queer*". Sugiro que essa Nova Política de Gênero tem contaminado, ainda que de forma modesta, outras formas de realizar políticas sexuais e de gênero, que talvez estejam se dando conta do alerta realizado por Guattari, resumido por Gohn. (1997, p. 136)

> Em relação ao Estado, as posições de Guattari são claras: alguns movimentos sofrem o clássico processo de atração pelo Estado. Mas eles não devem se diluir no interior de um aparelho burocrático institucional porque suas tarefas são mais amplas. Um movimento não se esgota numa secretaria governamental. Se o movimento se reduzir a isso, ele morre.

Por fim, destaco apenas um aspecto em que movimento LGBT e o ativismo *queer* se assemelham e, ao mesmo tempo, se diferenciam: a afirmação das identidades. A pesquisa mostra que é falsa a percepção de que o ativismo *queer* é anti-identitário ou contra as identidades.[126]

---

126 Penso que essa percepção foi gerada em função das críticas dos estudos e ativismos *queer* aos limites das políticas de afirmação das identidades e na compreensão equivocada de que ser pós-identitário é o mesmo que ser anti-identitário.

Pelo contrário, o ativismo *queer* chega a ser, em determinamos momentos, hiperidentitário. A diferença está em quais são as identidades privilegiadas. O ativismo *queer* é hiperidentitário em identidades tidas como as mais abjetas, aquelas que envolvem as *bolleras*/sapatonas mais masculinizadas, as *maricas locas*/bichas afeminadas e *fexativas*, as não monogâmicas, as pobres, as adeptas de práticas sexuais tidas como não convencionais, as diversas identidades trans, enfim, etc. e etc. Não quero dizer, com isso, que todo o movimento LGBT desconsidere essas identidades abjetas por completo, ou de que toda militância *queer* afirme todas as identidades acima mencionadas. A diferença está na ênfase entre quais as identidades são mais afirmadas no movimento LGBT e quais são hiper afirmadas no ativismo *queer*.

Como era de se esperar, inclusive em função do que já se sabe no Brasil há muitos anos, (ver Facchini, 2005, Simões e Facchini, 2009, ou MacRae, 1990) é preciso enfatizar que também existem muitas diferenças no interior daquilo que chamei de movimento LGBT institucionalizado e *mainstream*, e também no interior do que nomeei como ativismo *queer* e/ou de dissidências sexuais e de gênero. Há pessoas e grupos do movimento LGBT mais conservadores e outras bem mais progressistas, algumas bem mais normatizadas e outras bem mais críticas das normas que incidem sobre todos.

Já entre os coletivos *queer*, as diferenças também se multiplicam, inclusive porque não existe uma federação que pensa e define diretrizes para todos. O que os une são os pontos que desenvolvi a pouco, mas, como ficou evidente ao longo do livro, as diferenças variam de acordo com vários elementos, que incluem características político/partidárias, geracionais, de classe, estéticas e também em função do grau de esforço para pensar em políticas de dissidência sexual e de gênero dentro da cultura e realidade de cada país. E isso tudo gera uma riqueza que não para de ser produzida, pois, ao contrário do que algumas pessoas acreditam, os coletivos *queer* não estão apenas repro-

duzindo de uma forma colonialista alguns textos famosos de teóricas *queer* escritos em outros países.

Pelo contrário: acadêmicos e/ou ativistas estão a cada dia dando cores locais ao *queer*, o que inclui recontar a genealogia do *queer* em seus países, positivar e ressignificar os insultos usados em suas línguas e gírias e mostrar que é possível, sim, fazer política através de outros referenciais,[127] e que essa política não se resume à crítica cultural (como se isso fosse desprezível), tendo como um dos slogans a frase: "que os outros sejam o normal".

E, afinal, foi bom pra você?

---

127 Apenas a título de exemplo, Palmeiro (2014) faz isso na Argentina, San Martin (2011) e Sutherland (2014) fazem isso no Chile, e Pereira (2012), Pelúcio (2014) e Miskolci (2014) fazem isso no Brasil.

Referências

AEGAL comercio, ocio, turismo y cultura gayfriendly. Madrid, [2004]. Disponível em: <http://www.aegal.es/asociacion>. Acesso em: 10 jan. 2015.

AGRUPACIÓN lésbica: rompiendo el silencio. [S. l.: s. n.], [20--?]. Disponível em: <http://www.rompiendoelsilencio.cl/>. Acesso em: 24 fev. 2015.

AGUILAR, P. L.; CORDERO, L. F. Cuando la identidade es ley. Ecos de Michael Foucault y Judith Butler. In: TORRES, M. et al. *Transformaciones*: ley, diversidad, sexuación. Olivos: Grama Ediciones, 2013. p. 45-56.

ALMEIDA, M. V. de. O contexto LGBT em Portugal. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. de (Org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero, 2010a. p. 45-92.

ALMEIDA, M. V. de. *A chave do armário:* homossexualidade, casamento, família. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010b.

ALMEIDA, M. V. de. *De vermelho a violeta e vice-versa*. In: CONGRESSO FEMINISTA, 2008, Lisboa. *Anais*... Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2008. p. 2-12. Disponível em: <http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/de-vermelho-a-violeta-e-vice-versa.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.

ANADALUCÍA. Junta de Andalucía. Ley 2/2014, de 8 de julio de 2014. Ley integral para la no discriminación por motivos de identidad de género y reconocimiento de los derechos de las personas transexuales de Andalucía.

Boletín Oficial de la Junta de Andalucía, Andalúcia, n. 139, 2014. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/boja/2014/139/1>. Acesso em: 10 set. 2014.

ANDALUCÍA aprueba la ley más avanzada en derechos para las personas transexuales. *Federacion Estatal de Lesbianas, Gais, Transexuales e bisexuales*.[S. l.], 2014. Disponível em: <http://www.felgtb.org/temas/transexualidad/noticias/i/5722/239/andalucia-aprueba-la-ley-mas-avanzada-en-derechos-para-las-personas-transexuales>. Acesso em: 10 set. 2014.

APÓS um ano, jovens simulam morte de transexual brasileiro. *Uol notícias*, São Paulo, 22 fev. 2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/02/22/ult611u73968.jhtm>. Acesso em: 5 jan. 2015.

BACHILLER, C. R. Teoría rarita. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J; VIDARTE, P. (Org.). *Teoria queer:* Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2 ª ed. Madrid: Egales,, 2007. p 149-164.

BACHILLER, C. R.; DAUDER, S. G.; MARTÍNEZ, C. B. (Org.). *El eje del mal es heterosexual*: fuguraciones, movimientos y prácticas feministas *queer*. Madrid: Traficantes de sueños, 2005.

BAGAGLI, B. P. O que é cisgênero. Tradução de Ivone Pita. *Transfeminismo*: feminismo intersesional. [S. l.: s. n.]. 23 mar. 2014. Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BARBADILLO, G. T. Desde los márgenes. Prácticas y representaciones de los grupos *queer* en el Estado español. In: BACHILLER, C. R.; DAUDER, S. G.; MARTÍNEZ, C. B. (Org.). *El eje del mal es heterosexua*:. figuraciones, movimientos y prácticas feministas *queer*. Madrid: Traficantes de sueños, 2005.p 29- 44.

BARBADILLO, G. T.. *Deseo y resistência*: treinta años de movilización lesbiana en el Estado español. Barcelona: Egales, 2008.

BAZÁN, O. *Historia de la homosexualidad en la Argentina:* de la conquista de la America ao siglo XXI. 2ª ed. Buenos Aires: Marea, 2010.

BAZÁN, O. *Y un día Nico se fue*. Buenos Aires: Marea, 2013.

BELLUCCI, M. *Orgullo*: Carlos Jáuregui, una biografía política. Buenos Aires: Emecé, 2010.

BELLUCCI, M.; PALMEIRO, C. Lo *queer* en las pampas criollas, argentinas y vernáculas. In: FERNÁNDEZ, A. M.; PERES, W. S. *La diferencia desquiciada*: géneros y diversidades sexuales. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 43-74.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In: COLLING, L. (Org.). *Stonewall 40 +:* o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011. p. 79-110. (Cult, 9)

BERKINS, L. Los existenciarios trans. In: FERNÁNDEZ, A. M.; PERES, W. S. *La diferencia desquiciada*: géneros y diversidades sexuales. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 91-96.

BERKINS, L. Un itinerario político del travestismo. In: MAFFÍA, D. (Org.). Sexualidades migrantes: género e transgénero. p. 127-137. Buenos aires: Scarlett Press, 20013. Disponível em: < http://www.corteidh.or.cr/tablas/r24187.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

BICHAS COBARDES. [Lisboa], [201-]. Disponível em: <http://www.bichascobardes.org/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BIMBI, B. *Matrimonio igualitário*: intrigas, tensiones y secretos en el caminho hacia la ley. Buenos Aires: Planeta, 2010.

BOROBIA, K. C. El movimiento homosexual en la transición a la democracia en España. In: Orientaciones: revista homossexualidades, Madrid, n. 2, p. 85-108, 2001.

BRÉVILLE, B. Homossexuais e subversivos. *Le monde diplomatique Brasil*, São Paulo, 27 set. 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=55>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRIONES, B. S. (Org.). *Feminismos lesbianos y queer: representación, visibilidade y políticas*. Madrid: Plaza y Valdés, 2014.

BRIONES, B. S.(Org.). *Las lesbianas (no) somos mujeres: en torno a Monique Wittig*. Barcelona: Icária, 2013.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

BUTLER, J. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, R. M. M. (Org.). *Sexualidades transgresoras:* una antología de estudios *queer*. Barcelona: Icária, 2002. p. 55-81.

BUTLER, J. *Cuerpos que importan. Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

BUTLER, J. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, J. *Problemas de gênero:* feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Lenguaje, poder y identidad*. Madrid: Editorial Sinteses, 2004.

Carbajal M. Yo nena, yo princesa. Página 12, Buenos Aires,14 agosto. 2014. Edicion impressa: Sociedad. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-246481-2014-5-18.html>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CARDOSO, D. *Amando vári@s*: individualização, redes, ética e poliamor. 2010. 92 f. Dissetação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5704/1/Tese%20Mestrado%20Daniel%20Cardoso%2016422.pdf>. Acesso em 10 dez. 2014.

CARDOSO, D. My Spivak is bigger than yours: (Mis-)representations of polyamory in the Portuguese LGBT movement and mononormative rhetorics. *LES Online*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 45-64. 2014. Disponível em: < http://lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=view&path%5B%5D=82&path%5B%5D=74 >. Acesso em: 30 jul. 2014.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas:* revista de estudos gays, Natal, v. 4, n. 5, p. 131-148, jan./jun. 2010.

CARRILLO, J. Entrevista com Beatriz Preciado. *Caderno Pagu*, Campinas, n. 28, p. 375-405. jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CARTA Aberta à ERC, Ordem dos Médicos, Associação CASA e canal MVM. PolyPortugal, jul. 2014. Disponível em: <http://polyportugal.blogspot.pt/2014/07/carta-aberta-erc-ordem-dos-medicos.html?spref=tw>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CASCAIS, F. (Org.). *Indisciplinar a teoria*. Estudos gays, lésbicos e *queer*. Lisboa: Fenda, 2004.

CHUMBADA procriação medicamente assistida para todas as mulheres. *Diário de notícias*, Lisboa, 6 fev. 2015. Política. Disponível em: <http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=4385653>. Acesso em: 6 fev. 2015.

CLARO, C. A. No creo que el feminismo *queer* represente adecuadamente a las lesbianas. In: BRIONES, B. S. (Org.). *Feminismos lesbianos y queer. Representación, visibilidade y políticas*. Madrid: Plaza y Valdés, 2014. p. 157- 160.

COLETIVO DE LÉSBICAS, GAYS, TRANSEXUAIS E BISSEXUAIS DE MADRI. Madrid, 2015. Disponível em: <http://www.cogam.org/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COLLING, L. A igualdade não faz o meu gênero – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea:* Revista de Sociologia da UFSCAR, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 405-428. jul./dez. 2013a.

COLLING, L. Estudos *queer* e políticas públicas: uma transa possível. In: MENEZES, M. A. de; SILVA, M. B. (Org.). *Escrita na água:* história, sociedade e cultura. Curitiba: CRV, 2014a. p. 173-181.

COLLING, L. O ativismo e o olhar *queer* de uma pantera rosa lusitana: entrevista com Sérgio Vitorino. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 5-20. 2014b. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10144/7249>. Acesso em: 26 fev. 2014.

COLLING, L. Panteras e locas dissidentes: o ativismo *queer* em Portugal e Chile e suas tensões com o movimento LGBT. *Lua Nova:* Revista de cultura e política, Saõ Paulo, n. 93, p. 233-266. 2014c.

COLLING, L. Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: COLLING, L. (Org.). *Stonewall 40 +: o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. p. 7-20. (Cult, 9).

COLLING, L. *Produção em alta e pouca influência: reflexões sobre a produção de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos no Brasil*. 2014. Trabalho apresentado no 7º Congresso Internacional de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, Rio Grande. 2014d.

COLLING, L. *Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil.* 2013. Trabalho apresentado no 1 º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, Natal, 2013b.

COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A.; DALLAPICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Org.). *Transposições*: lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2014. p. 171-183.

COMISSÃO PARA IGUALDADE DE GÊNERO. Lisboa, [2013]. Disponível em: <http://www.cig.gov.pt/>. Acesso em: 6 fev. 2015.

CONTARDO, O. *Raro:* Una historia gay de Chile. Santiago: Planeta, 2012.

CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (Org.). *Teoria queer:* Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Madrid: Egales, 2007.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Caso Atala Riffo y niñas vs. Chile: sentencia de 24 de febrero de 2012: Fondo, reparaciones y costas.* San José, [2012]. Disponível em: <http://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_esp.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

DE PEQUENIN@ se torce a discriminação [Página do Facebook]. [S. l.], [2013?]. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/836818509676791/>. Acesso em: 10 set. 1014.

DE PLACERES y monstruos: interrogantes en torno al postporno: Post-Op. In: SOLÁ, M.; URKO, E. *Transfeminismos:* epistemes, fricciones y flujos. Barcelona: Txalaparta, 2014. p. 193-206.

DESPENTES, V. *Teoria King Kong.* [Barcelona]: Melusina, 2007

DISCURSOS das Marchas LGBT Lisboa. *Daniel Cardoso.* [S. l.], [2013?]. Disponivel em: <http://danielscardoso.net/index.php/pt/activismlink/79-ptwebsite/activism/71-discursospublicos>. Acesso em: 10 dez. 2014.

DISTRIBUIDORA PELIGROSIDAD SOCIAL. [S. l.], 2012. Disponpivel em: <https://distribuidorapeligrosidadsocial.wordpress.com/2011/11/28/material-autoeditado/>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DUMARESQ, L. O cisgênero existe. In: *Trasnliteração.* [S. l.], 2014. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/lei ladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DUMARESQ, L. O cisgênero existe. *Trasnliteração.* [S. l.], 2014. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/lei ladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

EDELMAN, L. *No al futuro*: la teoría *queer* y la pulsión de muerte. Madrid: Egales, 2014.

EL CHE de los Gays: Documental. *Vimeo.* [S. l.], [2010]. Disponível em: <https://vimeo.com/6440073>. Acesso em: 23 fev. 2015.

EL HOMBRE transexual. Madrid, [2006?]. Disponível em: <http://www.elhombretransexual.es/>. Acesso em: 15 jan 2015.

EMPANÁ de pino: película completa. *Youtube.* [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v3HYLQt1ySw>. Acesso em: 23 fev. 2015.

ENTREVISTA Hija de Perra & Wincy. *Youtube.* [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=IkmKJey7ZXI>. Acesso em: 23 fev. 2015.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?:* Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

FEDERAÇÃO ESTATAL DE GAYS E LÉSBICAS. Madrid, [20--]. Disponível em: <http://www.felgtb.org/>. Acesso em 10 jan. 2015.

FERNÁNDEZ, A. M.; PERES, W. S. *La diferencia desquiciada*: géneros e diversidades sexuales. Buenos Aires: Biblos, 2013.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos. Difusão Europeia do Livro*: São Paulo, 1992.

FERNÁNDEZ, S.; ARANETA, A. Genealigías (trans)feministas. In: SOLÁ, M; URKO, E.(Org.). *Transfeminismos:* epistemes, fricciones y flujos. Tafalla: Txalaparta, 2013. p. 45-58.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I:* a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Os anormais:* Curse no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIRE, R. *Trans iberic love*. Lisboa: Divina Comédia Editores, 2013.

FRENTE NACIONAL POR LA LEY DE IDENTIDAD DE GÉNERO. [S. l.], [201-?]. Disponível em: < http://frentenacionaleydeidentidad.blogspot.com.br/ >. Acesso em: 9 jan. 2015.

FUNDACIÓN Iguales celebra aprobación de Acuerdo de Unión Civil e insta urgencia para avanzar en Matrimonio Igualitario. *Iguales.* [Santiago], 2015. Disponível em: < http://www.iguales.cl/fundacion-iguales-celebra-aprobacion-de-acuerdo-de-union-civil-e-insta-urgencia-para-avanzar-en-matrimonio-igualitario>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FUNDAÇIÓN Triângulo. Madrid, 2010. Disponível em: <http://www.fundaciontriangulo.org/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FUNDACIÓN VEINTESÉIS DE DICIEMBRE. Madrid, [20--]. Disponível em: <http://www.fundacion26d.org/>. Acesso em: 15 jam. 2015.

GARCÍA, D. C. Teoría *queer*: reflexiones sobre sexo, sexualidad y identitad. Hacia uma politización de la sexualidad. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J. e VIDARTE, P. (Org.). *Teoria queer:* Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Madrid: Egales, 2007. p 21-66.

GIL, S. L. *Nuevos femenismos:* sentidos comunes en la dispersión; una historia de trayectorias en el Estado español. Madrid: Traficantes de sueños, 2011.

GIMENO, B. La prostitución tiene que ver con la igualdad, no con el sexo. *Beatriz Giemno* [blog]. [S. l.], 2014. Disponível em: <http://beatrizgimeno.es/2014/03/07/la-prostitucion-tiene-que-ver-con-la-iguldad-no-con-el-sexo/>. Acesso em: 10 set. 2014.

GIMENO, B. *La prostitución:* aportaciones para un debate abierto. Barcelona: Bellaterra, 2012.

GOHN, M. da G. M. *Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GUERREIRO, A. Sexualidade e política. *Público*, Lisboa, jan. 2015.

HALBERSTAM, J. *Masculinidad femenina*. Barcelona: Egales, 2008.

HALL, S. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: HALL, S. *Da diáspora:* identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 199-218.

HALPERIN, D. M. *San Foucault:* para una hagiografía gay. Buenos Aires: Literales, 2007.

HERNÁNDEZ, T. No es simpática, ni amorosa. La Claudia es maldita. *Biblioteca fragmentada*, [S. l.], 2014. Disponível em: < http://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2014/02/No-es-simp%C3%A1tica-ni-amorosa.-La-Claudia-es-maldita.-.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2014.

HILLER, R. Regulaciones estatales de la conyugalidad. Apuntes sobre Estado, matrimonio y heteronormatividad. In: JONES, D.; FIGARI, C.; BARRÓN, S. L.(Org.). *La producción de la sexualidad*: políticas y regulaciones sexuales en Argentina. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 89-110.

HOCQUENGHEM, G. *El deseo homosexual*. Barcelona: Melusina, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Santiago, [20--?]. Disponível em: < http://www.indh.cl>. Acesso em: 20 fev. 2015.

JESUS, J. G. de. A verdade cisgênero. *Blogueiras feministas*: de olho na web e no mundo [S. l.], 2015. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/01/a-verdade-cisgenero/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

JESUS, J. G. de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, J. G. de. et al. *Transfeminismo*: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p 3-18.

JONES, D.; FIGARI, C.; BARRÓN, S. L. *La producción de la sexualidad*: Políticas y regulaciones sexuales en Argentina. Buenos Aires: Biblos, 2012.

JUSTÍCIA Juan Andrés. [S. l.], 2013. Disponível em: < https://juanandresbenitez.wordpress.com/>. Acesso em: 10 set. 201.

KAAS, H. O que são pessoas cis e cissexismo? *Ensaios de gênero* [S. l.], 2012. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/17/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LA AUDIENCIA avala la prueba sobre drogas a los 'mossos' del 'caso Raval'. *El país,* 20 may 2014. Cataluña. Disponível em: <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/05/19/catalunya/1400524076_226775.html>. Acesso em: 10 set. 2014.

LEMEBEL, P. Como un tiara de rubíes en la cabeza de un pato malandra.... *Debates críticos en América Latina 1:* Revista de Crítica Cultural, Santiago, v. 1, p. 177-189, dic. 2008.

LEMEBEL, P. *Loco afán*: Crónicas de sidario. Santiago: Editoral Planeta, 2013.

LlAMAS, R. *Teoría torcida:* Prejuicios y discursos en torno de la homosexualidad. Madrid: Siglo XXI de Espanha, 1998.

LLOPIS, M. *El postporno era eso.* Barcelona: Melusina, 2010

LÓPEZ, C. M. No perder nunca la capacidad de aprendizaje. BRIONES, B. S. (Org.). *Feminismos lesbianos y queer:* Representación, visibilidade y políticas. Madrid: Plaza y Valdés, 2014. p. 207-210.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACRAE, E. *A construção da igualdade*: a identidade sexual e a política no Brasil da abertura. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MACRAE, E. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, A. (Org.). *Caminhos cruzados:* linguagem, antropologia, ciências naturais. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 99-111.

MAIA, H. T. C. Constelações *queer* ou por uma escritura da diferença. In: COLLING, L.; THURLER, D. (Org.). *Estudos e políticas do CUS:* grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 219 -236. (Cult, 15).

MARÍA Rachid renunció al INADI después de la feroz pelea con Morgado. *Perfil. Com,* [Buenos Aires], 11 jun. 2011. Disponível em: < http://www.perfil.com/

politica/Maria-Rachid-renuncio-al-INADI-despues-de-la-feroz-pelea-con-Morgado-20110610-0019.html>. Acesso em 9 jan. 2011.

MARINA e Clara protagonizam o primeiro beijo entre duas mulheres na globo. *Divirta-se mais.* Brasília, Df, jun. 2014. Disponível em: <http://df.divirtasemais.com.br/app/noticia/tv/2014/06/30/noticia_tv,150095/marina-e-clara-protagonizam-o-primeiro-beijo-gay-feminino-no-horario.shtml>. Acesso em: Acesso em: 4 mar. 2015

MARTEL, F. *Global gay:* cómo la revolución gay está cambiando el mundo. Madrid: Taurus: Santillanas Ediciones Generales, 2013.

MEDEAK Transfeministak [Perfil do Facebbok]. [S. l.], [201-?]. Disponível em: <https://www.facebook.com/medeak.transfeministak>. Acesso em: 10 set. 1014.

MELLO, L. Matrimônio entre pessoas do mesmo sexo na Espanha. Do perigo social à plena cidadania, em quatro estações. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (Org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.* Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 169-188.

MIRANDA, R. *Diásporas trans y lésbicas andina/latinoamericana:* percepciones y trayectorias políticas en Madrid. Trabalho apresentado para qualificação no Doutorado La Perspectiva Feminista como Teoría Crítica, da Universidade Complutense de Madri, Madri, 2012 (mimeo).

MISKOLCI, R. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, n.21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MISKOLCI, R. A. Não somos, queremos: notas sobre o declínio do essencialismo *estratégico*. In: COLLING, L. (Org.). *Stonewall 40 +:* o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-56.

MISKOLCI, R. A. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.* 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MISKOLCI, R. A. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 43-67, maio/out. 2014.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. "Aquele não mais obscuro negócio do desejo". In: PERLONGHER, N. *O negócio do michê*: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

MOVILH. Santiago, 2013. Disónível em: <http://www.movilh.cl/nuestros-logros>. Acesso em: 20 fev. 2015.

NAVARRO, P. P. *Del texto al sexo:* Judith Butler y la performatividade. Barcelona: Egales, 2008.

NOGUEIRA. G. A homonormatividade não existe. *Ibahia*, Salvador, 1 abr. 2015. Cultura e sexualidade. Disponível em: <http://www.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2013/04/01/a-homonormatividade-nao-existe/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

NOY, F. *Sofoco*. Buenos Aires: Mansalva, 2014.

NÚÑEZ, F. V. Ciborg*queer*s, o de como deshacer al homo sapiens. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (Org.). *Teoria queer:* Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Madrid: Egales, 2007. p 181-187.

OPUS GAY. Plano de atividade e orçamento para 2015. Lisboa, 2012. Disponível em: <http://www.opusgay.org/files/OPUS-Plano_Atividades_e_Orcamento_2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PALMEIRO, C. Derivas de lo *queer* en la Argentina: hacia una genealogía. *Periódicus*, v. 1, n. 1, 2014.

PECHENY, M.; FIGARI, C.; JONES, D. *Todo sexo es político:* estudios sobre sexualidades en Argentina. Buenos Aires: Libros del Zorzai, 2008.

PEIDRO, S. No quiero invisibilizarme detrás de una mujer – entrevista a Marlene Wayar. In: TORRES, M. et al. (Org.). *Transformaciones:* ley, diversidade, sexuación. Olivos, Argentina: Grama Ediciones, 2013. p. 69-84.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos *queer* no Brasil? *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PENEDO, S. L. *El laberinto queer:* La identidad en tiempos de neoliberalismo. Barcelona: Egales, 2008.

PEREIRA, P. P. G. *Queer* nos Trópicos. *Contemporânea:* Revista de Sociologia da UFSCAR. São Carlos, , v. 2, n. 2, p. 371-394, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contem poranea/article/view/88>.

PERLONGHER, N. *O negócio do michê*: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PERLONGHER, N. *Prosa plebeya:* ensaios 1980-1992. Buenos Aires: Colihue, 1997.

PERRA, H. de. Interpretações imundas de como a Teoria *Queer* coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 2, abr. 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896/9215>. Acesso em: 30 jan. 2015.

PITTA, E. *Cidade proibida.* Matosinhos, Portugal: Quidnovi, 2007.

PLATERO, R. L. (Ed.). Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada: temas contemporâneos. Barcelona: Bellatera, 2012.

PLATERO, R. L. Críticas al capacitismo heteronormativo: *queer* crips. In: SOLÁ, M.; URKO, E. *Transfeminismos:* epistemes, fricciones y flujos. Barcelona: Txalaparta, 2014. p. 211-223.

POR UN FEMINISMO sin mujeres. Santiago: EDITORXS: Coordinadora Universitaria por la Disidencia Sexual., 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2012/09/Por-un-Feminismo-sin-Mujeres-CUDS.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

PORTUGAL. Assembléia da República. Lei nº 07/2011 de 15 de março de 2011. Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à décima sétima alteração ao Código do Registo Civil. *Diário da República*, Lisboa, 1. Série, n. 52, março de 2011. Disponível em: <http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/lei72011.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015

PORTUGAL. Assembléia da República. Lei nº 19/2013 de 21 de fevereiro de 2013. alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurí- dico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. Diário da República, Lisboa, 1. série, n. 37 , fev. de 2013. Disponível em: < https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/02/03700/0109601098.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

POST OP. [S. l.], 2013. Disponível: <http://postop-postporno.tumblr.com/>. Acesso em: 10 set. 2014.

PRECIADO, B. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

PRECIADO, B. *Pornotopía:* arquitectura y sexualidad en Playboy durante la Guerra Fría. Barcelona: Anagrama, 2010.

PRECIADO, B. Terror anal: apuntes sobre los primeiros días de la revolución sexual. In: HOCQUENGHEM, G. *El deseo homossexual*. Madrid: Melusina, 2009.

PRECIADO, B. Cuerpo y discurso en la obra de Judith Butler: políticas de lo abyecto. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (Ed.). *Teoria queer:* Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Madrid: Egales, 2007. p 111-132.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos "anormais". *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

PRECIADO, B.. *Manifesto contra-sexual*. Madrid: Opera Prima, 2002.

PSD quer impedimento de procriar cinsagrado na lei. *Diário de notícias*, Lisboa, 29 set. 2010. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1674160>. Acesso em 6 frv. 2015.

QUEER LISBOA: Festival Internacional de Cinema *Queer*. Lisboa, [2007?]. Disponível em: <http://queerlisboa.pt/>. Acesso em: 10 set. 2014.

QUIMERA Rosa collective [Página do facebook]. [S. l.], [201-?]. Disponível em: <https://www.facebook.com/quimerarosax?fref=ts%20e%20http://quimerarosa.net/>. Acesso em: 10 set. 2014.

RAPISARDI, F. Escritura y lucha política en la cultura argentina: identidades y hegemonía en el movimiento de diversidades sexuales entre 1970 y 2000. *Revista Iberoamericana*, v. 74, n. 225, p. 973 a 995, oct./dic. 2008. Disponível em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/viewFile/5220/5378?origin=publication_detail>. Acesso em: 10 out. 2014.

RAPISARDI, F.; MODARELLI, A. *Fiestas, baños y exílios*: los gays porteños en la última ditadura. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

RATTNER, J. Morte de travesti brasileiro causa comoção em Portugal. *BBC Brasil.com,* Brasília, DF, 26 fev. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/02/060226_travestiportugalms.shtml>. Acesso em 5 jan. 2015.

RATTNER, J. Parada gay em Lisboa homenageia travesti brasileiro morto. *BBC Brasil.com,* Brasília, DF, 24 jun 2006. Disponível: < http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060624_paradagaylisboaas.shtml>. Acesso em: 5 jan 2015.

ROBLES, V. H. *Bandera hueca*: Historia del movimiento homosexual de Chile. Santiago: Editorial Arcis: Cuarto Propio, [2008?].

RODRIGUES, C. O cisgênero não existe. *Blog do IMS*, [S. l.], 2014. Disponível em: <http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>. Acesso em: 10 jan. 2015.

RODRIGUES, S.; GOMES, M.; LOPES, M. Projecto do PS sobre co-adopção chumbado por escassos votos. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/coadopcao-chumbada-por-cinco-votos-1628292>. Acesso em: 2 abr 2014.

RODRÍGUEZ, C. *Cuerpos para odiar*: sobre nuestras mortes, las travestis, no sabemos escribir. Chile, [s. n.], 2013. (mimeo).

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental:* transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: UFRGS; Ed.: Sulina, 2011.

SABSAY, L. *Fronteras sexuales:* espacio urbano, cuerpos y cidadania. Buenos Aires: Paidós, 2011.

SÁ-CARNEIRO, Mário de. *A confissão de Lúcio.* Lisboa: Leya, 2009.

SÁEZ, J. El contexto sociopolítico de surgimento de la teoría *queer*: de la crisis del Sida a Foucault. In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (Org.). *Teoria queer:* políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2ª ed. Madrid: Egales, 2007. p 67-76.

SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. *Por el culo. Políticas anales*. Madrid: Egales, 2011.

SÁEZ, J. El amor es heterossexual. *Hartza*, [S. l.], [20--]. Disponível em: <http://www.hartza.com/amorhetero.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

SAN MARTIN, F. R. "Matrimonio y família lésbico homosexual: normalización cultural y discurso político-estatal". *Debates críticos en América Latina 1:* Revista de Crítica Cultural, Santiago, v. 1, p. 197-207, dez. 2008.

SAN MARTIN, F. R. Diga "*queer*" con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano. In: POR UN FEMINISMO sin mujeres. Santiago: EDITORXS: Coordinadora Universitaria por la Disidencia Sexual., 2011. p. 59 -75.

SAN MARTIN, F. R. Entre las normas del deseo e el deseo de normas: sobre matrimonio y família entre personas del mismo sexo. *Biblioteca Fragmentada, Santiago*, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2011/12/ENTRE-LAS-NORMAS-DEL-DESEO-Y-EL-DESEO-DE-NORMAS.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SÁNCHEZ, J.C. Un cum shot sobre la foto de Allende: Ideología; Entrevista a Felipe Rivas San Martín. *Entrevistas* [S. l.], 2011. Disponível em: <http://entrevistasfeliperivas.blogspot.com.ar/2011/10/un-cum-shot-sobre-la-foto-de-allende.html>. Acesso em: 17 mar. 2013.

SANTOS, A. C. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal: do Jurídico ao Serviço de um Novo Movimento Social. In: CASCAIS, F.; SANTOS, A. C. (Org.).

Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e *queer*. Lisboa: Fenda, 2004a. p. 143 – 182.

SANTOS, A. C. Disclosed and willing: towards a *queer* public sociology. *Social Movement Studies*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 1–14, apr. 2012.

SANTOS, A. C. Molduras públicas de performatividade *queer* e representação mediática em Portugal. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 20, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n20/n20a09.pdf >. Acesso em: 7 out. 2013.

SANTOS, A. C. *Social movements and sexual citizenship in Southern Europe*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2013.

SANTOS, A. C. Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Reconhecer para libertar:* os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamento, 2004b. p. 261–294.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. "Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade". In: SANTOS, B. S. (Org). *Reconhecer para libertar:* os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamento, 2004. p. 20–51.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11–30, .jan./abr. 2005.

SECRETARÍA DE SEXUALIDADE Y GÉNERO. [Santiago], 2011. Disponível em: < https://sesegen.wordpress.com/about/>.

SENTAMANS, T. Redes transfeministas y nuevas políticas de representacion sexual (II). Estrategias de producción. In: SOLÁ, M.; URKO, E. *Transfeminismos:* epistemes, fricciones y flujos. Barcelona: Txalaparta, 2014. p. 177–192.

SHOCK, S. *Poemario trans pirado.* Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2011a.

SHOCK, S. *Relatos em canecalón*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2011b.

SIGUE el escándalo: Rachid hacía llorar a todos, lloraban por los pasillos. Clarim. Com, [Buenos Aires], 11 jun. 2011. Disponível em: <http://www.clarin.com/politica/Sigue-escandalo-Rachid-lloraban-pasillos_0_499750221.html>. Acesso em: 9 jan. 2011.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris:* o movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOLÁ, M.; URKO, E. *Transfeminismos:* epistemes, fricciones y flujos. Barcelona, Txalaparta, 2014.

SOTO, G. G. El Che de los gays: cuando los sujetos ya no "marchan solos". In: BALDERSON, D.; CASTRO, A. M. *Cartografías queer*: sexualidades y activismo LGBT en América Latina. , Pittsburg, PA: Universidad de Pittsburg: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2011. p. 301-316.

SUTHERLAND, J. P. "Revueltas identitárias, agenda publica y mass-mediación discursiva". In: RICHARD, N. *Utopía(s) 1973-2003*: Revisar el pasado, criticar el presente, imaginar el futuro. Santiago: Universidad Arcis, 2004. p. 271-276.

SUTHERLAND, J. P. *Angeles negros*. Santiago: Planeta, 1994.

SUTHERLAND, J. P. La ciudad letrada marica: prácticas culturales y crítica activista. In: BALDERSON, D.; CASTRO, A. M. *Cartografías queer*: sexualidades y activismo LGBT em América Latina. Pittsburg, PA: University of Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2011., p. 77-92.

SUTHERLAND, J. P. La voz cantante de la patota marica. *Página 12*, Buenos Aires, 30 enero. 2015. SOY. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-3826-2015-01-30.html>. Acesso em: 21 fev. 2015.

SUTHERLAND, J. P. *Nación marica*. Prácticas culturales y crítica activista. Santiago: Ripio Ediciones, 2009.

SUTHERLAND, J. P. *Santo roto*. Santiago: Lom ediciones, 1999.

SUTHERLAND, J. P. El movimento homosexual en Chile. *Debates críticos en América Latina 1*: Revista de Crítica Cultural, Santiago, v. 1, p. 189-196, dez. 2008.

SUTHERLAND, J. P. *A corazón aberto:* geografía literaria de la homosexualidad en Chile. Santiago: Sudamericana, 2001.

TALLER de teoría *queer* [Perfil do Facebbok]. [S. l.], [s/d]. Dispomível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100003725774199&fref=ts>. Acesso em: 24 fev. 2015.

TORRES, D. J. *Pornoterrorismo*. Barcelona: Txalaparta, 2011.

TRANSEXUALIA: Asociación española de transexuales, Madrid, 2003. Disponível em: <http://transexualia.org/>. Acesso em 15 jan. 2015.

TRANSFEMINISMO feminismo intersesional relacionado a questões trans. [S. l.], [2014?], Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

VAGGIONE, J. M. Prólogo. In: JONES, D.; FIGARI, C.; LÓPEZ, S. B. *La producción de la sexualidad*. Políticas y regulaciones sexuales en Argentina. Buenos Aires: Biblos, 2012. p. 9-18.

VALENCIA, S. Transfeminismo(s) y capitalismo gore. In: SOLÁ, M.; URKO, E. *Transfeminismos: epistemes, fricciones y flujos*. Barcelona: Txalaparta, 2014. p. 109-118.

VÉLEZ-PELLIGRINI, L. *Sujetos de um contra-discurso. Una historia intelectual de la producción teórica gay, lesbiana y queer en España*. Barcelona: Bellaterra, 2011.

VIDARTE, P. *Ética marica:* proclamas libertarias para una militância LGTBQ. Madrid: Egales, 2007.

VITORINO S. Marchar para quê e com quem?: o movimento LGBT português numa encruzilhada e algumas escolhas em curso. *PortugalGay*. Porto, 21 jun. 2008. Disponível: <http://portugalgay.pt/opiniao/sergiovitorino01.asp>. Acesso em: 10 set. 2014.

WITTIG, M. *El pensamiento heterosexual y otros ensaios*. Madrid: Egales, 2006.

ZIGA, I. El corto verano del transfeminismo? In: SOLÁ, M.; URKO, E. *Transfeminismos; epistemes, fricciones y flujos*. Barcelona: Txalaparta, 2014. p. 81- 90.

ZIGA, I. *Devenir perra*. Madrid: Editorial Melusina, 2009.

Apêndice – Entrevistas

Alejandro Garcia, 26 de junho de 2014, Madri.

Anabela Rocha, 27 de novembro de 2013, Lisboa.

Andrés Ignacio Rivera Duarte, 22 de janeiro de 2014, Santiago.

Anatolia (Toli) Hernández, 3 de fevereiro de 2014, Santiago.

Beatriz Gimeno, 17 de junho de 2014, Madri.

Cesar Cigliutti, 24 de abril de 2014, Buenos Aires.

Conceição Nogueira, 14 de novembro de 2013, Porto.

Elza Pais, 20 de novembro de 2013, Lisboa.

Erika Montecinos, 22 de janeiro de 2014, Santiago.

Esperanza Monteiro, 3 de julho de 2014, Madri.

Esteban Paulón, 8 de abril de 2014, Buenos Aires.

Felipe Rivas San Martin, 14 de janeiro de 2014, Santiago.

Fernando Cascais, 1º de dezembro de 2013, Lisboa.

Fernando Muñóz, 23 de janeiro de 2014, Santiago.

Flavio Rapisardi, 31 de março de 2014, Buenos Aires.

João Ferreira, 3 de dezembro de 2013, Lisboa.

João Manoel de Oliveira, 30 de outubro de 2013, Lisboa.

João Pereira, 12 de novembro de 2013, Lisboa.

Juan Pablo Sutherland, 10 de janeiro de 2014, Santiago.

Leonor Silvestri, 7 de abril de 2014, Buenos Aires.

Letícia Rojas Miranda, 24 de julho de 2014, Madri.

Luis Larrain, 23 de janeiro de 2014, Santiago.

Marco Becerra, 27 de janeiro de 2014, Santiago.

Maria Rachid, 7 de abril de 2014, Buenos Aires.

Marlene Wayar, 24 de abril de 2014, Buenos Aires.

Miguel Rodríguez, 15 de julho de 2014, Madri.

Mónica Redondo Vergara (Monik Round), 24 de julho de 2014, Madri.

Paulo Pamplona Côrte-Real, 28 de novembro de 2013, Lisboa.

Paulo Jorge Vieira, 25 de novembro de 2013, Lisboa.

Pessoa X, 9 de novembro de 2013, Portugal.

Rolando Jiménez, 14 de janeiro de 2014, Santiago.

Sérgio Vitorino, 21 de novembro de 2013, Lisboa.

Sesegen, 7 de fevereiro de 2014, Santiago.

Verónica Capriglioni, 8 de abril de 2014, Buenos Aires.

Victor Hugo Robles, 22 de janeiro de 2014, Santiago.